

**FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010**  
**PARA O**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E**  
**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

(Documento Corporativo Oficial, Peça II do Processo de Prestação de Contas do exercício de 2010, foi elaborada de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, das Decisões Normativas TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e 110, de 01 de dezembro de 2010, da Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010).

**Aprovado pela RD nº 001/2597, de 26.05.2011.**

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS  
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

RIO DE JANEIRO  
2011

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS  
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, da Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010)

Secretaria Geral Corporativa  
Rio de Janeiro  
2011

## SUMÁRIO

### Página

A.	PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL....	7
1.	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010....	7
1.1.	Relatório de Gestão Individual .....	7
2.	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	9
2.1.	Responsabilidades Institucionais de FURNAS.....	9
2.2.	Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	11
2.3.	Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ .....	18
2.3.1.	Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ .....	18
2.3.2.	Execução Física das Ações Realizadas por FURNAS.....	18
2.3.3.	Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade (DN TCU Nº 107, de 27/10/2010) .....	19
2.4.	Desempenho Orçamentário / Financeiro.....	33
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa.....	33
2.4.1.1.	Programação de Despesas Correntes .....	33
2.4.1.2.	Programação de Despesas de Capital .....	34
2.4.1.3.	Quadro Resumo da Programação de Despesas .....	35
2.4.1.4.	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	35
2.4.2.	Execução Orçamentária da Despesa .....	35
2.4.2.1.	Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ .....	35
2.4.2.2.	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	38
2.4.3.	Indicadores Institucionais .....	38
3.	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	51
3.1.	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	51
3.2.	Análise Crítica .....	51
4.	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	51
4.1.	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores ....	51
4.2.	Análise Crítica .....	51
5.	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	52
5.1.	Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	52
5.2.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	53

	<b>Página</b>
5.3. Composição do Quadro de Estagiários .....	53
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos .....	54
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra .....	54
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	58
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	66
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício .....	66
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010 ..	66
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Últimos Três Exercícios .....	71
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	72
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	72
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	73
6.2. Análise Crítica.....	74
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	74
7.1. Estrutura de Controles Internos da UJ .....	74
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	76
8.1. Gestão Ambiental e Licitações .....	76
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	78
9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	78
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	78
10.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	78
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	79
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	80
12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	80
12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	84
12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício .....	84
12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício....	94
13. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	94
13.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ para Demonstrar a Confiabilidade e o Desempenho da Gestão.....	95

	<b>Página</b>
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	95
PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	95
B. PARTE B, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA GESTÃO .....	98
14. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 ...	98
14.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa .....	98
15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 ...	98
15.1. Demonstrações Financeiras Prevista na Lei nº 6.404/1976, Incluindo as Notas Explicativas .....	98
16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	220
16.1. Composição Acionária do Capital Social .....	220
16.2. Composição Acionária da UJ como Investidora.....	221
17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 ...	222
17.1. Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	222
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ .....	226
18. PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	226
18.1. Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda Detalhado por Publicidade Institucional, Legal e Patrocínios ...	226
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	259
19.1. Remuneração Paga aos Administradores da UJ.....	259
20. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010...	263
20.1. Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar .....	263

## LISTAS DE TABELAS

	<b>Página</b>
Quadro A.1.1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	7
Quadro A.2.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ .....	18
Quadro II.C.2. Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade ..	19
Quadro A.2.3. Identificação das Unidades Orçamentárias.....	33
Quadro A.2.4. Programação de Despesas Correntes .....	33
Quadro A.2.5. Programação de Despesas Capital .....	34
Quadro A.2.6. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	35
Quadro A.2.8. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ .....	35
Quadro A.2.9. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	36
Quadro A.2.10. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	36
Quadro A.5.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	52
Quadro A.5.2. Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010.....	52
Quadro A.5.3. Composição do Quadro de Recursos Humanos por Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010 .....	53
Quadro A.5.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	53
Quadro A.5.5. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010.....	53
Quadro A.5.6. Composição do Quadro de Estagiários.....	53
Quadro A.5.7. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 .....	54
Quadro A.5.8. Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	54
Quadro A.5.9. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	55
Quadro A.5.10. Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	56
Quadro A.6.1. Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência.....	66
Quadro A.6.2. Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	71
Quadro A.6.3. Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes.....	72

Quadro A.6.4. Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse .....	72
Quadro A.6.5. Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	73
Quadro A.9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ .....	74
Quadro A.10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	76
Quadro A.12.1. Gestão de TI da UJ.....	78
Quadro A.15.1. Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício....	80
Quadro B.4.1. Composição Acionária do Capital Social .....	220
Quadro B.4.2. Investimentos Permanentes em Outras Sociedades .....	221
Quadro C.12.1. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	260
Quadro C.12.2. Síntese da Remuneração dos Administradores .....	261



## **INTRODUÇÃO**

O Relatório de Gestão 2010 de FURNAS Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e a Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010.

Esta UJ é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976. Por esse motivo, os itens identificados a seguir não se aplicam à realidade da mesma.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010  
Renúncias Tributárias

14. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

14.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 26.05.2011, por meio da RD nº 001/2597.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2011.

Flavio Decat de Moura  
Diretor-Presidente

## A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

### 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 (Orientações contidas na Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010)

#### 1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL		
Poder e Órgão de Vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia (MME) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)		<b>Código SIORG:</b> 2852 <b>Código SIORG:</b> 226
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa:</b> FURNAS – Centrais Elétricas S.A.		
<b>Denominação abreviada:</b> FURNAS		
<b>Código SIORG:</b> 060478	<b>Código LOA:</b> 01.30.32.228	<b>Código SIAFI:</b> 32228
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade de Economia Mista		
<b>Principal Atividade:</b> Geração de Energia Elétrica Transmissão de Energia Elétrica Comércio Atacadista de Energia Elétrica		<b>Código CNAE:</b> 3511-5 <b>Código CNAE:</b> 3512-3 <b>Código CNAE:</b> 3513-1
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(21) 2528-4480 (21) 2528-3747	(21) 2528-4378
<b>E-mail:</b> presidencia@furnas.com.br		
<b>Página na Internet:</b> www.furnas.com.br		
<b>Endereço Postal:</b> Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

#### Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou FURNAS a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de "Minas Gerais", em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para FURNAS – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

A Companhia está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 23.274.194/0001-19.

Em 22.10.2010, a Assembleia Geral Extraordinária alterou o "caput" do artigo 5º (Capital Social), do Estatuto Social da Empresa, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 5º O Capital Social é de R\$ 6.031.154.365,54 (seis bilhões, trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 50.827.935.141 (cinquenta bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões, novecentas e trinta e cinco mil, cento e quarenta e uma) Ações Ordinárias, com direito de voto, e 14.326.036.621 (quatorze bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, trinta e seis mil, seiscentas e vinte e uma) Ações Preferenciais, sem direito de voto, todas nominativas e sem valor nominal.

## **Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada**

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de FURNAS, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras.

O documento que formaliza a estrutura organizacional de FURNAS é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, Políticas de Estoques, Informática, Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança Empresarial, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Resíduos e Educação Ambiental, Atos Normativos, Instrumentos de Comunicação e Formulários e Impressos Institucionais. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como Separata.

Além das Políticas já citadas, entraram em vigor, em 2010, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética das Empresas Eletrobras, definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema.

O Manual de Organização de FURNAS apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apóiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de FURNAS por Diretoria, até o nível de Divisão.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno. Apresenta a seguinte composição:

- Administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; Operação do Sistema e Comercialização de Energia.
- As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência / Coordenação; Departamento / Assessoria; Divisão.

A página inicial do site de FURNAS ([www.furnas.com.br](http://www.furnas.com.br)) disponibiliza os seguintes acessos: Institucional, Sistema FURNAS, Negócios, Inovação, Serviços, Econômico-Financeiro, Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Energia Eficiente, Fornecedores, Contas Públicas, Processos de Contas Anuais, Publicações, Notícias, Acesso Conselheiros, Acesso Funcionários, Benefício de Saúde, Recursos do Site e Comunidade. No item Institucional, podem ser obtidos: História, Memória, Conselhos de Administração e Fiscal, Perfil (Atuação, Missão e Visão, Estatuto Social, Estrutura Organizacional, Diretoria Executiva, Escritórios e Contatos), Sistema de Qualidade, Recursos Humanos, Código de Ética e Identidade Visual.

## **Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada**

Além dos documentos acima citados afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para o trato do material da Empresa, envolvendo: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.

Manual de Aquisição – estabelece critérios e procedimentos para requisitar, licitar e adquirir materiais e equipamentos.

Manual de Contabilidade – estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa.

Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.

Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva, do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.

Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para tanto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos e responsabilidades e competências relativas às suas atividades em FURNAS.

Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

---

**Fonte:** Intranet e Internet de FURNAS.

## **2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

### **2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DE FURNAS**

#### **I. Competência Institucional**

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de FURNAS, a saber:

“a) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades;

b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados;

d) participar de entidades dirigidas pela Eletrobras e destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;

e) prestar serviços de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica;

f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;

g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;

h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;

i) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, para a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização.”

A Empresa atua há mais de 50 anos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, serviço público prestado sob regime de concessão. Entende-se que a prestação desse serviço tem que atender, prioritariamente, ao interesse público, já que toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado.

Sua missão é atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. A visão de FURNAS é ser o maior e mais bem sucedido agente brasileiro no setor de energia elétrica. Suas competências incluem: valorização das pessoas, adaptabilidade, foco em resultados, empreendedorismo, transparência, sustentabilidade e trabalho em rede.

A Empresa possui instalações em operação nas Regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, abrangendo dez estados e o Distrito Federal, onde está situada cerca de 63% da população brasileira, que responde por, aproximadamente, 81% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Para tanto, conta com um diversificado parque gerador, no qual figuram 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em Parceria com a iniciativa privada, 5 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e 2 térmicas convencionais.

O sistema de transmissão de FURNAS é composto por 51 subestações (incluindo 44 próprias, 2 em Parceria e 5 sob a forma de SPE), com capacidade de transformação de 103.304 MVA, e 19.398 km de linhas de transmissão, incluindo circuitos destinados à transmissão da energia da UHE Itaipu, nas tensões de 750 kV CA e  $\pm 600$  kV CC, e circuitos estratégicos, para otimização eletroenergética do País.

A Empresa desenvolve diversos programas que visam preservar a biodiversidade dos ecossistemas, bem como o patrimônio arqueológico, histórico e cultural, além de realizar ações de conservação de energia, sociais e de apoio à cultura brasileira.

## **II. Objetivos Estratégicos**

No sentido de ampliar sua atuação, em 2010, FURNAS investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em obras de geração e transmissão, modernizou usinas hidrelétricas e diversificou sua matriz energética, atuando em fontes alternativas de energia eólica, na Região Nordeste, e na conexão de usinas de biomassa e de Pequenas Centrais Hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional, na Região Centro-oeste. Garantiu, também, o suprimento de energia e assegurou o crescimento do intercâmbio em grande parte do território nacional.

Oito novos projetos de geração, constantes do PAC, tiveram andamento. As hidrelétricas Simpício/Anta e Batalha, de propriedade exclusiva de FURNAS, deverão ser concluídas em 2011 e 2012, respectivamente. Entre os empreendimentos em parceria, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, quatro usinas entraram em operação, em 2010: Baguari, Foz do Chapecó, Serra do Facão e Retiro Baixo. Na Região Norte, a Usina Santo Antônio, com 40% das obras concluídas e previsão de início de operação a partir de 2012, terá 44 unidades geradoras, com capacidade instalada de 3.150,4 MW. Além desses empreendimentos, FURNAS e parceiros arremataram, em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão para construção e operação da Usina Teles Pires, também na Região Norte, com potência instalada de 1.820 MW e previsão de início de operação em 2015.

Ainda no segmento geração, a conquista das usinas eólicas no 2º Leilão de Energia de Reserva – Miassaba 3 e Rei dos Ventos 1 e 3 – no Nordeste, sob a forma de SPE, representa novo desafio para FURNAS. Com um total de 82 unidades geradoras, as novas usinas agregarão 147,6 MW, aumentando a disponibilidade operacional.

Em relação aos novos empreendimentos de transmissão, participa de 11 projetos, sendo 3 próprios. Entre os empreendimentos em parceria, sob a forma de SPE, destacam-se a construção da LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2, em corrente contínua,  $\pm 600$  kV, com 2.375 km, e das respectivas estações retificadora e inversora. Esses empreendimentos transportarão a energia produzida na Usina Santo Antônio, no Estado de Rondônia, até São Paulo.

Em continuidade às ações previstas no Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, em 2010, FURNAS participou da elaboração dos Planos de Negócios afetos às atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, em articulação com as demais empresas integrantes do Sistema. As orientações constantes dos mesmos, associadas à revisão de seu próprio Planejamento Estratégico, para adequá-lo ao planejamento da *Holding*, propiciarão novas formas de conduzir os negócios com eficiência.

Destacou-se, também, a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial – SAP-ERP, que significa mudança revolucionária na forma de atuação da Empresa, ora alinhada às melhores práticas de gestão.

Muitas foram as conquistas nas áreas ambiental, social e de apoio à cultura brasileira decorrentes de ações implementadas nas comunidades do entorno das usinas e subestações. Em 2010, foram patrocinadas 58 iniciativas de cunho social, estruturadas em quatro segmentos: Educação e Formação, Promoção da Cidadania, Saúde e Nutrição e Trabalho e Renda, beneficiando cerca de 60 mil pessoas, com geração de novas oportunidades e promoção da inclusão social. No cumprimento das metas governamentais de incentivo à produção artística e cultural, a Empresa se engajou no Programa Cultural das Empresas do Sistema Eletrobras, por meio da Lei *Rouanet*, com aporte de R\$ 1,5 milhão no incentivo às produções artísticas nos segmentos fomento ao teatro, ao audiovisual e ao patrimônio imaterial.

## **2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais**

O Planejamento Estratégico Corporativo do Sistema Eletrobras para o período 2010-2020, estruturado e desenvolvido a partir de orientações do MME, dá prosseguimento ao PTSE. Insere-se no seu processo permanente de gestão, com o objetivo de transformá-la em uma megaempresa, capaz de liderar a expansão do setor elétrico brasileiro. Com base nesses fundamentos, fez-se necessário esforço integrado por parte das Empresas que compõem o Sistema Eletrobras para a elaboração dos seis Planos de Negócios, a saber: Geração, Transmissão, Comercialização, Distribuição, Internacionalização e Gestão de Programas de Governo. Esses Planos configuram o desdobramento das estratégias delineadas em ações táticas e operacionais, a serem desenvolvidas pelas empresas que compõem o Sistema.

Nesse sentido, técnicos experientes da Empresa colaboraram nos Planos de Negócios afetos às atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, em fase de aprovação pela *Holding*. As orientações constantes dos Planos de Negócios, associadas à revisão de seu próprio Planejamento Estratégico, para adequá-lo ao Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, propiciarão novas formas de conduzir os negócios de FURNAS.

Os resultados imediatos dessa interação, em 2010, ocorreram nas áreas de gestão de: pessoas, conhecimento e riscos, além da universidade corporativa. No que diz respeito à gestão de pessoas, as empresas do Sistema Eletrobras adotaram um plano único, composto de políticas e procedimentos para o gerenciamento da carreira, remuneração e cargos dos seus empregados, respeitadas as especificidades e particularidades de cada empresa. Trata-se do Plano de Carreira e Remuneração, cuja adesão formal dos empregados iniciou-se em setembro. Destacam-se, também a adoção de Código de Ética único para as empresas controladas, disponível na intranet e internet.

O Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), assinado por FURNAS e Eletrobras em dezembro de 2009, tem por objetivo fixar procedimentos para o acompanhamento do desempenho empresarial, promover maiores níveis de eficiência e eficácia, atingir metas e resultados aferidos por indicadores específicos e quantificados, conquistar a excelência de gestão corporativa, manter resultado econômico-financeiro positivo e crescente e cumprir as condições estabelecidas no contrato de concessão, resoluções e determinações estabelecidas pela Aneel e legislação pertinente. Esse instrumento representa o compromisso de FURNAS no cumprimento de orientações estratégicas definidas para o exercício social seguinte.

Ao completar seu primeiro ciclo, o CMDE permitiu a apuração dos resultados, a comparação com as metas estabelecidas e eventuais ajustes nos indicadores, para aprimorar o acompanhamento do desempenho empresarial. Esses indicadores estão disponíveis no item Desempenho Corporativo deste Relatório.

Ainda em 2010, tiveram continuidade três projetos de vital importância para o aprimoramento da gestão da Empresa e, por consequência, de sua Governança Corporativa, que se alinham às diretrizes definidas pela *Holding*, no seu Plano de Transformação. São eles:

- Planejamento Estratégico Corporativo de FURNAS – desenvolvido de forma integrada com a Eletrobras encontra-se em processo de implantação. Contempla nove iniciativas com foco no aprimoramento da gestão, a saber: institucional, projetos, processos e sistemas, compras, riscos, conhecimento, pessoas, mudança e estratégia de crescimento sustentável. Cada iniciativa está pautada em ações estratégicas, indicadores e metas definidas por grupos de trabalho constituídos por representantes de cada diretoria da Empresa;
- ERP-Projeto Sintonia – implantado em 2010, reúne a maior parte dos processos de negócios da Empresa por meio de um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta SAP 6.0. Esse sistema possibilita melhor controle dos processos de gerenciamento de projetos, controladoria, finanças corporativas, manutenção de ativos, recursos humanos e suprimentos. A implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial significa mudança revolucionária na forma de atuação da Empresa, que ficará alinhada às melhores práticas de mercado;
- Projeto SOX – prosseguimento do levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei *Sarbanes-Oxley*, para que a *Holding* possa manter a negociação das ações ADR, Nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, iniciada em outubro de 2008.

## **Processo Deliberativo**

De forma distinta das autarquias e empresas públicas controladas diretamente pela União, o processo deliberativo da Administração Superior de FURNAS ocorre de forma colegiada, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. Esse colegiado é constituído pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, com a Auditoria Independente Externa, conforme discriminado a seguir:

### **Assembleia Geral de Acionistas**

Além dos casos previstos em lei, reúne-se, extraordinariamente, sempre que o Conselho de Administração achar conveniente e, em especial, para alienar ações do Capital Social; proceder abertura de capital; aumentar o Capital Social; emitir debêntures, títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; promover cisão, fusão ou incorporação societária; e permutar ações ou outros valores mobiliários.

Em 2010, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 30 de abril para aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis de 2009 e eleger membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para deliberar sobre eleição de participantes do Conselho de Administração e aumento do Capital Social.

### **Conselho de Administração**

Instância máxima da Administração de FURNAS, composto por um Presidente e cinco Conselheiros, brasileiros, acionistas, com mandato de três anos, eleitos em Assembleia Geral, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Um representante é indicado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Presidência da República. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da Empresa. Este colegiado reuniu-se 18 vezes, durante o exercício, para deliberar sobre planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisição de novos ativos, entre outros assuntos de sua competência, definidos nos documentos de Organização da Empresa.

### **Diretoria Executiva**

Constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; e Operação do Sistema e Comercialização de Energia. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2010, foram realizadas 53 reuniões.

### **Conselho Fiscal**

Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Este colegiado reuniu-se 11 vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2010. O primeiro, após análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativo ao exercício de 2009 e o segundo, referente à proposta de aumento do Capital Social da Empresa. Todos os pareceres foram favoráveis, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na AGE.

### **Auditoria Independente**

A Auditoria Independente tem por finalidade atestar a adequação de um ato ou fato para atribuir características de confiabilidade a uma atividade mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e a legislação específica pertinente.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Eletrobras contratou, a partir de 2009, os serviços da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, pelo prazo de cinco anos, para todas as empresas do Sistema. Ressalta-se, adicionalmente, que FURNAS não possui contrato com a referida empresa além dos inerentes aos próprios serviços de auditoria externa.



## **Auditoria Interna**

Subordinada ao Presidente do Conselho de Administração, promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente. Em 2010, foram realizados 58 trabalhos, em conformidade com o estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), e emitidos 75 relatórios decorrentes de atuações da Auditoria, propiciando o fortalecimento do ambiente de Controle Interno, por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Além disso, em continuidade ao processo de adequação do Ambiente de Controle Interno de FURNAS à Lei *Sarbanes Oxley* (SOX), necessário à certificação do Sistema Eletrobras, a Auditoria Interna acompanhou a avaliação de 20 processos de negócios e 3 de tecnologia da informação.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

## **Controle Interno**

O exercício de adequado Controle Interno das empresas modernas é de fundamental importância e envolve “todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas” (*American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*).

O Controle Interno, portanto, é um processo operado pela Alta Administração da Empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolvendo todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do Objeto Social da Empresa, para respeitar e cumprir as políticas e procedimentos traçados, garantir o desenvolvimento ordenado e eficiente das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, bem como a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações. Os Sistemas de Controle Interno da Organização permitem que cada Área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos, para minimizar riscos.

## **PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

### **Suporte ao Processo Deliberativo**

#### **Estruturas de Apoio**

Destacam-se as seguintes estruturas de apoio ao processo deliberativo, comunicadas por Circular Geral e disponíveis na intranet:

- normas internas: definidas a partir do trabalho dos representantes normativos, designados por cada Diretoria e aprovadas pela Diretoria Executiva;
- grupos de trabalho transitórios, criados por decisão da Diretoria Executiva, para analisar e definir ações em relação às matérias em que haja conflitos de interesses;

- políticas corporativas de gestão utilizadas como instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, a saber: de Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Gestão de Resíduos, Educação Ambiental, Informática, Segurança da Informação, Propriedade Intelectual, Material, Estoques, Transportes, Segurança Empresarial, Segurança Patrimonial e Gestão Sociopatrimonial;
- colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria para apoiar a Diretoria Executiva no suporte ao cumprimento das políticas corporativas de gestão, destacando-se os seguintes Comitês: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Pesquisa e Desenvolvimento, Comercialização de Energia, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, Pró-memória de FURNAS, Comissão de Ética, entre outros.

### **Gestão de Riscos**

O macro-processo “Gerir Riscos de Forma Integrada”, constante do Planejamento Estratégico Empresarial de FURNAS, identifica seu impacto na melhoria do relacionamento institucional, no aprimoramento da sustentabilidade empresarial, na otimização das estratégias de desenvolvimento de negócios e na garantia de retorno do capital investido. Alinhado com o PTSE e com o PAE 2009-2012, constitui-se em importante fator de aumento da competitividade e da eficiência da gestão econômico-financeira das empresas do Sistema Eletrobras.

A criação do Comitê de Gestão de Riscos, em 2009, como suporte à Diretoria Executiva nas deliberações afetas à gestão de riscos corporativos, iniciou o processo em FURNAS. Para sua implantação, em 2010, foi formado grupo de trabalho, com representantes das áreas estratégicas da Empresa que, associado aos especialistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), produziu o Plano Diretor de Gestão de Riscos Corporativos de FURNAS (PDGR).

O PDGR, concebido com base na NBR ISO 31000 que identifica, analisa, avalia e trata os riscos de forma sistemática, em processo de aprimoramento contínuo, foi desenvolvido em cinco etapas: preparação de equipes; sensibilização e capacitação; levantamento; diagnóstico; e elaboração do documento. Adicionalmente à arquitetura de gestão proposta para implantação em FURNAS foi gerado catálogo com 114 eventos de riscos corporativos, classificados segundo os impactos associados a quatro pilares: estratégico, operacional, financeiro e conformidade. Foram identificados 106 riscos corporativos que, direta ou indiretamente, associam-se a projetos de geração e transmissão de energia. Em consequência, constatou-se a necessidade de detalhar o processo de implantação de sistema de gestão integrada de riscos e de portfólio de projetos.

Além disso, vale mencionar que a Empresa continua utilizando as seguintes práticas:

- risco de crédito: controle, mantido pela Diretoria Financeira, que acompanha a avaliação da Empresa pelas agências classificadoras de risco;
- risco de mercado: controle, mantido pela Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, por meio do Comitê de Comercialização de Energia;
- risco operacional: controle de riscos relevantes, mitigados por meio de contratação de seguros, ou por auto-seguro, conforme critérios definidos pelo Comitê de Seguros, baseados na probabilidade de ocorrência de perdas, determinada com base no histórico de contingências de FURNAS, e na viabilidade econômica e de mercado destas duas modalidades alternativas de proteção dos seus ativos.

## **Relatórios Corporativos Oficiais de Prestação de Contas**

A elaboração dos Relatórios Corporativos Oficiais baseia-se nas seguintes práticas:

- estruturação do conteúdo a partir dos requisitos de informação referidos no marco regulatório do Setor de Energia Elétrica e nos principais normativos afetos aos acionistas, organismos externos de fiscalização pelo Poder Público, organismos de fomento do desenvolvimento e do mercado de capitais;
- emissão do Relatório Anual, em Português, Inglês e Espanhol, com o mesmo conteúdo do Relatório da Administração, para prestação de contas à sociedade civil;
- emissão da Prestação de Contas Anual para a Controladoria-Geral da União (CGU), que contém o Relatório de Gestão enviado, também, ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- emissão do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica para a Aneel, com objetivo de ser instrumento de demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, mediante incorporação de serviço público socialmente responsável;
- emissão do Relatório Mensal da Diretoria Executiva (RMDE) para os Conselhos de Administração e Fiscal, com objetivo de apoiar a Administração Superior na comunicação do planejamento e na avaliação da evolução do desempenho corporativo da Empresa.

## **Divulgação de Informações Corporativas**

### **Mídias Digitais**

As mídias adotadas por FURNAS para ampliar a interatividade com diversos públicos apresentaram resultados significativos em 2010.

No *twitter* foram publicadas 444 informações com adesão de mais de 2,4 mil seguidores.

O *site* de FURNAS foi acessado mais de 40 mil vezes, o que corresponde, em média, a cerca de 110 acessos por dia. Nele foram realizadas 195 atualizações e publicadas 256 notícias corporativas. Encontram-se disponíveis os Relatórios Corporativos Oficiais: Anual (em Português, Inglês e Espanhol), da Administração (em Português e Inglês) e Socioambiental (em Português e Inglês), além de outros documentos, tais como políticas de Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Ambiental e de Responsabilidade Social, e as seguintes publicações institucionais: Anuário Estatístico, Resenhas do Mercado de Energia Elétrica, Informativos Gerenciais de Mercado e Economia, Balanço Social, Revista FURNAS e Revista P&D+I.

O *Flickr* de FURNAS – *site* da *web* de hospedagem e partilha de imagens fotográficas e, eventualmente, de outros tipos de documentos gráficos, como desenhos e ilustrações, caracterizado também como rede social, que permite a seus usuários a criação de álbuns para armazenamento de fotografias e a interação com fotógrafos variados e de diferentes locais do mundo – possui 27 álbuns, 763 fotos e foi acessado por 18 mil pessoas.

A terceira edição do *hotsite* “FURNAS em Foco” veiculou as principais conquistas, destaques, perspectivas e desafios da Empresa e consolidou o Informativo Digital (semanário digital enviado via correio eletrônico), como importante veículo de comunicação.

No Fale Conosco foram enviados 5.211 e-mails com pedidos de informação sobre os mais diversos assuntos, perfazendo mais de 400 consultas ao mês.

## **Mídia Impressa**

A Revista FURNAS, publicação mensal de matérias sobre a atuação da Empresa, está disponível a todos os empregados, via intranet, e é distribuída, gratuitamente, às autoridades federais, estaduais e municipais, jornalistas, universidades, centros de pesquisa, empresas do setor elétrico e pessoas físicas cadastradas, com tiragem de 4.500 exemplares. É oferecida em locais de visitação da Empresa, feiras, congressos e seminários. Entre os meses de junho a novembro, ano eleitoral, a revista não foi editada por determinação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

## **Publicidade Institucional e Legal**

As campanhas publicitárias também ficaram suspensas neste mesmo período eleitoral. Nos demais meses, FURNAS fez investimentos em publicidade institucional em jornais e revistas de grande circulação e rádios das principais capitais brasileiras e contratou empresa para a realização de pesquisa de *marketing*, imagem e comunicação, com resultados positivos.

Nas campanhas institucionais foram abordados temas sobre geração e transmissão de energia, meio ambiente, responsabilidade social, novos empreendimentos e ações nas áreas regionais.

Na Publicidade Legal foram publicados os seguintes documentos corporativos: prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

## **Vídeos Corporativos**

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar a sua imagem corporativa, a Empresa editou 70 programas e mantém um acervo de cerca de 1.700 fontes de vídeos institucionais, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde a sua criação.

## **Ouvidoria**

O livre acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *site* de FURNAS, fax, telefone, pessoalmente, carta ou outro documento. Em todas essas formas de comunicação o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Em 2010, recebeu e respondeu 792 manifestações, agrupadas em solicitações (44%), reclamações (43%), denúncias (7%), sugestões (4%) e elogios (2%). Desse total, cerca de 72% foram de origem externa.

## **Comissão de Ética**

A Comissão de Ética de FURNAS, para assegurar o cumprimento do Código de Ética, recebe e apura denúncias relativas a possíveis desvios éticos e se responsabiliza pela sua atualização, bem como pela gestão da ética na Empresa. A Comissão integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, estabelecendo um elo entre FURNAS e a Comissão de Ética Pública.

## Código de Ética

A partir de 21 de setembro de 2010, foi instituído novo Código de Ética das empresas do Sistema Eletrobras, disponível no Manual de Organização de FURNAS em substituição ao que vigorava desde julho de 2005. Todas as empresas do Sistema Eletrobras se reuniram para construir o registro dos princípios e compromissos éticos, organizacionais e pessoais em Código de Ética único. O resultado apresenta os princípios que norteiam as ações e os Compromissos de Conduta institucionais com seus empregados, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento e incluem: Dignidade Humana e Respeito às Pessoas, Integridade, Sustentabilidade, Transparência, Impessoalidade, Legalidade e Profissionalismo.

Em 2010, foi criado o Portal Ética, na intranet, onde se encontram a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, Fale Conosco, Canal Denúncia de desvios éticos, monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

## 2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

### 2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

FURNAS não é responsável pela gestão de Programas de Governo. O conteúdo do Quadro A.2.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, refere-se à consolidação de todas as Ações Orçamentárias do Governo Federal constantes de cada Programa. Em 2010, a Empresa respondeu apenas por Ações constantes de dois Programas, descritas no Quadro A.2.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ e no Quadro II.C.2. Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade (DN nº 107/2010), que se seguem.

### 2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas por FURNAS

QUADRO A.2.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada em 2011
25	752	0296	2192	A	3				
25	752	0296	2194	A	3				
25	752	0296	2200	A	3				
25	752	0296	4469	A	3				
25	752	0296	4478	A	3				
25	752	0296	8549	A	3				
25	752	0296	121X	P	1	% de execução física	5	10	57
25	752	0296	1A01	P	1	% de execução física	5	4	1
25	752	0296	1D35	P	3	% de execução física	1	0	1
25	752	0296	1G96	P	1	% de execução física	49	32,86	6

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada em 2011
25	752	0296	1G97	P	1	% de execução física	10	2,58	13
25	752	0296	1G98	P	1	% de execução física	25	8,51	3
25	752	0296	1H08	P	3	% de execução física	1	0	1
25	752	0296	3292	P	3	% de execução física	3	3	3
25	752	0296	3360	P	3	% de execução física	1	0	16
25	752	0296	3414	P	3	% de execução física	1	0	1
25	752	0296	7066	P	3	% de execução física	8	8	5
25	752	0296	7068	P	3	% de execução física	1	0	1
25	752	0807	4101	A	3				
25	752	0807	4102	A	3				
25	752	0807	4103	A	3				

**Fonte:** Projeto de Lei Orçamentária – Volume VI e SIGPLAN.

## Análise Crítica

Vide Comentários do Responsável constantes do subitem 2.3.3. Quadro II.C.2. Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade.

### 2.3.3. Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade

QUADRO II.C.2. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE				
Nome da Unidade da Instituição Responsável pela Execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	3414	Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1A01	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)

Nome da Unidade da Instituição Responsável pela Execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1G97	Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1G96	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão - (MG/GO)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1G98	Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	121X	Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	4469	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-oeste
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-oeste
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	3292	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas com 1.216 MW (MG)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1H08	Modernização da Usina Hidrelétrica Funil com 216 MW (RJ)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	7066	Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW

Nome da Unidade da Instituição Responsável pela Execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	7068	Modernização da Usina Hidrelétrica Porto Colômbia com 320 MW (MG/SP)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	8549	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	2200	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	2194	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	2192	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	3360	Reforços nas Torres de Linhas do Sistema de Transmissão de Itaipu, em 750 kV, nos trechos: Foz do Iguaçu - Ivaiporã; Ivaiporã - Itaberá I e II; e Itaberá - Tijucu Preto I e II (PR/SP)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	1D35	Modernização da Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476 MW - Fase 2 (MG)
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-oeste	12DB	Implantação da Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) – Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e da Subestação associada em Linhares (230/138 kV)



Nome da Unidade da Instituição Responsável pela Execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
FURNAS Centrais Elétricas S. A.	0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

#### Comentários do Responsável:

##### **3414 - Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 1.418.279

Física corrigida: 1%

Financeira corrigida: R\$ 5.883.827

Física realizada: 0%

Financeira realizada: R\$ 0

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 0%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 0%

Comentários gerais:

O empreendimento apresenta 98% de realização total e encontra-se na dependência do fornecimento de gás natural para o comissionamento. Assim, as datas de liberação para geração comercial dos turbogeradores a gás (UG11 e UG21), utilizando gás natural como combustível, estão na dependência do fornecimento do gás, que está previsto para ocorrer em janeiro/2012, conforme Contrato Gás Natural Liquefeito (GNL) assinado com a Petrobras.

A operação comercial da Unidade 2 está condicionada à modernização e à ampliação do sistema de transmissão associado.

Os projetos básico e executivo encontram-se com 99,97% de avanço físico.

A construção civil tem avanço físico de aproximadamente 99,99% e a montagem eletromecânica está com 97,54% de execução.

O fornecimento dos equipamentos eletromecânicos foi concluído. Os demais equipamentos estão com avanço de 99,98%.

O comissionamento alcançou 41,00%.

Restrições: A geração comercial do Ciclo Combinado das Unidades depende do fornecimento do gás.

##### **1A01 - Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 6.119.629

Física corrigida: 5%

Financeira corrigida: R\$ 9.069.385

Física realizada: 4%

Financeira realizada: R\$ 7.491.737

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 80%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 82,6%

Comentários gerais:

Este empreendimento foi adjudicado a FURNAS no Leilão Aneel nº 001/2004 – lote G, de 30/09/2004. O Contrato de Concessão Aneel nº 006/2005 foi assinado em 04/03/2005.

O cronograma de implantação do empreendimento ficou comprometido em virtude do atraso na emissão da Licença de Instalação (LI), que somente foi emitida pela Feema em 24/07/2008 (FE 014501).

O Empreendimento entrou em operação em 02/06/2010. Esta obra gerou 1.500 empregos diretos e indiretos.

**1G97 - Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)**

Física inicial: 24%

Financeira inicial: R\$ 31.224.993

Física corrigida: 10%

Financeira corrigida: R\$ 19.953.364

Física realizada: 2,58%

Financeira realizada: R\$ 14.086.939

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 25,8%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 70,6%

Comentários gerais:

Empreendimento adjudicado a FURNAS através do Leilão Aneel nº 001/2005 (lote G), de 17/11/2005. O contrato de concessão Aneel nº 007/2006 foi assinado em 27/04/2006.

A Licença Prévia nº 1.350 foi emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA - SP) em 12/02/2009.

A Licença Ambiental de Instalação nº 105812 foi emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), somente para o trecho entre a Subestação Tijuco Preto e Subestação Itapeti, em 26/11/2010.

Em função do atraso da emissão da Licença Ambiental de Instalação FURNAS solicitou à Aneel que autorize a implantação do empreendimento em dois trechos independentes: Linha de Transmissão 345 kV Tijuco Preto - Itapeti e Subestações Associadas e Linha de Transmissão 345 kV Itapeti - Nordeste e Subestações Associadas.

O fornecimento de materiais e equipamentos já está totalmente contratado. Quanto à construção, no trecho LT 345 kV Tijuco Preto - Itapeti e SE Associadas, após a emissão da Licença de Instalação, foi iniciado o processo de licitação das obras civis, com expectativa de energização deste trecho em novembro de 2011. Para o trecho LT 345 kV Itapeti - Nordeste e SE Associadas, cuja licença de instalação não foi emitida, o processo licitatório das obras civis encontra-se em fase de elaboração.

**1G96 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão - (MG/GO)**

Física inicial: 15%

Financeira inicial: R\$ 190.054.861

Física corrigida: 49%

Financeira corrigida: R\$ 360.652.359

Física realizada: 32,86%

Financeira realizada: R\$ 292.179.182

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 67,06%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 81,01%

Comentários gerais:

Empreendimento adjudicado a FURNAS no Leilão Aneel nº 002/2005 de 16/12/2005. Contrato de Concessão MME nº 002/2006, assinado em 15/08/2006.

A Licença de Instalação nº 499/2008 foi emitida pelo Ibama somente em 02/04/2008, com 37 condicionantes, as quais foram dadas continuidade da execução durante o ano de 2010. Além disso, esse instituto emitiu em 2010 as seguintes autorizações necessárias para a continuidade da execução do empreendimento: renovação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 411/2010; de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 257/2010; de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 258/2010.

FURNAS encaminhou ao Ibama, em 16/03/2010, correspondência contendo o detalhamento da modelagem matemática do reservatório e do trecho a jusante do UHE Batalha para estimar a necessidade de remoção seletiva do material vegetal constante dos Programas Ambientais do Projeto Básico Ambiental (PBA). Em 01/07/2010, o Ibama notificou o indeferimento da proposta de desmatamento apresentada por FURNAS, prevista em 251 ha, e informou que a supressão vegetal deverá ser realizada em 100% da área do reservatório, estimada em 3.700 ha. O desmatamento desta área adicional está em avaliação e negociação com o Ibama, pois considera volume substancialmente superior que trará impacto tanto no custo quanto no cronograma da obra.

A não emissão da Autorização de Supressão de Vegetação impossibilitou a execução do desmatamento das áreas do reservatório, o que postergou o início do enchimento do reservatório para 2011 e o início da geração comercial para 2012. Continua em andamento a execução dos programas ambientais, constantes do Projeto Básico Ambiental (PBA).

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da área sob influência do UHE Batalha foi finalizado e os documentos foram encaminhados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As atividades de resgate dos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos foram concluídas e os relatórios e as informações foram enviados para o órgão ambiental.

Continua em andamento a investigação de campo e os serviços complementares de topografia e sondagem para o desenvolvimento do projeto executivo e demais documentos técnicos necessários.

Prosseguem as ações voltadas à aquisição dos terrenos e benfeitorias, bem como a execução do Projeto Básico Ambiental (PBA), em atendimento ao condicionado na Licença Prévia emitida pelo Ibama.

Em 2010 foram realizadas as seguintes atividades:

- concretagens nas estruturas da obra;
- escavação na região da válvula dispersora, na saída da tubulação de vazão sanitária;

- remoção de material lenhoso da margem direita da barragem;
- aplicação de concreto projetado no interior do túnel de desvio;
- escavação na região da válvula dispersora, na saída da tubulação de vazão sanitária;
- montagem de fôrmas na tomada d'água de adução;
- execução de serviços de concretagem na área de montagem da casa de força;
- aplicação de concreto de regularização na região da bifurcação do conduto forçado;
- concretagens nas estruturas do vertedouro: muros de aproximação esquerdo e direito e ogiva;
- concretagens na área das bermas dos maciços escavados;
- continuação dos serviços de perfuração, ensaios de perda d'água e injeção de consolidação na fundação da barragem, na margem direita;
- início da retirada de material lenhoso da margem direita da barragem;
- escavação à céu aberto na área da barragem na margem direita do rio;
- escavação à céu aberto no canal de aproximação e canal de restituição do túnel de desvio;
- execução do acesso principal, que será utilizado após o desvio do rio, e de acessos auxiliares;
- retomada da execução do concreto de envelopamento das virolas do conduto metálico do túnel de adução;
- escavação na área da bacia de dissipação do vertedouro;
- serviços de perfuração, ensaios de perda d'água e injeção de impermeabilização no eixo do barramento, na região dos diques do vertedouro;
- desvio do rio São Marcos, em 03/05/2010;
- implantação da pré-ensacadeira de montante e execução da ensacadeira de jusante;
- implantação do Projeto de Assentamento (PA) Jambeiro, em Paracatu/MG, conforme acordo de cooperação com o INCRA;
- esgotamento e limpeza do leito do rio, entre a pré-ensacadeira de montante e a ensacadeira de jusante;
- escavação e aterro na região da Subestação;
- trabalhos de fôrma e armação para as estruturas principais da obra;
- continua a implantação da ensacadeira de montante;
- fabricação de peças pré-moldados de concreto;
- escavação na área da barragem, na margem direita do rio;
- tratamento da fundação da barragem no leito do rio;
- aterro da barragem no leito do rio e ombreira direita;
- tratamento superficial do maciço escavado;
- execução de obras para drenagem superficial;
- instalação dos dois pré-distribuidores das Unidades Geradoras (UG);
- execução do aterro do septo de jusante;
- escavação da pré-ensacadeira de montante para o retorno da água do rio ao seu leito natural.

Continuam em execução as atividades relativas à: engenharia e projeto; fabricação e fornecimento de equipamentos.

Com relação aos serviços de fornecimento e montagem foram concluídas as seguintes atividades:

- fornecimento: dos eixos dos geradores das UG 1 e 2; do carrinho da talha elétrica da tomada d'água; dos braços e terminais dos braços do vão direito da comporta segmento do vertedouro; de molduras das ranhuras do vertedouro; da viga pescadora e de dois *stop-logs* da sucção; de grades da ranhuras da tomada d'água; dos pólos da UG 2; dos eixos superiores das UG 1 e 2; dos suportes e dos cilindros hidráulicos das comportas segmento do vertedouro; das escadas de acesso e manutenção das comportas segmento do vertedouro; das vigas de calagem para as comportas da tomada d'água e desvio do rio; dos painéis da comporta ensacadeira do vertedouro; da tampa (calota) para teste das caixas espiral das UG 1 e 2; da aranha do rotor da UG 2; da unidade hidráulica das comportas segmento do vertedouro; dos braços e terminais dos braços do vão esquerdo da comporta segmento do vertedouro; do aro da câmara do rotor da UG 1; das grades de proteção do vão direito da tomada d'água; das virolas da caixa espiral das UG 1 e 2; das palhetas diretrizes da UG 1; de trocadores de calor da UG 1; da monovia da talha e componentes da talha do vertedouro; dos componentes da talha do tubo de sucção; dos painéis inferior e intermediário, da comporta vagão, da tomada de desvio; de dois painéis, da comporta ensacadeira, da tomada de desvio; das peças das comportas segmentos do vertedouro; do pré-distribuidor da UG 1 e do carro da ponte rolante da casa de força;
- montagem: dos plugues para injeção de concreto na virola 1 do conduto forçado; dos pré-distribuidores das UG 1 e 2; dos mancais dos braços da comporta segmento; das peças fixas de segundo estágio das comportas ensacadeira e segmento do vertedouro, no vão direito; das peças fixas de segundo estágio das comportas da tomada d'água; das peças fixas de segundo estágio das comportas ensacadeira e segmento do vertedouro, no vão esquerdo; das virolas do bifurcador do conduto forçado, das UG 1 e 2; das virolas do trecho reto do conduto forçado, no túnel de adução; das guias e soleiras das comportas da tomada d'água; das virolas do conduto forçado, no pátio de montagem; das guias das comportas e dos quadros de vedação da tomada d'água de desvio; dos suportes dos servos-motores da comporta segmento do vertedouro, no vão direito e dos eletrodutos, das molduras das ranhuras dos vãos direito e esquerdo e poço de aeração e das travas para haste de manobra (vigas de calagem) das comportas da tomada d'água.
- acabamento das soldas e pinturas das guias das comportas da tomada de desvio;
- instalação da tubulação piezométrica da sucção, do cone de sucção e diversas tubulações nas estruturas na UG 2;
- instalação e comissionamento da válvula dispersora e do conjunto de comando hidráulico do sistema de vazão sanitária do túnel de desvio.

Encontra-se em fase de conclusão o levantamento das informações que irão compor o Montante do Uso do Sistema de Distribuição (MUSD).

Foram concluídas: as atividades previstas para a elaboração do Plano de Uso do Reservatório; o inventário do Patrimônio Cultural existente na Casa de Cultura de Paracatu e o levantamento e registro da cultura imaterial, na cidade de Cristalina (GO).

Continuam em andamento as seguintes atividades:

- nivelamento geométrico e amarração de cota de inundação;
- cadastro dominial e da população atingida pelo empreendimento;
- confecção das Atas Notariais;
- levantamento topográfico das propriedades atingidas pelo empreendimento;
- elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais;
- pagamento de indenização;
- levantamentos de campo no Projeto de Assentamento (PA) Vista Alegre (INCRA) - classificação de solos, levantamento de benfeitorias, elaboração de Laudo de Avaliação e atualização cadastral, indenização de culturas permanentes e benfeitorias de apoio às produções atingidas;
- levantamentos de campo no PA Buriti das Gamelas (INCRA) - classificação de solos, levantamento de benfeitorias, elaboração de Laudo de Avaliação e atualização cadastral. Foi iniciado o processo de indenização de culturas permanentes e benfeitorias de apoio às produções atingidas;
- levantamentos de campo no PA São Marcos (INCRA) - classificação de solos, levantamento de benfeitorias, elaboração de Laudo de Avaliação e atualização cadastral e indenização de culturas permanentes;
- levantamentos de campo no PA Jambeiro (INCRA) - classificação de solos, levantamento de benfeitorias e elaboração de Laudo de Avaliação e atualização cadastral. Foi iniciado o processo de indenização de culturas permanentes e benfeitorias de apoio às produções atingidas;
- aquisição de área da Fazenda São Cristóvão para a reposição de áreas e remanejamento de famílias atingidas pelo empreendimento para o Projeto de Assentamento do INCRA (PA Jambeiro) localizado no Estado de Minas Gerais;
- aquisição de área da Fazenda São Cristóvão: para reposição de áreas e remanejamento de famílias atingidas pelo Empreendimento, nos Projetos de Assentamento do INCRA, localizados no Estado de Goiás;
- indenização dos sistemas de irrigação tipo pivô central que serão atingidos pelo empreendimento;
- outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- construção das pontes sobre os córregos São Firmino e Cachorro.

Foi assinado acordo de cooperação com INCRA para a execução de ações para atender às demandas fundiárias referentes ao reassentamento da população desamparada e os assentados pelo INCRA (Projeto de Assentamento - PA Vista Alegre, Buriti das Gamelas, Casa Branca e São Marcos) em Cristalina (GO). Em atendimento à condicionante da LI foram iniciadas as ações referentes à autorrelocação de 46 famílias hipossuficientes atingidas.

#### **Sistema de Transmissão:**

Encontra-se em execução a elaboração do projeto executivo de realocação das redes elétricas afetadas pelo reservatório, incluindo os ramais dos proprietários rurais, os ramais dos sistemas de irrigação tipo pivô central e as áreas dos assentamentos do INCRA. O levantamento das interferências do reservatório com as linhas de distribuição rural foi concluído.

Os serviços de levantamento de campo, de materialização do traçado e de levantamento de perfil da LT foram concluídos.

Foram realizados os serviços de plotação preliminar da LT e atualmente encontra-se em andamento a crítica topográfica no campo. Foram concluídos os serviços topográficos de locação das estruturas e do levantamento de seções diagonais, de medição da resistividade do solo e sondagem da linha de transmissão.

Encontra-se em elaboração o processo licitatório para a contratação dos serviços de execução das obras civis do vão de linha 138 kV na Subestação Paracatu I da Cemig, sendo que o projeto básico foi concluído.

Os contratos para o acesso da UHE Batalha ao sistema de distribuição estão em fase de negociação.

Esta obra gera 4.800 empregos diretos e indiretos.

#### **1G98 - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)**

Física inicial: 9%

Financeira inicial: R\$ 384.414.545

Física corrigida: 25%

Financeira corrigida: R\$ 661.034.629

Física realizada: 8,51%

Financeira realizada: R\$ 549.427.003

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 34,04%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 83,12%

Comentários gerais:

Empreendimento adjudicado a FURNAS no Leilão Aneel nº 002/2005, de 16/12/2005. Contrato de Concessão MME nº 003/2006, assinado em 15/08/2006.

Continuidade das atividades de aquisição dos terrenos, realocação e compensação financeira para a população atingida pelo empreendimento, a execução dos projetos de arqueologia pré-histórica e histórica, assim como as atividades relativas ao desenvolvimento do projeto executivo, ao fornecimento de equipamentos e aos programas ambientais.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu, em março/2010, a Licença

Ambiental de Instalação nº 685/2010 para construção das LT Anta – Simplício e Simplício – Rocha Leão, e, em maio/2010, a Licença Ambiental de Instalação nº 692/2010 para construção do sistema de esgoto nos municípios vizinhos.

O projeto executivo aprovado para relocação da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) previa uma série de cortes, aterros e tratamentos de taludes para permitir o assentamento da nova linha férrea com uma estrutura de contenção utilizando cortina atirantada combinada com solo grampeado que, ao ser iniciado, demonstrou uma condição geológico-geotécnica diferente da estimada e, com isso, houve a necessidade de revisão do projeto, substituindo a estrutura de contenção por retaludamento com hidrossemeadura. Também por conta de problemas geológicos no corte 6 da rodovia BR 393 o projeto precisou ser reavaliado.

FURNAS encaminhou ao Ibama solicitação de anuência de alteração no projeto executivo em atendimento à Condição Específica 2.1 da Licença de Instalação 456/2007. Somente em 16/06/2010 o Ibama anuiu à solicitação de FURNAS para implementação da alteração do projeto. A revisão do projeto com a incorporação de obras não previstas alterou consideravelmente o cronograma bem como a evolução das metas físicas do empreendimento. Com isso as datas de enchimento do reservatório e de geração foram comprometidas, pois esses serviços faziam parte da linha crítica de planejamento da obra. Sendo assim, a entrada em operação da 1ª UG (da UHE Simplício), que estava prevista para 31/12/2010, passou para 31/08/2011.

Face às suas características, a seguir são discriminadas as atividades de implantação do Complexo realizadas em 2010:

#### **Obras de Interligação:**

Continuidade das atividades de implantação dos canais, túneis e diques. Foi concluída a escavação subterrânea no túnel do canal 8 e continua em andamento a do túnel canal 5. No túnel 3 foi concluída a escavação subterrânea para rebaixo e o lançamento de Concreto Compactado com Rolo (CCR). Foi concluída a implantação do maciço dos diques: Tocaia, Louriçal 1, Louriçal 2, Estaca 1, Estaca 2 e Antonina.

#### **Usina de Simplício:**

Continuidade no andamento das atividades de implantação: das tomadas d'água dos vãos 1, 2 e 3; da casa de força; do canal de fuga; do canal de adução e dos condutos forçados 1, 2 e 3.

Foi concluída: a implantação do aqueduto para a transposição do Ribeirão Peixe por meio do canal de fuga da UHE Simplício, a escavação em rocha do canal de adução, os serviços de proteção com rocha a jusante do vertedouro e a descida do estator do gerador e do eixo do rotor da turbina ao poço da UG 1.

#### **PCH Anta:**

Prosseguimento dos serviços de topografia, identificação, cadastramento e avaliação das propriedades. Encontram-se em andamento as atividades de implantação: da barragem de gravidade; dos vertedouros 1 e 2; da tomada d'água, da casa de força com as UG 1 e 2 e do sistema de transposição de peixe. Foi realizada a descida do estator do gerador e do eixo do rotor da turbina ao poço para as UG 1 e 2.

#### **Sistema de Transmissão:**

Subestação Anta: foram concluídos os serviços de solo reforçado.

LT Simplício - Rocha Leão: continuam em andamento os trabalhos no corredor da LT, tais como: identificação, cadastramento e avaliação e negociação das propriedades atingidas ao longo do trecho. Os serviços de topografia e sondagem foram concluídos e encontram-se em execução os serviços de construção.

Em 18/03/2010, o Ibama emitiu a Licença de Instalação nº 685/2010, que autoriza a construção das LT Anta - Simplício e Simplício - Rocha Leão.

#### **Obras Complementares:**

Em novembro/2010 foram concluídas as obras relativas à relocação da Ferrovia Centro Atlântica para o trecho 1, sendo que para o trecho 2 e para a ponte sobre o canal de fuga de Simplício estão previstas para serem concluídas em fevereiro/2011.

Encontram-se em andamento as obras referentes à relocação da Rodovia BR393, à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do trecho de vazão reduzida e à relocação do Bairro 21. Esta obra gera 14.000 empregos diretos e indiretos.

### **121X - Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500 kV - 180 km) - (MG)**

Física inicial: 41%

Financeira inicial: R\$ 51.961.722

Física corrigida: 5%

Financeira corrigida: R\$ 15.562.692

Física realizada: 10%

Financeira realizada: R\$ 7.028.996

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 200%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 45,17%

Comentários gerais:

Empreendimento adjudicado a FURNAS no Leilão Aneel nº 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão Aneel nº 003/2009 foi assinado em 28/01/2009.

Devido à criação de uma reserva biológica na Serra da Moeda após a realização do leilão da Aneel, houve a necessidade de sua desafetação pela Prefeitura e Câmara Municipal de Moeda. Com isso, o licenciamento ambiental sofreu atraso e não tendo sido emitida nem a Licença Prévia em 2010, fato este que somente ocorreu em 17/03/2011). O EIA/RIMA foi entregue ao órgão ambiental e a vistoria técnica somente foi realizada no período de junho/2010.

Em consequência, a data de entrada em operação comercial prevista para junho de 2011 foi reavaliada para abril de 2012.

O cadastramento das propriedades foi concluído, sendo que o início das negociações para a liberação da faixa de servidão depende da emissão da Licença Ambiental de Instalação.

Em 2010 foram concluídos: os serviços preliminares de topografia, o levantamento planialtimétrico, os desenhos e os serviços de plotagem preliminar das estruturas. A assinatura do contrato para a execução dos serviços topográficos de locação de estruturas e de levantamento de seções diagonais e o contrato para a execução dos serviços de estudo dos solos, sondagem e medição de resistividade depende da emissão da Licença Ambiental de Instalação.

#### **12DB - Implantação da Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) – Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e da Subestação associada em Linhares (230/138 kV)**

Física inicial: 0%

Financeira inicial: R\$ 0

Física corrigida: 12%

Financeira corrigida: R\$ 8.351.313

Física realizada: 1%

Financeira realizada: R\$ 563.598

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 8,33%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 6,75%

Comentários gerais:

Empreendimento adjudicado a FURNAS no Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão Aneel nº 006/2010 foi assinado em 12/07/2010.

A emissão da Licença Prévia estava prevista, conforme Contrato de Concessão, para ocorrer em setembro de 2010, fato este que não ocorreu, estando sua previsão de emissão atualizada para abril de 2011.

Atualmente, encontram-se em realização os estudos ambientais e de traçado do empreendimento.

#### **4469 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste - Atividade**

Financeira inicial: R\$ 16.806.093

Financeira corrigida: R\$ 22.509.887

Financeira realizada: R\$ 15.562.381

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 69,14%

Comentários gerais:

Considera os investimentos necessários à implantação de obras de melhorias, reabilitações e substituições de equipamentos e sistemas visando garantir as condições adequadas de funcionamento das instalações de geração de FURNAS, que integra 10 usinas hidrelétricas, com 8.662 MW, e 2 usinas termelétricas, com mais 962 MW.

Em 2010, destacou-se a continuidade da implantação do Sistema de Hidrometeorologia de FURNAS, composta de 200 estações telemétricas, das quais 16 foram implantadas.

Na UHE Itumbiara foram concluídos os serviços de construção da rampa de acesso para embarcações ao leito do rio Paranaíba, à jusante da usina, e de adequação da via de acesso ao local.

Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho foi concluído a construção de cerca complementar junto às instalações do almoxarifado da área industrial.

Na UHE Corumbá foi concluída melhoria na bacia de contenção do grupo gerador diesel da usina.

Na UHE Marimbondo foi concluída a construção do novo sistema de drenagem para a nova caixa separadora de água e óleo no pátio dos transformadores e a adaptação da sala de baterias da SE incluindo a instalação de porta corta-fogo e esquadria.

Na UHE Furnas foram concluídos os serviços de estabilização do talude junto à UG 8.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a atraso na execução dos serviços de revitalização na UHE Luiz Carlos Barreto e embaraços com Alfândega de componentes importados dos EUA, pelo fornecedor.

#### **4478 - Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste - Atividade**

Financeira inicial: R\$ 61.421.279

Financeira corrigida: R\$ 87.954.613

Financeira realizada: R\$ 50.243.485

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 57,12%

Comentários gerais:

Considera os investimentos necessários à implantação de obras de melhorias, reabilitações e substituições de equipamentos e sistemas visando garantir as condições adequadas de funcionamento das instalações de transmissão de FURNAS, que integra 44 subestações, com 101.987 MVA instalados, além de 19.346 km de Linhas de Transmissão.

Em 2010, destacaram-se os investimentos realizados em reparo de transformadores, modernização de serviços auxiliares e de proteções em diversas subestações, revitalização dos reatores da SE Tijuco Preto e da SE Ivaiporã, a atualização tecnológica do Sistema e Supervisão e Controle do Sistema Elétrico e a revisão geral de disjuntores em diversas subestações. Também destacaram-se a continuidade dos serviços referentes à implantação do Sinocon, em atendimento à Resolução Aneel nº 1438/2008, e a implantação de melhorias no Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas na SE Itaberá.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a atraso nas contratações do fornecimento de materiais e equipamentos referentes à implantação do Sinocon e dos correspondentes serviços.

#### **1H08 - Modernização da Usina Hidrelétrica Funil com 216 MW (RJ)**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 71.575

Física corrigida: 1%

Financeira corrigida: R\$ 71.575

Física realizada: 0%

Financeira realizada: R\$ 0

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 0%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 0%

Comentários gerais:

Devido à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.

### **3292 - Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas com 1.216 MW (MG)**

Física inicial: 4%

Financeira inicial: R\$ 26.508.919

Física corrigida: 3%

Financeira corrigida: R\$ 22.504.233

Física realizada: 3%

Financeira realizada: R\$ 20.389.095

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 100%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 90,6%

Comentários gerais:

Esse empreendimento apresenta avanço físico total de 89%, já tendo sido concluída a modernização de 4 UG (UG 3, 4, 5 e 6).

Especificamente em 2010 foi concluída a modernização da UG3.

As atividades relacionadas ao fornecimento de equipamentos e componentes evoluem em conformidade com o cronograma atual.

As obras civis relacionadas à construção da sala de quadros da tomada d'água continuam paralisadas, pois aguardam a conclusão da retirada dos cabos existentes. A conclusão das obras depende da modernização das UG 1, 2, 7 e 8 para a retirada dos cabos existentes.

Continuam em execução os seguintes serviços: instalações de painéis da UG 2; comissionamento dos pórticos da tomada d'água e do tubo de sucção; desmontagem do sistema antigo de iluminação e tomadas da casa de força; revisão das chaves seccionadoras dos vão modernizados da subestação e modernização das pontes rolantes da casa de força; montagem de leitos e eletrodutos para cabos; lançamento e ligação de cabos de força e controle; montagem do sistema de iluminação e tomadas da casa de força; montagem de dutos do sistema de ventilação da casa de força e implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) na sala de controle da usina; instalação do sistema de combate a incêndio na galeria de cabos das UG 1 a 8; construção de bases de equipamentos na casa de força.

A construção de duas salas de controle locais das UG 7 e 8 e das 1 e 2 encontra-se paralisada aguardando o início da modernização das respectivas UG.

A montagem do sistema de CO<sub>2</sub> na casa de força – UG 1, 2, 7 e 8 encontra-se paralisada aguardando a construção das demais salas de controle locais.

Na SE 345 kV (pátio, casa de relés e casa do grupo diesel) encontra-se em andamento a montagem dos painéis na casa de relés.

Atividades concluídas: modernização da UG 3 em novembro/2010; primeira etapa da construção das caixas de passagem do sistema de drenagem da estrada de acesso à galeria da tomada d'água e vertedouro; construção do tanque separador de água e óleo da margem direita e da margem esquerda; instalação da nova proteção de barra da subestação; lançamento de cabos das comportas do vertedouro; comissionamento do painel de controle local do vertedouro 7; escavação para passagem da tubulação de drenagem oleosa do tanque separador de água e óleo da margem esquerda e os serviços de alargamento dos furos através de usinagem com o objetivo de corrigir os desalinhamentos entre os furos da tampa da turbina e anel inferior, além do desnivelamento entre a tampa da turbina e o pré-distribuidor.

Foi iniciada e concluída a modernização dos pórticos da tomada d'água e do tubo de sucção.

### **7066 - Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)**

Física inicial: 9%

Financeira inicial: R\$ 45.618.823

Física corrigida: 8%

Financeira corrigida: R\$ 44.184.622

Física realizada: 8%

Financeira realizada: R\$ 44.161.136

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 100%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 99,95%

Comentários gerais:

Esse empreendimento apresenta avanço físico total de 91%, já tendo concluída a modernização de 4 UG (UG1, 2, 3 e 5).

Especificamente em 2010 foi concluída a modernização da UG 5.

O fornecimento de equipamentos evolui de acordo com o planejamento executivo atual.

Foi iniciado o comissionamento das chaves seccionadoras 841 e 843 e do disjuntor 842 do vão da UG 4.

Continuam em andamento os seguintes serviços: comissionamento dos novos painéis da UG 4; montagem dos painéis do sistema de ar de rebaixamento; montagem de vias de cabos do vão da UG 4 no pátio da SE; modernização do gerador, da

turbina, do sistema de regulação, do sistema de água nebulizada, do sistema de águas de resfriamento, da comporta vagão, do tubo de sucção, da caixa espiral e do conduto forçado da UG 4; montagem do sistema de alarme e detecção de incêndio do vertedouro; retirada de pendências da UG 3; ligação de cabos no painel da UG 4; montagem do sistema de ar de rebaixamento das UG; modernização da comporta segmento do vertedouro do vão 1; lançamento da cablagem da UG 4; modernização da LT Luiz Carlos Barreto de Carvalho - Poços de Caldas 2; na UG 5 os serviços de pintura externa do conduto forçado e retirada de pendências da UG 5; lançamento e ligação de cabos nos novos painéis da LT Luiz C. B. de Carvalho - Poços de Caldas 2; montagem dos painéis do sistema digital e controle do vertedouro; montagem do sistema de esvaziamento das UG e construção da sala de controle local 6; montagem do sistema de água nebulizada da área dos tanques de óleo isolante; construção do acesso à caixa d'água do sistema de água nebulizada; montagem dos extintores do sistema anti-incêndio da casa de força; retirada, furação e montagem dos novos postes de iluminação na tomada d'água, no vertedouro e nas ruas de acesso; montagem do sistema de iluminação do pátio dos transformadores; reparo nas canaletas de águas pluviais da subestação; montagem do sistema de ventilação da casa de força; construção de base para apoio da central hidráulica da UG 6; construção das salas de controle 4 e 5; furações e construções de bases na casa de força; montagem do sistema de Circuito Interno de TV (CITV) na tomada d'água, no vertedouro, na estação de telecomunicação e na guarita; ampliação da estação de telecomunicação; montagem do sistema de ar comprimido de serviço; montagem do sistema de CITV da casa de força e SE; melhoria no sistema de iluminação da casa de força; implantação do sistema de proteção contra incêndio da casa de força; montagem do aterramento nas canaletas do pátio da SE; lançamento de cabos entre painéis na casa de relés; e lançamento de cabos entre a casa de força, tomada d'água e o sistema auxiliar elétrico do vertedouro.

Atividades concluídas: montagem dos para-raios da UG 4, das chaves seccionadoras 841 e 843 do vão e do disjuntor 842 do vão; modernização da proteção e controle da Linha de Interligação Mascarenhas de Moraes - Estreito; serviços de pintura externa do conduto forçado da UG 6; ampliação da estação de telecomunicação; montagem de tubulações de águas de serviço na galeria mecânica; montagem dos novos TC do vão da UG 4; montagem do sistema de CO<sub>2</sub> da Estação de Telecomunicação (Etel); obras civis no pátio dos transformadores elevadores da UG 4; construção da área de acesso à SE; retirada de pendências da UG 2; comissionamento e testes da proteção e controle da LT Luiz Carlos Barreto de Carvalho - Poços de Caldas 2; desmontagem dos disjuntores e transformadores de corrente do vão da UG 4; descomissionamento da UG 4; modernização da comporta segmento do vão 2 do vertedouro; construção de abrigo do transformador TLBG de iluminação e tomadas entre a tomada d'água e o vertedouro; construção das bases de apoio da tubulação de água nebulizada dos transformadores das UG 1 a 6; comissionamento da UG 5; serviços de pintura externa do conduto forçado da UG 4; construção das bases de apoio da tubulação de água nebulizada na tomada d'água e casa de força; montagem do sistema de descargas parciais da UG 5; construção de base para apoio da central hidráulica da UG 5; construção dos medidores de vazão das UG 4 e 5; implantação do novo sistema de teleproteção das linhas da SE de 345 kV; comissionamento da proteção da LT Luiz C. B. de Carvalho - Poços de Caldas 1; montagem e comissionamento das chaves seccionadoras do vão da UG 5; montagem do barramento de excitação da UG 5; montagem de vias de cabos; lançamento e ligação dos cabos no poço da turbina da UG 5; furação dos *blockout* do sistema de ventilação da galeria de painéis na casa de força; montagem das novas bombas do poço de esvaziamento das unidades geradoras; modernização da turbina, do gerador, do sistema de regulação, do sistema de resfriamento, do conduto forçado e da caixa espiral, além da montagem e lançamento de cabos para os novos painéis na UG 5; comissionamento dos novos painéis da UG 5; construção das salas de controle 3; construção de bacia de manutenção dos transformadores; montagem do medidor de nível da UG 2; serviços de jateamento e pintura da caixa espiral e conduto forçado da UG 2; serviços de pintura externa do conduto forçado da UG 3; recuperação da pavimentação do pátio dos transformadores; montagem do sistema de busca a pessoas; remoção da pintura externa e antiga no conduto forçado da UG 2; abertura de *blockout* nas UG 1 a 5 para o sistema de ventilação; modernização do tubo de sucção da UG 5; comissionamento do sistema de água nebulizada da UG 5; comissionamento do sistema de CO<sub>2</sub> da sala de controle local da UG 5; comissionamento do sistema de CO<sub>2</sub> da sala de controle local da UG 4; comissionamento dos painéis da comporta vagão da UG 5; montagem de vias de cabos do sistema de CO<sub>2</sub> do gerador da UG 5; instalação do novo portão de entrada na sala da caixa d'água do sistema anti-incêndio na tomada d'água; montagem da interligação da tubulação contra incêndio do sistema de água nebulizada com a caixa d'água da vila residencial; modernização do sistema de água nebulizada da UG 5; montagem do sistema de ar condicionado da sala de controle local UG 5; instalação elétrica do sistema de água nebulizada; retirada de pendências dos equipamentos da UG 1; montagem do barramento circular da UG 5; montagem do sistema de ar condicionado da sala de controle local da UG 4; modernização da comporta vagão a UG 5; montagem do sistema de ar condicionado da Etel; lançamento e ligação de cabos no painel de controle da comporta vagão da UG 5 na tomada d'água; construção de cercas e portões na guarita de acesso a UHE e limites do vertedouro; montagem dos equipamentos de alta tensão da UG 5 no pátio da SE 345 kV; montagem do sistema de ar condicionado da sala de controle local UG 3 e montagem do novo sistema de iluminação do pátio de manobras da SE.

### **1D35 - Modernização da Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476 MW - Fase 2 (MG)**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 71.575

Física corrigida: 1%

Financeira corrigida: R\$ 71.575

Física realizada: 0%

Financeira realizada: R\$ 0

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 0%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 0%



Comentários gerais:

Devido à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.

#### **7068 - Modernização da Usina Hidrelétrica Porto Colômbia com 320 MW (MG/SP)**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 71.575

Física corrigida: 1%

Financeira corrigida: R\$ 71.575

Física realizada: 0%

Financeira realizada: R\$ 0

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 0%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 0%

Comentários gerais:

Devido à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.

#### **8549 - Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Atividade**

Financeira inicial: R\$ 12.660.757

Financeira corrigida: R\$ 11.605.694

Financeira realizada: R\$ 6.920.958

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 59,63%

Comentários gerais:

Considera os investimentos necessários à implantação de ações e programas de conservação e preservação ambiental decorrentes da implantação das instalações de geração e de transmissão em operação de FURNAS.

Entre os principais eventos destacam-se os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas e os Termos de Ajustamento de Conduta e Condicionantes Ambientais voltados ao cumprimento de exigências inerentes à obtenção de Licença de Operação de diversas instalações.

Além desses, foram realizados vários programas de educação ambiental, implantação de estação de monitoramento de ar, construção de bacias de contenção de óleo, caixa separadora de água e óleo, abrigo para resíduos industriais e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em diversas subestações.

Foi dada continuidade às ações de atendimento ao MAB do APM Manso (reassentamento) e da UHE Serra da Mesa (relocação de estrada).

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a impossibilidade de concluir a tempo o projeto de substituição do gás utilizado na proteção contra incêndio do Bloco "E" por agente limpo. Devido à complexidade deste empreendimento e a proximidade do final do ano, não houve tempo suficiente para sua aquisição e execução, estando este orçado para 2011.

#### **2200 - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal - Atividade**

Financeira inicial: R\$ 36.889.676

Financeira corrigida: R\$ 42.496.847

Financeira realizada: R\$ 31.040.866

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 73,04%

Comentários gerais:

Em 2010 foram concluídas e energizadas as seguintes obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS:

- Subestação Brasília Geral 3A - substituição de 2 transformadores de 30 MVA por 2 de 60 MVA, 6 transformadores de corrente de 34,5 kV e 12 chaves seccionadoras de 34,5 kV, elevando a capacidade nominal desta subestação de 180 MVA para 240 MVA - entrada em operação em 17/01/2010;

- Subestação Samambaia – 11A - implantação de 01 banco de capacitores *shunt* em 345 kV com 150 Mvar e módulo de conexão – entrada em operação: 03/12/2010.

Também foram intensificadas várias ações voltadas a garantir a implantação das obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS, com destaque para:

- Subestação Barro Alto 4A - Implantação de 1 banco de transformadores monofásicos 230/69 kV, 3 x 16,67 MVA, e conexões associadas – entrada em operação prevista para 31/07/2011.

- Subestação Barro Alto 5A - Implantação de 1 banco de capacitores paralelos 230 kV, 27,7 MVar, e conexões associadas – entrada em operação prevista para 30/06/2011.

- Subestação Samambaia 10A - Implantação de 1 banco de autotransformadores monofásicos 345/138 kV, 3 x 75 MVA, e conexões associadas – entrada em operação prevista para 31/10/2011.

- Subestação Brasília Sul 19A - Implantação de 1 banco de autotransformadores 345/230 kV, 150 MVA, e conexões associadas – entrada em operação prevista para 31/10/2011.

- Subestação Brasília Sul 20A - Implantação de 1 banco de autotransformadores monofásicos 345/230 kV, 75 MVA, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/04/2012.
- Subestação Rio Verde 16A - Implantação de 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, 33,33 MVA, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/04/2012.
- Subestação Brasília Geral 5A - Substituição de 2 autotransformadores trifásicos 345/230 kV, 30 MVA, por 1 de 345/230 kV, 60 MVA, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 31/04/2012.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a:

- atraso no processo de aquisição de disjuntores para diversos empreendimentos. Para obter melhor cotação no mercado os mesmos foram agrupados em único processo aquisitivo, gerando economia de escala, com necessidade de aguardar emissão de várias requisições para a confecção de edital único;
- atraso na contratação de empreiteiras para a execução das obras pelo mesmo motivo acima citado.

#### **2194 - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais**

Financeira inicial: R\$ 117.779.749

Financeira corrigida: R\$ 148.061.063

Financeira realizada: R\$ 95.048.714

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 64,20%

Comentários gerais:

Em 2010 foram intensificadas várias ações voltadas a garantir a implantação das obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS, com destaque para:

- Subestação Mascarenhas de Moraes 4A - Implantação de 1 banco de autotransformadores 345/138 kV, de 400 MVA, incluindo uma unidade reserva e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/09/2011.
- Subestação Mascarenhas de Moraes 8A - Implantação de 1 banco de autotransformadores 345/138 kV, de 400 MVA, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/01/2013.
- Subestação Tijuco Preto 19A - Implantação de 2 bancos de reatores limitadores de corrente de curto-circuito, 15 ohms por fase (6 fases) e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/07/2011.
- Subestação Ivaiporã 9A - Implantação de 2 bancos de reatores 345/138 kV, de 180 MVar cada, incluindo uma unidade reserva e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/04/2011.
- Subestação Poços de Caldas 14A - Implantação de 1 banco de autotransformadores 345/138 kV, composto de 4 unidades de 75 MVA, sendo uma unidade reserva e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/07/2011.
- Subestação Poços de Caldas 15A - Implantação de 1 banco de capacitores 345 kV, 150 MVar, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/06/2011.
- Subestação Poços de Caldas 16A - Implantação de 1 banco de capacitores *shunt* 138 kV, 150 MVar, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/05/2011.
- Subestação Poços de Caldas 17A - Implantação de 2 autotransformadores monofásicos 345/138 kV, de 75 MVA cada, para compor o 6º banco, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/10/2011.
- Subestação Guarulhos 7A - Implantação de 2 bancos de capacitores 345 kV, um de 100 MVar e outro de 150 MVar, e conexões associadas - entrada em operação prevista para 30/09/2011.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se aos mesmos motivos citados na Ação 2200.

#### **2192 - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**

Financeira inicial: R\$ 51.210.449

Financeira corrigida: R\$ 52.553.276

Financeira realizada: R\$ 48.068.516

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 91,47%

Comentários gerais:

Em 2010 foram concluídas e energizadas as seguintes obras de reforços, ampliações e adequações no sistema de transmissão de FURNAS:

- Subestação Santa Cruz 2A - implantação de vãos de linha correspondente as seguintes LT: LT 138 kV Santa Cruz - BrisaMar I e II e LT 138 kV Santa Cruz - Angra - entrada em operação: JAN/2010.
- Subestação Viana 2A - implantação do terceiro banco de autotransformadores de 225 MVA e de 345/138/13,8 kV - entrada em operação: 20/07/2010. O empreendimento aumentou em 50% a capacidade de transformação da SE Viana, que, em conjunto com a SE Vitória, também de FURNAS, responde por cerca de 80% da energia elétrica consumida no Estado do Espírito Santo.
- Subestação Adrianópolis 20A - O empreendimento foi energizado parcialmente, no dia 27/06/2010 com a entrada de uma bobina de bloqueio para Jacarepaguá C1 e uma bobina de bloqueio para Jacarepaguá C2 em 04/06/2010.
- Subestação Jacarepaguá 11A - O empreendimento foi energizado parcialmente, no dia 27/06/2010 com a entrada de uma bobina de bloqueio para Adrianópolis C1 e uma bobina de bloqueio para Adrianópolis C2 em 04/06/2010.
- Subestação Macaé 2A - Implantação de 1 banco de reatores 345 kV, de 60 (3x20) MVar, incluindo uma unidade reserva, em 345 kV, de 20 MVar - entrada em operação em 21/09/2010.
- Subestação Jacarepaguá 10A - Implantação de 1 banco de Autotransformador 345/138/13,8 kV, composto por 3 unidades monofásicas de 75 MVA cada, totalizando 225 MVA e módulos de conexão - entrada em operação provisoriamente em 11/10/2010 atendendo uma demanda da Light, foi solicitado a FURNAS a conclusão deste empreendimento antes do período do verão e desta forma FURNAS implantou um arranjo provisório.

**3360 - Reforços nas Torres de Linhas do Sistema de Transmissão de Itaipu, em 750 kV, nos trechos: Foz do Iguaçu - Ivaiporã; Ivaiporã - Itaberá I e II; e Itaberá - Tijucu Preto I e II (PR/SP)**

Física inicial: 1%

Financeira inicial: R\$ 71.575

Física corrigida: 1%

Financeira corrigida: R\$ 1.925.000

Física realizada: 0%

Financeira realizada: R\$ 33.114

% de execução física realizado no ano (física realizada/física prevista ou prevista corrigida): 0%

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 1,72%

Comentários gerais:

A execução desse empreendimento depende de autorização de desligamento das Linhas de Transmissão pelo ONS.

**4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**

Financeira inicial: R\$ 47.980.526

Financeira corrigida: R\$ 54.979.432

Financeira realizada: R\$ 44.713.629

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 81,33%

Comentários gerais:

Em 2010 foi dado andamento às seguintes atividades:

- projetos de modernização para o sistema de telefonia (Escritório Central e Áreas Regionais);
- projetos de modernização para o Sistema de Teleproteção para as Linhas de Transmissão de 345, 500 e 750 kV;
- implantação dos sistemas rádio digital para atendimento às LT Ibiúna - Bateias 500 kV (sistema novo) e à rota de Itaipu (modernização). Sendo que foram concluídas as atividades relacionadas à instalação dos sistemas de energia;
- implantação da via óptica OPGW na LT Campinas - Araraquara 500 kV. Sendo que foi concluída a instalação, ativação e testes locais relativos aos equipamentos de transmissão óptica para atendimento à SE Araraquara;
- implantação da rede operativa, compreendendo as redes locais para atendimento aos serviços de proteção, controle e supervisão nas usinas e subestações;
- atividades relacionadas à manutenção evolutiva e corretiva do sistema geográfico de informações de FURNAS (Gisfurnas);
- instalação de dois sensores de descargas atmosféricas do Sistema de Detecção de Descargas Atmosféricas (SISDAT), um no aeródromo de Guaíra e o outro na estação de microondas Roncador, no Estado do Paraná;
- implantação da Rede Integrada de Sincronismo (RISO);
- implantação do Sistema de Gerência Eletrônica de Documentos (GED);
- operação assistida, adequações e ajustes no Sistema de Gestão Integrado (*Enterprise Resource Planning* - ERP).

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a:

- Projeto de Controle de Ponto e Acesso transferido para 2011. O investimento está orçado para 2011;
- valores orçados para aquisição de equipamentos de informática não foram utilizados porque, após estudos concluiu-se que a locação destes equipamentos, com o serviço de manutenção e suporte, é mais vantajosa para a Empresa. O processo de locação está em andamento com previsão de conclusão em 2011.

**4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**

Financeira inicial: R\$ 13.920.511

Financeira corrigida: R\$ 12.760.468

Financeira realizada: R\$ 4.396.568

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 34,45%

Comentários gerais:

Em 2010 foram realizadas, nas edificações de FURNAS, obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto e energia elétrica.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a:

- substituição dos elevadores sociais e de carga não pode ocorrer dentro do prazo estipulado devido a questionamentos sobre o Edital que foi revogado. Processo orçado para ser realizado no exercício de 2011;
- a obra orçada para melhorias nas instalações de armazenamento em Adrianópolis não foi realizada em função de falta de estudos que comprovem a viabilidade da reativação do almoxarifado;
- os pedidos de aquisições de materiais para obras civis, com Requisições emitidas no final de 2010, não tiveram tempo hábil para processamento no ano.

**4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**

Financeira inicial: R\$ 25.621.691

Financeira corrigida: R\$ 25.185.139

Financeira realizada: R\$ 13.934.563

% de execução financeira realizado no ano (financeira realizada/financeira prevista ou prevista corrigida): 55,33%

Comentários gerais:

Em 2010 foram adquiridos veículos para a fiscalização do sistema de transmissão e renovação da frota, mobiliário, máquinas e equipamentos, tais como: unidade móvel de regeneração de óleo isolante, unidade de recuperação de tratamento de gás, medidor de ponto de orvalho, guindaste hidráulico veicular, caminhão, veículo utilitário, camioneta de uso misto, empilhadeira, lança articulada autopropelida e estação de solda.

O baixo percentual de execução financeira realizado no ano deveu-se a:

- Projeto de Sistemas de Detecção de Incêndio Escritório Central impactado porque o Bloco “E” possui agravantes para a pronta substituição do painel antigo pelo novo, em função da existência de vários sistemas interligados;
- abertos processos de requisição para execução da instalação dos sistemas de detecção e dos sistemas de supressão a incêndio por agente limpo, em substituição ao atual, a gás. Processo orçado para o exercício de 2011;
- previsão de orçamento para obra e troca do mobiliário no auditório do bloco A não foi realizada em função de obra emergencial no auditório do bloco B, que ficou inativo. Processo a ser retomado em 2011;
- Central de Relacionamento que absorveria o Núcleo de Atendimento do Departamento de Pessoal (com novo *layout* mais funcional) não foi inaugurada por questões de tecnologia, comprometendo as aquisições para 2010.

Fonte: SIGPLAN.

## 2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

### 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	32228	32228

#### 2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.2.4. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	764.178.312	1.444.137.216	311.528.724	462.451.838	1.129.489.366	1.271.612.173
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários						
	Abertos						
CRÉDITOS	Reabertos						
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		764.178.312	1.444.137.216	311.528.724	462.451.838	1.129.489.366	1.271.612.173

Fonte: Decretos nº 7.035/2009 e 7.417/2010, conforme discriminado na Análise Crítica.

### Análise Crítica

Os dados foram extraídos dos Demonstrativos de Usos e Fontes de 2009 e 2010, tendo como base os Decretos aprovados. O Demonstrativo de 2009 está apresentado a seguir e o de 2010, encontra-se no subitem 2.4.2.1.4. Demonstrativo de Usos e Fontes dos Recursos.

Coluna 1 – Pessoal e Encargos Sociais: a variação de 2009 para 2010 justifica-se pela previsão de gasto com Programa de Desligamento Voluntário em aproximadamente R\$ 524 milhões. O PDG não considera o valor de mão-de-obra contratada nesta rubrica por se tratar de Prestação de Serviços.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida: acréscimo verificado em razão da captação de novos recursos devido à expectativa de antecipação dos recursos relativos à Lei nº 12.111.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes: O montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foi considerada a Compra de Energia; Combustível Vinculado à Produção e Tributos.

Decreto nº 7.035, de 16/12/2009

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa de Dispendios Globais (PDG)

Secretaria Executiva

Reprogramação 2009

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Demonstrativo de Usos e Fontes

Empresa: FURNAS Centrais Elétricas S.A.

Valores em R\$ 1,00			
Usos	Valor	Fontes	Valor
Dispendios de Capital	2.548.872.377	Receitas	7.179.534.988
Investimentos	1.600.052.009	Receita Operacional	6.498.531.510
Inversões Financeiras	437.200.000	Receita Não Operacional	681.003.478
Amortizações Operações de Crédito LP	433.098.859	Retorno de Aplicações Financeiras LP	289.112.665
Operações Internas	212.619.521	Operações de Crédito	770.000.000
Outras Fontes	220.479.338	Operações de Crédito Internas - Moeda	670.000.000
Outros Dispendios de Capital	78.521.509	Operações de Crédito Externas - Moeda/Outra	100.000.000
Dispendios Correntes	5.923.641.854	Outros Recursos - Longo Prazo	656.494.039
Pessoal e Encargos Sociais	764.178.312	Empréstimos / Financiamentos (Não Inst.Fin.)	594.121.574
Materiais e Produtos	2.791.497.727	Demais Recursos de LP	62.372.465
Serviços de Terceiros	462.344.645	<b>Total dos Recursos</b>	<b>8.895.141.692</b>
Utilidades e Serviços	26.887.053	Variação de Capital de Giro	(28.726.953)
Tributos e Encargos Parafiscais	980.652.929	Ajustes Receitas e Despesas Financeiras	(27.000.000)
Encargos Financeiros e Outros	311.528.724	Variação do Disponível	(366.900.508)
Operações Internas	176.932.262		
Outras Fontes	134.596.462		
Demais Dispendios Correntes	586.552.464		
<b>Total dos Usos</b>	<b>8.472.514.231</b>	<b>Total Líquido dos Recursos</b>	<b>8.472.514.231</b>

#### 2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00							
QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	1.600.052.009	1.607.442.568	437.200.000	375.434.655	433.098.859	328.793.323
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários						
	Abertos						
CRÉDITOS	Reabertos						
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		1.600.052.009	1.607.442.568	437.200.000	375.434.655	433.098.859	328.793.323

Fonte: Decretos nº 7.035/2009 e 7.417/2010, conforme discriminado no subitem 2.3.3. Quadro II.C.2. Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade.

### 2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.2.6. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS						
	Origem dos Créditos Orçamentários	7 – Despesas Correntes		8 – Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência
		Exercícios		Exercícios		Exercícios
		2009	2010	2009	2010	2009 2010
LOA	Dotação proposta pela UO	2.205.196.402	3.178.201.227	2.470.350.868	2.311.670.546	
	PLOA					
CRÉDITOS	LOA					
	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
	Outras Operações					
	Total	2.205.196.402	3.178.201.227	2.470.350.868	2.311.670.546	

### 2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se aplica.

### 2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

#### 2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

##### 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ Mil

QUADRO A.2.8. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ				
Modalidade de Contratação	Despesa Realizada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite		1.554		
Tomada de Preços		2.448		
Concorrência		20.144		
Pregão		352.215		
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa		100.535		
Inexigibilidade		39.967		
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha		1.007.811		
Diárias		9.168		
<b>Outros</b>		86.017		

#### Observação:

Até 2009, essas informações eram descentralizadas. Em 2010, a consolidação das mesmas tornou-se possível em função da implantação do Sistema de Gestão SAP-ERP.

Fonte: SAP-ERP.

#### 2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

<b>QUADRO A.2.9. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ</b>								
Grupos de Despesa	Despesa Realizada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>958.547.186</b>	<b>941.764.769</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>208.509.609</b>	<b>237.043.580</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.212.176.558</b>	<b>1.343.672.617</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Programa de Dispêndios Globais.

#### Análise Crítica

Item 1 – Despesas de Pessoal: a variação superior em 2009 refere-se ao reconhecimento de passivo de seguro de vida em grupo, no valor de R\$ 113,9 milhões, de acordo com avaliação atuarial realizada por consultoria, com base na deliberação CVM nº 371 e apropriação da indenização de ajuste de internáveis (PCCR) – R\$ 37,3 mil.

Item 2 – Juros e Encargos da Dívida: necessidade de captação de novos recursos para saldar expectativa de antecipação dos recursos relativos à Lei nº 12.111.

#### 2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

<b>QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ</b>								
Grupos de Despesa	Despesa Realizada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>	<b>1.433.257.637</b>	<b>1.245.290.479</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>206.087.235</b>	<b>340.387.508</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>363.026.056</b>	<b>297.475.420</b>						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Programa de Dispêndios Globais

## Análise Crítica

Item 5 – Inversões Financeiras: valor superior em 2010 devido a aporte em UHE Santo Antônio no valor de R\$ 140 milhões.

### 2.4.2.1.4. Demonstrativo de Usos e Fontes dos Recursos – 2010

A revisão final do Demonstrativo de Usos e Fontes dos Recursos de FURNAS foi aprovada pelo Decreto nº 7.417, de 30.12.2010.

R\$ Milhões			
PDG 2010	Realizado (A)	Decreto nº 7.417 (B)	Utilização (A/B)*100 (%)
<b>Recursos Totais</b>	<b>8.719</b>	<b>8.768</b>	<b>99,44</b>
Receitas	7.718	7.114	108,49
Operacional	7.023	6.866	102,28
Não Operacional	695	248	280,60
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	0	0	0,00
Retorno Financiamento de Longo Prazo	128	152	84,20
Recursos de Financiamentos de Longo Prazo	260	586	44,32
Operações Internas – Moeda	260	463	56,11
Operações Internas – Bens e Serviços	0	0	0,00
Operações Externas – Moeda	0	123	0,00
Operações Externas – Bens e Serviços	0	0	0,00
Outras Fontes	0	0	0,00
Outras Fontes	613	916	66,92
<b>Dispêndios Totais</b>	<b>8.413</b>	<b>9.363</b>	<b>89,85</b>
<b>Dispêndios de Capital</b>	<b>1.883</b>	<b>2.560</b>	<b>73,56</b>
Investimento	1.245	1.607	77,47
Inversões Financeiras	340	375	90,66
Amortização de Principal	297	329	90,47
Operações Internas	24	22	108,07
Operações Externas	0	307	0,00
Outras Fontes	274	0	100,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	0,00
Dividendos	0	248	0,00
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>6.530</b>	<b>6.803</b>	<b>95,97</b>
Pessoal e Encargos Sociais	942	1.444	65,21
Serviços de Terceiros	496	558	88,96
Utilidades e Serviços	25	26	96,86
Materiais e Produtos	3.214	2.741	117,27
Tributos e Encargos Parafiscais	852	958	88,91
Juros e Outros	237	462	51,26
Operações Internas	84	190	44,28
Operações Externas	0	0	0,00
Outras Fontes	153	273	56,10
Outros Dispêndios Correntes	763	614	124,30
<b>Variação de Empréstimo Curto Prazo (IF)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de Capital de Giro</b>	<b>(19)</b>	<b>1.307</b>	<b>(1,48)</b>
<b>Ajuste Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(71)</b>	<b>50</b>	<b>(141,48)</b>
<b>Variação do Disponível</b>	<b>(214)</b>	<b>(762)</b>	<b>28,14</b>
<b>Total Líquido de Recursos</b>	<b>8.414</b>	<b>9.363</b>	<b>89,86%</b>



## **2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

### **2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Não se aplica.

### **2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Não se aplica.

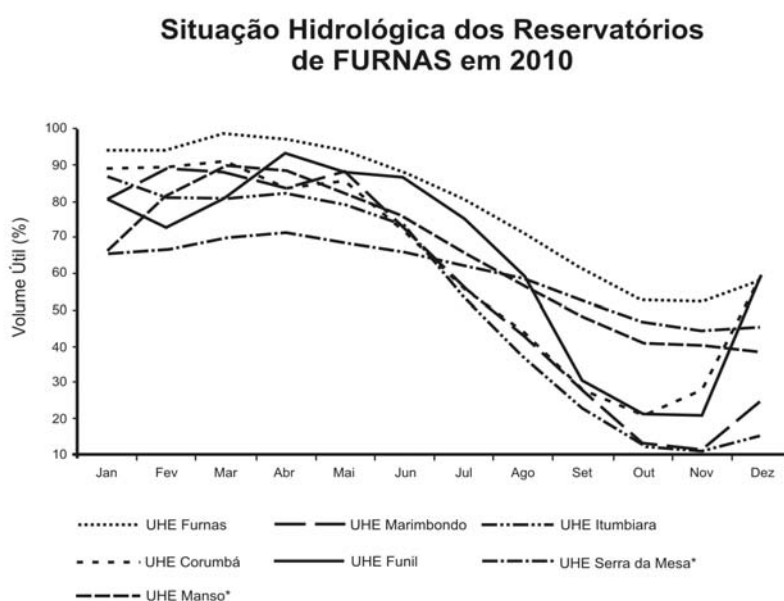
### **2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Não se aplica.

## **2.4.3. Indicadores Institucionais**

### **Operação do Sistema**

O ano de 2010 foi, de forma geral, desfavorável sob o aspecto hidrológico, na área em que se situam as instalações de FURNAS, à exceção da bacia do rio Paraíba do Sul (UHE Funil), que manteve as vazões afluentes em torno da média histórica. Com o início do período chuvoso, em novembro, todas as bacias apresentaram vazões acima da média, terminando o ano em situação favorável. Em termos operacionais, após o início da estação chuvosa, deu-se a esperada recuperação do armazenamento de seus reservatórios, fator de grande importância para manter o padrão de qualidade e confiabilidade na prestação de serviços de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.



\* Parceria com a iniciativa privada.

Obs.: UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Porto Colômbia fazem parte da bacia do rio Grande e se localizam em posições intermediárias em relação aos reservatórios das UHE Furnas e Marimbondo, com comportamento similar.

As instalações de geração ficaram disponíveis em 88% do tempo (83%, se incluídas as atividades de modernização) e as de transmissão tiveram suas linhas disponíveis em 99,7%. Esses indicadores foram obtidos a partir de investimentos, principalmente, na manutenção e operação do parque gerador e das instalações de transmissão.

Destaca-se, também, o desenvolvimento do Sistema para Controle de Intervenções, Indisponibilidades e Restrições Operativas (SIRO), com previsão de entrada em operação em 2011.

Ao mesmo tempo, a Empresa está desenvolvendo critérios para aperfeiçoar ações de comando remoto de instalações a partir dos Centros de Operação Regionais.

Na Transmissão, destacou-se, em 2010, a entrada em operação de novas instalações, relacionadas a seguir, que proporcionaram maior confiabilidade e melhor desempenho do SIN, a saber:

- LT 345 kV Macaé – Campos, circuito 3, e ampliações das SE associadas;
- LT 345 kV Furnas – Pimenta 2 (SPE);
- SE Samambaia – 2º banco de capacitores em 345 kV;
- SE Macaé – banco de reatores em 345 kV, 80 Mvar;
- SE Viana – 3º banco de autotransformadores em 345/138/13,8 kV, 225 MVA;
- SE Tijuco Preto – 4º banco de transformadores em 765/345 kV, 1.500 MVA;
- SE Brasília Geral – substituição de dois autotransformadores trifásicos de 30 MVA, 230/34,5 kV, por dois de 60 MVA;
- SE Venda das Pedras – resultou do seccionamento da LT 345 kV Adrianópolis – Macaé, circuito 1. FURNAS é acessante da referida SE, que pertence à empresa Elecnor Transmissão de Energia S.A.

Cabe destacar que, em 2010, FURNAS iniciou a substituição dos sistemas de proteção das linhas de transmissão em 765 kV, em operação há 30 anos, por equipamentos de tecnologia digital. Esses dispositivos, em casos de curto-circuito, são responsáveis pelo desligamento das linhas, eliminando os defeitos e a propagação dos distúrbios. Os circuitos 1, 2 e 3 das LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã e Itaberá – Tijuco Preto e o circuito 3 da LT Ivaiporã – Itaberá já estão operando com a nova tecnologia.

Além disso, encontra-se disponível para operação a nova SE 138 kV Santa Cruz, que inclui os nove vãos das LT, remanejados da antiga SE, e atende às unidades geradoras, a óleo e a gás, da UTE Santa Cruz.

### **Manutenção das Instalações**

Com objetivo de aumentar as taxas de disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, FURNAS procura aliar a experiência de seu corpo técnico à implementação de rigorosos procedimentos de manutenção.

Desta forma, pratica a execução fiel do planejamento de manutenção dos equipamentos de seu parque gerador e transmissor, garantindo de forma adequada o atendimento à demanda do SIN.

Em conformidade com essas orientações, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHE Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho.

Destacaram-se outras atividades de manutenção, a saber:

- desenvolvimento do projeto Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade (Sinocon), sob responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que tem como objetivo a modernização dos sistemas de supervisão e controle da Empresa;

- descomissionamento e comissionamento de unidades geradoras;
- recuperação de transformadores;
- desenvolvimento e nacionalização de componentes;
- aumento da disponibilidade operacional de equipamentos, para obter soluções com menor custo, mediante aprimoramento de técnicas de inspeção, com ênfase na utilização da técnica de termografia; adoção de novos materiais e redefinição de processos, envolvendo a implantação de oficinas específicas, por exemplo, para o reparo de compressores e disjuntores e o desenvolvimento de componentes para diversos equipamentos;
- adoção de técnicas modernas e diferenciadas de manutenção em equipamentos energizados, tais como: tratamento de óleo em transformadores e manutenção em seccionadoras, sem necessidade de desligamento (situação que não há incidência de desconto referente à parcela variável).

No que se refere às ações realizadas nas subestações, destacaram-se: revisão geral de 22 disjuntores, modernização de 48 retificadores e reparo/revitalização de 6 transformadores e 3 reatores.

Cabe registrar ainda:

- implantação das Unidades de Aquisição e Controle (UAC), integrantes do projeto Sinocon, na UHE Marimbondo e nas unidades geradoras da UHE Itumbiara;
- implantação de Medidores Digitais de Grandezas Elétricas (MDGE) nas SE Tijuco Preto, Ivaiporã, Itaberá, Brasília Geral, Poços de Caldas e Araraquara;
- implantação do comando remoto da SE Gurupi, pelo Centro Regional Goiás, e revisão do comando da SE Itutinga, pelo Centro Regional Minas Gerais;
- acompanhamento dos trabalhos de implantação do Sistema de Telefonia IP (*Internet Protocol*);
- acompanhamento da interligação dos sistemas de telecomunicações da UHE Serra do Facão ao sistema interligado;
- instalação, na SE Itaberá, de dispositivos nos isoladores de pedestal para aumentar a capacidade de isolamento contra descargas elétricas sob chuva intensa e serviço de reforço da blindagem contra descargas atmosféricas.

## **Comercialização de Energia Elétrica**

### **Geração**

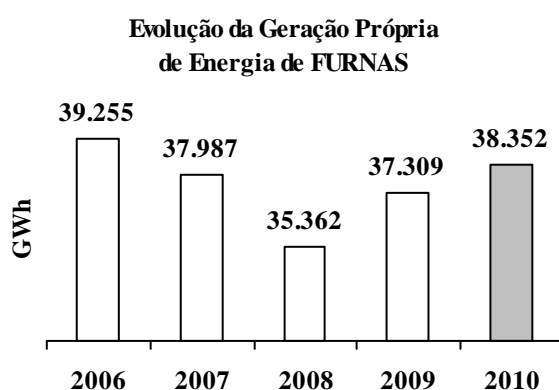
A comercialização de energia elétrica é realizada, no Brasil, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.848/2004, e pelo Decreto nº 5.163/2004. O mercado é organizado segundo dois ambientes instituídos para celebração de contratos de compra e venda de energia:

- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia;
- Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores e consumidores livres.

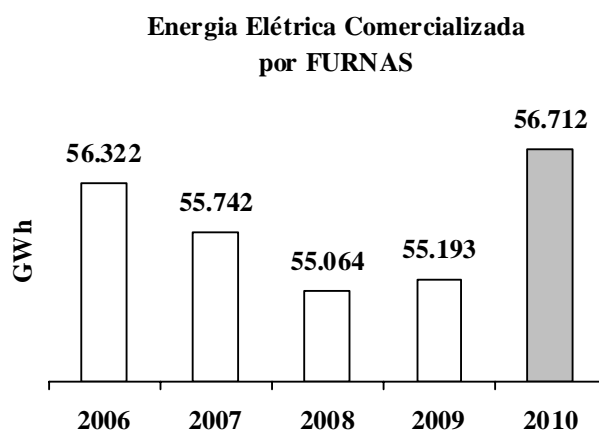
No ACR, a comercialização de energia se realiza por meio de leilões públicos, regulados pela Aneel, que podem ser conduzidos pela Agência ou pela CCEE. Desses leilões resultam contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (Ccear), celebrados entre cada agente de geração vendedor (concessionárias de serviço público ou produtores independentes) e todos os compradores (distribuidores de energia) participantes dos leilões. Nesse ambiente, FURNAS participa de leilões, sejam estes destinados à venda de energia existente (energia de usinas já implantadas) ou à licitação de novos empreendimentos de geração.

No ACL há livre negociação entre os produtores independentes, comercializadores e consumidores livres. Já para os concessionários de serviço público, sob controle federal, como é o caso de FURNAS, existe a exigência legal de leilões ou chamadas públicas para compra e venda de energia. Nesse Ambiente os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

Os recursos disponíveis de energia para venda são compostos pela energia de usinas próprias de FURNAS e pela compra de energia das empresas CPFL Geração de Energia S.A., Produtores Energéticos de Manso (Proman) S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear) e Serra do Facão Energia S.A. (Sefac). No caso da Eletronuclear, tal compra, homologada por meio da Resolução Aneel nº 252/2005, está vinculada ao cumprimento dos Decretos nº 2.655/1998 e 4.550/2002 e da Portaria nº 320/2004, do MME.



Nota: Estas informações consideram a geração das usinas de propriedade integral e a parcela de propriedade de FURNAS referente às UHE Serra da Mesa (48,46%) e Manso (70%). No caso das SPE, a saber: UHE Peixe Angical, Baguari, Retiro Baixo, Serra do Facão e Foz do Chapecó, embora a Empresa detenha, respectivamente, 40, 15, 49, 49,5 e 40% da propriedade das instalações, a energia gerada pertence, integralmente, às SPE.



## Transmissão

A comercialização dos serviços de transmissão é realizada segundo duas modalidades: no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (extra-concessão).

### Ambiente de Concessão de Serviço Público

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão pela disponibilização das instalações de transmissão, a saber:

- Rede Básica de Transmissão

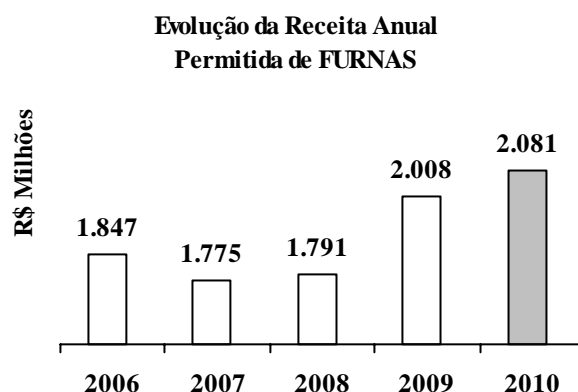
As instalações de transmissão, classificadas pela Aneel como integrantes da Rede Básica (RB), são disponibilizadas ao ONS mediante recebimento da correspondente parcela da Receita Anual Permitida (RAP), conforme registrado no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST).

A parcela da RAP referente à RB é atualizada, anualmente, por meio de resolução homologatória específica, emitida pela Aneel, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Para as novas instalações de transmissão autorizadas pela Aneel, a partir de 2000, ocorre, a cada quatro anos, revisão tarifária para a correspondente parcela da RAP. O processo de revisão tarifária, que deveria ocorrer em 2009, foi realizado em 2010 e reduziu a RAP de FURNAS no ciclo 2010-2011. Em consequência, a partir do segundo semestre de 2010, além da redução da RAP do próprio ciclo, vem sendo descontada parcela de ajuste referente aos valores recebidos a maior no ciclo anterior, no total de cerca de R\$ 20 milhões, ou seja, menos de 1% da RAP do ano.

No ano de 2010, a RAP de FURNAS recebeu acréscimos decorrentes, principalmente, da entrada em operação comercial de novas instalações de transmissão da Rede Básica, entre elas: LT Macaé – Campos 3 e SE Samambaia e Macaé.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da RAP nos últimos cinco anos para as instalações de transmissão da Rede Básica.



- Instalações de Transmissão Fora da Rede Básica

As demais instalações de transmissão, não integrantes da RB, são disponibilizadas diretamente aos acessantes interessados mediante recebimento da correspondente RAP, denominada especificamente “encargo de conexão”, conforme registro em Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

De acordo com a regulamentação, os CCT são diretamente negociados com os consumidores livres, agentes de geração e agentes de importação e/ou exportação de energia.

- Compartilhamento de Instalações

Na concessão de serviço público de transmissão existe, ainda, a obrigação de compartilhamento com outros concessionários, de instalações e infraestruturas, fazendo jus às correspondentes receitas pactuadas nos Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI).

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	R\$ Mil				
	2006	2007	2008	2009	2010
Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) *	13.180	14.221	14.784	15.842	17.157
Compartilhamento de Instalações (CCI)	2.031	2.284	6.582	4.543	5.081
<b>Total</b>	<b>15.211</b>	<b>16.505</b>	<b>21.366</b>	<b>20.385</b>	<b>22.238</b>

\* Inclui somente os contratos CCT não regulados pela Aneel, negociados diretamente com os acessantes.

### Ambiente Extra-Concessão

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de “outras receitas” que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Incluem-se, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM), os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM) e ainda os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF), sendo estes com agentes externos ao Setor Elétrico.

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	R\$ Mil				
	2006	2007	2008	2009	2010
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção	1.563	1.684	2.461	2.880	3.424
Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.036	1.163	1.201	1.291	1.306
Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF)	2.000	1.700	-	59	-
<b>Total</b>	<b>4.599</b>	<b>4.547</b>	<b>3.662</b>	<b>4.230</b>	<b>4.730</b>

### Evolução das Instalações Elétricas em Operação

#### Usinas Geradoras – Capacidade Instalada, Propriedade e Energia Assegurada

Os montantes de energia assegurada, de cada usina operada por FURNAS, correspondem às quantidades máximas de energia e potência elétricas associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

A revisão desses montantes é realizada quando o MME, mediante critérios de garantia de suprimento de déficit máximo de 5%, define a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)		Entrada em Operação	Vencimento da Concessão
			2009	2010		
Hidrelétrica						
Propriedade Integral						
Itumbiara (GO/MG)	2.082	100,00	1.015	1.015	1980	26.02.2020
Marimbondo (SP/MG)	1.440	100,00	726	726	1975	07.03.2017
Furnas (MG) *	1.216	100,00	598	598	1963	07.07.2015
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG) *	1.050	100,00	495	495	1969	07.07.2015

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)		Entrada em Operação	Vencimento da Concessão
			2009	2010		
Marechal Mascarenhas de Moraes (MG)	476	100,00	295	295	1973 **	31.10.2023
Corumbá 1 (GO)	375	100,00	209	209	1997	29.11.2014
Porto Colômbia (MG/SP)	320	100,00	185	185	1973	16.03.2017
Funil (RJ)	216	100,00	121	121	1969 **	07.07.2015
<b>Propriedade Compartilhada</b>						
<b>Em Parceria</b>						
Serra da Mesa (GO) ***	1.275	48,46	671	671	1998	07.05.2011
Manso (MT)	212	70,00	92	92	2000	09.02.2035
<b>Sociedade de Propósito Específico (SPE)</b>						
Peixe Angical (TO)	452	40,00	271	271	2006	06.11.2036
Baguari (MG)	140	15,00	80	80,2	2009	14.08.2041
Retiro Baixo (MG)	82	49,00	-	38,5	2010	14.08.2041
Serra do Facão (GO)	212,58	49,50	-	182,4	2010	06.11.2036
Foz do Chapecó (RS/SC) ****	855	40,00	-	432	2010	06.11.2036
<b>Térmica</b>						
<b>Propriedade Integral</b>						
Santa Cruz (RJ)	932	100,00	496	733*****	1967	07.07.2015
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30	100,00	21	21	1977 **	Prorrogação Concedida
São Gonçalo (RJ) – fora de operação	-	100,00	-	-	-	Prorrogação Negada

\* Em processo de modernização.

\*\* Data de incorporação a FURNAS.

\*\*\* Em tramitação o processo de prorrogação do prazo de concessão da UHE por mais 20 (vinte) anos, requerida em conformidade com a Lei nº 9.074/1995.

\*\*\*\* A quarta máquina (última) entrará em operação em 2011.

\*\*\*\*\* Alteração da Energia Assegurada, em função da liberação para operação das unidades de geração a gás.

## Subestações – Tensão e Capacidade de Transformação

Em 2010, ocorreu acréscimo na tensão 345 kV da capacidade de transformação instalada (MVA), que inclui empreendimentos de FURNAS, em Parceria e sob a forma de SPE, em função da entrada em operação de 3 subestações.

	MVA				
Tensão (kV)	2006	2007	2008	2009	2010
≤ 230	5.213	5.095	5.095	5.181	5.181
345	25.246	24.985	24.985	25.260	26.552
500	47.598	47.421	47.421	47.421	47.421
750	23.050	24.150	24.150	24.150	24.150
<b>Total</b>	<b>101.107</b>	<b>101.651</b>	<b>101.651</b>	<b>102.012</b>	<b>103.304</b>

## Linhas de Transmissão – Tensão de Operação, Propriedade e Extensão

A extensão das LT em operação, próprias e construídas em associação com outras empresas, sob a forma de SPE, é informada em rubricas separadas, como se segue.

## Propriedade Integral

Em 2010, a extensão de linhas de transmissão de propriedade exclusiva de FURNAS passou a ser de 19.398 km, conforme tabela a seguir. O acréscimo verificado deve-se às seguintes alterações:

- energização da LT 345 kV Macaé – Campos 3, com 90 km;
- aumento de 52 km, em função do seccionamento da LT 345 kV Adrianópolis – Macaé 1 (177 km) na SE Venda das Pedras, que deu origem às LT Adrianópolis – Venda das Pedras (107 km) e Macaé – Venda das Pedras (122 km).

	km				
Tensão (kV)	2006	2007	2008	2009	2010
≤ 230	4.349	4.349	4.349	4.318	4.318
345	6.070	6.070	6.070	6.079	6.221
500	4.549	4.549	4.549	4.549	4.549
± 600 (CC)	1.612	1.612	1.612	1.612	1.612
750	2.698	2.698	2.698	2.698	2.698
<b>Total</b>	<b>19.278</b>	<b>19.278</b>	<b>19.278</b>	<b>19.256</b>	<b>19.398</b>

## Propriedade Compartilhada – Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Em 2010, a LT Furnas – Pimenta 2, parceria de FURNAS (49%) com Cemig (51%), entrou em operação.

Linha de Transmissão	Tensão (kV)	Total (km)	Participação de FURNAS (%)	Entrada em Operação
Furnas – Pimenta 2	345	63	49	2010
Irapé – Araçuaí **	230	61*	24,5	2007
Itutinga – Juiz de Fora **	345	144*	25	2007
Montes Claros – Irapé	345	139*	24	2006
Peixe Angical – Peixe 2	500	20	40	2006

\* km efetivos de extensão que, após a construção do empreendimento, apresentaram pequenas diferenças em relação à previsão constante do Contrato de Concessão da Aneel.

\*\* LT constantes do PAC, do Governo Federal.

## Supervisão e Controle de Usinas Geradoras e Subestações

Desde 1997, a Empresa possui Sistemas de Proteção, Controle e Supervisão em todos os novos empreendimentos de geração e transmissão, seja em novas instalações ou nas ampliações de instalações existentes, utilizando relés de proteção de tecnologia digital e o Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (SAGE), desenvolvido pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Em 2010, FURNAS implantou o sistema de proteção, controle e supervisão nas UHE Serra do Facão, Foz do Chapecó e Retiro Baixo e nas ampliações de subestações existentes, além da finalização do projeto das LT Macaé – Campos 3 e Furnas – Pimenta 2.

Foi dada continuidade aos projetos das UHE Simpício e Batalha, de propriedade integral de FURNAS e da UHE Santo Antônio, na qual FURNAS é acionista e presta serviços de engenharia do proprietário. Nas UHE Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, continuam as ações de modernização dos sistemas de proteção, controle e supervisão.

Foi finalizado o projeto de modernização do sistema de supervisão e controle do elo de corrente contínua entre as SE Foz do Iguaçu e Ibiúna (*System Integrated Data Acquisition – Sindac*) e trocadas as proteções eletromecânicas das linhas de 750 kV das SE Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Tijuco Preto e Itaberá por relés de tecnologia digital que se comunicam diretamente com o sistema de supervisão e controle das respectivas subestações.



## Sistema de Transmissão de Telecomunicações

É composto por 84 estações de rádio que interligadas somam 3.532 km de rotas de rádio e 5.842 km de cabos de fibras ópticas, totalizando 9.374 km. Dá suporte à operação coordenada e integrada do sistema de transmissão da Empresa, permitindo ações de teleproteção do sistema elétrico, teleprocessamento, tráfego de dados para supervisão de grandezas elétricas e ações remotas de telecontrole.

O Sistema de Transmissão de Telecomunicações Digital, formado por subsistemas rádio e óptico, atende a 88,5% das unidades operadas por FURNAS (usinas e subestações próprias), em Parceria ou sob a forma de SPE, e o Centro de Operação, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro. Cinco por cento das unidades são atendidas pelo subsistema rádio analógico próprio e 6,5% por sistemas de terceiros.

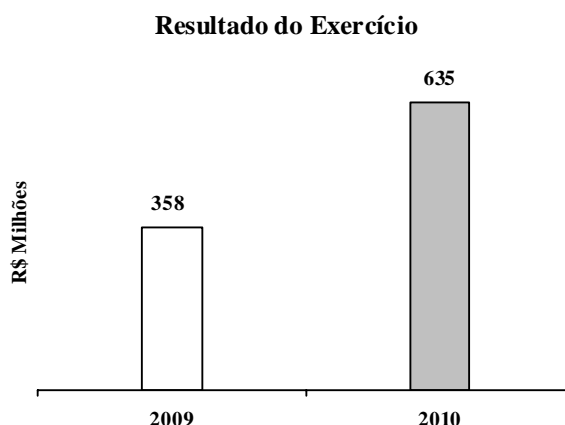
Em 2010, entraram em operação sistemas ópticos referentes a cabos *Optical Ground Wire* (OPGW) instalados em 117 km de linhas de transmissão referentes aos seguintes trechos: *loop* do seccionamento da LT Adrianópolis – Macaé, circuito 1, para atendimento à SE Venda das Pedras; LT Macaé – Campos, circuito 3; e LT que interliga a UTE e a SE Campos.

## DESEMPENHO CORPORATIVO

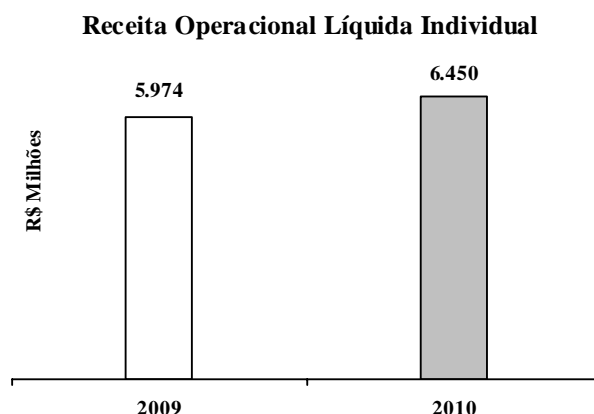
Durante o exercício de 2010, diversas novas normas contábeis foram emitidas, visando à convergência das práticas brasileiras às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard* – IFRS). Com base nessas normas e visando manter a comparabilidade dos exercícios, as demonstrações financeiras da Empresa foram refeitas, tendo como base a data de 01.01.2009. Assim sendo, os valores relativos ao exercício findo em 31.12.2009 sofreram alterações significativas. Visando manter esta comparabilidade, estão demonstrados tão somente os indicadores financeiros relativos aos exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2010.

### Indicadores de Resultado e Econômico-Financeiros

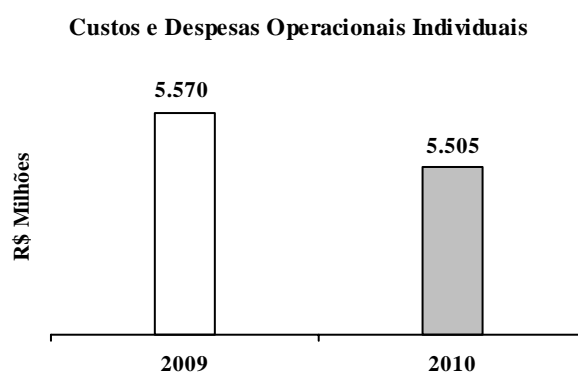
As alterações contínuas ora processadas, com a emissão de novas regras por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), visam à convergência das normas do Brasil para as normas internacionais de contabilidade. Por consequência, a Empresa, a partir de 01.01.2009, com efeitos no resultado anteriormente divulgado em 31.12.2009, ajustou suas Demonstrações Financeiras, e ora apresenta seu balanço de forma individual e consolidado, incluindo suas participações em outras sociedades. No entanto, os indicadores que se seguem consideram, exclusivamente, a posição individual da Empresa.



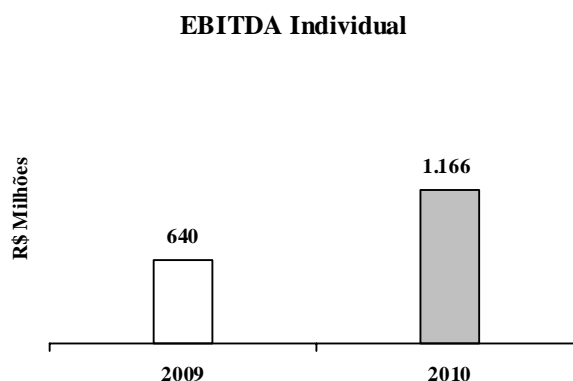
A receita operacional líquida própria, em 2010, foi 7,9% superior à do exercício anterior, resultado do incremento de novas receitas geradas por seus empreendimentos e pelos reajustes contratuais ocorridos no exercício.



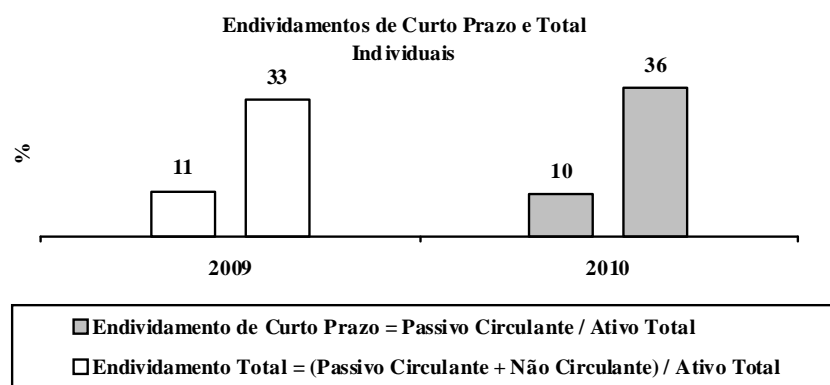
Os custos e despesas operacionais próprios, em 2010, mantiveram-se constantes em relação a 2009. Tal fato pode ser reflexo dos primeiros resultados da Administração da Empresa visando à redução gradativa dos seus custos gerenciáveis. Os custos ficaram abaixo do IPCA de 2010 (5,91%), índice que reajusta os contratos bilaterais de geração de energia.



O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) Individual de 2010 apresentou uma variação positiva de 82%. Tal variação é resultante das adaptações ocorridas, a partir de 01.01.2009, pela implantação das novas práticas contábeis. Por consequência, uma vez que os ajustes ocorridos tiveram reflexos em períodos passados e, a partir de 2010, as novas práticas já estão devidamente efetivadas como política contábil da Empresa, será possível realizar melhor análise comparativa com os períodos posteriores.



Os níveis reduzidos dos endividamentos de curto prazo e de longo prazo traduzem-se em oportunidades de alavancagem adicional da Empresa para fazer frente a eventuais necessidades do seu programa de investimento.

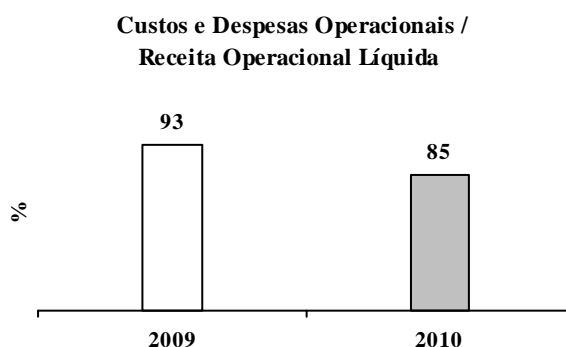


### Indicadores Constantes do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE)

Com o objetivo de fortalecer as Empresas do Sistema Eletrobras e com foco na transformação empresarial pretendida e delineada pelo Governo Federal, em 2009 foi celebrado Contrato entre a Eletrobras e suas Controladas visando ações para o cumprimento de metas de desempenho para estimular a melhoria financeira, operacional e estratégica das empresas. Assim, estabeleceu critérios para avaliação das metas a serem cumpridas, com base no Balanço Regulatório vigente em 2009, com ajustes definidos pela mesma. No entanto, a partir de 2010, foram adotadas novas práticas contábeis para elaboração do Balanço Societário da Empresa (oficial), utilizado para calcular os indicadores apresentados em sequência. As metas de desempenho empresarial estabelecidas pela Eletrobras serão revistas e adequadas aos novos parâmetros.

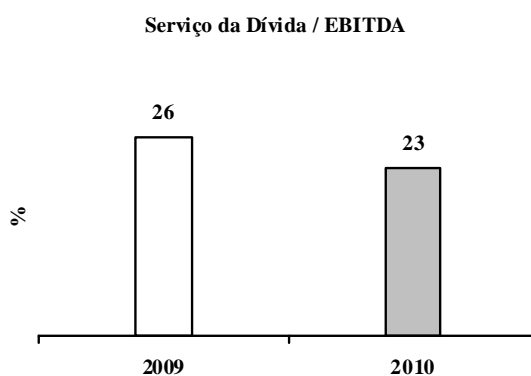
### Custos e Despesas Operacionais / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: estimular a redução de gastos



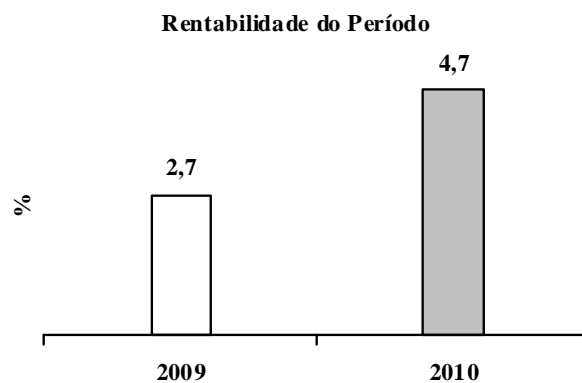
### Financiamentos e Empréstimos de Curto e Longo Prazo (Serviço da Dívida) / EBITDA

Meta: manter o serviço da dívida nos níveis projetados



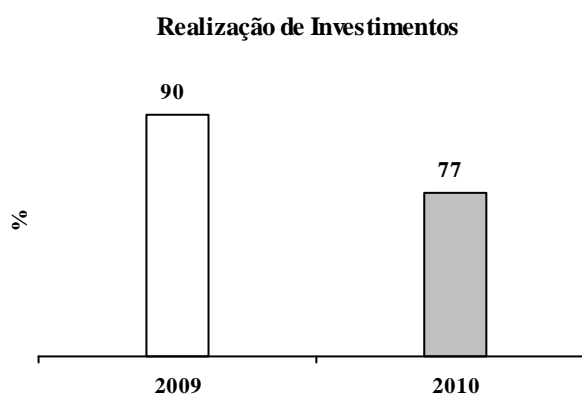
### Resultado do Exercício / Patrimônio Líquido

Meta: aumentar a rentabilidade sobre o patrimônio líquido



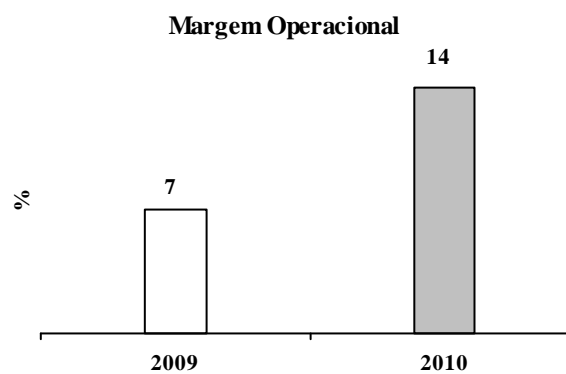
### Investimento Realizado / Investimento Aprovado pelas Leis Orçamentárias

Meta: aumentar o nível histórico de realização de investimentos



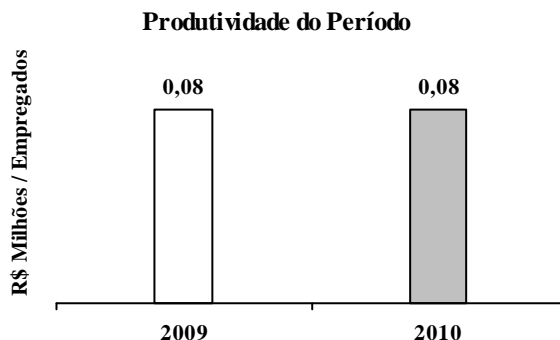
### Resultado Operacional / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: aumentar o nível da margem operacional



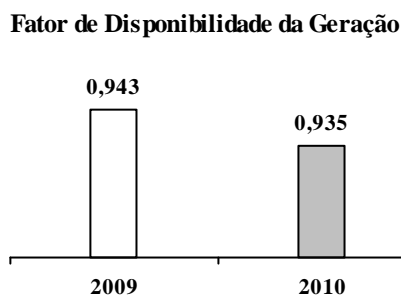
### Receita Operacional Líquida (ROL) / Número de Empregados

Meta: aumentar os níveis de produtividade



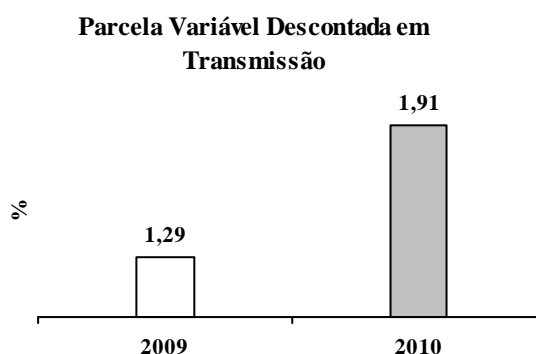
### Fator de Disponibilidade da Geração de Todas as Usinas

Meta: aumentar o índice de disponibilidade da geração



### Parcela Variável

Meta: reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão



### Nível de Satisfação dos Colaboradores

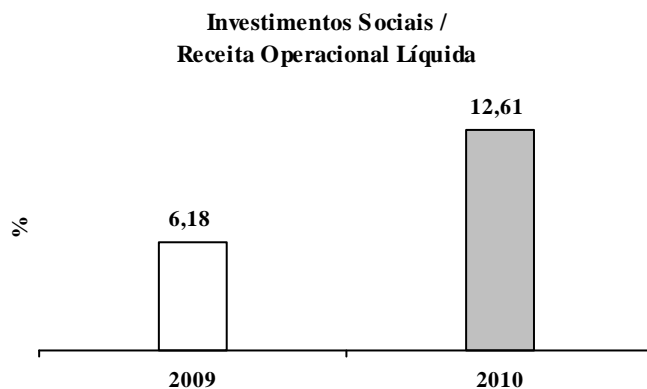
Meta: obter um nível mínimo de satisfação dos colaboradores

Indicador	Fórmula	Resultado
Índice de Satisfação dos Colaboradores (Consta do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE da Eletrobras)	$\frac{\text{Somatório das médias das respostas}}{\text{Total de respostas}}$	70,2%

Obs.: Informações de 2009 não disponíveis. Pesquisa realizada em 2010, em fase de consolidação.

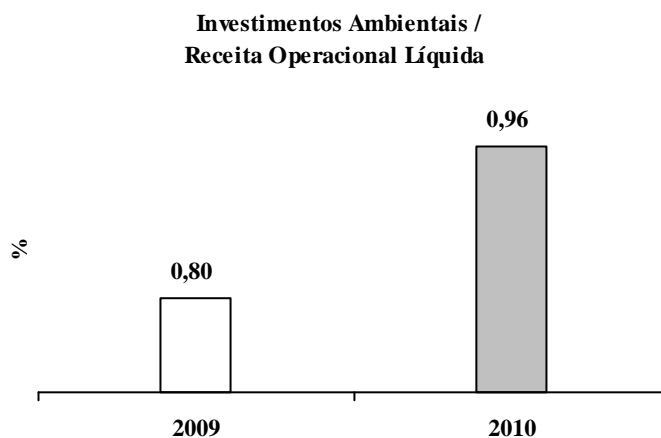
### **Investimentos Sociais / Receita Operacional Líquida (ROL)**

Meta: manter um nível mínimo de investimentos sociais em relação à ROL



### **Investimentos Ambientais / Receita Operacional Líquida (ROL)**

Meta: manter um nível mínimo de investimentos ambientais em relação à ROL



### **3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

#### **3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Inexistente.

#### **3.2. ANÁLISE CRÍTICA**

Inexistente.

### **4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

#### **4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Inexistente.

#### **4.2. ANÁLISE CRÍTICA**

Inexistente.

## 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

QUADRO A.5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de Cargo Efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos</b>				
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4.473	174	33
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		13	6	0
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos		51	8	0
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
<b>2 Provimento de Cargo em Comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo (diretores e assessores externos)		16	2	1
2.2.5 Aposentado				
<b>2.3 Funções Gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		372	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total</b>	<b>5.135</b>	<b>4.925*</b>	<b>190</b>	<b>34</b>

\* Inclui 6 diretores e 13 requisitados, que não fazem parte do quadro de pessoal próprio.

Obs.: Todos os empregados cedidos são sem ônus para FURNAS.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

QUADRO A.5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010					
Tipologias do Cargo	Faixa Etária (Anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1.Provimento de Cargo Efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de carreira	235	963	1.243	1.736	296
1.3. Servidores com contratos temporários					
1.4. Servidores cedidos	0	10	14	23	4
<b>2.Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de natureza especial					
2.2. Grupo direção e assessoramento superior	1	3	2	8	2
2.3. Funções gratificadas	1	28	89	228	26

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

**QUADRO A.5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE –  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de carreira	0	0	180	165	1.973	1.412	629	101	13
1.3. Servidores com contratos temporários									
1.4. Servidores cedidos	0	0	0	0	8	16	20	6	1
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de natureza especial									
2.2. Grupo direção e assessoramento superior	0	0	0	0	0	15	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	4	128	199	38	3

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

## 5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

**QUADRO A.5.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS –  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1. Integral</b>		
1.1. Voluntária	-	-
1.2. Compulsório	-	-
1.3. Invalidez Permanente	-	-
1.4. Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	5.168	3
2.1. Voluntária	4.972	3
2.2. Compulsório	-	-
2.3. Invalidez Permanente	196	-
2.4. Outras	-	-

Fonte: Gerência de Estatística e Atuária da Fundação Real Grandeza (FRG).

**QUADRO A.5.5. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO  
APURADA EM 31/12/2010**

Regime de Proventos Originário do Servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões Concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	-	-
<b>2. Proporcional</b>	1.182	75

Fonte: Gerência de Estatística e Atuária da Fundação Real Grandeza (FRG).

## 5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

**QUADRO A.5.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível Superior</b>					
Área Fim	211	218	191	209	2.208.331,54
Área Meio	163	150	140	142	1.558.990,71
<b>Nível Médio</b>					
Área Fim	65	94	102	110	609.785,89
Área Meio	33	32	37	39	162.159,34

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Gestão de Carreiras, Remuneração e Documentação (DCR.G) e Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).



## 5.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.5.7. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010							
Ano	Vencimentos e Vantagens Fixas	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Total
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão (Empregados, sem Considerar Gerentes, Assessores Externos e Cedidos)</b>							
2008	205.201.687,07	23.124.032,04	70.914.595,60	4.220.202,49		35.038.615,45	38.499.132,65
2009	248.513.408,54	27.458.636,09	83.009.521,92	4.288.122,17		43.705.748,24	406.975.436,96
2010	304.315.905,45	31.531.603,86	108.468.659,53	6.310.392,04	55.679.454,67	81.239.476,95	587.545.492,50
<b>Grupo Direção e Assessoramento Superior (Diretores e Assessores Externos)</b>							
2008	2.488.559,49	226.943,77	100.618,49	-			2.816.121,75
2009	3.900.663,79	343.343,88	133.151,24	163,68		15.498,61	4.392.821,20
2010	5.753.491,00	498.877,34	233.891,97	81,84	781.137,49	926.223,30	8.193.702,94
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas (Somente Gerentes)</b>							
2008	63.806.542,76	5.840.287,59	1.863.562,06	449.973,36		5.925.543,05	77.885.908,82
2009	80.973.984,00	7.126.929,15	3.079.037,01	897.843,77		8.036.375,21	100.114.169,14
2010	89.011.920,66	7.709.066,30	3.278.792,71	983.488,02	13.148.323,98	14.518.461,45	128.650.053,12

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

## 5.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.5.8. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA												
Unidade Contratante												
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.												
UG/Gestão: CNPJ: 23.274.194/0001-19												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F	C	P	M	S	Sit.
2010	V	O	8000001262 *	03007660/0001-92	01/03/2010	29/02/2012	10	6			4	A
2010	V	O	8000000340 *	03007660/0001-92	22/09/2009	21/09/2011	48	21			27	A
2009	L	O	8000000157	01472492/0001-80	01/11/2009	01/11/2011		109			43	1 A
2009	L	O	18.837	69207850/0001-61	08/07/2009	08/07/2011	3	3				A
2006	L	O	16.960	08362390/0001-51	08/02/2007	07/02/2012	13	13				P
2006	L	O	16.510	30440119/0001-46	06/06/2006	05/06/2011	33	33				A
2008	L	O	18.134	64925019/0001-21	01/08/2008	31/07/2012	1	1				P
2008	L	O	18.419	04994527/0001-30	03/11/2008	02/11/2012	11	11				P
2008	L	O	18.359	08928115/0001-52	01/03/2009	31/08/2011	21	21				A
2009	L	O	18.770	07755950/0001-75	01/06/2009	31/05/2011	23	23				A
2009	L	O	8000000756	03342141/0001-80	18/02/2010	31/01/2012	5	5				A
2009	L	O	18825	07990946/0001-91	22/06/2009	21/11/2011	6	6				A
2009	L	O	8000000756	03342141/0001-80	18/02/2010	21/11/2011	9	9				A
2009	L	O	8000000977	03342141/0001-80	18/02/2010	17/02/2012	18	18				A
2009	L	O	19.104	07596420/0001-21	01/01/2010	30/06/2012	16	16				A
2009	L	O	8000000643	01424685/0001-66	01/02/2010	31/01/2012	5	5				A
2010	L	O	8000001819	04394582/0001-99	04/05/2010	03/05/2012	24	24				A
2010	L	O	8000003443	08928115/0001-52	28/12/2010	27/06/2012	70	70				A
2010	L	O	8000003487	08003201/0001-54	19/11/2010	18/11/2011	54	54				A
2010	L	O	8000001249	04387843/0001-43	08/03/2010	07/09/2011	2	2				A
2010	L	O	8000000759	03342141/0001-80	01/02/2010	07/09/2011	5	5				A

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	8000001380	32508038/0001-66	05/03/2010	04/03/2012	17	17					A
2011	L	O	8000003991	07755950/0001-75	01/04/2011	31/08/2012	25	25					A
2011	L	O	8000003906	11154589/0001-07	03/03/2011	02/03/2013	13	13					A
2006	V	O	8000000133	00459601/0001-67	28/08/2006	27/08/2011	**	**					P
2007	V	O	8000000183	01863518/0001-11	01/03/2008	29/02/2012	**	**					P
2007	V	O	8000000918	31546484/0003-64	01/02/2007	31/01/2012	**	**					P
2009	V	O	19.402	02601159/0001-97	30/12/2009	03/07/1905	**	**					A
2009	V	O	18.865	00914430/0001-19	21/07/2009	20/07/2011	**	**					A
2009	V	O	18.786	40170029/0001-36	01/06/2009	31/05/2011	**	**					A
2009	V	E	18.930	00459601/0001-67	01/09/2009	31/05/2011	**	**					P
2009	V	O	18.624	00283018/0001-48	01/03/2009	31/05/2011	**	**					A
2010	V	O	8000002659	68565530/0001-10	01/08/2010	31/07/2011	**	**					A
2010	V	O	2000006887	05014372/0001-90	01/05/2010	30/04/2012	**	**					A
2010	V	O	8000002077	68565530/0001-10	01/06/2010	31/05/2011	**	**					A
2010	V	O	8000003943	31546484/0003-64	16/03/2011	15/03/2013	**	**					A
2010	V	O	8000002628	64860087/0001-07	01/08/2010	31/07/2012	**	**					A
2011	V	O	8000003722	07447107/0001-21	01/02/2011	31/01/2013	**	**					A
2008	L	O	18.394	01569755/0001-74	12/09/2008	12/09/2010	49	49	1	1			E
2008	L	O	AS.DGE.C. 0003.2008	06000853/0001-00	09/10/ 2008	08/01/ 2010	3	3					E
2009	L	O	19.002	06150185/0001-05	07/10/2009	06/10/2011	6	6					P
2009	L	O	18.756 ***	04.139.854/0001-04	15/06/2009	14/06/2010		6					E
2010	L	O	8000002829 ***	04394582/0001-04	16/09/2010	15/09/2011		5					A
2010	L	O	8000000424	36529998/0001-63	11/01/2010	10/01/2012	17	16					P
2010	L	O	800002982	01569755/0001-74	13/09/2010	13/09/2012	42	42	1	1			A
2010	L	O	8000001629	07662244/0001-89	01/04/2010	31/03/2011	2	2					E
2010	L	O	8000002335	04394582/0001-99	22/06/ 2010	21/06/ 2011	10	10	1	1			A
2008	V	O	17.876	00809803/0001-91	01/04/2008	31/03/2011	6	6	1	1			A
2009	V	O	18.571	05502450/0001-04	24/01/2009	23/01/2012	24	24					P
2010	V	O	AS.DGA.C 0032.2009	10570899/0001-31	04/01/2010	03/01/2011	2	2					E
Total							589	677	4	78	1		

#### Observações:

\* Nível de escolaridade exigido em contrato corresponde a 4ª série do Ensino Fundamental.

\*\* Contemplam o total de 120 postos de vigilância armada, em regime de turno, de 12, 14,5 e 24 horas, e não pessoas. Cada empresa é responsável por disponibilizar a quantidade ideal de vigilantes para atender às necessidades do contrato, respeitadas as convenções coletivas de trabalho das regiões.

\*\*\* Não foi exigido o nível de escolaridade e nem estabelecido número de funcionários. A Contratada fornece mão de obra, especializada ou não, necessária à execução dos serviços contratados e mantém equipe com número de pessoas compatível com a produtividade estipulada no contrato.

#### LEGENDA

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendências de Suprimentos (SR.G), de Empreendimentos de Transmissão (ST.C), de Empreendimentos de Geração (SG.C), Assessoria de Treinamento e Coordenação (ATC.O) e/ou informações das contratadas.

### QUADRO A.5.9. – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

#### Unidade Contratante

**Nome:** FURNAS Centrais Elétricas S.A.

**UG/Gestão:** **CNPJ:** 23.274.194/0001-19

#### Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
							F		M		S		Sit.
							P	C	P	C	P	C	
2004	1	O	15.327	45022415/0001-02	08/10/2004	31/01/2010		0		0		0	E
2004	1	O	15.328	45022415/0001-02	08/10/2004	31/01/2010		0		0		0	E
2004	1	O	15.365	45022415/0001-02	21/11/2004	31/01/2010		0		0		0	E
2004	1	O	15.366	45022415/0001-02	21/11/2004	31/01/2010		0		0		0	E
2006	1	O	15.326	48785828/0001-29	08/10/2006	31/01/2010		0		0		0	E
2010	1	O	19.390	29212545/0001-43	01/02/2010	31/01/2012		8		91		118	A
2010	1	O	19.391	45022415/0001-02	01/02/2010	31/01/2012		8		134		113	A

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F	M	S				
2010	1	O	19.392	29212545/0001-43	01/02/2010	31/01/2012	55	236	184				A
2010	1	O	19.395	45022415/0001-02	01/02/2010	31/01/2012	4	61	105				A
2010	1	O	19.396	29212545/0001-43	01/02/2010	31/01/2012	46	358	70				A
2007	3	O	8000000152	27830827/0001-89	28/04/2007	27/10/2011	44	35	4				A
2009	7	O	8000000842	68565530/0001-10	31/08/2009	31/08/2011		126	11				A
2010	5	O	8000000535	01329324/0001-30	27/01/2010	27/01/2012	2	18					A
<b>Total</b>							<b>167</b>	<b>1.059</b>	<b>605</b>				

#### LEGENDA

##### Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras (mensageiros, porteiros e recepcionistas).

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G), Superintendência de Suprimentos (SR.G) e/ou informações das contratadas.

#### QUADRO A.5.10. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
<b>Mão de Obra Contratada *</b>			
19.390	1	210	Diretoria de Engenharia
19.390	1	2	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.390	1	2	
19.390	1	1	Diretoria da Presidência
19.390	1	1	Diretoria Financeira
19.390	1	1	Diretoria de Gestão Corporativa
19.390	1	1	Diretoria de Construção
19.391	1	254	Diretoria de Construção
19.391	1	1	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.392	1	471	
19.392	1	2	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.392	1	1	
19.392	1	1	Diretoria de Engenharia
19.392	1	1	Diretoria de Construção
19.395	1	123	Diretoria da Presidência
19.395	1	39	Diretoria Financeira
19.395	1	3	Auditoria
19.395	1	2	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.395	1	2	
19.395	1	1	Diretoria de Engenharia
19.395	1	1	Diretoria de Gestão Corporativa
19.396	1	474	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
<b>Total</b>		<b>1.591</b>	
<b>Serviço Terceirizado</b>			
8000000152	3	83	Diretoria de Gestão Corporativa
8000000535	5	20	Diretoria de Gestão Corporativa
8000000157	7	153	Diretoria de Gestão Corporativa
8000001262	8	10	Diretoria de Gestão Corporativa
8000000340	8	48	Diretoria de Gestão Corporativa
8000000842	9	137	Diretoria de Gestão Corporativa
18.837	7	3	Diretoria de Gestão Corporativa
16.960	7	13	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
16.510	7	33	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.134	7	1	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.419	7	11	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.359	7	21	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.770	7	23	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
800000756	7	5	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18825	7	6	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
800000756	7	9	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
800000977	7	18	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.104	7	16	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
800000643	7	5	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000001819	7	24	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003443	7	70	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003487	7	54	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000001249	7	2	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
800000759	7	5	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000001380	7	17	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003991	7	25	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003906	7	13	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000000133	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000000183	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000000918	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
19.402	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.865	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.786	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.930	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.624	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000002659	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
2000006887	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000002077	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003943	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000002628	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
8000003722	8	**	Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
18.394	7	50	Diretoria de Construção
AS.DGE.C.0003.2008	7	3	Diretoria de Construção
19.002	7	6	Diretoria de Construção
18.756	7	6	Diretoria de Construção
8000002829	7	5	Diretoria de Construção
8000000424	7	16	Diretoria de Construção
800002982	7	43	Diretoria de Construção
8000001629	7	2	Diretoria de Construção
8000002335	7	11	Diretoria de Construção
17.876	8	7	Diretoria de Construção
18.571	8	24	Diretoria de Construção
AS.DGA.C.0032.2009	8	2	Diretoria de Construção
<b>Total</b>		<b>1.116</b>	

**Observações:**

\* Providências adotadas por FURNAS, em 2010, para substituição dos contratados por servidores concursados:

- realizado Concurso Público, em 2009, para diversos cargos e Estados, que foi homologado em 2010 (informações, sobre convocações podem ser obtidas no site da Empresa;
- desenvolvido Programa de Qualificação Profissional, iniciado em 26/10/2009, em parceria com o Serviço Nacional de

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Aprendizagem Industrial (Senai), em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre FURNAS e o Ministério Público. Tem por objetivo preparar os contratados para sua inserção no mercado de trabalho. Foi amplamente divulgado na Empresa, de forma individualizada, envolvendo as respectivas gerências e obteve 255 adesões dos contratados.			

\*\* Contemplam o total de 120 postos de vigilância armada, em regime de turno, de 12, 14,5 e 24 horas, e não pessoas. Cada empresa é responsável por disponibilizar a quantidade ideal de vigilantes para atender às necessidades do contrato, respeitadas as convenções coletivas de trabalho das regiões.

#### **LEGENDA**

##### **Área:**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;      |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;   | 7. Higiene e Limpeza;                                |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha;                 | 8. Vigilância Ostensiva;                             |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;    | 9. Outras (mensageiros, porteiros e recepcionistas). |
| 5. Serviços de Brigada de Incêndio;            |  |

Fonte: Superintendências de Gestão de Pessoas (RH.G), de Suprimentos (SR.G), de Empreendimentos de Transmissão (ST.C), de Empreendimentos de Geração (SG.C) e Assessoria de Treinamento e Coordenação (ATC.O).

Para atender ao Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, FURNAS firmou convênio com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) para fornecimento de mão de obra de 212 deficientes em complemento aos 24 concursados.

## **5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

### **5.6.1. Absenteísmo**

#### **Absenteísmo Doença Não Ocupacional**

Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional as faltas motivadas por problemas de saúde não relacionados diretamente com as atividades laborais do empregado.

<b>Absenteísmo Não Ocupacional - 2010</b>		
	<b>Ocorrências</b>	<b>Dias Perdidos</b>
Abono Social	528	1.276
Licenças Comum e Acima de 15 Dias	12.222	40.131
Licença Maternidade	25	3.000
Prorrogação e Extensão da Licença Maternidade	23	1.872
<b>Total</b>	<b>12.798</b>	<b>46.279</b>

Nota: O benefício Abono Social teve início em julho de 2010.

O Abono Social foi implementado em cumprimento à cláusula 16 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2010/2011 – Pauta Nacional. É concedida licença, nos casos de internação por doença, cirurgia, recuperação domiciliar e/ou situações emergenciais, aos empregados para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, ascendentes e descendentes de primeiro grau e dependentes do plano de saúde.

Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, FURNAS investe em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

Destacamos, a seguir, as principais ações, realizadas em Programas e Projetos, que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos:

- **Combate ao Sedentarismo**

Sensibilizar os empregados sedentários para prática regular de atividade física.

Resultado: 50% dos empregados classificados como sedentários no Programa Pesando FURNAS aderiram.

- **Caminhada Ecológica e Cultural**

Proporcionar aos empregados atividades sócio-educativas e possibilitar a redução do nível de estresse, bem como promover a integração entre os participantes e seus familiares.

Resultado: 103 caminhadas foram realizadas, com média de 90 participações em cada.

- **Pesando FURNAS**

Redução de peso dos empregados, mudança de hábitos para busca da melhoria da auto-estima e diminuição do sedentarismo.

Resultado: adesão de 28% dos empregados efetivos e contratados, sendo 1.402 homens e 379 mulheres.

- **Corrida de Rua**

Promover atividades mensais para manutenção de hábitos saudáveis e promoção da saúde.

Resultado: 295 empregados participaram em 62 provas externas.

- **Condicionamento Físico nas Instalações de FURNAS**

Capacitar fisicamente os empregados, por meio da prática regular de atividade física.

Resultado: 498 praticantes de atividades físicas.

- **Valor Social – Integração Família x Empresa**

Promover a prevenção do uso de álcool e outros químicos pelos adolescentes, assim como coibir a prática da violência doméstica, por meio de ações que levem as famílias a refletir sobre os benefícios da prevenção.

Resultado: participação de 1.821 empregados e familiares em 42 ações.

- **Prevenção e Tratamento de Dependência Química**

Prevenir e disponibilizar tratamento da dependência química na Empresa.

Resultado: total de 12 empregados inscritos no programa.

- **Atividades Alternativas de Relaxamento**

Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral, com sessões de massoterapia, *shiatsu*, *quick massage*.

Resultado: participação mensal de 201 empregados.

## **Absenteísmo Doença Ocupacional**

Considera-se Absenteísmo Doença Ocupacional as faltas motivadas por problemas de saúde relacionados diretamente às atividades laborais do empregado ou a acidente do trabalho.

As ausências, em 2010, foram decorrentes de 63 acidentes, sendo 42 do trabalho, com 532 dias perdidos, e 21 de trajeto, com 600 dias perdidos.

A partir de 2010, destacam-se as seguintes ações para a gestão dos riscos ambientais e meta-zero para acidentes e doenças ocupacionais, a saber:

- controle e acompanhamento de afastamentos/absenteísmo doença;
- capacitação de equipe técnica de segurança no trabalho, envolvendo treinamento dos instrutores do Centro de Treinamento de Combate a Emergências para atuação como multiplicadores no controle e atendimento a emergências químicas;
- padronização e capacitação das brigadas de emergência, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Unidades de Segurança (Useg);

- campanha de vacinação que imunizou os empregados como medida de prevenção de gripe que, em 2008 e 2009, foi a principal causa de afastamento e, em 2010, passou a ocupar a 4ª posição;
- identificação e segmentação de doenças crônicas e de afastamentos ocupacionais e não ocupacionais, para implantar ações preventivas e de controle;
- gestão dos exames médicos periódicos e criação de cesta única de exames, contemplando riscos ocupacionais/função, idade e gênero, para estabelecer novos parâmetros de controle e prevenção. A meta estabelecida para 2010 foi atingida, com a implantação das mudanças planejadas, propiciando redução dos custos em 25%;
- criação do Grupo de Estudos em Ergonomia, formado por equipe multidisciplinar para definir uma política de ergonomia da Empresa, por meio de procedimentos preventivos de gestão, contribuindo para a melhoria do conforto no ambiente do trabalho.

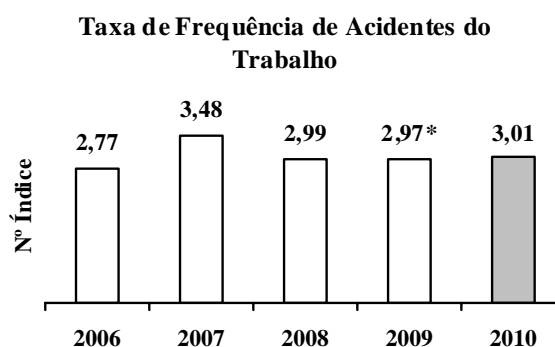
### 5.6.2. Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

#### Taxa de Frequência de Acidente de Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de acidentes com afastamento para milhão de horas-pessoas em exposição à situação de risco.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2010, da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge), a Taxa Média de Frequência de Acidentes do Trabalho do Setor foi 3,56.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho de FURNAS, nos últimos cinco anos.



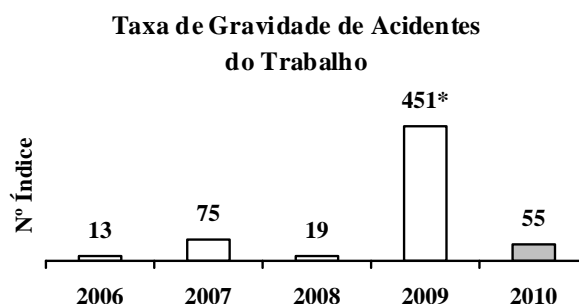
\* Valor corrigido em função de reclassificação de um acidente do trabalho.

## Taxa de Gravidade de Acidente de Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de dias perdidos mais dias debitados, para milhão de horas-pessoas em exposição à situação de risco.

A Empresa vem implantando metodologia de gestão nas áreas operacionais, com o objetivo de aprimorar suas ações de segurança do trabalho e higiene industrial, intensificando, assim, as ações de prevenção e controle para redução de acidentes, notadamente os de maior gravidade.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2010, da Fundação Coge, a Taxa Média de Gravidade de Acidentes do Trabalho do Setor foi 376.



\* Valor corrigido em função de reclassificação de um acidente do trabalho.

Em 2010, foram registrados 265 treinamentos relacionados à segurança industrial e saúde ocupacional, com 5.330 participações.

Destaca-se, ainda, a auditoria realizada no Sistema de Aterramento Elétrico Temporário para verificar a eficácia do mesmo em processos de construção, operação e manutenção. Dezenove áreas foram auditadas e as não conformidades foram discutidas com as mesmas.

## Ações Planejadas para 2011

O Plano de Metas e Ações da área de segurança, saúde e qualidade de vida foi elaborado tendo como horizonte o período de 2010 a 2014. Para 2011, além dos projetos iniciados, da reformulação de outros e da rotina operacional de prevenção, podemos destacar como novas ações:

- parceria com outros órgãos da Empresa na identificação e segmentação de doenças crônicas e dos maiores usuários do plano de saúde, para implantar ações preventivas e de controle e contribuir para a melhoria das condições individuais de saúde e com a redução dos custos do plano de saúde;
- gerenciamento de incidentes e quase acidente, inclusive nos contratos de prestação de serviços;
- Prêmio Excelência na gestão CIPA e Useg;
- VI Olimpíada Nacional de FURNAS;
- Projeto Gestores: Equilíbrio Vida Trabalho;
- Projeto Desafio Elétrico.



Principais desafios:

- atuar nos pólos regionais como RH na prestação de serviços, com excelência e agilidade;
- implantar o Selo Ambiente Saudável em todas as áreas da Empresa;
- atuar como educador nas práticas de segurança e saúde, contribuindo para o amadurecimento da cultura prevencionista na Empresa, em todas as fases dos trabalhos, desde o planejamento até a execução (projeto, construção, operação e manutenção);
- formar equipes multidisciplinares em todas as áreas da Empresa, adequando a metodologia aos novos empreendimentos;
- ser reconhecido como estratégico para o negócio da Empresa;
- ser inovador nas práticas de saúde e segurança industrial;
- atuar como consultor interno subsidiando as áreas clientes na gestão de pessoas.

### Doenças Ocupacionais

Considera-se doença ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2010 não foram registrados casos de doença ocupacional.

### 5.6.3. Rotatividade (*Turnover*)

*Turnover* é o índice de rotatividade de pessoal usado para definir a flutuação e o volume de pessoas que ingressam e que saem da organização, em um determinado período de tempo.

<b>Turnover 2010</b>				
Efetivo Médio = 4.801				
<b>Mês</b>	<b>Admissão</b>	<b>Demissão</b>	<b>Efetivo</b>	<b>Turnover</b>
Jan	7	2	4.763	0,09
Fev	0	4	4.759	0,04
Mar	11	0	4.770	0,11
Abr	4	2	4.772	0,06
Mai	2	7	4.767	0,09
Jun	3	0	4.770	0,03
Jul	4	3	4.771	0,07
Ago	0	4	4.767	0,04
Set	0	5	4.762	0,05
Out	137	3	4.896	1,46
Nov	10	2	4.904	0,12
Dez	5	3	4.906	0,08

Obs.: Não inclui Diretores (6) e Requisitados (13).

#### 5.6.4. Educação Continuada - 2010

Indicador	Fórmula	Resultado
Participantes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	49%
Participação de gerentes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	73%
Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$ 241,40
Custo de ação educacional por empregado treinado	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$ 1.948,29
Carga horária média por participação	$\frac{\text{TCH ações educacionais} \times \text{Número de Participantes}}{\text{Nº participações em ações educacionais}^*}$	22h
Carga horária média por empregados	$\frac{\text{TCH ações educacionais} \times \text{Número de Participantes}}{\text{Número de empregados}^{**}}$	17h

\* Hora-pessoa treinada / número de participações.

\*\* Hora-pessoa treinada / número de empregados.

Em 2010, foram investidos R\$ 6.324.145,72 na formação continuada dos empregados. A carga horária total foi de 121.905 horas-pessoas em treinamento, distribuída em 793 eventos, sendo o total de participações de empregados em ações educacionais de 5.341 e o de participantes de 3.246.

Nesse sentido, FURNAS realizou ações com o intuito de fomentar a educação como valor capaz de alavancar o crescimento pessoal, profissional e corporativo dos empregados, como se segue:

- implementação da Unidade de Educação Corporativa, que inclui definição, aprovação e execução das políticas e práticas de educação corporativa, desde o estabelecimento da governança, procedimentos de transição e modelos pedagógicos; e criação do Comitê de Educação Corporativa, com objetivo de propiciar formação continuada e permanente aos empregados;
- implementação do Projeto de Mapeamento de Conhecimentos das diversas áreas da Empresa, com o intuito de reter aqueles inerentes e essenciais a FURNAS, por meio de *workshops* com empregados escolhidos e gerentes. Foram mapeados os conhecimentos das diversas diretorias da Empresa para capacitar gerentes e empregados que atuam em processos essenciais a identificar e propor alternativas estratégicas para cada área, tendo como foco a Gestão dos Conhecimentos elencados como críticos nos Mapas de Conhecimentos;
- estruturação das Trilhas de Aprendizagem, que permitirá desenvolver ações continuadas de aprendizagem para desenvolver os profissionais da Empresa, tendo como base os seus processos de trabalho;
- elaboração de forma participativa do Plano Anual de Desenvolvimento (PAD), em parceria com o Comitê de Educação Corporativa, com o intuito de identificar as ações educacionais estratégicas voltadas para o desenvolvimento das competências essenciais ao negócio de FURNAS, elencadas em seu Planejamento Estratégico;

- atendimento aos requisitos legais, com ações educacionais necessárias para que os empregados que atuam em áreas de risco detenham os conhecimentos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego para atuarem em suas funções;
- promoção de ações educacionais alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) dos empregados, com o intuito de desenvolver competências relevantes para o desenvolvimento pessoal e profissional;
- implementação de iniciativas de educação à distância, ampliando as oportunidades para que os empregados possam desenvolver suas competências, a partir de sua própria estação de trabalho, por meio de tutoriais, palestras, cursos e outros conteúdos, disponibilizados no espaço Prisma Virtual, na intranet;
- desenvolvimento de ações e parcerias com as áreas técnicas da Empresa para atuar no desenvolvimento de programas educacionais estratégicos como, por exemplo, o Curso de Treinamento Básico de Operador de Usinas e Subestações (CTB);
- realização de duas turmas do Programa Gestão Empresarial (PGE), programa de especialização *Latu Sensu*, que visa promover a capacitação nas competências básicas gerenciais e a integração dos gerentes da Empresa;
- atuação, em parceria com a Universidade do Sistema Eletrobras (Unise), na inscrição de empregados da Empresa em programas técnicos e gerenciais, como os Programas Focus e Quanta, que promovem a formação, desenvolvimento, práticas de liderança e governança corporativa.

#### 5.6.5. Satisfação e Motivação

FURNAS e as demais empresas que integram o Sistema Eletrobras realizaram, em 2010, pesquisa de clima organizacional, cujos resultados estão em fase de consolidação, analisados por grupo formado por representantes das empresas participantes. Informação disponibilizada referente ao índice global:

Indicador	Fórmula	Resultado
Índice de Satisfação dos Colaboradores (Consta do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE da Eletrobras)	$\frac{\text{Somatório das médias das respostas}}{\text{Total de respostas}}$	70,2%

#### 5.6.6. Disciplina

Tipo	Número
Advertência	15
Suspensão	2
Demissão por justa causa	1

#### 5.6.7. Desempenho Funcional

Trata-se do processo sistematizado de planejamento, acompanhamento e avaliação do desempenho de cada empregado, em função das competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, dos resultados a serem alcançados e do seu potencial de desenvolvimento, permitindo à Empresa desenvolver e administrar estrategicamente seus empregados, canalizando os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam rentabilidade, sustentabilidade, competitividade e geração de valor.

Dentre as vantagens da Gestão do Desempenho, destacam-se:

- proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dos empregados;
- subsidiar processos de gestão de pessoas, tais como remuneração, carreira, seleção interna, treinamento e desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho;
- contribuir para aumentar os níveis de produtividade.

O processo de Avaliação de Desempenho dos empregados, em 2010, apresentou o seguinte resultado:

Conceito	%
Supera	60,5
Atende	36,5
Em Desenvolvimento	2,7
Não Atende	0,1
Crítico	0,2

### 5.6.8. Níveis Salariais

Em 2010, FURNAS implantou o Plano de Carreira e Remuneração (PCR), do Sistema Eletrobras, em substituição ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Incluiu a aprovação individual, mediante Termo de Adesão, perfazendo um total de 4.653, até dezembro de 2010.

O PCR considera cinco cargos amplos: dois de nível superior, dois de nível médio e um de nível fundamental. FURNAS utiliza quatro dos cargos amplos, considerando que não há profissionais classificados no cargo de Profissional Pesquisador.

Para cada um dos cargos amplos definidos no PCR foi concebida uma tabela salarial, onde os cargos de Profissional Pesquisador, Profissional de Nível Superior, Profissional de Nível Médio Operacional e Profissional de Nível Médio Suporte possuem 4 (quatro) faixas salariais, de acordo com os níveis de complexidade definidos para esses cargos e o cargo Profissional de Nível Fundamental possui 2 (duas) faixas salariais.

Para cada nível de complexidade estabelecido para os cargos, há uma faixa de valores em que estão dispostos os salários base dos empregados do respectivo nível. À medida que se atinge níveis maiores de complexidade, os valores que compõem as faixas também serão superiores.

Cada faixa salarial é dividida em *steps* salariais. O número de *steps* por faixa varia em razão da dispersão salarial estabelecida – orientada por informações de mercado interno e externo – e da aderência à metodologia presente nos requisitos de acesso aos níveis de complexidade de cada cargo.

### 5.6.9. Demandas Trabalhistas

Ano	2009	2010
Número de processos existentes até o ano	6.035	5.602
Montante reivindicado em processos judiciais até o ano (R\$ mil)	94.118	27.650
Valor provisionado no passivo no ano (R\$ mil)	230.551	268.901

**Observação:**

Em 2009, houve pagamento de acordos judiciais referentes a: Sindicato dos Engenheiros (R\$ 71 milhões) e outros acordos (R\$ 18,1 milhões).

Fonte: Assessoria de Assuntos Judiciais (AAJ.P).

## Adequação Quantitativa e Qualitativa do Quadro de Pessoal às Estratégias da Empresa

FURNAS elaborou o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) com os seguintes objetivos:

- renovação do efetivo, mediante desligamento voluntário de empregados aposentados, com repasse de conhecimentos, e admissão de novos empregados com perfil compatível com as novas exigências do Setor Elétrico, em função de mudanças do seu modelo de atuação;
- readequação do corpo funcional à nova realidade de FURNAS e do Sistema Eletrobras, devido à necessidade de aumento de eficiência e redução de custos;
- desenvolvimento de ações visando a implantação de política e práticas de Gestão do Conhecimento na Empresa.

O PREQ foi aprovado pelo Conselho de Administração e instâncias superiores. A previsão de implantação foi adiada de 2010 para 2011.

### 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

#### 6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

##### 6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

QUADRO A.6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.				UG/GESTÃO:					
CNPJ: 23.274.194./0001-19				Informações sobre as Transferências					
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000020	05872278000172	309.480,00	-	309.480,00	309.480,00	11/02/2010	20/11/2010	4
Convênio	9000000027	19093137000166	3.855.484,65	-	1.805.145,13	1.910.270,13	23/11/2009	23/05/2011	1
Convênio	9000000029	07191143000177	167.108,00	-	41.577,79	163.715,79	03/11/2009	02/02/2010	1
Convênio	9000000030	33645086000169	152.505,00	-	66.050,00	152.505,00	05/10/2009	05/03/2010	6
Convênio	9000000031	01535744000173	132.300,00	-	75.775,00	132.300,00	06/10/2009	05/05/2010	6
Convênio	9000000032	06023940000182	194.678,00	-	98.644,00	140.011,00	29/04/2010	03/09/2011	1
Convênio	9000000033	08069542000122	222.715,00	-	76.500,00	222.715,00	04/12/2009	03/01/2011	1
Convênio	9000000034	04132132000128	140.740,00	-	68.163,00	140.740,00	10/09/2009	10/09/2010	4
Convênio	9000000035	65164832000199	98.318,02	-	13.129,17	31.501,34	03/11/2009	02/05/2010	6
Convênio	9000000036	36056836000155	229.144,00	-	176.680,00	229.144,00	24/09/2009	22/12/2010	4
Convênio	9000000041	04811673000182	230.000,00	-	230.000,00	230.000,00	18/01/2010	18/10/2011	6
Convênio	9000000042	09300611000120	197.000,00	-	85.333,53	85.333,53	18/01/2010	20/05/2012	1
Convênio	9000000044	04030287000153	228.614,20	-	126.247,80	160.481,20	15/09/2009	15/09/2011	1
Convênio	9000000053	23278898000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000054	21417837000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000055	20929808000165	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000056	04927215000103	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000057	73759979000150	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000058	04028147000140	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000059	07424811000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	10/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000060	19035989000105	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000061	19015494000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000062	19107754000173	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000063	04554706000156	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000064	21381991000170	29.340,00	-	29.340,00	29.340,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000065	18239608000139	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000066	17894049000138	16.900,00	-	16.900,00	16.900,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000067	02330127000102	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000068	05335961000170	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000069	19089580000163	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000070	02958182000133	1.778,00	-	1.778,00	1.778,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000071	07159954000190	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000072	25651142000140	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	11/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000073	07536870000129	29.892,00	-	29.892,00	29.892,00	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000074	10885807000102	7.900,00	-	7.900,00	7.900,00	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000075	07898533000181	26.603,65	-	26.603,65	26.603,65	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000076	18244301000126	12.864,00	-	12.864,00	12.864,00	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000077	25657560000144	27.600,00	-	27.600,00	27.600,00	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000078	23438500000105	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	12/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000079	03464207000105	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000080	10697734000125	18.745,00	-	18.745,00	18.745,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000081	28964252000150	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000082	04215178000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000083	02403554000165	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000084	07153969000141	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000085	00145789000179	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000086	04290751000140	29.948,00	-	29.948,00	29.948,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000087	27192707000101	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000088	01825413000178	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000089	00167437000114	20.990,00	-	20.990,00	20.990,00	18/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000090	06275883000129	10.513,00	-	10.513,00	10.513,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000091	07242614000129	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000092	02798796000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000093	29392388000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000094	19128099000130	15.378,50	-	15.378,50	15.378,50	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000095	51258333000156	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000096	25644279000177	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000097	00407655000189	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000098	04158233000178	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000099	10381300000111	18.745,00	-	18.745,00	18.745,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000100	20901740000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000101	19036524000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000102	04851919000140	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000103	08473187000152	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000104	01181023000102	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000105	01287416000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000106	00355826000173	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000107	07439811000132	14.600,00	-	14.600,00	14.600,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000108	26963942000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000109	24857096000177	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000110	01179647000195	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000111	08630068000166	26.777,00	-	26.777,00	26.777,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000112	23953177000108	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000113	23952906000101	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000114	07913318000102	7.650,00	-	7.650,00	7.650,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000115	78277191000120	12.149,49	-	12.149,49	12.149,49	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000116	19128214000176	5.854,00	-	5.854,00	5.854,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000117	19055193000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000118	19508944000100	23.830,00	-	23.830,00	23.830,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000119	00909916000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	19/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000120	28891430000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000121	01788362000151	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000122	77412799000158	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000123	06998581000189	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000124	01029518000110	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000125	19016211000140	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000126	17420795000190	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000127	01272287000171	24.192,00	-	24.192,00	24.192,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000128	00851323000199	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000129	02171255000142	5.630,00	-	5.630,00	5.630,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000130	19110261000192	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000131	17902974000163	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000132	72060999000175	400.000,00	-	100.000,00	350.000,00	09/04/2007	08/04/2011	1
Convênio	9000000133	02131338000108	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000134	03919681000184	119.000,00	-	115.900,00	119.000,00	01/12/2009	30/11/2010	1
Convênio	9000000135	21416482000135	19.164,80	-	19.164,80	19.164,80	23/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000136	25658154000104	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	23/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000137	46733473000107	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000138	01217317000147	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000139	09151343000121	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000140	25658477000190	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	24/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000141	17959677000154	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000142	18706713000130	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000143	03162992000141	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000144	17921537000197	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	24/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000145	27000512000104	431.132,00	-	88.800,00	431.132,00	04/07/2008	24/02/2010	4
Convênio	9000000146	01068030000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	25/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000147	41774639000101	15.040,00	-	15.040,00	15.040,00	25/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000149	04461155000186	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	25/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000150	27187087000104	14.550,00	-	14.550,00	14.550,00	25/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000151	04396217000113	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000152	07344191000158	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000153	17408865000194	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000154	31424245000170	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	26/02/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000155	51785590000146	28.658,41	-	28.658,41	28.658,41	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000156	07810946000162	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000157	19017755000127	13.700,00	-	13.700,00	13.700,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000158	19057462000173	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000159	08085971000193	18.000,00	-	18.000,00	18.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000160	03503104000107	19.575,00	-	19.575,00	19.575,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000161	04969954000168	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000162	09423632000132	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000163	36349595000132	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/02/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000165	37623501000134	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	01/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000166	06040402000104	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	01/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000167	39388467000196	29.999,93	-	29.999,93	29.999,93	01/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000168	06349139000121	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	01/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000169	23781065000117	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	01/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000170	01948966000118	29.995,07	-	29.995,07	29.995,07	03/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000171	19684802000196	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	03/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000173	02898300000165	220.200,00	-	196.862,49	196.862,49	03/03/2010	03/07/2010	4
Convênio	9000000174	20933347000102	11.785,00	-	11.785,00	11.785,00	03/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000175	10438035000160	8.000,00	-	8.000,00	8.000,00	03/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000176	23273204000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000177	19675750000191	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000178	01616458000132	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000179	19071307000101	29.965,00	-	29.965,00	29.965,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000180	18659920000181	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000181	04722010000191	29.700,00	-	29.700,00	29.700,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000182	17888082000155	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000184	01219807000182	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000186	04696154000110	13.750,00	-	13.750,00	13.750,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000187	01944279000124	24.434,25	-	24.434,25	24.434,25	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000188	25652462000114	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000189	21416987000108	29.950,00	-	29.950,00	29.950,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000190	06238484000198	29.980,00	-	29.980,00	29.980,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000191	41779802000129	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000192	45890829000145	16.948,72	-	16.948,72	16.948,72	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000193	02959108000131	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000195	19014562000112	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000196	07179075000120	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000197	10696327000101	3.000,00	-	3.000,00	3.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000198	08849873000185	4.800,00	-	4.800,00	4.800,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000199	23781206000100	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000200	08329654000175	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	08/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000204	23285018000182	29.195,00	-	29.195,00	29.195,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000205	71196026000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000206	00399040000158	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000207	02215747000192	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000208	00887340000186	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000209	20678835000102	21.000,00	-	21.000,00	21.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000210	08809083000176	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000211	01174580000104	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000212	00703463000110	10.667,00	-	10.667,00	10.667,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000213	19109008000119	12.770,00	-	12.770,00	12.770,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000214	75423954000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000215	04589330000115	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000216	04834065000606	20.093,00	-	20.093,00	20.093,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000217	28732246000762	14.350,00	-	14.350,00	14.350,00	16/03/2010	16/03/2010	4
Convênio	9000000218	18187823000133	22.000,00	-	22.000,00	22.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000219	45385341000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000220	19098326000121	16.644,76	-	16.644,76	16.644,76	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000221	00604302000179	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000222	01860176000186	10.400,00	-	10.400,00	10.400,00	17/03/2010	30/06/2010	4



Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000223	17904913000135	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	17/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000224	41774035000165	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	17/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000225	02551517000102	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	17/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000226	02536221000104	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	17/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000230	02207877000183	29.995,00	-	29.995,00	29.995,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000231	00394454000194	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000232	45726742000137	23.706,51	-	23.706,51	23.706,51	22/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000233	19071372000137	8.024,90	-	8.024,90	8.024,90	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000234	10965223000147	24.791,50	-	24.791,50	24.791,50	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000235	07906237000185	29.995,00	-	29.995,00	29.995,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000236	07881133000163	22.000,00	-	22.000,00	22.000,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000237	18915058000120	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000238	01794195000151	28.571,00	-	28.571,00	28.571,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000239	02922819000131	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000240	08969366000185	11.574,00	-	11.574,00	11.574,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000241	27452788000123	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	22/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000242	02505476000100	18.810,00	-	18.810,00	18.810,00	23/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000243	18242784000120	18.980,00	-	18.980,00	18.980,00	24/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000244	21404082000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	25/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000245	03324033000185	19.659,95	-	19.659,95	19.659,95	25/03/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000246	10622893000160	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	29/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000247	01396941000159	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	29/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000248	04603490000171	9.000,00	-	9.000,00	9.000,00	29/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000249	39288972000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	29/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000250	01576713000160	20.250,00	-	20.250,00	20.250,00	29/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000251	01552465000118	6.853,00	-	6.853,00	6.853,00	31/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000252	09387793000118	15.450,00	-	15.450,00	15.450,00	31/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000253	41779430000130	15.100,00	-	15.100,00	15.100,00	31/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000254	17013038000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	31/03/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000255	20775128000800	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	05/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000256	05483351000114	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	07/04/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000257	27165588000190	29.977,74	-	29.977,74	29.977,74	12/04/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000258	07688219000174	10.550,00	-	10.550,00	10.550,00	13/04/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000260	04884313000100	17.163,35	-	17.163,35	17.163,35	14/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000262	73759979000150	150.000,00	-	80.803,00	80.803,00	16/04/2010	16/04/2011	1
Convênio	9000000263	36351583000142	14.000,00	-	14.000,00	14.000,00	22/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000264	09159597000196	129.394,80	-	96.156,70	96.156,70	22/04/2010	30/06/2010	1
Convênio	9000000265	80629165000166	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	27/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000266	33621319003966	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	27/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000267	19053479000152	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	27/04/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000268	01040735000101	20.881,00	-	20.881,00	20.881,00	29/04/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000272	05527180000188	120.000,00	-	120.000,00	120.000,00	30/04/2010	30/04/2011	1
Convênio	9000000273	28963981000191	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	07/05/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000274	00000000000000	27.350,00	-	27.350,00	27.350,00	07/05/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000275	08244496000150	1.500,00	-	1.500,00	1.500,00	13/05/2010	30/06/2010	6
Convênio	9000000278	07150937000192	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	18/05/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000281	00824895000189	15.947,33	-	15.947,33	15.947,33	31/05/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000282	61373585000937	29.873,80	-	29.873,80	29.873,80	31/05/2010	30/06/2010	4
Convênio	9000000283	05512323000188	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	07/06/2010	07/07/2010	4
Convênio	9000000284	04202329000196	221.299,00	-	198.104,15	198.104,15	14/06/2010	14/12/2010	1
Convênio	9000000289	26923755000151	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	23/06/2010	23/07/2010	4
Convênio	9000000297	06347750000110	152.515,00	-	30.242,00	152.515,00	08/12/2009	08/05/2010	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
Convênio	9000000299	36886778000197	429.862,40	-	65.829,48	65.829,48	05/07/2010	05/07/2012	1
Convênio	9000000300	08205153000187	29.936,59	-	29.936,59	29.936,59	09/07/2010	09/08/2010	4
Convênio	9000000306	20775128006337	21.000,00	-	21.000,00	21.000,00	06/08/2010	06/09/2010	4
Convênio	9000000311	11304846000131	145.228,00	-	111.964,00	111.964,00	20/08/2010	20/08/2011	1
Convênio	9000000312	05514248000194	178.759,67	-	18.460,00	18.460,00	30/08/2010	30/08/2012	1
Convênio	9000000316	01994969000198	195.171,20	-	55.392,80	55.392,80	10/09/2010	10/09/2011	1
Convênio	9000000321	73794125000104	216.672,63	-	71.340,87	71.340,87	22/09/2010	22/09/2011	1
Convênio	9000000335	03879975000120	164.436,00	-	39.178,50	39.178,50	05/11/2010	05/11/2011	1
Convênio	9000000339	28991321000114	1.080.000,00	-	716.299,64	716.299,64	04/11/2010	03/10/2011	1
Convênio	9000000352	75423897000670	207.905,18	-	76.290,79	76.290,79	03/12/2010	31/12/2011	1
Convênio	9000000353	72406242000190	30.101,72	-	18.276,29	18.276,29	03/12/2010	31/12/2011	1
<b>Total</b>	<b>237</b>		<b>15.671.700,72</b>		<b>10.294.562,38</b>	<b>11.747.738,95</b>			

Fonte: Sistema SAP / ERP e Coordenação de Responsabilidade Social (CS.P).

### 6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.2. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
Unidade Concedente Ou Contratante						
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.						
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Valores Repassados em Cada Exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	60	13	224	2.833.103,87	1.625.833,37	10.294.562,38
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Parceria	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>13</b>	<b>224</b>	<b>2.833.103,87</b>	<b>1.625.833,37</b>	<b>10.294.562,38</b>

Fonte: Sistema SAP / ERP e Coordenação de Responsabilidade Social (CS.P).

### 6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

QUADRO A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE					
Unidade Concedente Ou Contratante					
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos com Vigência em 2011 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	19	9.235.514,65	4.869.748,33	4.365.766,32	52,73
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>9.235.514,65</b>	<b>4.869.748,33</b>	<b>4.365.766,32</b>	

**Observação:**

O Sistema SAP / ERP não possui projetos com repasses previstos para 2012 porque não há orçamento aprovado para o ano. Assim, todos os projetos com vigência após 2011 estão com valores provisionados até 2011.

Fonte: Sistema SAP / ERP e Coordenação de Responsabilidade Social (CS.P).

### 6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.4. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE					
Unidade Concedente Ou Contratante					
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contrato de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Quantidade	210	0	
		Montante Repassado (R\$)	9.341.898,94	-	
		Quantidade	27	0	
		Montante Repassado (R\$)	104.091,13	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade	18	0	
		Montante Repassado (R\$)	1.415.057,91	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	6	0	

		Montante Repassado (R\$)	11.437,10	-
		Quantidade	67	0
<b>2008</b>	Contas prestadas	Montante Repassado (R\$)	2.481.368,22	-
<b>Exercícios Anteriores a 2008</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-

**Observação:**

Todas as prestações de contas recebidas em FURNAS foram analisadas até 31/12/2010, como base de referência do quadro acima.

Fonte: Sistema SAP / ERP e Coordenação de Responsabilidade Social (CS.P).

### 6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					
Unidade Concedente Ou Contratante					
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:	
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de Contas Prestadas			237	0
	Com Prazo de Análise Ainda Não Vencido	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	210	0
			Quantidade Reprovada	26	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	1	0
			Quantidade	0	0
			Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de Contas Prestadas			24	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	18	0	
		Quantidade Reprovada	6	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Quantidade de Contas Prestadas			85	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	67	0	
		Quantidade Reprovada	18	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Exercícios Anteriores a 2008	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

**Observação:**

Todas as prestações de contas recebidas em FURNAS foram analisadas até 31/12/2010, como base de referência do quadro acima.

Fonte: Sistema SAP / ERP e Coordenação de Responsabilidade Social (CS.P).

## 6.2. ANÁLISE CRÍTICA

As Transferências são acompanhadas *in loco*, prévia e posteriormente, pelos técnicos desta UJ. Inicialmente, os técnicos emitem um relatório quanto à compatibilidade da demanda e à situação constatada. Nas visitas subsequentes é verificada a aplicabilidade da verba recebida.

Para Transferências com mais de uma parcela, os desembolsos só são realizados após a apresentação e análise das prestações de contas pelos técnicos.

Se houver inadimplência quanto às prestações de contas, são emitidas 3 correspondências para as entidades convenientes, a intervalos regulares, solicitando a prestação de contas e o prazo para a apresentação das mesmas.

Caso a entidade não envie a prestação de contas, é solicitado parecer da Área Jurídica da Empresa e, conforme esta orientação, a Área Financeira calcula a atualização monetária e avalia a aplicabilidade de multa, se couber, emitindo o documento de cobrança. Se o pagamento não for efetuado, a Área Financeira informa ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Não existem pendências quanto às prestações de contas do exercício de 2010 e todas as Transferências acompanhadas por esta UJ estão em conformidade com o prazo previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

## 7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 7.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
Aspectos do Sistema de Controle Interno Ambiente de Controle	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	

<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

#### **Considerações Gerais:**

A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Auditoria Interna, bem como o acompanhamento realizado sobre a auditoria para certificação baseada na Lei americana *Sarbanes-Oxley*, que avalia tanto as atividades de controles internos (*process level*), quanto o ambiente de controle da entidade (*entity level*).

#### **LEGENDA:**

##### **Níveis de Avaliação**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a Gestão Ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>Foi adquirido um sistema de iluminação eficiente, conforme Contrato nº 8000003258. A medição do impacto dessa aquisição sobre o consumo de energia está em fase de avaliação.</p>				x	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul> <p>Em suas publicações institucionais, FURNAS orienta a aquisição de papel com selo FSC (<i>Forest Stewardship Council</i> – Conselho de Manejo Florestal), que garante que a madeira utilizada seja oriunda de processo ecologicamente correto e sustentável, além de estar alinhado com a política de meio ambiente da Empresa.</p>			x		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul> <p>Os veículos de transporte de passageiros são adquiridos com o tipo de combustível Flex (gasolina ou álcool). O álcool é mais eficiente e menos poluente.</p>					x

**QUADRO A.10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a Gestão Ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					x
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Ver Considerações Gerais.</p>					
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>O Programa da Coleta Seletiva contempla toda a Empresa. Desde 2008, para atender o Decreto nº 5.940/2006, foi implantado nas UHE, UTE, SE e Escritórios. A finalização da implantação desse Programa está prevista para junho de 2011. As informações sobre o andamento do Programa estão registradas em relatórios semestrais encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Social e disponíveis no site de FURNAS, item Responsabilidade Social / Coleta Seletiva Solidária / Relatórios Semestrais.</p>				x	
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>Embora as atividades da Empresa relacionadas à conservação de energia sejam voltadas tanto para o público interno quanto para o externo, em 2010, foram focadas no público externo. A divulgação interna se processa, continuamente, em sua Revista mensal e <i>folders</i>.</p>				x	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>FURNAS possui Políticas específicas com este objetivo. Além disso, desenvolve ações educacionais sobre Preservação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, entre cursos, seminários e palestras para funcionários. Em 2010, destacaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>XII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema);</li> <li>Questões Legais Relativas ao Meio Ambiente;</li> <li>Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Setor Elétrico;</li> <li>Seminário Indicadores de Sustentabilidade;</li> <li>O Desafio da Sustentabilidade;</li> <li>Índices de Sustentabilidade – Análise e Perspectivas;</li> <li>I Congresso de Inovação Tecnológica e Sustentabilidade;</li> <li>Ciclo de Palestras de Conscientização das Questões Ambientais nas instalações em operação.</li> </ul> <p>Além dessas ações, realizou trabalho de divulgação das Políticas Ambientais e implantou o sistema de legislação ambiental em pelo menos 17 unidades da Empresa, além de participar de eventos tais como Semana do Meio Ambiente.</p>					x



QUADRO A.10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a Gestão Ambiental Licitações Sustentáveis				Avaliação	
1	2	3	4	5	

#### Considerações Gerais:

Tendo em vista que as contratações e compras são realizadas por meio de licitação, obedecendo à Lei de Licitações e Contratos (nº 8.666/1993), que regulamenta as aquisições para órgãos públicos, não é possível incluir critérios de sustentabilidade nas licitações, a fim de garantir aos participantes tratamento igualitário.

#### LEGENDA

##### Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 9.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Não aplicável a FURNAS.

## 10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 10.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1. GESTÃO DE TI DA UJ					
Quesitos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					126 efetivos e 74 contratados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		

**QUADRO A.12.1. GESTÃO DE TI DA UJ**

Quesitos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	15%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	

**Considerações Gerais**

As informações baseadas em processos definidos e divulgados internamente, vários deles auditados pela SOX.

**LEGENDA**

**Níveis de avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

**Fonte:** Superintendência de Organização e Informática (OI.G).

**11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

Renúncias Tributárias – Não aplicável a FURNAS.

## 12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

### 12.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

A Auditoria Interna atuou como facilitadora na realização dos trabalhos do TCU, intermediando as solicitações com as diversas áreas de FURNAS e prestando esclarecimentos. Acompanhou o andamento dos processos auditados pelo TCU e a implementação das recomendações, pelas áreas da Empresa.

QUADRO A.15.1. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO						
Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.						60478
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
01	007.214/2008-4	030/2010 1ª C	9.1 a 9.3	DE	99/2010 – TCU/Secex/MG	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.						60478
Descrição da Deliberação:						
9.1. Recomendar à FURNAS Centrais Elétricas S.A. que faça constar explicitamente dos futuros contratos a serem celebrados os critérios para deflacionamento e reajustamento de novos itens a serem contratados por meio de termos aditivos, atentando-se para as disposições da Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.192, de 2001.						
9.2. Dar ciência à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional do teor da presente deliberação, em complemento à informação anteriormente prestada àquela comissão acerca do Programa de Trabalho nº 25.752.0296.3292.0031 - Modernização da UHE Furnas - no Estado de Minas Gerais, informando-lhe que não restou confirmada a irregularidade que ensejou a diligência determinada pelo Acórdão 1801/2008 – Plenário.						
9.3. Arquivar o presente processo.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Consultoria Jurídica - CJ.P						Não se aplica
Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.C						
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento						
Criada Circular Geral para atender às determinações contidas no Acórdão, relacionada ao Deflacionamento e ao Reajustamento de Novos Itens.						
Síntese dos resultados obtidos						
Observado o conteúdo da recomendação do referido Acórdão.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:						
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	006.230/2009-1	143/2010 1ª C	1.5	DE	15909 – TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinar à FURNAS Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobrás que se abstenha de nomear candidatos aprovados em concurso público após o prazo de validade do certame, atentando-se que a nomeação deve ser publicada no DOU ainda na vigência do certame.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa - DG					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	006.233/2009-3	815/2010 1ª C	1.5	DE	Portal do TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinar à FURNAS Centrais Elétricas S.A.- Grupo Eletrobras que se abstenha de nomear candidato aprovado em concurso público após o prazo de validade do certame, atentando-se para que a nomeação seja publicada no DOU ainda na vigência do certame.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa - DG					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Observado o conteúdo da recomendação do referido Acórdão.					

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Observado o conteúdo da recomendação do referido Acórdão.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	020.548/2007-8	1503/2010 2ª C	1.5.1 a 1.5.1.4	RE	635/2010 TCU/Secex/RJ-D2
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
"1.5.1. À FURNAS Centrais Elétricas S.A. que:					
1.5.1.1. Formalize o respectivo termo aditivo, nos casos de alteração contratual, no devido prazo, obedecendo rigorosamente à Lei n.º 8.666/1993, especialmente o artigo 57, §§ 1º e 2º;					
1.5.1.2. Apresente, no próximo exercício, o processo de prestação de contas, em conformidade com a IN TCU n.º 47/2004, bem como a Decisão Normativa para o respectivo exercício, sob pena de responsabilidade;					
1.5.1.3. Se abstenha de prorrogar os contratos firmados para a prestação de serviços advocatícios, sem prévia licitação, em relação aos quais não restaram efetiva e formalmente comprovados os requisitos da inviabilidade de competição, da singularidade do objeto e da notória especialização do prestador, indicados no artigo 25, caput e II, da Lei n.º 8.666/1993, em obediência ao disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição;					
1.5.1.4. Se abstenha de contratar serviços advocatícios, por inexigibilidade de licitação, quando não restar efetiva e formalmente demonstrada a inviabilidade de competição a que se refere o artigo 25, caput, da Lei n.º 8.666/1993."					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Consultoria Jurídica - CJ.P					Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	030.863/2007-2	2053/2010-PL	9.1 a 9.4	DE	1907/2010 TCU/Secex/RJ-D2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Determinar a FURNAS Centrais Elétricas S.A., com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92, a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, mediante a cessação de transferências de recursos financeiros à Caixa de Assistência dos Funcionários de FURNAS e Eletronuclear - CAEFE ante a infração ao art. 1º do Decreto 99.509/1990;</p> <p>9.2. Determinar a FURNAS que providencie, caso ainda não o tenha feito, o retorno dos empregados cedido à CAEFE, adotando as medidas cabíveis junto àquela entidade visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos valores dos salários correspondentes ao período da cessão ocorrida sem amparo legal;</p> <p>9.3. Dar ciência desta deliberação à Caixa de Assistência dos Funcionários de FURNAS e Eletronuclear - CAEFE.</p> <p>9.4. Determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento dos itens 9.1. e 9.2 da presente deliberação.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa - DG					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.</p> <p>A Assessoria de Assuntos Judiciais – AAJ.P, através da Correspondência AAJ.P.I.488.2011 entrou com o processo de Ação de Cobrança na Justiça Estadual do Rio de Janeiro.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FURNAS Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	010.987/2004-8	2672/2010-PL	9.13; 9.14 e 9.17	DE	Portal do TCU

<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	60478
<b>Descrição da Deliberação:</b>	
<p>9.13. Determinar à FURNAS Centrais Elétricas S.A que as contratações por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, restrinjam-se unicamente aos casos em que reste comprovado o nexo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado, observando sempre a razoabilidade do preço cotado, bem como a inexistência de outras entidades em condições de prestar os serviços a serem contratados, devendo ser promovida, caso contrário, licitação para a escolha da melhor proposta técnica, em obediência ao princípio constitucional da isonomia;</p> <p>9.14. Alertar FURNAS Centrais Elétricas S.A. de que o descumprimento de determinação deste Tribunal poderá implicar na imposição da multa prevista no art. 58, inciso VII e § 1º, da Lei 8.443/1992;</p> <p>9.17. Arquivar os presentes autos.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Suprimentos - SR.G	Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Observado o conteúdo da determinação do referido Acórdão.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.	

## **12.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**

Não há. Todas as recomendações foram acatadas e as providências tomadas.

## **12.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Como previsto na legislação, o PAINT, referente ao ano de 2011, foi submetido, previamente, à CGU e ao Conselho de Administração.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint) foi encaminhado à CGU, com as seguintes informações básicas: ações realizadas pela Auditoria Interna e informações adicionais; recomendações implementadas; relato gerencial; fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna; capacitação dos auditores; e ações de fortalecimento da unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, como coordenadora dos trabalhos da Comissão de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), atuou como facilitadora na realização dos trabalhos da CGU, intermediando as suas solicitações com as áreas de FURNAS e prestando esclarecimentos.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	242063/001	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Anexar aos processos de cessão dos funcionários de FURNAS, toda a documentação que gerou a Cessão destes.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Planejamento e Coordenação - APC.G.			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Passamos a adotar a recomendação da CGU.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	242063/002	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Incluir cláusula determinando o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns, em todos os convênios e termos aditivos de convênios a serem celebrados por FURNAS Centrais Elétricas S.A., conforme disposto Portaria Interministerial MPOG/MF n.º 217, de 31/06/06.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte a Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Tendo em vista que os referidos convênios estão expirados, entendemos que a providência a ser implementada é a inclusão de cláusula determinando o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns, nos próximos convênios e termos aditivos de convênios a serem firmados com FURNAS.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	242063/002	1.2	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Designar formalmente, para cada convênio celebrado por FURNAS Centrais Elétricas S.A., empregado responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte a Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Os representantes técnico e administrativo de FURNAS nos convênios 15.370 e 15.371 foram designados por meio da correspondência GA.I.E.266.2005, encaminhada à Agência Goiana do Meio Ambiente (antiga Semarh) em 08/08/2005. Não há providência a ser implantada.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	252011/002	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Observar rigorosamente o disposto no art. 43, incisos I, II e III da Lei n.º 8.666/93			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte à Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O procedimento adotado atendeu ao exigido no Art. 43, incisos III, IV, V e VI, que conforme parágrafo 4º do mesmo Art.43 “aplica-se o disposto no art., no que couber ao convite”.			
De acordo com a IN – 00493, Coletânea de Atos Normativos Diversos, que reproduz as obrigações previstas na Lei 8.666/93, quanto aos Critérios Básicos para Contratação por Convite, não há previsão de apresentação em envelope separado de documentos de CND e FGTS, e nem da consideração de habilitação prévia.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	252011/002	1.2	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Abster-se de divulgar as futuras licitações sem exame prévio do edital pelo Jurídico da Empresa, conforme preceitua o art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte à Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O Edital de Convite lançado antes da análise do Jurídico foi motivado pelo pequeno prazo para obtenção de proposta e a consequente realização dos serviços, tendo sido emitido com base em um Edital previamente aprovado pelo Jurídico (ACT.P.I.284.2010), mudando somente o objeto.			
As alterações sugeridas pelo Jurídico nos referidos editais não modificaram substancialmente o texto que resultasse prejudicada a obtenção do melhor preço a ser contratado.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	252011/002	1.3	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Observar o art. 22, § 7º, da Lei n. 8.666/1993, que dispõe acerca da necessidade de Repetição dos atos licitatórios quando não se obtiver três propostas válidas para o certame, ressalvadas as hipóteses de limitação do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, circunstâncias estas que devem ser justificadas no processo.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte à Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Nosso entendimento ao disposto no § 7º do Art. 22 da Lei 8.666/93 se ateve à exigência de obtenção de 3 propostas de preços. Os procedimentos orientados serão rigorosamente seguidos nos próximos Editais.			

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	252011/002	1.4	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Observar o prazo mínimo de 5 dias úteis entre a divulgação da licitação e a realização Do evento, conforme dispõe o art. 21 § 2º, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Assessoria de Suporte à Gestão Ambiental - ASA.E			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Verificamos que houve um equívoco quanto ao prazo adotado nos processos utilizando-se 5 dias corridos. Os procedimentos orientados serão rigorosamente seguidos nos próximos editais.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	243237/001	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Em futuros editais de licitação, alterar a redação do item 4.4 – da Seção I – Instruções aos licitantes do edital de licitação, de forma a observar o art. 21, §4º da Lei n.º 8.666/93 e incluir cláusula que estabeleça consulta prévia ao Cadin na celebração de contratos e aditivos, conforme dispõe o art. 6º, inciso III da Lei nº 10.522/2002.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Consultoria Jurídica - CJ.P			Não se aplica

---

**Síntese da providência adotada:**

Em razão da recomendação da Controladoria Geral da União - CGU, no que tange a consulta prévia ao Cadin, estamos orientando todos os órgãos licitantes, quando da análise dos editais de licitação, que FURNAS deverá efetuar consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Serviço Público Federal - Cadin, quando da celebração de contratos e aditivos em obediência ao disposto na Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

Porém, o artigo 7º da Lei nº 10.522/02 não prevê expressamente a vedação a contratação de pessoas inscritas no Cadin, tal como havia antes da Medida Provisória nº 1.110, de 30/08/1995, que é a MP originária da vigente Lei nº 10.522/2002, cabendo ao interprete, em uma interpretação histórica do instituto, concluir que o legislador, se assim o fez, não pretendeu impedir a contratação daqueles porventura inscritos no Cadin.

Ademais, tendo em vista que o STF, após o julgamento por seu Plenário, teve o mesmo entendimento, constata-se que a consulta ao Cadin é inócua, uma vez que no referido julgado resta asseverado que a consulta não impede a celebração dos contratos administrativos com aqueles que se encontrem porventura inscritos no Cadin.

Desta forma, entendemos não ser necessária a alteração de nossos editais, sendo certo que estamos cumprindo a exigência legal quanto à consulta prévia ao Cadin.

---

**Síntese dos resultados obtidos**

Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

---

---

**Unidade Jurisdicionada**

---

**Denominação completa:**

FURNAS Centrais Elétricas S.A.

---

**Código SIORG**

60478

---

**Recomendações do OCI**

---

**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	228439/001	1.1	Não se aplica

---

**Órgão/entidade objeto da recomendação**

FURNAS Centrais Elétricas S.A.

---

**Código SIORG**

60478

---

**Descrição da Recomendação:**

Aditivar o contrato em vigor com a agência de publicidade vencedora da Concorrência CO.DAQ.G.0010.2009 exigindo que a Contratada efetue os pagamentos a terceiros por serviços prestados, imediatamente após a compensação bancária dos pagamentos feitos por FURNAS e envie os comprovantes de quitação para arquivamento junto aos processos de pagamento.

---

**Providências Adotadas**

---

**Setor responsável pela implementação**

Coordenação de Comunicação Social - CO.P

---

**Código SIORG**

Não se aplica

---

**Síntese da providência adotada:**

A solicitação já foi atendida anteriormente conforme contrato assinado em 10/02/2010 com a Empresa Arcos Propaganda Ltda., de acordo com os novos procedimentos adotados pela CO.P nos seus respectivos contratos.

---

**Síntese dos resultados obtidos**

Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

---

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	228439/002	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Submeter à apreciação da Área Jurídica de FURNAS todas as minutas de contratos, para exame e aprovação, conforme estabelece o parágrafo único da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Suprimentos - SR.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
No âmbito da SR.G todas as minutas de Contratos são submetidas à apreciação da Área Jurídica de FURNAS.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	228440/001	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Numerar todos os documentos que integram os processos de dispensa e Inexigibilidade de Licitação, conforme dispõe o caput do artigo 38 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Gestão de Carreiras, Remuneração e Documentação - DCR.G; Departamento de Planejamento Financeiro - DPF.F Departamento de serviços Gerais - DSG.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Os funcionários responsáveis pela elaboração dos processos foram orientados a numerar todos os documentos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	243237/002	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Quando se tratar de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, avaliar, em futuras licitações, a conveniência de divulgar os preços estimados para as contratações de bens e/ou serviços nos editais de licitação ou informar, no próprio ato convocatório, a disponibilidade e os meios adequados pelos quais os interessados, inclusive aqueles de outros Estados, poderão obter o referido orçamento, em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso III, da Lei n. 10.520/2002.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Suprimentos - SR.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
No âmbito da SR.G, a avaliação é sempre feita. Em todos os Editais consta item que prevê a consulta a todo o processo, no qual consta o orçamento.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	252011/001	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Realocar a despesa em comento classificada erroneamente na Ação 4103 para a ação adequada.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Suprimentos Campinas - DSUC.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Em 01.09.2010 encaminhamos a DCIN.F o fax DSUC.G.284.2010, com cópia para a AD solicitando providências para a transferência manual de custos primários, adequando a despesa dentro da ação correta. Registramos que a destinação contábil nos foi informada pelo órgão requisitante dos serviços de transporte, conforme e-mail datado de 18.02.2010.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	252011/001	1.2	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Abster-se de classificar despesas que não se coadunam com a finalidade das ações orçamentárias executadas pela Eletrobras FURNAS.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Suprimentos Campinas - DSUC.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
FURNAS Centrais Elétricas S.A. informa que tomou todas as medidas necessárias para a adequação da classificação correta da despesa, incluindo a informação ao órgão requisitante do serviço.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	228440/002	1.1	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Numerar todos os documentos que integram o processo licitatório sob sua responsabilidade, conforme dispõe o caput do artigo 38 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Suprimentos - SR.G			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Os funcionários responsáveis pela elaboração dos processos foram orientados a numerar todos os documentos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	224591	022/001	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Contratar serviços de assessoria jurídica através do competente processo licitatório, salvo se plenamente justificada a inexigibilidade.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Consultoria Jurídica - CJ.P			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Ao fim do prazo de vigência de cada contrato, estaremos avaliando a possibilidade de realização de processo licitatório, cabendo ressaltar, conforme já amplamente defendido junto a essa respeitável Controladoria, que entendemos tratar-se o objeto, qual seja, contratação de serviços de assessoria jurídica, de contratação direta. Assim, apesar de ser claro que a utilização de contratação direta por inexigibilidade de licitação configura-se exceção a regra da licitação, em casos especiais pode ser utilizada pela Administração para atendimento de suas finalidades, como é o caso da contratação de notórios especialistas da área jurídica. Porém, sempre que constataremos a possibilidade de realização de licitação, a mesma será realizada.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	224591	022/002	Não se aplica
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FURNAS Centrais Elétricas S.A.			60478
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Nos processos de inexigibilidade porventura instaurados, realizar a competente justificativa de preços.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Consultoria Jurídica -CJ.P			Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Para cada contrato a ser encerrado faremos uma pesquisa de mercado, encaminhando uma consulta de preços para, no mínimo, três escritórios com notória especialização na área a ser contratada, estabelecendo, entre outros, a forma de pagamento (sempre que possível por preço unitário), a quantidade de processos e a abrangência da prestação dos serviços. Será dado um prazo para que os escritórios apresentem suas propostas, sendo vencedor aquele que ofertar o menor preço. Desta forma, estaremos atendendo as recomendações dessa Controladoria.			



---

**Síntese dos resultados obtidos**

---

Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

---

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

---

---

**Unidade Jurisdicionada**

---

**Denominação completa:**

FURNAS Centrais Elétricas S.A.

**Código SIORG**

60478

---

**Recomendações do OCI**

---

**Recomendações expedidas pelo OCI**

---

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Nota técnica 950	8.1	Não se aplica

**Órgão/entidade objeto da recomendação**

FURNAS Centrais Elétricas S.A.

**Código SIORG**

60478

---

**Descrição da Recomendação:**

Verifica-se a necessidade de adequação das atividades do Coordenador Regional do Luz para Todos, conforme orientação do manual de operacionalização do Programa, independentemente da veracidade da denúncia, devendo os deslocamentos destinados à verificação da execução das obras serem realizados pelos agentes contratados conforme orientação dos Comitês Gestores Estaduais. Vale ressaltar também a necessidade de um melhor planejamento das viagens de maneira a se estabelecer uma roteirização que aumente o número de localidades visitadas, diminuindo as distancias percorridas e aumentando o tempo destinado às visitas nas obras, haja visto a constatação de deslocamentos muito grandes e em dias consecutivos para vista de poucas localidades. Paralelamente, torna-se prudente uma reavaliação da quantidade de agentes contratados para o Estado de Minas Gerais, devendo ser dispensados os contratados que não atuam diretamente nas atividades elencadas no manual de operacionalização.

---

**Providências Adotadas**

---

**Setor responsável pela implementação**

Comitê Gestor do Luz para Todos

**Código SIORG**

Não se aplica

---

**Síntese da providência adotada:**

Foram adotadas as seguintes providencias: 1- Foi determinado que a Auditoria Interna efetuasse o levantamento dos fatos relatados na Nota Técnica retromencionada, notadamente, sobre a denúncia da construção de um sistema de Gerenciamento do Programa Luz Para Todos, sem a devida autorização de FURNAS; 2- Foi determinado ao Sr. Sinval Ladeira, que atua na Coordenação Regional deste Programa, por delegação da Presidência o cumprimento de todas as determinações da CGU, conforme correspondência endereçada ao mesmo, nº. DP.I.100.2010 de 18.05.2010.

---

**Síntese dos resultados obtidos**

---

Observado o conteúdo da recomendação do referido relatório.

---

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

---

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

---

#### **12.4. DELIBERAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**

Não há. Todas as recomendações foram acatadas e as providências tomadas.

#### **13. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

### **13.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ PARA DEMONSTRAR A CONFIABILIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO**

#### **Premiações**

A Empresa foi contemplada, em 2010, com os seguintes prêmios por sua atuação:

##### **Associadas à Responsabilidade Socioambiental**

- Certificado Empresa Cidadã – recebido da Comissão de Balanço Social do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ), pelo Balanço Social de FURNAS (oitavo ano consecutivo);
- Troféu Rogério Morgado – concedido pela Fundação Coge, na categoria Ações de Responsabilidade Social, pela apresentação de 27 projetos sociais (o maior número apresentado na categoria);
- Destaque em três das seis categorias da segunda e última fase do *GRI Readers Choice Awards 2010*, organizado pela *Global Reporting Initiative*, em Amsterdã, Holanda – atribuído ao Relatório Socioambiental de FURNAS, “O Fio Que Nos Une 2008”;
- Selo Pró-Equidade de Gênero – concedido pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Presidência da República, pelo conjunto de ações implementadas pela Empresa;
- 5º Prêmio Brasil de Meio Ambiente – contemplada com dois prêmios: “A Empresa do Ano” pelo seu trabalho em prol da sustentabilidade, em função dos estudos socioambientais realizados para implantação de projetos de geração e transmissão de energia e “Melhor Trabalho em Educação Ambiental” pelo desenvolvimento do Projeto Horizontes para renovação da Licença de Operação da UHE Itumbiara (MG/GO).

##### **Associadas à Prestação de Contas**

- 12º Prêmio da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) – Relatório Anual (Edição 2010) – o Relatório Anual de FURNAS 2009 (que envolve o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis) ficou em quarto lugar no *ranking*, categoria empresas fechadas com faturamento igual ou superior a R\$ 1 bilhão;
- Troféu Transparência – concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Serasa Experian às Demonstrações Contábeis de 2009.

##### **Associada à Gestão**

- Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG), medalha de ouro da categoria Empresas de Economia Mista, ciclo 2010 – promovido pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG), pelos trabalhos desenvolvidos na Área de Construção da UHE Corumbá.

### **PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

#### **Declaração do Responsável Atestando Informações Referentes a Contratos de Investimento Constantes do SIASG**

Declaração constante da página 96. FURNAS não possui registros no SIASG e no SICONV referentes a convênios ou outros instrumentos congêneres porque utiliza recursos próprios.

### **PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

Declaração constante da página 97.

## **DECLARAÇÃO**

Declaro, para fins de direito, que as informações referentes aos contratos de investimento estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o Artigo 19, §5º, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011

---

Dário Santos Moura  
Auditoria Interna

Rua Real Grandeza, 219  
Telegrama RIOFURNAS Telex (21) 221166  
Telefone (21) 2528-3112 Fax (21) 2528-5858  
22281-900 Rio de Janeiro RJ  
CNPJ 23.274.194/0001-19

DECLARAÇÃO  
DAP.G.Dc.0418.2011

Declaramos, para fins de realização da Prestação de Contas à CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU relativa ao Exercício Social 2010, que todos os integrantes do Rol de Responsáveis arrolados no processo de prestação de contas estão em dia com o cumprimento da exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8730/1993.-----.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2011.

Mauro Arantes Junior  
Departamento de Suporte à Gestão de Pessoas

Firma no  
5º Ofício de Notas  
Rua Real Grandeza nº 193 – Loja 1  
Botafogo – RJ

**B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA GESTÃO**

**14. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

**14.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa**

Não se aplica. FURNAS não é regida pela Lei nº 4.320/1964.

**15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

**15.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/1976, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS**

Empresa do Sistema Eletrobras  
CNPJ Nº 23.274.194/0001-19

**Balanços Patrimoniais**

							R\$ Mil
ATIVO	Nota	Individual			Consolidado		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.222	13.273	18.208	478.504	468.329	62.934
Aplicações financeiras	8	535.070	248.830	312.782	540.072	356.318	313.662
Consumidores, conc. e permissionárias	9	750.568	721.072	696.273	786.404	742.463	710.529
Empréstimos e financiamentos concedidos	10	2.192	56.625	112.050	2.192	56.625	112.050
Créditos de energia financiados	11	148.933	150.877	203.201	148.933	150.877	203.201
Almoxarifado		11.896	12.238	11.613	11.971	12.238	11.613
Dividendos a receber		12.570	10.880	10.642	2.020	-	-
Tributos	12	58.922	72.733	82.569	77.612	73.358	89.455
Despesas pagas antecipadamente		3.971	14.736	15.727	14.042	24.185	17.032
Cauções e depósitos vinculados	13	35.893	38.049	29.381	59.171	60.248	50.047
Devedores diversos	14	96.691	75.351	83.297	98.545	77.534	83.538
Ativo financeiro indenizável – concessão	17	-	-	-	13.442	-	-
Outros	16	21.941	16.863	55.017	31.897	18.745	56.974
		1.683.869	1.431.527	1.630.760	2.264.805	2.040.920	1.711.035
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras		-	-	-	3.846	3.675	-
Empréstimos e financiamentos concedidos	10	10.917	11.757	57.570	10.917	11.757	57.570
Créditos de energia financiados	11	596.826	629.228	947.406	596.826	629.228	947.406
Almoxarifado		89.354	91.911	87.219	89.354	92.858	87.219
Tributos	12	727.339	756.324	546.947	759.766	771.303	554.412
Cauções e depósitos vinculados	13	179.536	197.762	193.938	210.230	225.272	193.940
Devedores diversos	14	160	30.258	30.364	1.153	30.258	30.364
Ativo financeiro indenizável	17	5.146.170	4.985.469	4.739.274	5.146.170	4.985.469	4.773.187
Ativo financeiro – amortização RAP	17	2.210.119	2.450.237	2.725.519	2.574.274	2.575.565	2.725.519
Despesas pagas antecipadamente		-	3.665	1.772	30.328	41.556	7.993
Títulos e valores mobiliários	15	1.548	1.452	1.355	1.548	1.452	1.355
Outros	16	41.688	61.290	96.559	50.614	61.290	111.904
		9.003.657	9.219.353	9.427.923	9.475.026	9.429.683	9.490.869
Investimentos	18	1.394.891	1.120.640	1.128.882	98.305	65.542	617.292
Imobilizado	19	8.418.529	7.412.487	6.653.273	13.587.875	10.700.888	7.633.722
Intangível	21	116.436	90.884	63.931	1.046.187	752.708	626.100
		18.933.513	17.843.364	17.274.009	24.207.393	20.948.821	18.367.983
Total do Ativo		20.617.382	19.274.891	18.904.769	26.472.198	22.989.741	20.079.018

Continua

## Balanços Patrimoniais

Continuação

R\$ Mil							
		Individual			Consolidado		
PASSIVO	Nota	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Fornecedores	22	841.815	648.115	556.769	1.026.132	723.764	638.745
Encargos de empréstimos e financiamentos	23	37.787	45.076	43.885	45.905	46.308	45.318
Empréstimos e financiamentos	23	267.804	538.513	229.884	492.124	602.360	327.655
Outras captações de recursos	24	-	71.671	224.977	-	71.671	224.977
Benefícios pós-emprego	25	221.999	191.204	181.776	221.999	191.204	181.776
Tributos	12	230.150	198.974	178.391	244.847	209.718	187.198
Obrigações com pessoal	27	123.810	157.494	100.695	126.253	158.928	101.366
Pesquisa e desenvolvimento	28	6.170	6.624	42.730	6.209	6.624	42.730
Provisão para compensação socioambiental		-	-	-	9.165	-	-
Uso do bem público	31	-	-	-	25.098	5.314	5.348
Dividendos		17.928	14	-	18.747	14	-
Participação nos lucros - empregados		105.095	76.849	70.717	105.095	76.849	70.717
Credores diversos	32	10.382	13.927	11.246	15.217	19.219	11.247
Outros	33	107.967	103.978	74.910	118.257	119.727	77.352
		1.970.907	2.052.439	1.715.980	2.455.048	2.231.700	1.914.429
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	23	3.383.361	2.310.494	2.277.514	6.981.905	4.502.948	2.652.890
Outras captações de recursos	24	-	-	86.930	-	-	86.930
Benefícios pós-emprego	25	536.983	672.438	847.586	536.983	672.438	847.586
Pesquisa e desenvolvimento	28	150.266	120.369	11.623	150.266	120.369	11.623
Tributos	12	633.201	713.704	715.897	648.171	715.981	715.897
Prov. p/ riscos c/ ações fiscais, trabalhistas e cíveis	29	557.731	478.392	410.247	560.811	481.399	414.325
Provisão para compensação socioambiental		-	-	-	1.669	-	-
Debêntures	30	-	-	-	710.536	631.112	-
Credores diversos	32	9.795	39.065	-	40.097	18.083	255
Uso do bem público	31	40.335	38.668	37.929	1.008.541	714.701	614.731
Outros	33	2	2	1	43.370	51.690	19.290
		5.311.674	4.373.132	4.387.727	10.682.349	7.908.721	5.363.527
Recursos destinados a aumento de capital		-	31.154	31.154	-	31.154	31.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34						
Capital social		6.031.154	6.000.000	6.000.000	6.031.154	6.000.000	6.000.000
Reservas de capital		5.690.383	5.690.383	5.690.383	5.690.383	5.690.383	5.690.383
Ajuste de avaliação patrimonial de coligada		5.434	(12.281)	-	5.434	(12.281)	-
Ajuste acumulado de conversão em coligada		(337)	(270)	-	(337)	(270)	-
Reservas de lucros		1.812.970	1.830.852	1.960.006	1.812.970	1.830.852	1.960.006
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(581.692)	(1.069.313)	-	(581.692)	(1.069.313)
Dividendos adicionais propostos		53.783	-	253.720	53.783	-	253.720
Outros resultados abrangentes		(258.586)	(108.826)	(64.888)	(258.586)	(108.826)	(64.888)
		13.334.801	12.818.166	12.769.908	13.334.801	12.818.166	12.769.908
Total do Passivo		20.617.382	19.274.891	18.904.769	26.472.198	22.989.741	20.079.018

As notas explicativas da Administração e o anexo I são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro

		R\$ Mil			
	Nota	Individual		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
<b>Receita Operacional Líquida</b>	36	<b>6.449.652</b>	<b>5.974.469</b>	<b>6.861.373</b>	<b>6.136.536</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	39	<b>(5.169.733)</b>	<b>(4.956.943)</b>	<b>(5.335.147)</b>	<b>(5.011.672)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional Bruto</b>		<b>1.279.919</b>	<b>1.017.526</b>	<b>1.526.226</b>	<b>1.124.864</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	40				
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis		(125.797)	(161.063)	(125.797)	(161.063)
Reversão de provisões operacionais		155.358	90.395	155.358	90.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(68.941)	(124.033)	(68.941)	(124.033)
Provisão atuarial – benefícios pós emprego		11.780	(72.920)	11.780	(72.920)
Participações nos resultados		(105.338)	(76.849)	(105.338)	(76.849)
Outras despesas		(202.431)	(268.596)	(353.285)	(270.996)
		<b>(335.369)</b>	<b>(613.066)</b>	<b>(486.223)</b>	<b>(615.466)</b>
Resultado do serviço		944.550	404.460	1.040.003	509.398
Outras receitas (despesas)	41	263.246	(76.558)	258.217	(76.364)
Resultado da equivalência patrimonial		(71.613)	29.119	(7.183)	(9.134)
<b>Resultado Financeiro</b>	42				
Receitas financeiras		214.089	181.005	228.204	191.050
Despesas financeiras		(381.332)	(260.692)	(542.245)	(329.763)
		(167.243)	(79.687)	(314.041)	(138.713)
<b>Lucro Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda</b>		<b>968.940</b>	<b>277.334</b>	<b>976.996</b>	<b>285.187</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	26	(333.419)	81.133	(341.475)	73.280
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>635.521</b>	<b>358.467</b>	<b>635.521</b>	<b>358.467</b>
<b>Lucro Líquido por Mil Ações do Capital Social – R\$</b>		<b>9,75</b>	<b>5,51</b>	<b>9,75</b>	<b>5,51</b>

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

			R\$ Mil
		Consolidado	
		2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		635.521	358.467
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial – <i>hedge</i> investida		17.715	(12.281)
Ajuste acumulado de conversão em investida		(67)	(270)
Perda atuarial com benefícios pós-emprego (Nota 25)		(226.909)	(66.572)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos sobre benefícios pós-emprego		77.149	22.634
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		<b>(132.112)</b>	<b>(56.489)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>503.409</b>	<b>301.978</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ Mil						
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2009 Antes da Adoção de Novas Práticas Contábeis</b>	<b>6.000.000</b>	<b>5.690.383</b>	<b>1.960.006</b>	<b>-</b>	<b>253.720</b>	<b>-</b>	<b>13.904.109</b>
Ajustes adoção de novas práticas contábeis	-	-	-	(1.069.313)	-	(64.888)	(1.134.201)
<b>Saldo Ajustado em 01 de Janeiro de 2009</b>	<b>6.000.000</b>	<b>5.690.383</b>	<b>1.960.006</b>	<b>(1.069.313)</b>	<b>253.720</b>	<b>(64.888)</b>	<b>12.769.908</b>
Dividendo adicional aprovado em AGO	-	-	-	-	(253.720)	-	(253.720)
Absorção de prejuízos	-	-	(129.154)	129.154	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial – hedge investida	-	-	-	-	-	(12.281)	(12.281)
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	(270)	(270)
Ajuste benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	(43.938)	(43.938)
Lucro do exercício de 2009	-	-	-	358.467	-	-	358.467
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>6.000.000</b>	<b>5.690.383</b>	<b>1.830.852</b>	<b>(581.692)</b>	<b>-</b>	<b>(121.377)</b>	<b>12.818.166</b>
Aumento de capital - AG	31.154	-	-	-	-	-	31.154
Ajuste de avaliação patrimonial – hedge investida	-	-	-	-	-	17.715	17.715
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	(67)	(67)
Ajuste benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	(149.760)	(149.760)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(20.573)	20.573	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	635.521	-	-	635.521
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal	-	-	2.691	(2.691)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(17.928)	-	-	(17.928)
Dividendo adicional a ser aprovado pela AGO	-	-	-	(53.783)	53.783	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>6.031.154</b>	<b>5.690.383</b>	<b>1.812.970</b>	<b>-</b>	<b>53.783</b>	<b>(253.489)</b>	<b>13.334.801</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Atividades Operacionais</b>				
Lucro Líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	968.940	277.334	976.996	285.187
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Depreciação e amortização	221.507	236.471	255.219	254.426
Variação monetária / cambiais líquidas	51.776	(113.771)	159.517	(66.273)
Renda de aplicação financeira	(29.742)	(34.275)	(41.529)	(34.562)
Encargos financeiros	164.442	193.459	186.352	224.353
Resultado de equivalência patrimonial	71.613	(29.119)	7.183	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.941	124.033	68.941	124.033
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	125.797	161.063	125.797	161.063
Reversão de provisões para redução do valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	(252.767)	-	(252.767)	-
Reversão de provisões para perda na realização de investimentos	(68.649)	-	(68.649)	-
Reversão de provisões operacionais (PLCD, Contingências e FRG)	(120.790)	(90.395)	(120.790)	(90.395)
Provisão para previdência complementar	-	77.667	-	77.667
Baixa de imobilizado	(943)	-	(272)	2.480
Perdas com participação societária	-	35.329	-	35.329
Provisão para perda de investimento	-	68.649	-	68.649
Encargos da reserva global de reversão	15.038	18.405	15.038	18.405
Participação no resultado	105.338	76.849	105.338	76.849
Outros benefícios pós-emprego	(58.356)	37.052	(58.356)	37.052
Provisão atuarial - benefícios pós-emprego	-	72.920	-	72.920
Reversão da provisão atuarial - benefícios pós-emprego	(11.780)	-	(11.780)	-
Outras	(6.892)	7.853	20.068	14.612
<b>Subtotal</b>	<b>1.243.473</b>	<b>1.119.524</b>	<b>1.366.306</b>	<b>1.261.795</b>
(Acréscimos) decréscimos nos ativos / passivos operacionais	(96.238)	(60.295)	(157.462)	(202.382)
Pagamento de encargos financeiros	(312.813)	(281.563)	(314.382)	(281.563)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	-	-	-	-
Recebimento de encargos financeiros	15.657	31.921	(70.639)	31.921
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(208.216)	(209.849)	(208.065)	(209.849)
Cauções e depósitos vinculados	20.382	(21.905)	18.327	(49.565)
Partes relacionadas	-	-	(396)	(302)
Créditos de energia renegociados recebidos	169.185	415.301	169.185	416.495
Pagamento de participação nos lucros	(76.849)	(70.479)	(76.849)	(70.479)
<b>Subtotal</b>	<b>(392.654)</b>	<b>(136.574)</b>	<b>(482.819)</b>	<b>(163.342)</b>
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>754.581</b>	<b>922.655</b>	<b>726.025</b>	<b>896.071</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos	795.368	629.979	2.242.119	2.097.088
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(100.767)	(145.419)	(215.663)	(232.470)
Valor recebido pela emissão de debêntures	-	-	-	585.000
Pagamento de remuneração aos acionistas	(14)	(273.220)	(14)	(273.220)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(70.581)	(67.444)	(70.581)	(67.444)
Pagamento de outras captações de recursos de terceiros	(40.500)	(255.196)	(40.500)	(255.196)
Pagamento à entidade de previdência complementar – dívida (FRG)	(122.138)	(178.484)	(122.138)	(178.484)
Outros	-	-	(885)	(50.433)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>461.368</b>	<b>(289.784)</b>	<b>1.792.338</b>	<b>1.624.841</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(1.349)	(3.474)	(4.842)	(3.474)
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	57.287	102.167	57.287	102.167
Em renda fixa e renda variável	-	-	24.623	(18.392)

	Individual		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aquisições de ativo financeiro	29.259	449.808	29.259	449.808
Aquisições de ativo imobilizado	(1.024.079)	(1.065.287)	(2.646.777)	(2.565.726)
Aquisições de ativo intangível	(25.551)	(42.855)	(25.767)	(46.832)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(272.942)	(90.048)	57.740	(33.068)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	13.375	11.883	289	-
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(1.224.000)</b>	<b>(637.806)</b>	<b>(2.508.188)</b>	<b>(2.115.517)</b>
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(8.051)</b>	<b>(4.935)</b>	<b>10.175</b>	<b>405.395</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.273	18.208	468.329	62.934
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.222	13.273	478.504	468.329
	<b>(8.051)</b>	<b>(4.935)</b>	<b>10.175</b>	<b>405.395</b>

## Demonstrações do Valor Adicionado

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>1. Geração do Valor Adicionado</b>				
Receitas de vendas de energia e serviços	6.963.114	6.568.574	7.412.958	6.750.438
Outras receitas operacionais	263.246	-	258.217	-
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(2.585.193)	(2.329.946)	(2.552.544)	(2.351.638)
Materiais	(41.802)	(54.681)	(90.621)	(54.948)
Serviços de terceiros	(579.897)	(504.509)	(648.469)	(495.741)
Outros custos operacionais	(1.099.536)	(1.328.273)	(1.289.902)	(1.349.040)
<b>2. Valor Adicionado Bruto</b>	<b>2.919.932</b>	<b>2.351.165</b>	<b>3.089.639</b>	<b>2.499.071</b>
Depreciação e amortização	(221.507)	(236.471)	(255.203)	(256.170)
Constituição/ Reversão de provisões	(27.600)	(267.621)	(27.600)	(267.621)
<b>3. Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<b>2.670.825</b>	<b>1.847.073</b>	<b>2.806.836</b>	<b>1.975.280</b>
Receitas financeiras (transferências)	214.089	181.005	228.204	191.050
Equivalência	(71.613)	29.119	(7.183)	(9.134)
<b>4. Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>2.813.301</b>	<b>2.057.197</b>	<b>3.027.857</b>	<b>2.157.196</b>
<b>5. Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Remuneração do trabalho	844.229	848.217	851.693	851.495
Governo (Impostos e contribuições)	578.364	168.836	608.488	194.745
Encargos financeiros e variação monetária	381.332	260.692	542.245	329.763
Participações dos empregados nos lucros	105.338	76.849	105.338	76.849
Remuneração aos acionistas	71.711	-	71.711	-
Encargos setoriais	268.517	344.136	284.572	345.877
Compensação de prejuízos	563.810	358.467	563.810	358.467
<b>Total</b>	<b>2.813.301</b>	<b>2.057.197</b>	<b>3.027.857</b>	<b>2.157.196</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (INDIVIDUAL E CONSOLIDADO)

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

FURNAS Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na Região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins e participante de Sociedades de Propósito Específico nas Regiões de Tocantins, Rondônia e divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A comercialização de energia realiza-se com empresas distribuidoras de energia e consumidores de todo o território nacional.

O sistema de produção de energia elétrica de FURNAS é composto por 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada, com uma potência instalada de 8.662 MW\*, e 2 usinas termelétricas com 962 MW\* de capacidade, totalizando 9.624 MW\*.

No parque gerador de FURNAS, está incluída a potência de 1.275 MW\*, relativa à UHE Serra da Mesa, cabendo a CPFL Geração S.A., 657 MW\* (51,54%) e a FURNAS, que detém o direito da concessão, 618 MW\* (48,46%), bem como, o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW\*, cabendo 148 MW\* (70%) a FURNAS e 64 MW\* (30%) a Proman.

Em fase de construção estão as UHE Batalha e Simplício /Anta com potência instalada de 52,5 e 333,7 MW\*, respectivamente.

Além do parque de geração próprio, FURNAS participa societariamente com outras empresas, na construção e operação das seguintes usinas:

Usina Hidrelétrica	Capacidade (MW)*
Peixe Angical	452
Foz do Chapecó	855
Serra do Facão	212,58
Retiro Baixo	82
Santo Antônio	3.150,40
Baguari	140
Inambari	2.000
Teles Pires	1.820

\* Informações não auditadas.

O sistema de transmissão é composto por 51 subestações (SE), incluindo a SE Macaé por cessão, conforme Contrato de Cessão de Uso, e a SE Iriri; 19.398 km\* de linhas de transmissão (LT), sendo 17.786 km\* em corrente alternada e 1.612 km\* em corrente contínua, na tensão de  $\pm 600$  kV; além da capacidade de transformação de 103.304 MVA\*.

\* informações não auditadas.

Estão em fase de construção os seguintes empreendimentos de transmissão:

- LT 230 kV Mascarenhas – Linhares (99 km);
- SE Linhares 230/138 kV – 150 MVA;
- LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (50 km);
- LT 500 kV Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (180 km).

A Empresa mantém contratos de aquisição de energia, no qual destaca-se o firmado com a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (1.475 MW médios).

A comercialização de energia por FURNAS está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

## NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Empresa detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

### 2.1. Geração de Energia Elétrica

Usina	Rio / Local	Potência Instalada (MW)* (1)	Energia Assegurada (MW Médio)*	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em Operação</b>					
<b>Hidrelétricas de Propriedade Integral</b>					
Furnas	Grande	1.216	598	26.07.1957	07.07.2015
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	Grande	1.050	495	18.06.1962	07.07.2015
Marimbondo	Grande	1.440	726	03.03.1967	07.03.2017
Porto Colômbia	Grande	320	185	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017
Mascarenhas de Moraes	Grande	476	295	31.10.1973	31.10.2023
Funil	Paraíba do Sul	216	121	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015
Itumbiara	Paranaíba	2.082	1.015	26.02.1970	26.02.2020
Corumbá I	Corumbá	375	209	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014
<b>Hidrelétricas de Propriedade Compartilhada (Parceria)</b>					
Manso	Manso	212	92	18.12.1987 e 10.02.2000	09.02.2035
Serra da Mesa	Tocantins	1.275	671	06.05.1981	07.05.2011
<b>Termelétricas de Propriedade Integral</b>					
Santa Cruz	Rio de Janeiro	932	496	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015
Campos (Roberto Silveira)	Campos dos Goytacazes	30	21	27.07.2007 e 27.07.2027	Prorrogação concedida
São Gonçalo (fora de operação)	S. Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada

Usina	Rio / Local	Potência Instalada (MW)* (1)	Energia Assegurada (MW Médio)*	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em Construção</b>					
<b>Hidrelétricas de Propriedade Integral</b>					
Batalha	São Marcos	52,5	48,8	15.08.2006	14.08.2041
Simplício/Anta	Paraíba do Sul	333,7	191,3	15.08.2006	14.08.2041
* Informações não auditadas.					
(1) Potência homologada pela Aneel.					

Em relação ao quadro anterior, cabe destacar que em 13 de outubro de 2009, ocorreu o julgamento do processo instaurado na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para prorrogação de concessões das Usinas Termelétricas (UTE) Campos e São Gonçalo (vencidas desde 27 de julho de 2007). Por este julgamento, a Aneel encaminhou orientação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para que fosse prorrogada a concessão da UTE Campos e negada a prorrogação da UTE São Gonçalo, tornando-se necessária a formulação de critérios pelo MME para a operacionalização desta reversão à União. Em 28 de janeiro de 2011, pela Portaria MME nº 30, foi prorrogada pelo prazo de 20 anos e a título não oneroso, a contar de 27 de julho de 2007, a concessão para exploração da UTE Campos, necessitando, ainda, da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2004 celebrado entre FURNAS e o Poder Concedente.

Encontra-se em tramitação, desde 05 de maio de 2008, o processo de prorrogação por mais 20 anos do prazo de concessão da UHE Serra da Mesa, requerida com antecedência de 36 meses conforme previsto na Lei nº 9.074/95.

A capacidade total instalada das usinas em operação, cuja concessão pertence a FURNAS, é de 9.624 MW. A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e
- disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por meio do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

Ainda no segmento de geração de energia, a Empresa participa de Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Usina Hidrelétrica	Rio	Potência Instalada (MW)* (1)	Energia Assegurada (MW médio)*	Data da Concessão	Data de Vencimento
Peixe Angical	Tocantins	452	271	07.11.2001	06.11.2036
Baguari	Doce	140	80,2	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	Uruguai	641,25	432	07.11.2001	07.11.2036
Serra do Facão	São Marcos	212,58	182,4	07.11.2001	01.11.2036
Retiro Baixo	Paraopeba	82	38,5	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio (Mesa)	Madeira	3.150,40	2.218	27.08.2007	26.08.2042

\* Informações não auditadas.

## 2.2. Transmissão de Energia Elétrica

O conjunto de linhas de transmissão interligadas a subestações, cortando várias regiões geográficas do Brasil, forma o que se denomina sistema de transmissão.

O sistema de transmissão brasileiro, que tem mais de 176.000 km de linhas, situa-se entre os quatro maiores no *ranking* mundial em extensão de área.

FURNAS participa deste total com 19.398 km da rede básica configurada em linhas com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e  $\pm 600$  kV, que passam por oito estados e o Distrito Federal cuja capacidade de transformação instalada é de 103.304 MVA.

Os principais quantitativos do sistema de transmissão de FURNAS podem ser assim elencados:

	Quantidade
Subestações	51
Estruturas de linhas de transmissão	43.059
Transformadores	659
Reatores <i>shunt</i> e de alisamento	252
Disjuntores	1.044
Compensadores estáticos	4
Compensadores síncronos	9

O Sistema de FURNAS é supervisionado de forma geral pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais.

Os centros de operação regionais têm como principais encargos a coordenação de manobras e a normalização do sistema elétrico após eventuais perturbações. São quatro centros:

- Centro Regional Minas, localizado na UHE Furnas, em cuja área de responsabilidade estão incluídas as usinas do rio Grande;
- Centro Regional Rio, localizado na SE Jacarepaguá, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Centro Regional São Paulo, localizado na SE Campinas, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação da Grande São Paulo e o sistema de transmissão proveniente da UHE Itaipu;
- Centro Regional Goiás, localizado na UHE Itumbiara, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação aos Estados de Goiás, Mato Grosso, parte do Tocantins e do Distrito Federal.

### 2.2.1. Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por FURNAS destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV e duas linhas em corrente contínua  $\pm 600$  kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

### 2.2.2. Subestações

Segue a listagem das 34 subestações do sistema de transmissão de FURNAS:

<b>Subestação / Localização*</b>	<b>Subestação / Localização *</b>
Adrianópolis (Rio de Janeiro)	Itaberá (São Paulo)
Araraquara (São Paulo)	Itutinga (Minas Gerais)
Angra (Rio de Janeiro)	Ivaiporã (Paraná)
Barro Alto (Goiás)	Jacarepaguá (Rio de Janeiro)
Brasília Geral (Brasília)	Macaé (Rio de Janeiro)
Bandeirantes (Goiás)	Mogi das Cruzes (São Paulo)
Brasília Sul (Brasília)	Niquelândia (Goiás)
Cachoeira Paulista (São Paulo)	Pirineus (Goiás)
Campinas (São Paulo)	Poços de Caldas (Minas Gerais)
Campos (Rio de Janeiro)	Rio Verde (Goiás)
Foz do Iguaçu (Paraná)	Rocha Leão (Rio de Janeiro)
Grajaú (Rio de Janeiro)	Samambaia (Brasília)
Guarulhos (São Paulo)	São Gonçalo (Rio de Janeiro)
Gurupi (Tocantins)	São José (Rio de Janeiro)
Ibiúna (São Paulo)	Tijuco Preto (São Paulo)
Imbariê (Rio de Janeiro)	Viana (Espírito Santo)
Iriri (Rio de Janeiro)	Vitória (Espírito Santo)

\*Além destas, FURNAS possui subestações junto as suas usinas hidrelétricas e termelétricas.

### 2.2.3. A capacidade de transmissão de parte das investidas de FURNAS está demonstrada como segue:

Investida	Linhas	km <sup>(1)</sup>	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
a) Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04/03/2005	30 anos
b) Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1200 MVA	12/07/2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade – Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade – Carajás	29			
c) IE Madeira	LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26/11/2008	30 anos
			Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW		
d) MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita – Viana 2	248	Viana 2 em 500/345kV – 900 MVA	12/07/2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2 – Viana	10			
e) Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19/11/2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
f) Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	ND		23/04/2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão – Jataí	ND			
	LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	ND			
g) Transenergia São Paulo	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV	19/11/2009	30 anos
			Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna		
h) Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	61		15/03/2005	30 anos
i) Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	139		18/02/2004	30 anos
j) Transudeste	LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	144		04/03/2005	30 anos
k) Consórcio Caldas Novas			Corumbá 345/138 kV (150 MVA)		

<sup>(1)</sup> Valores aproximados.

Nota: ND = não disponível; SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.



### **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Essas Demonstrações Financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), CPC nº 15 a 40. Os efeitos da adoção das referidas normas internacionais e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 6.

#### **3.1. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras da Empresa compreendem:

- i) As Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentadas pela primeira vez pela Empresa, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão convergentes com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB);
- ii) As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Individual – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Demonstrações Financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais, que exigem a avaliação desses investimentos nas Demonstrações separadas da investidora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da investidora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da investidora, constantes nas Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

#### **3.2. Bases de Consolidação e Investimentos em Coligadas**

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais de FURNAS e de suas investidas (SPE). A consolidação foi preparada considerando a característica de compartilhamento das políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as informações financeiras das sociedades investidas, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das investidas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela investidora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas registradas no conjunto de empresas são eliminadas integralmente nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

As Demonstrações Financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 1º de janeiro de 2009, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, e das operações dos exercícios findos nestas datas, da Empresa e de suas investidas, abaixo demonstradas:

<b>Participação (%)</b>			
<b>Geração</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Enerpeixe S.A.	40	40	40
Madeira Energia S.A.	39	39	-
Chapecoense Geração S.A.	40	40	-
Serra do Facão Energia S.A.	49,50	49,50	-
Serra do Facão Participações S.A.	-	-	100
Retiro Baixo Energia S.A.	49	49	-
Baguari Energia S.A.	30,61	30,61	-
Inambari Geração de Energia (empreendimento no exterior)	19,60	19,60	-
<b>Transmissão</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Cia. Transleste de Transmissão S.A.	24	24	24
Cia. Transudeste de Transmissão S.A.	25	25	25
Cia. Transirapé de Transmissão S.A.	24,50	24,50	24,50
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	24,50	-
Centroeste de Minas S.A.	49	49	-
Transenergia Renovável S.A.	49	49	-
Transenergia São Paulo S.A.	49	49	-
Transenergia Goiás S.A.	49	-	-
Goiás Transmissão	49	49	-
MGE Transmissão	49	49	-

### **3.3. Informações por Segmento**

Um segmento operacional é um componente da Empresa e de suas investidas: (i) que possui atividades operacionais pelas quais gera receitas e incorre em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento; e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Empresa utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de geração de energia elétrica (“geração”); (ii) atividades de transmissão de energia elétrica (“transmissão”); e (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços (“comercialização”).

### **3.4. Mudanças nas Participações em Sociedades Existentes**

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos contábeis das participações da Empresa e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas sociedades. A diferença entre o valor pelo qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Empresa.

Quando há mudança de participação, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual, e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da investida, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da investida são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado é reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta “Lucros acumulados”, conforme requerido pelas normas internacionais aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga investida na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

### **3.5. Investimentos em Coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às Demonstrações Financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como “mantido para venda”, caso em que é contabilizado de acordo com a IFRS nº 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31). Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da investidora no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da investidora no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer

participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da investidora na coligada), a investidora deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências da IAS 39 e CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 1(R1)), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 e CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando qualquer uma das empresas realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas ao conjunto.

### **3.6. Reconhecimento de Receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos, das devoluções concedidas ao comprador e outras deduções similares.

A Empresa reconhece receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e *Spot* no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e

estimativas da Administração da Empresa, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações;

(ii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;

(iii) de construção; e

(iv) outras receitas relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Não existe consumidor que isoladamente represente mais de 10% ou mais do total do faturamento.

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) RPB mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões). A RPB ainda está subdividida em RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicados na Resolução Aneel nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes na época), mais RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo Índice geral de Preços do Mercado (IGP-M). Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- (i) os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
- (ii) os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.
- (iii) a receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Empresa para os itens no escopo do ICPC-01 é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica; e (iii) a Empresa terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros serão realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros serão realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **3.7. Moeda Estrangeira**

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

### **3.8. Custos de Empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem

prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

### **3.9. Subvenções Governamentais**

As subvenções governamentais são refletidas, sistematicamente, no resultado durante os períodos nos quais há o reconhecimento como despesas dos custos correspondentes que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer às empresas suporte financeiro imediato, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

### **3.10. Benefícios a Empregados**

Serão elencados os principais benefícios a empregados:

#### **3.10.1. Obrigações de Aposentadoria**

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinadas por cálculos atuariais periódicos. Existem Planos de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). Um Plano CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um Plano BD é diferente de um Plano CD. Em geral, os Planos BD estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação ao Plano BD é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do Plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao Plano CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de

pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa alterou o método de contabilização dos ganhos e perdas atuariais e passou a reconhecer tais itens de forma integral na rubrica “Outros Resultados Abrangentes” no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33.

### **3.10.2. Impostos Correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### **3.10.3. Impostos Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.



Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

### **3.11. Imobilizado**

O bens de geração: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos; não qualificáveis no ICPC 01 – Contratos de Concessão (ver Nota Explicativa 19), estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador. O poder concedente, representado por agência reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

### **3.12. Estoques**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

### **3.13. Ativos Intangíveis**

Seguem as políticas para os seguintes tipos de ativos intangíveis:

#### **3.13.1. Ativos Intangíveis Adquiridos Separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### **3.13.2. Ativos Intangíveis Gerados Internamente – Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento**

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno), é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- (v) a disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- (vi) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

### **3.13.3. Ativos Intangíveis Adquiridos em uma Combinação de Negócios**

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

### **3.13.4. Baixa de Ativos Intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## **3.14. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis, Excluindo o Ágio**

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade

de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.15. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.16. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou

deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### **3.17. Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

#### **3.17.1. Método de Juros Efetivos**

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

#### **3.17.2. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado**

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e

- (iii) seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- (iv) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

### **3.17.3. Investimentos Mantidos até o Vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

### **3.17.4. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

### **3.17.5. Empréstimos e Recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

### **3.17.6. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio de resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou

- (ii) violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;  
ou
- (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 180 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

### **3.17.7. Baixa de Ativos Financeiros**

A baixa de um ativo financeiro é efetuada, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, há o reconhecimento da participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, é mantido o reconhecimento desse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, há a alocação do valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

### **3.18. Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

Seguem as políticas para os seguintes tipos de passivos financeiros e instrumentos de patrimônio:

#### **3.18.1. Classificação como Instrumento de Dívida ou de Patrimônio**

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

#### **3.18.2. Instrumentos de Patrimônio**

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Empresa é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Empresa.

#### **3.18.3. Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como “Outros passivos financeiros”.

##### **3.18.3.1. Outros Passivos Financeiros**

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **3.18.3.2. Baixa de Passivos Financeiros**

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **3.19. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa Demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Empresa, de forma voluntária, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **3.20. Distribuição de Dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

### **3.21. Demais Políticas Contábeis**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. A seguir, as práticas contábeis para as rubricas elencadas:

#### **3.21.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



### **3.21.2. Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras representam recursos mantidos em Fundo Exclusivo de Renda Fixa de Curto Prazo e estão mensuradas pelo valor de mercado. Por determinação legal, estas aplicações são efetuadas em fundos de investimentos em renda fixa administrados pelo Banco do Brasil S.A.. Os ativos e passivos do fundo de investimento exclusivo foram consolidados às demonstrações financeiras da Empresa.

### **3.21.3. Contas a Receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

### **3.21.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### **3.21.5. Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

### **3.21.6. Investimentos**

Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

### **3.21.7. Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução Aneel nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

### **3.21.8. Intangível**

O intangível é registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também incluem-se os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

## **3.22. Aspectos Específicos do Setor Elétrico**

### **3.22.1. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

### **3.22.2. Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras.

### **3.22.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)**

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

### **3.22.4. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao MME e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula:  $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$ , onde TAR

refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel.

### **3.23.5. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)**

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoeletrica dos sistemas isolados. Sua gestão é exercida pela Eletrobras.

### **3.22.6. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público (UBP), estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional (SIN), com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do MME e da Eletrobras.

### **3.22.7. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o Programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

### **3.22.8. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

### **3.22.9. Uso de Bem Público (UBP)**

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

### **3.23. Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável**

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrentes da aplicação do modelo financeiro, previsto nas ICPC 01 e OCPC 05, no montante de R\$ 7.784.042 mil, dos quais R\$ 2.637.872 mil correspondem a RAP e R\$ 5.146.170 mil, indenizável.

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado RAP. A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte pela RAP, durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esse encargo.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As conciliações e movimentações dos saldos ajustados às novas práticas contábeis estão apresentadas na Nota 6.

### **3.24. Adoção da ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão**

A ICPC 01 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão de serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal brasileiro, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

O sistema de tarifação da transmissão é controlado pela Aneel e são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Empresa como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da RAP ajustada mensalmente pelo ONS por meio de avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Empresa, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na Nota 2.

A ICPC 01 visa fornecer o enquadramento contábil à atividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública, foi adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios iniciados após aquela data. A Empresa aplica esta Interpretação a partir de 1º de janeiro de 2010, com a apresentação de comparativos para o exercício de 2009.

A ICPC 01 aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o concedente:

- controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- controla ou regula o preço aos quais os serviços são fornecidos;
- controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01 uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- existe uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- o operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- o operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores da infraestrutura, ou de ambos;
- as infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou também de forma onerosa.

No negócio de transmissão de energia elétrica, a ICPC 01 é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro, tendo em vista o fato dessa atividade não estar sujeita a riscos de crédito e demanda.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da

concessão, a Empresa e suas coligadas e controladas reconheceram um Ativo Financeiro correspondente a remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente pelo concedente.

O sistema de tarifação da geração de forma geral foi baseado em tarifa regulada até 2004. Após essa data e em conexão com as mudanças na regulamentação do setor foi alterada de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras podem ter a liberdade de participar em leilões de energia destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo a determinação do preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras podem efetuar contratos de venda bilaterais com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição base no consumo de MW). Com base nesses aspectos a infraestrutura de geração permaneceu registrada como ativo imobilizado.

### 3.25. Concessões a Pagar

A Empresa mediante suas concessões nas UHE Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas (controladas em conjunto): Serra do Facão Energia S.A., Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A. e Madeira Energia S.A.; possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas UHE: Batalha, Simplício, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a partir da análise da característica dos negócios, dos contratos e do estágio do empreendimento, os valores das concessões das UHE Batalha, Simplício, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo de longo prazo.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado:

Usinas/Anos de Pagamento	R\$ Mil			
	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
<b>Da Empresa</b>				
Batalha – 35	249	8.725	308	10.811
Simplício – 35	972	34.036	1.205	42.173
<b>Das Investidas</b>				
Foz do Chapecó – 26	19.384	504.000	42.132	1.102.359
Peixe Angical – 26	4.965	133.633	12.482	198.679
Retiro Baixo – 31	196	6.865	233	7.129
Serra do Facão – 29	40.618	1.073.000	42.911	1.237.337
Santo Antônio – 35	11.852	379.267	13.897	486.391

## **NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS**

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Empresa e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras individuais e de suas investidas, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa e de suas investidas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Empresa e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

### **4.1. Ativo Fiscal Diferido**

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

### **4.2. Provisão para Redução do Valor Recuperável de Ativos de Longa Duração**

A Administração da Empresa e de suas investidas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que possa eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos.

Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no País, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas investidas, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração e transmissão de energia elétrica.

#### **4.3. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas**

A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

#### **NOTA 5 – NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR**

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e, exceto pelo IAS 24, não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Empresa. Não há no momento CPC correspondentes as alterações e introduções nas normas mencionadas abaixo:

##### **5.1. IAS 12 - Imposto de Renda**

Norma corrigida em dezembro de 2010, esclarece quanto à dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. Estamos avaliando esse impacto nas nossas demonstrações.

##### **5.2. IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas**

Emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Como a aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida, houve adoção antecipada dessa norma. Os efeitos dessa são de divulgação e não trarão impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

##### **5.3. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Emitida em novembro de 2009, esta norma introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada



é permitida. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

#### **5.4. IFRIC 19 - Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais**

Pronunciamento está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Empresa aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

#### **5.5. Alteração ao IFRIC 14 e IAS 19 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*Funding*) e sua Interação**

Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 2011. A Empresa aplicou em seus cálculos atuariais, a regra 58 do CPC 33.

#### **5.6. IFRS 7 - Instrumentos Financeiros**

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de forma retroativa. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

#### **5.7. IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de forma retroativa. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa.

#### **5.8. IAS 34 - Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários**

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescenta exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento, porém não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa ou da controladora.

#### **5.9. Alteração no IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações**

Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas

condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros. A Empresa está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Empresa ou da controladora.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

## **NOTA 6 – TRANSIÇÃO PARA CPC e IFRS**

### **6.1. Base da Transição para os CPC e IFRS**

#### **6.1.1. Aplicação na Data de Transição**

As Demonstrações Financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPC e IFRS. A Empresa aplicou o IFRS 1 e os CPC 37 e 43 na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição da Empresa é 1º de janeiro de 2009. A Empresa preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo o IFRS nessa data.

Na preparação das Demonstrações Financeiras na data de transição, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do IFRS.

#### **6.1.2. Isenções da Aplicação Retrospectiva Completa Escolhidas pela Empresa**

A Empresa optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

##### **a) Isenção do benefício a empregados**

A Empresa optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 25.

##### **b) Isenção para capitalização de custos de empréstimos:**

A Empresa optou por aplicar a isenção prevista no IFRS 1 em relação aos custos de empréstimos e não reprocessou as capitalizações de juros anteriores à data de transição.

##### **c) Aplicação inicial do ICPC-01/IFRIC 12**

Tendo em vista o longo prazo de formação da estrutura de transmissão da Empresa, não foi praticável aplicar de forma retroativa os requerimentos de contabilidade de concessões, deste modo a Empresa utilizou a isenção prevista no ICPC-01/IFRIC-12 e reclassificou, na data de transição, os ativos de transmissão de imobilizado para ativo financeiro com base no valor residual contábil da data de 01 de janeiro de 2009.

As demais isenções previstas no IFRS 1 não são aplicáveis à Empresa e suas investidas.

#### **6.1.3. Exceções da Aplicação Retrospectiva Seguidas pela Empresa**

A Empresa aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

## Exceção das Estimativas

As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas ou não eram aplicáveis a Empresa:

- contabilização de *hedge*;
- reversão de ativos e passivos financeiros; e
- participação de não controladores.

## 6.2. Conciliação entre BR GAAP e IFRS

As principais bases dos efeitos da adoção dos IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados como segue:

### a) Consolidação

Uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que anteriormente não era consolidada, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, passou a ser consolidada para atendimento ao IFRS.

### b) Imposto e Contribuição Social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS.

Adicionalmente, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Empresa.

### c) Ajuste acumulado de Conversão

Conforme permitido pelo IFRS, a Empresa restaurou o ajuste acumulado de conversão para zero em 1º de janeiro de 2009. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nessa data, existia uma reserva de conversão de R\$ 270 mil, a qual foi eliminada contra lucros acumulados. O total do patrimônio líquido não foi alterado em virtude do resultado dessa reclassificação.

### d) Ajuste de Obrigações de Aposentadoria

A Empresa optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Dessa forma, as perdas atuariais líquidas cumulativas totalizando R\$ 149.052 mil, registradas contra as obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP, foram reconhecidas em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009. O mesmo ajuste aplica-se em 31 de dezembro de 2009. Adicionalmente, o ativo atuarial que não atendia os critérios de limite de ativo nos termos do IFRIC 14 e anexo do CPC 33 foram revertidos na data de transição.

e) Uso do Bem Público

A Empresa registrou o valor presente das obrigações de pagamento pelo uso do bem público, ou concessão onerosa, como passivo, em contrapartida de um ativo intangível na data de transição para o IFRS.

f) Ativo Imobilizado

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC relativos ao assunto, a Empresa reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27 e IAS 36 e procedeu os ajustes devidos. Considerando os termos dos contratos de concessão, que preveem a reversão do ativo residual líquido ao final da concessão, que toma por base o valor contábil para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Empresa entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial.

g) Classificação de Caixa e Equivalentes da Caixa

A Empresa possui investimentos em fundos exclusivos cuja carteira é composta de forma substancial por títulos públicos de longo prazo, fazendo parte do perfil de investimentos a aquisição de tais títulos como base principal. Esses títulos possuem em sua maioria vencimentos em um prazo superior a 90 dias. Os investimentos dessa natureza passaram a ser classificados com aplicações financeiras conforme o IAS 7.

h) Apresentação de Receita de Vendas

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Empresa na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita deve incluir somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluem para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Empresa deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado (Nota 36).

i) Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado e aprovado pela assembléia.

j) Lucros Acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

Mediante o exposto anteriormente, seguem abaixo, a conciliação e sua quantificação nos efeitos da transição.

### 6.2.1. Reconciliação do Balanço Patrimonial Individual da Empresa em 01/01/2009

R\$ Mil

Individual					
ATIVO	BRGAAP	Reclassifi- cação	Saldo Reclassificado	Ajustes 1ª Adoção IFRS	01/01/2009 BRGAAP Novo
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	330.990	(312.782)	18.208	-	18.208
Aplicações financeiras	-	312.782	312.782	-	312.782
Consumidores, concessionárias e permissionárias	696.273	-	696.273	-	696.273
Empréstimos e financiamentos concedidos	112.050	-	112.050	-	112.050
Créditos de energia financiados	203.201	-	203.201	-	203.201
Almoxarifado	118.241	(106.628)	11.613	-	11.613
Dividendos a receber	10.642	-	10.642	-	10.642
Tributos	-	82.569	82.569	-	82.569
Créditos tributários	3.329	(3.329)	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	82.569	(82.569)	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	15.727	-	15.727	-	15.727
Cauções e depósitos vinculados	29.381	-	29.381	-	29.381
Devedores diversos	83.297	-	83.297	-	83.297
Ativo atuarial	181.776	-	181.776	(a) (181.776)	-
Outros	55.017	-	55.017	-	55.017
	1.922.493	(109.957)	1.812.536	(181.776)	1.630.760
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos concedidos	57.570	-	57.570	-	57.570
Créditos de energia financiados	947.406	-	947.406	-	947.406
Almoxarifado	-	87.219	87.219	-	87.219
Tributos	-	293.631	293.631	253.316	546.947
Créditos tributários	290.302	(290.302)	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	193.938	-	193.938	-	193.938
Devedores diversos	30.364	-	30.364	-	30.364
Ativo financeiro indenizável	-	-	-	(b) 4.739.274	4.739.274
Ativo financeiro – amortização RAP	-	-	-	(b) 2.725.519	2.725.519
Despesas pagas antecipadamente	1.772	-	1.772	-	1.772
Títulos e valores mobiliários	-	1.355	1.355	-	1.355
Ativo atuarial	749.270	-	749.270	(a) (749.270)	-
Outros	97.914	(1.355)	96.559	-	96.559
	2.368.536	90.548	2.459.084	6.968.839	9.427.923
Investimentos	1.137.456	-	1.137.456	(8.574)	1.128.882
Imobilizado	14.644.925	-	14.644.925	(c)(7.991.652)	6.653.273
Intangível	215.887	-	215.887	(d) (151.956)	63.931
	18.366.804	90.548	18.457.352	(1.183.343)	17.274.009
Total do Ativo	20.289.297	(19.409)	20.269.888	(1.365.119)	18.904.769

R\$ Mil

R\$ Mil

	Individual				
PASSIVO	BRGAAP	Reclassifi- cação	Saldo Reclassificado	Ajustes 1ª Adoção IFRS	01/01/2009 BRGAAP Novo
CIRCULANTE					
Fornecedores	556.769	-	556.769	-	556.769
Encargos de empréstimos e financiamentos	43.885	-	43.885	-	43.885
Empréstimos e financiamentos	229.884	-	229.884	-	229.884
Outras captações de recursos	224.977	-	224.977	-	224.977
Benefícios pós-emprego	181.776	-	181.776	-	181.776
Tributos	-	178.391	178.391	-	178.391
Impostos e contribuições sociais	163.403	(163.403)	-	-	-
Obrigações com pessoal	70.040	30.655	100.695	-	100.695
Pesquisa e desenvolvimento	42.730	-	42.730	-	42.730
Dividendos	253.720	(253.720)	-	-	-
Participação nos lucros - empregados	70.717	-	70.717	-	70.717
Credores diversos	81.263	-	81.263	(b) (70.017)	11.246
Outros	120.553	(45.643)	74.910	-	74.910
	2.039.717	(253.720)	1.785.997	(70.017)	1.715.980
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.277.514	-	2.277.514	-	2.277.514
Outras captações de recursos	86.930	-	86.930	-	86.930
Benefícios pós-emprego	749.270	-	749.270	(a) 98.316	847.586
Pesquisa e desenvolvimento	11.623	-	11.623	-	11.623
Tributos	-	1.032.452	1.032.452	(a) (316.555)	715.897
Impostos e contribuições sociais	1.032.452	(1.032.452)	-	-	-
Prov. p/riscos c/ ações fiscais, trabalhistas e cíveis	410.247	-	410.247	-	410.247
Uso do bem público	-	-	-	(d) 37.929	37.929
Outros	1	-	1	-	1
	4.568.037	-	4.568.037	(180.310)	4.387.727
Recursos destinados a aumento de capital	-	31.154	31.154	-	31.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	6.000.000	-	6.000.000	-	6.000.000
Reservas de capital	5.690.383	-	5.690.383	-	5.690.383
Reservas de lucros	1.960.006	-	1.960.006	-	1.960.006
Prejuízos acumulados	-	(19.409)	(19.409)	(e) (1.049.904)	(1.069.313)
Dividendos adicionais propostos	-	253.720	253.720	-	253.720
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(f) (64.888)	(64.888)
	13.650.389	234.311	13.884.700	(1.114.792)	12.769.908
Recursos destinados a aumento de capital	31.154	(31.154)	-	-	-
	13.681.543	203.157	13.884.700	(1.114.792)	12.769.908
Total do Passivo	20.289.297	(19.409)	20.269.888	(1.365.119)	18.904.769

Notas:

- (a) Ajuste decorrente do CPC 33;
- (b) Ajustes decorrentes do ICPC01 = contabilização do ativo financeiro;
- (c) No imobilizado, os ajustes foram decorrentes:

	R\$ Mil
CPC01 e CPC27	596.662
ICPC01 – ativo financeiro	7.394.990
<b>Total</b>	<b>7.991.652</b>

- (d) Intangível

	R\$ Mil
OCPC05 - UBP	37.929
ICPC01 – ativo financeiro	(189.885)
<b>Total</b>	<b>(151.956)</b>

- (e) Prejuízos acumulados

	R\$ Mil
CPC 27	(50.064)
CPC 33	(931.046)
Equivalência patrimonial	(8.574)
CPC 01 e CPC27	(596.662)
Efeitos tributários	536.442
<b>Total</b>	<b>(1.049.904)</b>

- (f) Outros resultados abrangentes (ORA)

	R\$ Mil
CPC 33 benefício pós-emprego	(98.316)
IR e CSLL diferidos	33.428
<b>Total</b>	<b>(64.888)</b>

## 6.2.2. Reconciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Individual da Empresa em 31/12/2009

R\$ Mil					
Individual					
ATIVO	BRGAAP	Reclassifi- cação	31/12/2009 Reclassifi- cado	Ajustes 1ª Adoção IFRS	31/12/2009 BRGAAP Novo
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	262.103	(248.830)	13.273	-	13.273
Aplicações financeiras	-	248.830	248.830	-	248.830
Consumidores, concessionárias e permissionárias	721.072	-	721.072	-	721.072
Empréstimos e financiamentos concedidos	56.625	-	56.625	-	56.625
Créditos de energia financiados	150.877	-	150.877	-	150.877
Almoxarifado	123.558	(111.320)	12.238	-	12.238
Dividendos a receber	10.880	-	10.880	-	10.880
Tributos	-	72.733	72.733	-	72.733
Créditos tributários	126.923	(126.923)	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	72.733	(72.733)	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	14.736	-	14.736	-	14.736
Cauções e depósitos vinculados	38.049	-	38.049	-	38.049
Devedores diversos	75.351	-	75.351	-	75.351
Outros	16.863	-	16.863	-	16.863
	1.669.770	(238.243)	1.431.527	-	1.431.527
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos concedidos	11.757	-	11.757	-	11.757
Créditos de energia financiados	629.228	-	629.228	-	629.228
Almoxarifado	-	91.911	91.911	-	91.911
Tributos	-	518.431	518.431	237.893	756.324
Créditos tributários	391.508	(391.508)	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	197.762	-	197.762	-	197.762
Devedores diversos	30.258	-	30.258	-	30.258
Ativo financeiro indenizável	-	-	-	4.985.469	4.985.469
Ativo financeiro – amortização RAP	-	-	-	2.450.237	2.450.237
Despesas pagas antecipadamente	3.665	-	3.665	-	3.665
Títulos e valores mobiliários	-	1.452	1.452	-	1.452
Outros	62.742	(1.452)	61.290	-	61.290
	1.326.920	218.834	1.545.754	7.673.599	9.219.353
Investimentos	1.128.614	(270)	1.128.344	(7.704)	1.120.640
Imobilizado	15.475.441	-	15.475.441	(8.062.954)	7.412.487
Intangível	252.221	-	252.221	(161.337)	90.884
	18.183.196	218.564	18.401.760	(558.396)	17.843.364
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.852.966</b>	<b>(19.679)</b>	<b>19.833.287</b>	<b>(558.396)</b>	<b>19.274.891</b>



R\$ Mil

Individual					
PASSIVO	BRGAAP	Reclassifi- cação	31/12/2009 Reclassifica do	Ajustes 1ª Adoção IFRS	31/12/2009 BRGAAP Novo
CIRCULANTE					
Fornecedores	648.115	-	648.115	-	648.115
Encargos de empréstimos e financiamentos	45.076	-	45.076	-	45.076
Empréstimos e financiamentos	538.513	-	538.513	-	538.513
Outras captações de recursos	71.671	-	71.671	-	71.671
Benefícios pós-emprego	191.204	-	191.204	-	191.204
Tributos	-	198.974	198.974	-	198.974
Impostos e contribuições sociais	176.748	(176.748)	-	-	-
Obrigações com pessoal	123.629	33.865	157.494	-	157.494
Pesquisa e desenvolvimento	6.624	-	6.624	-	6.624
Dividendos	14	-	14	-	14
Participação nos lucros - empregados	-	76.849	76.849	-	76.849
Credores diversos	13.927	-	13.927	-	13.927
Outros	160.069	(56.091)	103.978	-	103.978
	1.975.590	76.849	2.052.439	-	2.052.439
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.310.494	-	2.310.494	-	2.310.494
Benefícios pós-emprego	675.242	-	675.242	(2.804)	672.438
Pesquisa e desenvolvimento	120.369	-	120.369	-	120.369
Tributos	-	713.704	713.704	-	713.704
Impostos e contribuições sociais	713.704	(713.704)	-	-	-
Provisões p/risco c/ações fiscais, trabalhistas e cíveis	478.392	-	478.392	-	478.392
Credores diversos	39.065	-	39.065	-	39.065
Uso do bem público	-	-	-	38.668	38.668
Outros	2	-	2	-	2
	4.337.268	-	4.337.268	35.864	4.373.132
Recursos destinados a aumento de capital	-	31.154	31.154	-	31.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	6.000.000	-	6.000.000	-	6.000.000
Reservas de capital	5.690.383	-	5.690.383	-	5.690.383
Ajuste de avaliação patrimonial - coligadas	(12.281)	-	(12.281)	-	(12.281)
Ajuste de conversão - coligadas		(270)	(270)	-	(270)
Reservas de lucros	1.830.852	-	1.830.852	-	1.830.852
Prejuízos acumulados	-	(96.258)	(96.258)	(485.434)	(581.692)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(108.826)	(108.826)
	13.508.954	(96.528)	13.412.426	(594.260)	12.818.166
Recursos destinados a aumento de capital	31.154	(31.154)	-	-	-
	13.540.108	(127.682)	13.412.426	(594.260)	12.818.166
<b>Total do Passivo</b>	<b>19.852.966</b>	<b>(19.679)</b>	<b>19.833.287</b>	<b>(558.396)</b>	<b>19.274.891</b>

					R\$ Mil
Demonstração do Resultado	31/12/2009 BRGAAP	31/12/2009 Reclassifi- cação	31/12/2009 Reclassifi- cado	31/12/2009 Ajustes	31/12/2009 BRGAAP Novo
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.073.939	-	6.073.939	(99.470)	5.974.469
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(4.962.772)	-	(4.962.772)	5.829	(4.956.943)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	1.111.167	-	1.111.167	(93.641)	1.017.526
DESPESAS OPERACIONAIS					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(161.063)	-	(161.063)	-	(161.063)
Reversão de provisões	90.395	-	90.395	-	90.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(124.033)	-	(124.033)	-	(124.033)
Provisão atuarial – benefícios pós-emprego	-	-	-	(72.920)	(72.920)
Participações nos resultados	-	(76.849)	(76.849)	-	(76.849)
Outras despesas	(269.177)	-	(269.177)	581	(268.596)
	(463.878)	(76.849)	(540.727)	(72.339)	(613.066)
Resultado do serviço	647.289	(76.849)	570.440	(165.980)	404.460
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	(76.558)	-	(76.558)	-	(76.558)
Resultado de equivalência patrimonial	28.249	-	28.249	870	29.119
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	181.005	-	181.005	-	181.005
Despesas financeiras *	(1.243.178)	-	(1.243.178)	982.486	(260.692)
	(1.062.173)	-	(1.062.173)	982.486	(79.687)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CS E IR	(463.193)	(76.849)	(540.042)	817.376	277.334
Contribuição social	88.021	-	88.021	(78.248)	9.773
Imposto de renda	246.018	-	246.018	(174.658)	71.360
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(129.154)	(76.849)	(206.003)	564.470	358.467
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL – EM R\$					6,99

\* Refere-se à baixa do ativo atuarial originalmente contabilizado de R\$ 931.046 mil e ao ajuste da contabilização dos encargos financeiros do contrato da dívida com a Fundação Real Grandeza no montante de R\$ 51.440 mil, nos termos do CPC 33.

## NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	5.222	13.273	18.208	81.227	101.001	62.934
Aplicação financeira	-	-	-	397.277	367.328	-
<b>Total</b>	<b>5.222</b>	<b>13.273</b>	<b>18.208</b>	<b>478.504</b>	<b>468.329</b>	<b>62.934</b>

O valor de R\$ 397.277 mil (2009 – R\$ 367.328 mil) refere-se a aplicação financeira de liquidez imediata – com menos de três meses –, feita pela Madeira Energia S.A., que possui rendimento auferido pela taxa entre 91% a 102% da variação do CDI.

## NOTA 8 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos de renda fixa	-	-	-	4.059	9.894	19
Fundos de investimento em renda fixa	-	-	-	943	19.465	861
Fundo de investimento referenciado DI	-	-	-	-	78.129	-
Fundo de investimento exclusivo	535.070	248.830	312.782	535.070	248.830	312.782
<b>Total circulante</b>	<b>535.070</b>	<b>248.830</b>	<b>312.782</b>	<b>540.072</b>	<b>356.318</b>	<b>313.662</b>
Fundo de investimento em títulos públicos	-	-	-	3.846	3.675	-
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.846</b>	<b>3.675</b>	<b>-</b>

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações das disponibilidades financeiras resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Empresa representam recursos mantidos no BB em Extramercado Exclusivo 25 Fundo de Investimento em Renda Fixa do Banco do Brasil S.A., cuja carteira é composta basicamente de títulos do Governo Brasileiro (LTN e NTN, principalmente). O Fundo de Investimento Exclusivo possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

As aplicações financeiras das investidas são basicamente em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de investimentos em renda fixa cuja taxas variam entre 91% e 103,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O valor de R\$ 78.129 mil em 2009 refere-se a aplicação em Fundo de Investimento Referenciado DI, com a finalidade precípua de investimento na Madeira Energia S.A., mediante integralização de capital social, para a construção da UHE Santo Antônio.

O saldo de aplicações financeiras (não circulante) de R\$ 3.846 mil (2009 – R\$ 3.675 mil) no Fundo Banco Santander FIC títulos públicos, refere-se a um fundo de investimento exigido pelo BNDES para fins de amortizações do financiamento firmado pela Retiro Baixo Energética S.A. junto ao mesmo. A investida deverá manter tais valores aplicados até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento.

## NOTA 9 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

R\$ Mil

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores Industriais	20.904	18.700	13.948	20.904	18.700	13.948
Concessionárias						
Contratos	522.667	491.671	452.583	556.529	511.898	465.784
Comercialização na CCEE	294.480	293.560	293.560	294.480	293.560	293.560
Disponibilidade e uso da rede elétrica	221.819	235.527	219.526	223.793	236.691	220.581
Energia Livre (RTE)	6.274	18.402	20.006	6.274	18.402	20.006
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(315.576)	(336.788)	(303.350)	(315.576)	(336.788)	(303.350)
<b>Total</b>	<b>750.568</b>	<b>721.072</b>	<b>696.273</b>	<b>786.404</b>	<b>742.463</b>	<b>710.529</b>
Circulante	750.568	721.072	696.273	786.404	742.463	710.529

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores totais a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, segundo análise de seus vencimentos:

R\$ Mil

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vincendos	742.458	717.893	674.841	778.294	739.284	689.097
Vencidos:						
Até 90 dias	410	1.927	677	410	1.927	677
Há mais de 90 dias	323.276	338.040	324.105	323.276	338.040	324.105
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(315.576)	(336.788)	(303.350)	(315.576)	(336.788)	(303.350)
<b>Total</b>	<b>750.568</b>	<b>721.072</b>	<b>696.273</b>	<b>786.404</b>	<b>742.463</b>	<b>710.529</b>

FURNAS mantém registrados, a valores históricos, créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE (sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE), referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica em uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE.

Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa da Empresa são as seguintes:

	R\$ Mil
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>(303.350)</b>
(+) Complemento	(33.438)
(-) Baixas ocorridas	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(336.788)</b>
(+) Complemento	-
(-) Baixas ocorridas	21.212
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(315.576)</b>

### 9.1. Energia Livre (Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE)

Através do Despacho nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, a Aneel fixou em R\$ 30.581 mil o montante final de Energia Livre, atualizados até julho de 2010, a serem repassados a FURNAS pelas Distribuidoras, com vencimento em 29 de setembro de 2010, devendo ser os valores divulgados atualizados pela Taxa Selic Mensal, da data da publicação do Despacho até o mês anterior ao do efetivo pagamento.

Assim, foram baixados os valores em aberto, com exceção de R\$ 12 mil julgados recebíveis, revertida a provisão para crédito de liquidação duvidosa anteriormente constituída e contabilizados e atualizados até agosto de 2010 os valores finais divulgados pelo referido Despacho, passando a ser de R\$ 30.852 mil o valor recebível.

Pelos Despachos Aneel nºs 2.789, 2.790, 2.791 e 2.793, de 22 de setembro de 2010, foi concedida a suspensão das transações financeiras decorrentes do Despacho nº 2.517 às empresas CEB, Eletropaulo e Eletronorte, num total atualizado de R\$ 20.145 mil.

Por força dos Despachos mencionados no parágrafo anterior, FURNAS promoveu o estorno das respectivas cobranças. Do saldo remanescente de R\$ 10.707 mil foram recebidos R\$ 1.334 mil, permanecendo registrado no contas a receber de Energia Livre o montante de R\$ 6.274 mil.

### NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

							R\$ Mil
Descrição	Individual e Consolidado						
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009
		Não			Não		
	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total	Total
CPFL Geração S.A.	-	-	-	46.407	-	46.407	141.658
Programa Reluz – Prefeitura de Goiânia	710	2.012	2.722	8.836	2.722	11.558	16.251
O N S	1.480	7.555	9.035	1.382	9.035	10.417	11.707
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	2	1.350	1.352		-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	4
Total	2.192	10.917	13.109	56.625	11.757	68.382	169.620

Estas operações têm as seguintes condições financeiras:

I) CPFL Geração S.A. – A Empresa concedeu à Semesa S. A. (sucieda por CPFL Geração S.A, a partir de 30 de março de 2007), a título de empréstimo, o valor de R\$ 1,35/MWh, referente a dezembro de 1997, e R\$ 3,44/MWh, a partir de janeiro de 2007, calculado sobre a energia própria contratada e sujeito a reajustes tarifários de acordo com a variação do IGP-M e remunerado por juros de 10% a.a., capitalizados mensalmente *pro rata temporis*. Referido empréstimo, com vencimento previsto para o mês de maio, foi liquidado em junho de 2010.

II) Programa Reluz – Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre FURNAS e o Município de Goiânia (GO), através de dois contratos conforme descrição abaixo:

II.1) Programa Reluz I – Termo firmado em 23 de abril de 2004.

FURNAS abriu linha de crédito ao Município, para cobertura financeira de 75% do valor global do projeto de iluminação pública eficiente com recursos da RGR, transferidos pela Eletrobras.

O saldo devedor compreende o principal e os juros incorporados durante os 24 meses de carência calculados *pro rata temporis* à taxa de 5% a.a. e com uma taxa de administração calculada de 3% a.a. A liquidação se dará pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*) em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2008. O contrato foi integralmente quitado em 30 de dezembro de 2010, data acordada para o vencimento da última parcela.

II.2) Programa Reluz II – Termo firmado em 03 de julho de 2008.

FURNAS abriu linha de crédito ao Município, para cobertura financeira de 75% do valor global do projeto de iluminação pública eficiente com recursos da RGR, transferidos pela Eletrobras.

O saldo devedor, compreendendo o principal e os juros incorporados durante os 7 meses de carência calculados *pro rata temporis* à taxa de 5% a.a. e com uma taxa de administração calculada de 3% a.a., será pago através do Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*) em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2014.

Em garantia dos compromissos ora assumidos no presente Termo, o Município encaminhou carta ao Banco do Brasil, autorizando o débito das parcelas em sua conta corrente e o crédito correspondente na conta corrente de FURNAS.

III) ONS – Através do Instrumento Particular de Contrato assinado entre FURNAS e o ONS, em 28 de novembro de 2002, foi transferida a propriedade de bens de FURNAS ao ONS, que já detinha a posse, guarda e uso dos mesmos, em razão do disposto no artigo 30 do Decreto nº 2.655, de 02 de julho de 1988.

A transferência foi efetuada em conformidade com os Ofícios nºs 254/2001 e 94/2002-SFF/Aneel, de 05 de abril de 2001 e 14 de fevereiro de 2002, respectivamente, que determinaram os procedimentos financeiros para a transferência dos bens constitutivos dos centros de operação, e pela Portaria do MME nº 468, de 02 de outubro de 2002, que aprovou as condições para a transferência dos ativos.

Os bens estavam registrados no ativo circulante pelo valor fixado de R\$ 16.183 mil, em 31 de dezembro de 2000, conforme Ofício nº 254/2001-SFF/Aneel. Contudo, mediante o Ofício nº 435-SFF/Aneel, de 15 de maio de 2002, seus valores foram ajustados, até a data de 31 de dezembro de 2002, com a aplicação, *pro rata temporis*, de juros de 5% a.a., totalizando a importância de R\$ 17.842 mil. Este valor está sendo pago através do Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*) em 159 prestações mensais e sucessivas, com juros de 5% a.a., e acrescidos de uma taxa de administração de 2% a.a., com a primeira parcela em 30 de janeiro de 2003 e a última em 31 de março de 2016. O saldo devedor e as parcelas remanescentes são atualizados pelo mesmo índice de correção dos recursos da RGR.

Foi vinculada parte da receita do ONS como garantia deste contrato conforme aprovação do Ofício nº 1.084/2002-SFF/Aneel, de 05 de novembro de 2002. Adicionalmente, para assegurar o cumprimento desta garantia, foi firmado, em 27 de dezembro de 2002, o Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento de Obrigações, entre o ONS e FURNAS com a interveniência do Banco do Brasil como banco gestor.

IV) Programa Reluz – Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado a partir de 15 de abril de 2010, entre FURNAS e o Município de Jataí (GO).

FURNAS abriu linha de crédito ao Município, para cobertura financeira de 75% do valor global do projeto de iluminação pública eficiente com recursos da RGR, transferidos pela Eletrobras.

O saldo devedor, compreendendo o principal e os juros incorporados durante os 15 meses de carência calculados *pro rata temporis* à taxa de 5% a.a. e com uma taxa de administração calculada de 3% a.a., será pago através do Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*) em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de março de 2012 e a última em 28 de fevereiro de 2017. Durante o período de carência é paga, junto com a taxa de administração, uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a calculada sobre o saldo não desembolsado.

Em garantia dos compromissos ora assumidos no presente Termo, o Município encaminhou carta ao Banco do Brasil, autorizando o débito das parcelas em sua conta corrente e o crédito correspondente na conta corrente de FURNAS.

## NOTA 11 – CRÉDITOS DE ENERGIA FINANCIADOS

R\$ Mil							
Descrição	Individual e Consolidado						
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Tesouro nacional	96.459	455.789	552.248	130.186	406.684	536.870	571.615
Celg	52.474	141.037	193.511	20.691	222.544	243.235	310.557
CEB	-	-	-	-	-	-	217.708
Cemat	-	-	-	-	-	-	34.103
Cemig	-	-	-	-	-	-	16.624
<b>Total</b>	<b>148.933</b>	<b>596.826</b>	<b>745.759</b>	<b>150.877</b>	<b>629.228</b>	<b>780.105</b>	<b>1.150.607</b>

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

I) Tesouro Nacional – Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e FURNAS, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

- 1) A dívida da União resultante do crédito adquirido será paga a FURNAS em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg, iniciando-se em 1994 e com data de encerramento prevista para 2014;
- 2) Os juros remuneratórios são calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;
- 3) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

II) Celg – Através do Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre FURNAS e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

- 1) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m.;

- 2) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência destes valores mensais a FURNAS.

## NOTA 12 – TRIBUTOS

A Empresa tem registrado em seu ativo, tributos como discriminado abaixo:

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos tributários	464.949	479.973	293.631	466.697	480.944	293.631
Impostos diferidos	262.390	276.351	253.316	262.637	281.382	259.578
Impostos e contribuições a recuperar	58.922	72.733	82.569	108.044	82.335	90.658
<b>Total</b>	<b>786.261</b>	<b>829.057</b>	<b>629.516</b>	<b>837.378</b>	<b>844.661</b>	<b>643.867</b>
Circulante	58.922	72.733	82.569	77.612	73.358	89.455
Não circulante	727.339	756.324	546.947	759.766	771.303	554.412

### 12.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários no montante de R\$ 464.949 mil (R\$ 479.973 mil em 2009), que poderão ser utilizados para redução de cargas tributárias futuras, especificados como segue:

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Adições Temporárias						
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	557.731	478.392	410.247	557.731	478.391	410.247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	613.555	577.408	453.374	613.555	577.409	453.374
Provisão para perda realização imobilizada	12.502	-	-	12.502	-	-
Provisão energia comprada - Eletronuclear	25.947	-	-	25.947	-	-
	1.209.735	1.055.800	863.621	1.209.735	1.055.800	863.621
Prejuízos Fiscais	157.762	355.885	-	157.762	355.885	-
Prejuízos Fiscais Serra do Facão (5.774 x 49,5% = 2.858)	-	-	-	-	2.858	-
	1.367.497	1.411.685	863.621	1.367.497	1.414.543	863.621
Créditos Tributários						
Imposto de renda	341.874	352.921	215.905	341.874	353.636	215.905
Contribuição social	123.075	127.052	77.726	123.075	127.308	77.726
Imposto de Renda						
Prejuízos fiscais (2009) Serra do Facão	-	-	-	714	-	-
Prejuízos fiscais (2010) Serra do Facão	-	-	-	291	-	-
Diferenças temporárias Serra do Facão	-	-	-	280	-	-
	-	-	-	1.285	-	-
Contribuição Social						
Base negativa (2009) Serra do Facão	-	-	-	257	-	-
Base negativa (2010) Serra do Facão	-	-	-	105	-	-
Diferenças temporárias Serra do Facão	-	-	-	101	-	-
	-	-	-	463	-	-
<b>Total</b>	<b>464.949</b>	<b>479.973</b>	<b>293.631</b>	<b>466.697</b>	<b>480.944</b>	<b>293.631</b>



Os efeitos tributários contemplaram a aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda aplicados sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provenientes de diferenças temporárias, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos serão utilizados de acordo com a realização do Ativo Imobilizado, o desfecho das ações judiciais, o ressarcimento e a arrecadação de consumidores e concessionários, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, respectivamente.

## 12.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Empresa mantém reconhecidos integralmente em ativo – nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, de 15 de setembro de 2009 – impostos diferidos no valor de R\$ 262.390 mil (R\$ 155.350 mil em 2009), resultantes de diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes às novas práticas contábeis, como evidenciado a seguir:

Descrição	Individual			Consolidado		
	R\$ Mil					
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Diferido Ativo						
Imposto de renda	326.997	264.959	186.262	346.865	283.405	205.230
Contribuição social	117.719	95.385	67.054	124.871	102.025	73.882
Subtotal	444.716	360.344	253.316	471.736	385.430	279.112
Diferido Passivo						
Imposto de renda	(134.063)	(61.760)	-	(154.656)	(76.506)	(13.860)
Contribuição social	(48.263)	(22.233)	-	(53.639)	(27.542)	(4.989)
Subtotal	(182.326)	(83.993)	-	(208.295)	(104.048)	(18.849)
<b>Total</b>	<b>262.390</b>	<b>276.351</b>	<b>253.316</b>	<b>263.441</b>	<b>281.382</b>	<b>260.263</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9%, para a contribuição social, e 25% para o imposto de renda dos ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis.

## 12.3. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Sob o título impostos e contribuições a recuperar encontram-se os tributos abaixo:

Descrição	Individual			Consolidado		
	R\$ Mil					
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep compensável	-	2.850	-	-	2.850	-
Contribuição para o Finsocial – Cofins compensável	-	13.080	-	-	13.080	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	41.324	38.615	26.807	76.852	45.675	32.251
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	17.213	17.904	6.389	30.003	20.446	8.349
ICMS a recuperar	58.544	52.262	49.373	58.544	52.262	49.373
Provisão para perdas	(58.260)	(51.978)	-	(58.260)	(51.978)	-
Outros	101	-	-	101	-	-
<b>Total</b>	<b>58.922</b>	<b>72.733</b>	<b>82.569</b>	<b>107.240</b>	<b>107.422</b>	<b>89.973</b>
Ativo Circulante	58.922	72.733	82.569	77.612	73.358	89.455
Ativo Não Circulante	-	-	-	29.628	8.977	518

Os créditos de IRPJ e CSLL são oriundos de pagamentos a maior, efetuados no exercício, a serem compensados em períodos posteriores.

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a UHE Manso.

Por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999, complementada pela de nº 04/1999, o Governo Federal aprovou a transferência dos ativos da UHE Manso da Eletronorte para FURNAS e, consequentemente, a titularidade dos referidos créditos.

O Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira expirou em 31 de dezembro de 2002 e os créditos de ICMS não foram pagos a FURNAS, decorridos 60 dias após o término do referido Convênio. Desde então, FURNAS manteve contatos junto a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a UHE Manso. A referida auditoria foi concluída em 04 de novembro de 2008, tendo como resultado o relatório – Processo 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso. Os valores apontados no referido relatório não apresentaram diferenças significativas daqueles registrados contabilmente em FURNAS.

Diante do encerramento desse levantamento, a Administração da Empresa solicitou formalmente um posicionamento da Secretaria sobre a regularização da referida pendência, não obtendo resposta até a presente data. Sendo assim, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor da totalidade dos créditos a recuperar referente ao ICMS de Manso, tendo em vista a falta de qualquer pronunciamento por parte do Governo do Estado de Mato Grosso.

### NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descrição	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Cauções e depósitos vinculados	35.961	38.157	29.489	40.881	38.852	29.505
Aplicações financeiras no Banco do Brasil em garantia a diversas ações judiciais relativas a ICMS	-	41.703	79.396	-	41.703	79.396
Aplicação financeira mantida em conta de reserva pela investida Enerpeixe, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21/05/04 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos.	-	-	-	19.030	21.628	20.652
Aplicação financeira no Banco Bradesco efetuada pela Serra do Facão Energia mantida em conta reservada (a)	-	-	-	30.022	27.386	-
Cauções e depósitos vinculados a litígios	179.468	155.951	114.434	179.468	155.951	114.434
<b>Total</b>	<b>215.429</b>	<b>235.811</b>	<b>223.319</b>	<b>269.401</b>	<b>285.520</b>	<b>243.987</b>
Circulante	<u>35.893</u>	<u>38.049</u>	<u>29.381</u>	<u>59.171</u>	<u>60.248</u>	<u>50.047</u>
Não Circulante	<u>179.536</u>	<u>197.762</u>	<u>193.938</u>	<u>210.230</u>	<u>225.272</u>	<u>193.940</u>

- (a) Repasse efetuado pela DME Energética Ltda. para a Serra do Facão Energia S.A. a fim de que adquirisse uma carta de fiança com o Banco Bradesco necessária para complementar as fianças exigidas como garantia para a liberação do financiamento obtido junto ao BNDES. Este montante corresponde à participação acionária (10,10%) da DME Energética Ltda. nesta investida. O montante aplicado é remunerado por 100% do CDI, tem vencimento em junho de 2012 e será devolvido à DME Energética Ltda. na data de vencimento.

## NOTA 14 – DEVEDORES DIVERSOS

Descrição	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empresas de energia elétrica	181.558	203.279	182.321	181.558	203.279	182.321
Fundação Real Grandeza	1.266	666	2.410	1.266	666	2.410
Adiantamento a fornecedores	101.059	64.562	68.980	101.059	64.562	68.980
Empregados	11.394	9.224	3.894	11.394	9.224	3.894
Outros devedores	25.108	520	6.080	27.953	2.703	6.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(223.532)	(172.642)	(150.024)	(223.532)	(172.642)	(150.024)
<b>Total</b>	<b>96.851</b>	<b>105.609</b>	<b>113.661</b>	<b>99.698</b>	<b>107.792</b>	<b>113.902</b>
Circulante	96.691	75.351	83.297	98.545	77.534	83.538
Não Circulante	<u>160</u>	<u>30.258</u>	<u>30.364</u>	<u>1.153</u>	<u>30.258</u>	<u>30.364</u>

Sob o título devedores diversos encontram-se valores a receber dos quais merecem destaque:

### a) Empresas de energia elétrica – Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, FURNAS e Cien firmaram um contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañía de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa *Endesa Costanera*, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW médios para 240,8 MW médios, cuja comercialização era feita por FURNAS. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, FURNAS constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o valor total registrado contabilmente (R\$ 134.284 mil).

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre FURNAS e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para FURNAS.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao MME para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

b) Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (Lightpar)

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de FURNAS, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou, junto à massa falida, todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, FURNAS poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, relativa à totalidade das receitas cobradas e não repassadas, no montante de R\$ 15.740 mil.

c) Outras Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Empresa, após análise dos recebíveis que compõem a conta de devedores diversos, provisionou como créditos de liquidação duvidosa, além dos montantes citados nas alíneas “a” e “b” acima, o valor de R\$ 48.602 mil, considerando a perspectiva de realização destes créditos.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa da Empresa são as seguintes:

	R\$ Mil
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>(150.024)</b>
(+) Complemento	(22.618)
(-) Baixas ocorridas	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(172.642)</b>
(+) Complemento	(51.974)
(-) Baixas ocorridas	1.084
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(223.532)</b>

No exercício de 2010, do valor de R\$ 51.974 mil complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 mil referem-se aos créditos decorrentes da diferença entre os recursos disponibilizados por FURNAS para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações de setembro de 2000 a setembro de 2002 no MAE e o valor reembolsado por esta última.

Desde 2003, técnicos de FURNAS e Chesf tentam equacionar esse valor. A Chesf não reconhece o valor lançado por FURNAS em setembro de 2003, alegando que o referido débito já foi regularizado, mediante encontro de contas, efetuado pela *Holding* por ocasião de uma das liquidações do MAE.

FURNAS não concorda e afirma desconhecer qualquer acordo formal entre as partes no qual esse débito fosse liquidado.

O saldo remanescente, R\$ 21.878 mil, refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre devedores diversos cujos valores são pulverizados.

## NOTA 15 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

R\$ Mil							
Código NTN-P	Quantidade de Títulos	Agente Financeiro	Indexador	Vencimento	Individual e Consolidado		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
740100	350.527	B. do Brasil S.A.	TR	28/12/2015	772	724	673
740100	623	B. do Brasil S.A.	TR	01/01/2020	1	1	1
740100	640	B. do Brasil S.A.	TR	01/01/2021	1	1	1
741806	226.655	B. do Brasil S.A.	TR	09/07/2012	744	697	653
741806	1.184	B. do Brasil S.A.	TR	22/07/2013	3	3	3
741806	11.920	B. do Brasil S.A.	TR	16/06/2015	27	26	24
<b>Total</b>					<b>1.548</b>	<b>1.452</b>	<b>1.355</b>

As Notas do Tesouro Nacional (NTN) são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização (FND), no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo não circulante/Realizável a longo prazo e classificadas como títulos mantidos até o vencimento.

## NOTA 16 – OUTROS

A seguir estão elencadas as contas que compõem a rubrica de outras contas a receber:

R\$ Mil						
Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Alienação de bens e direitos	4.880	4.863	6.041	4.880	4.863	6.041
Desativações e alienações em curso	765	1.427	5.452	765	1.427	5.452
Serviços prestados a terceiros	6.457	4.048	20.959	6.457	4.048	20.959
Recebimentos – renegociação	2.234	1.921	1.795	2.234	1.921	1.795
Dispêndios a reembolsar	7.603	4.604	2.719	7.603	4.604	2.719
Bens e direitos destinados à alienação	28.274	28.368	27.533	28.274	28.368	27.533
(-) provisão para ajuste ao valor de avaliação de mercado	(12.502)	-	-	(12.502)	-	-
Concessões licitadas	7.871	7.871	7.871	7.871	7.871	7.871
Títulos precatórios – Finsocial	13.967	18.143	19.516	13.967	18.143	19.516
Concessões a licitar	3.862	3.862	19.543	3.862	3.862	19.543
Custos a reembolsar – Programa emergencial de redução de consumo energia elétrica (PERCEE)	-	3.016	19.317	-	3.016	19.317
Outros créditos (a)	16.404	16.029	17.350	35.286	17.911	34.652
Serviços em curso	-	-	3.480	-	-	3.480
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(16.186)	(15.999)	-	(16.186)	(15.999)	-
<b>Total</b>	<b>63.629</b>	<b>78.153</b>	<b>151.576</b>	<b>82.511</b>	<b>80.035</b>	<b>168.878</b>
Circulante	21.941	16.863	55.017	31.897	18.745	56.974
Não Circulante	<u>41.688</u>	<u>61.290</u>	<u>96.559</u>	<u>50.614</u>	<u>61.290</u>	<u>111.904</u>

Do montante de R\$ 35.286 mil (2010 – consolidado) apresentado em outros créditos, vale destacar:

- a) R\$ 8.889 mil representam a parcela de FURNAS sobre o registro da exposição a risco de crédito sobre instrumentos financeiros derivativos em aberto por contraparte (Santander: R\$ 8.718 mil e Deutsche Bank: R\$ 171 mil) que a investida Madeira Energia está sujeita em suas operações;
- b) R\$ 16.186 mil referem-se a outros créditos a receber para os quais foi constituída uma provisão para crédito de liquidação duvidosa no mesmo valor.

#### NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO (INDENIZÁVEL E AMORTIZAÇÃO DA RAP)

Descrição	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo financeiro indenizável –	5.146.170	4.985.469	4.739.274	5.159.612	4.985.469	4.773.187
Ativo financeiro – amortização da	2.210.119	2.450.237	2.725.519	2.574.274	2.575.565	2.725.519
<b>Total</b>	<b>7.356.290</b>	<b>7.435.706</b>	<b>7.464.793</b>	<b>7.733.885</b>	<b>7.561.034</b>	<b>7.498.706</b>
Circulante	=	=	=	=	=	=
Não Circulante	7.356.290	7.435.706	7.464.793	7.733.885	7.561.034	7.498.706

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

## NOTA 18 – INVESTIMENTOS

R\$ Mil

Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Sociedade de Propósito Específico (SPE)</b>						
Enerpeixe S.A.	481.020	441.698	402.411	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	22.745	21.674	19.041	-	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	13.497	13.018	10.628	-	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	10.327	10.109	8.255	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.248	16.060	6.514	-	84	1.941
Serra do Facão Energia S.A.	190.558	137.485	273.713	-	(27.318)	274.425
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	106.836	99.596	67.188	-	57	58
Baguari Energia S.A. (Baguari)	82.172	79.225	61.925	82.172	79.225	61.925
Madeira Energia S.A. (MESA)	38.927	-	39	-	-	-
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	279.516	259.545	270.855	57	3.981	270.630
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	61.573	25.625	-	-	-	-
Inambari Geração de Energia (Igesa)	5.660	5.946	-	-	1.472	-
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	39.597	2.499	-	-	-	-
Transenergia São Paulo S.A.	4.537	(68)	-	-	(162)	-
Transenergia Goiás S.A.	2.768	(85)	-	-	(110)	-
Goiás Transmissão S.A.	13.169	-	-	-	-	-
MGE Transmissão S.A.	8.665	-	-	-	-	-
Brasventos Eolo Geradora Energia	2.232	-	-	2.232	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora	2.196	-	-	2.196	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora	3.335	-	-	3.335	-	-
<b>Total de investimentos em SPE</b>	<b>1.386.578</b>	<b>1.112.327</b>	<b>1.120.569</b>	<b>89.992</b>	<b>57.229</b>	<b>608.979</b>
<b>Investimentos pelo custo de aquisição</b>	<b>6.430</b>	<b>6.430</b>	<b>6.430</b>	<b>6.430</b>	<b>6.430</b>	<b>6.430</b>
<b>Terrenos para uso futuro</b>	<b>1.883</b>	<b>1.883</b>	<b>1.883</b>	<b>1.883</b>	<b>1.883</b>	<b>1.883</b>
<b>Total</b>	<b>1.394.891</b>	<b>1.120.640</b>	<b>1.128.882</b>	<b>98.305</b>	<b>65.542</b>	<b>617.292</b>

a) Enerpeixe – SPE, que tem como objetivo a construção, operação e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica ou seus correlatos, em relação à UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins.

A participação acionária de FURNAS na UHE Peixe Angical (cuja capacidade de geração instalada é de 452 MW) foi realizada através da aquisição de 40% do capital social da referida sociedade. A Usina está em operação desde maio de 2006.

b) Transleste – SPE criada em 28 de outubro de 2003, conforme Ata de Assembléia Geral de Constituição, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a LT Montes Claros – Irapé, na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24% do Capital Social e em dezembro de 2005, a linha de transmissão entrou em operação.

c) Transudeste – SPE criada em 25 de outubro de 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a LT Itutinga – Juiz de Fora, na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 25% do Capital Social e em fevereiro de 2007, a linha de transmissão entrou em operação.

d) Transirapé – SPE criada em 06 de dezembro de 2004, com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do SIN – Lote B – LT Irapé – Araçuaí, na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24,5% do Capital Social e em maio de 2007, a linha de transmissão entrou em operação.

e) Centroeste de Minas – SPE criada em 22 de outubro de 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a LT Furnas – Pimenta, na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social e, em 31 de dezembro de 2010, do saldo contábil do investimento, R\$ 25 mil referem-se à integralização de 24.990 ações ordinárias e R\$ 17.222 mil a adiantamentos para futuro aumento de capital.

f) Serra do Facão Energia S.A. – SPE constituída com a finalidade de explorar, na qualidade de concessionária, a UHE Serra do Facão, constituída pela UHE Serra do Facão com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, ambos no Estado de Goiás, e instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação acionária de FURNAS na referida SPE é de 49,5%. As obras foram iniciadas em março de 2007 e em maio de 2010 entrou em operação comercial a primeira máquina.

Com a conclusão do processo de reestruturação acionária na SPE Serra do Facão Participações S.A., as ações de propriedade desta na Serra do Facão Energia S.A. foram transferidas para FURNAS em sua totalidade.

Do saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010, R\$ 47.677 mil refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

g) Retiro Baixo – SPE criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu.

A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007 e no primeiro semestre de 2009 entrou em operação comercial a primeira máquina.

Do saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010, R\$ 50.210 mil estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital.

h) Chapecoense – SPE constituída em 27 de janeiro de 2006 cujo objeto social específico era a participação como acionista da Foz do Chapecó Energia S.A. – FCE, sociedade por ações de capital fechado, instituída em 26 de julho de 2001 que tem como objetivo construir e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó – localizado no rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina (Águas de Chapecó) e Rio Grande do Sul (Alpestre), obtido por meio de concessão por 35 anos contados a partir de 2001.

A Usina, cujo reservatório terá uma área inundada de 84,4 km<sup>2</sup> para uma potência instalada de 855 MW, será implantada e gerida pelo Consórcio Energético Foz do Chapecó (CEFC), composto pela CPFL, com 51% de participação, Chapecoense, com 40%, e CEEE, com 9%, cabendo à FURNAS o desempenho das atividades de engenharia do proprietário (*Engineering Procurement and Construction* – EPC).

A participação acionária de FURNAS na Chapecoense é de 49,9% de seu Capital Social, e as obras foram efetivamente iniciadas em janeiro de 2007. Em 16 de julho de 2007, a parcela detida pela Chapecoense no consórcio foi transferida para Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE), que passou a deter a totalidade da Concessão. Na mesma data, a Chapecoense efetuou aporte de capital na FCE,



passando a deter 40% do capital social dessa empresa. Essa transação representou o fim do consórcio e o início da participação da Chapecoense no empreendimento UHE Foz do Chapecó, através da participação societária na FCE.

Em 20 de agosto de 2009, os acionistas da CPFL Geração de Energia S.A. e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (CEEE-GT) integralizaram a totalidade das ações de emissão da Foz do Chapecó Energia S.A. de sua titularidade, no capital da Chapecoense Geração S.A., que passou a principal acionista da Foz do Chapecó Energia S.A.

Consequentemente, a participação de FURNAS na Chapecoense foi alterada para 40% e as companhias CPFL-G e CEEE-GT, detentoras respectivamente de 51% e 9% de participação na FCE, ficaram com a participação na Chapecoense, nessas mesmas proporções.

Em junho de 2009, a Chapecoense efetuou redução do capital com absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$ 35.329 mil, acarretando uma perda de capital para a Empresa, registrada no exercício de 2009.

A primeira de quatro unidades geradoras da usina Foz do Chapecó, controlada pela SPE Chapecoense Geração S.A., entrou em operação comercial no dia 14 de outubro de 2010. Com isso, o complexo já terá uma capacidade para gerar 214 MW dos 855 MW que alcançará quando estiver totalmente em funcionamento, o que deve acontecer em fevereiro de 2011.

i) Baguari Energia – SPE constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para o segundo semestre de 2009.

A participação de FURNAS corresponde a 30,6122% do capital social e o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010 está integralmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

j) IE Madeira – SPE criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do SIN, especificamente das instalações LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2, número 01, em CC,  $\pm 600$  kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV/ $\pm 600$  kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA,  $\pm 600$  kV/500kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos do Contrato de Concessão; além da exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais e imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial de sua atividade, bem como a prestação de serviço que se relacione ao seu objeto.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 24,5% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

k) Igesa – SPE criada em 15 de dezembro de 2008, tem por objetivo a participação no desenvolvimento, em conjunto, dos estudos de viabilidade técnico-econômica, ambiental e jurídico, implantação e exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Inambari, no rio Inambari, e do sistema de Transmissão de Uso Exclusivo, incluindo o projeto de exploração de energia do Peru ao Brasil, assim como todas as demais atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da usina e seu sistema de transmissão, bem como a importação e exportação de bens e serviços afetos.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 19,6% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

l) Transenergia Renovável – SPE criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do SIN especificamente das instalações do Lote C, conforme descrito no edital do Leilão Aneel nº 008/2008 e demais obras complementares, nos termos do Contrato de Concessão, decorrente da licitação; além da exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais e imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial de sua atividade, bem como a prestação de serviços que se relacionem ao seu objeto.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

m) MESA – SPE constituída com a finalidade de participação na licitação da outorga de concessão da UHE Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com vistas ao desenvolvimento do projeto de implementação e a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração dessa hidrelétrica.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 39% do Capital Social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

n) Transenergia São Paulo S.A. – SPE criada com o objetivo de construir, operar e realizar a manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo, a saber:

n.1) SE Itatiba 500/138 kV; Campinas e Ibiúna 500 kV;

n.2) LT 500 kV: em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,5 km, cada trecho de linha, entre o ponto de seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV. Previsão de conclusão da implementação em setembro de 2011.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do capital social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

o) Transenergia Goiás S.A. – SPE criada com o objetivo de construir, operar e realizar a manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de Goiás, a saber:

o.1) SE Serra da Mesa 230 kV; Niquelândia 230 kV; e Barro Alto 230 kV; e

o.2) LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia; 230 kV Niquelândia – Barro Alto.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do capital social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

p) Goiás Transmissão S.A. – SPE criada com o objetivo de construir, operar e realizar a manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de Goiás, a saber:

p.1) LT Rio Verde Norte – Trindade, Circuito Duplo em 500 kV;

p.2) LT Trindade – Xavantes, Circuito Duplo em 230 kV;

p.3) LT Trindade – Carajás, Circuito Simples em 230 kV; e

p.4) SE Trindade, 500/230 kV.

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do capital social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

q) MGE Transmissão S.A. – SPE criada com o objetivo de construir, operar e realizar a manutenção das instalações de transmissão localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a saber:

q.1) LT Mesquita – Viana 2, Circuito Simples em 500 kV (MG e ES);

q.2) LT Viana 2 – Viana, Circuito Duplo em 345 kV (ES); e

q.3) SE Viana 2, 500/345 kV (ES).

A participação de FURNAS na Sociedade corresponde a 49% do capital social e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

Apresentamos, abaixo, o resultado de equivalência patrimonial da Empresa apurado para os exercícios findos nas datas indicadas:

Resultado de Equivalência				R\$ Mil
Investidas	Participação (%)	31/12/2010	31/12/2009	
Enerpeixe	40	47.321	48.585	
Transleste	24	4.298	4.609	
Transudeste	25	2.449	2.854	
Transirapé	24,5	1.796	2.238	
Centroeste	49	-	-	
Serra do Facão Energia S.A.	49,5	(40.334)	-	
Retiro Baixo	49	600	(324)	
Chapecoense	40	(6.287)	-	
IE Madeira	24,5	2.065	341	
Inambari Geração de Energia	19,6	(1.076)	(787)	
Transenergia Renovável S.A.	49	(926)	(1.421)	
Transenergia São Paulo S.A.	49	(50)	(68)	
Transenergia Goiás S.A.	49	(87)	(85)	
MESA	39	(79.733)	(26.823)	
Goiás Transmissão S.A.	49	(1.087)	-	
MGE Transmissão S.A.	49	(562)	-	
<b>Total</b>		<b>(71.613)</b>	<b>29.119</b>	

## NOTA 19 – IMOBILIZADO

O saldo dos ativos imobilizados adquiridos que não estão dentro dos critérios estabelecidos no ICPC 01 e IFRIC 12 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro são:

R\$ Mil						
Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Em Serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Terrenos	367.151	323.824	323.251	527.038	329.033	328.148
Reservatórios, barragens e adutoras	4.879.954	4.868.122	4.856.989	5.807.055	5.183.221	5.179.104
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.361.516	1.327.561	1.311.838	1.838.036	1.423.892	1.412.499
Máquinas e equipamentos	2.900.889	2.768.335	2.531.437	3.688.003	3.032.178	2.838.755
Veículos	25.454	24.657	24.589	26.190	24.905	24.897
Móveis e utensílios	20.887	20.981	18.983	21.352	21.415	19.278
<b>Total do Custo</b>	<b>9.555.851</b>	<b>9.333.480</b>	<b>9.067.087</b>	<b>11.907.674</b>	<b>10.014.645</b>	<b>9.802.681</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.750.939)	(1.656.822)	(1.543.679)	(1.785.742)	(1.656.822)	(1.543.679)

Descrição	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Edificações, obras civis e benfeitorias	(625.380)	(573.885)	(548.094)	(637.748)	(573.893)	(548.097)
Máquinas e equipamentos	(1.181.987)	(1.103.296)	(1.034.106)	(1.224.151)	(1.103.296)	(1.034.112)
Veículos	(21.072)	(19.738)	(18.034)	(21.490)	(19.738)	(18.034)
Móveis e utensílios	(11.865)	(10.332)	(8.764)	(11.977)	(10.342)	(8.771)
<b>Total de Depreciação</b>	<b>(3.591.244)</b>	<b>(3.364.073)</b>	<b>(3.152.677)</b>	<b>(3.681.109)</b>	<b>(3.364.091)</b>	<b>(3.152.693)</b>
<b>Total em Serviço</b>	<b>5.964.607</b>	<b>5.969.407</b>	<b>5.914.410</b>	<b>8.226.564</b>	<b>6.650.554</b>	<b>6.649.988</b>
<b>(-) Obrigações Vinculadas a Concessões</b>	<b>(112.540)</b>	<b>(112.540)</b>	<b>(112.540)</b>	<b>(112.540)</b>	<b>(112.540)</b>	<b>(112.540)</b>
<b>Total em Curso</b>	<b>2.566.462</b>	<b>1.555.620</b>	<b>851.403</b>	<b>5.473.851</b>	<b>4.162.874</b>	<b>1.096.274</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>8.418.529</b>	<b>7.412.487</b>	<b>6.653.273</b>	<b>13.587.875</b>	<b>10.700.888</b>	<b>7.633.722</b>

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Cabe ressaltar que segundo a legislação vigente pela Aneel, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Administração da Empresa avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto utilizada pelo Sistema Eletrobras que reflete seu custo médio ponderado de capital, evidenciando uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Tendo em vista as implantações das novas práticas contábeis, FURNAS revisou suas premissas adotadas em seu teste anual de recuperabilidade apurando:

- Para o exercício de 2008 e 2009, uma perda de R\$ 596.662 mil para as usinas de Batalha e Simplicio, registrada em 01 de janeiro de 2009 na rubrica de imobilizado em curso mediante a utilização de uma taxa de desconto de 6,37% a.a.;
- Para o exercício de 2010, utilizando uma taxa de 5,65% a.a., o novo teste apurou uma perda de R\$ 343.895 mil.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, com base nas informações acima, foi registrada uma reversão de provisão no valor de R\$ 252.767 mil, registrada no imobilizado em curso.

## Movimentação do Ativo Imobilizado em Serviço e em Curso (Individual e Consolidado):

R\$ Mil

Movimentação	Terrenos	Barragens, Reservatórios e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas a Concessões	Em Curso	Total
CUSTO										
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>323.251</b>	<b>4.856.989</b>	<b>1.311.838</b>	<b>2.531.437</b>	<b>24.589</b>	<b>18.983</b>	<b>9.067.087</b>	<b>(112.540)</b>	<b>851.403</b>	<b>9.805.950</b>
Investidas	4.897	322.115	100.661	307.318	308	295	735.594	-	244.870	980.464
<b>Saldo em 1º de jan 2009 (consol.)</b>	<b>328.148</b>	<b>5.179.104</b>	<b>1.412.499</b>	<b>2.838.755</b>	<b>24.897</b>	<b>19.278</b>	<b>9.802.681</b>	<b>(112.540)</b>	<b>1.096.274</b>	<b>10.786.414</b>
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>323.251</b>	<b>4.856.989</b>	<b>1.311.838</b>	<b>2.531.437</b>	<b>24.589</b>	<b>18.983</b>	<b>9.067.087</b>	<b>(112.540)</b>	<b>851.403</b>	<b>9.805.950</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	986.052	986.052
Baixas	(16)	-	(68)	(4.605)	(284)	(152)	(5.124)	-	(27)	(5.151)
Transferências	710	11.108	15.783	243.935	2.032	2.381	275.950	-	(274.853)	1.097
Outros	(121)	25	9	(2.433)	(1.680)	(232)	(4.432)	-	(6.955)	(11.388)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>323.824</b>	<b>4.868.122</b>	<b>1.327.561</b>	<b>2.768.335</b>	<b>24.657</b>	<b>20.981</b>	<b>9.333.480</b>	<b>(112.540)</b>	<b>1.555.620</b>	<b>10.776.560</b>
Investidas	5.209	315.099	96.331	263.844	248	435	681.166	-	2.607.254	3.288.420
<b>Saldo em 31/12/2009 (consol.)</b>	<b>329.033</b>	<b>5.183.221</b>	<b>1.423.892</b>	<b>3.032.179</b>	<b>24.905</b>	<b>21.415</b>	<b>10.014.645</b>	<b>(112.540)</b>	<b>4.162.874</b>	<b>14.064.980</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>323.824</b>	<b>4.868.122</b>	<b>1.327.561</b>	<b>2.768.335</b>	<b>24.657</b>	<b>20.981</b>	<b>9.333.480</b>	<b>(112.540)</b>	<b>1.555.620</b>	<b>10.776.560</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	1.224.634	1.224.634
Baixas	-	-	(166)	(25.359)	(134)	(46)	(25.705)	-	-	(25.705)
Transferências	42.724	11.832	11.726	178.158	1.649	214	246.303	-	(244.685)	1.618
Outros	602	-	22.395	(20.395)	(718)	(262)	1.773	-	30.893	32.666
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>367.151</b>	<b>4.879.954</b>	<b>1.361.516</b>	<b>2.900.889</b>	<b>25.454</b>	<b>20.888</b>	<b>9.555.851</b>	<b>(112.540)</b>	<b>2.566.462</b>	<b>12.009.773</b>
Investidas	159.887	927.101	476.520	787.114	736	465	2.351.823	-	2.907.389	5.259.212
<b>Saldo em 31/12/2010 (consol.)</b>	<b>527.038</b>	<b>5.807.055</b>	<b>1.838.036</b>	<b>3.688.003</b>	<b>26.190</b>	<b>21.352</b>	<b>11.907.674</b>	<b>(112.540)</b>	<b>5.473.851</b>	<b>17.268.985</b>
DEPRECIACÃO										
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>-</b>	<b>(1.543.679)</b>	<b>(548.094)</b>	<b>(1.034.106)</b>	<b>(18.034)</b>	<b>(8.764)</b>	<b>(3.152.677)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.152.677)</b>
Investidas	-	-	(3)	(6)	-	(7)	(16)	-	-	(16)
<b>Saldo em 1º de jan 2009 (consol.)</b>	<b>-</b>	<b>(1.543.679)</b>	<b>(548.097)</b>	<b>(1.034.112)</b>	<b>(18.034)</b>	<b>(8.770)</b>	<b>(3.162.693)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.152.693)</b>
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>-</b>	<b>(1.543.679)</b>	<b>(548.094)</b>	<b>(1.034.106)</b>	<b>(18.034)</b>	<b>(8.763)</b>	<b>(3.152.677)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.152.677)</b>
Adições	-	(94.343)	(37.515)	(79.369)	(2.622)	(1.829)	(215.678)	-	-	(215.678)
Baixas	-	-	34	3.496	284	140	3.954	-	-	3.954
Outros	-	(18.800)	11.690	6.684	634	119	327	-	-	327
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>-</b>	<b>(1.656.822)</b>	<b>(573.885)</b>	<b>(1.103.296)</b>	<b>(19.738)</b>	<b>(10.332)</b>	<b>(3.364.073)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.364.073)</b>
Investidas	-	-	(8)	-	-	(10)	(18)	-	-	(18)
<b>Saldo em 31/12/2009 (consol.)</b>	<b>-</b>	<b>(1.656.822)</b>	<b>(573.893)</b>	<b>(1.103.296)</b>	<b>(19.738)</b>	<b>(10.342)</b>	<b>(3.364.091)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.364.091)</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>-</b>	<b>(1.656.822)</b>	<b>(573.885)</b>	<b>(1.103.296)</b>	<b>(19.738)</b>	<b>(10.332)</b>	<b>(3.364.073)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.364.073)</b>
Adições	-	(94.311)	(37.833)	(84.029)	(1.664)	(1.788)	(219.625)	-	-	(219.625)
Baixas	-	-	166	21.680	134	28	22.009	-	-	22.009
Outros	-	194	(13.829)	(16.342)	197	225	(29.555)	-	-	(29.555)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>-</b>	<b>(1.750.939)</b>	<b>(625.380)</b>	<b>(1.181.987)</b>	<b>(21.071)</b>	<b>(11.866)</b>	<b>(3.591.244)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.591.244)</b>
Investidas	-	(34.803)	(12.368)	(42.164)	(418)	(113)	(89.866)	-	-	(89.866)
<b>Saldo em 31/12/2010 (consol.)</b>	<b>-</b>	<b>(1.785.742)</b>	<b>(637.748)</b>	<b>(1.224.151)</b>	<b>(21.490)</b>	<b>(11.978)</b>	<b>(3.361.100)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.681.110)</b>
SALDO LÍQUIDO INDIVIDUAL										
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>323.251</b>	<b>3.313.310</b>	<b>763.744</b>	<b>1.497.331</b>	<b>6.555</b>	<b>10.220</b>	<b>5.914.410</b>	<b>(112.540)</b>	<b>851.403</b>	<b>6.653.273</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>323.824</b>	<b>3.211.300</b>	<b>753.300</b>	<b>1.665.039</b>	<b>4.919</b>	<b>10.649</b>	<b>5.969.407</b>	<b>(112.540)</b>	<b>1.555.620</b>	<b>7.412.487</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>367.151</b>	<b>3.129.015</b>	<b>736.136</b>	<b>1.718.902</b>	<b>4.383</b>	<b>9.022</b>	<b>5.964.607</b>	<b>(112.540)</b>	<b>2.566.462</b>	<b>8.418.529</b>
SALDO LÍQUIDO CONSOLIDADO										
<b>Saldo em 1º/01/2009</b>	<b>328.148</b>	<b>3.635.425</b>	<b>864.402</b>	<b>1.804.643</b>	<b>6.863</b>	<b>10.508</b>	<b>6.649.988</b>	<b>(112.540)</b>	<b>1.096.274</b>	<b>7.633.722</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>329.033</b>	<b>3.526.399</b>	<b>849.999</b>	<b>1.928.883</b>	<b>5.167</b>	<b>11.074</b>	<b>6.650.554</b>	<b>(112.540)</b>	<b>4.162.874</b>	<b>10.700.888</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>527.038</b>	<b>4.021.313</b>	<b>1.200.288</b>	<b>2.463.852</b>	<b>4.700</b>	<b>9.374</b>	<b>8.226.564</b>	<b>(112.540)</b>	<b>5.473.851</b>	<b>13.587.875</b>

A Empresa calcula e contabiliza as quotas de depreciação aplicando as taxas estabelecidas pela Resolução Aneel nº 44, de 17 de março de 1999, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994.

As principais taxas médias anuais de depreciação por item são as seguintes:

<b>Individual</b>	
<b>Item do Imobilizado</b>	<b>Taxas Médias Anuais de Depreciação (%)</b>
Reservatórios, barragens e adutoras	3,10
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,00
Máquinas e equipamentos	4,72
Veículos	20,00
Móveis e utensílios	10,00

O saldo de imobilizado em curso consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das investidas em fase operacional e pré-operacional, com destaque para o valor da Madeira Energia de R\$ 2.760.387 mil (2009 – R\$ 1.138.048 mil).

Os encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos empréstimos e financiamentos que financiam o ativo imobilizado foram apropriados como indicado no quadro abaixo:

					R\$ Mil
<b>Individual</b>					
	<b>2010</b>			<b>2009</b>	
	<b>Geração</b>	<b>Comercialização</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
Encargos financeiros totais	111.651	4.513	116.164	107.198	
(-) Transferências para imobilizado em curso	(53.369)	(584)	(53.953)	(51.131)	
Líquido apropriado no exercício	58.282	3.929	62.211	56.067	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	11.644	643	12.287	14.194	
(-) Transferências para imobilizado em curso	-	-	-	766	
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>11.644</b>	<b>643</b>	<b>12.287</b>	<b>14.960</b>	

## NOTA 20 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

							R\$ Mil
	<b>Individual</b>			<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	
Amortização	81.998	81.998	81.998	81.998	81.998	81.998	
Participações da União	28.539	28.539	28.539	28.539	28.539	28.539	
Outras	2.003	2.003	2.003	2.003	2.003	2.003	
<b>Total</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	

O saldo de amortização é proveniente das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

## NOTA 21 – INTANGÍVEL

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bens da Concessão						
Custo	95.892	68.498	40.444	344.329	70.032	41.632
Amortização	(19.792)	(16.282)	(14.442)	(20.276)	(16.282)	(14.442)
Subtotal	76.100	52.216	26.002	324.053	53.750	27.190
Uso do Bem Público						
Custo	42.761	42.761	42.761	724.559	703.051	603.742
Ajuste a Valor Presente	(2.425)	(4.093)	(4.832)	(2.425)	(4.093)	(4.832)
Subtotal	40.336	38.668	37.929	722.134	698.958	598.910
<b>Total</b>	<b>116.436</b>	<b>90.884</b>	<b>63.931</b>	<b>1.046.187</b>	<b>752.708</b>	<b>626.100</b>

Em 31 de dezembro de 2010, está registrado no intangível o custo com *software* de manutenção de sistema corporativo, no total de R\$ 95.892 mil, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 19.792 mil, calculada à taxa de 20% a.a.

A Empresa tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das SPE. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. A seguir, o valor do ativo intangível por UBP de cada investida:

R\$ Mil			
Empresas	Taxa Anual Média de Amortização %	31/12/2010	31/12/2009
FURNAS Centrais Elétricas S.A.		40.336	38.668
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-
Enerpeixe S.A.	3	51.467	53.111
Retiro Baixo Energética S.A.	-	3.492	-
Serra do Facão Energia S.A.	-	575.252	559.323
Madeira Energia S.A. – MESA	-	51.587	47.856
Total investidas		681.798	656.290
<b>Consolidado</b>		<b>722.134</b>	<b>698.958</b>

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

## NOTA 22 – FORNECEDORES

R\$ Mil

<b>Descritivo</b>	<b>Individual</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Fornecedores de energia elétrica	421.857	409.456	362.743	424.149	411.672	362.743
Fornecedores de energia elétrica – mercado de curto prazo – CCEE	198.302	7.924	17.572	198.302	7.924	17.572
Materiais e serviços	219.662	230.735	176.454	221.197	230.735	176.454
Outros	1.994	-	-	182.484	73.433	81.976
<b>Total</b>	<b>841.815</b>	<b>648.115</b>	<b>556.769</b>	<b>1.026.132</b>	<b>723.764</b>	<b>638.745</b>

Os principais fornecedores de energia elétrica da Empresa são Eletronuclear e CPFL Geração de Energia S.A. – Semesa.



## NOTA 23 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Seguem as principais informações dos Empréstimos e Financiamentos (consolidado) de FURNAS:

											R\$ Mil	
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total	Total
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não circul.		
Moeda Estrangeira												
Eletrobras – BID	US\$	06/04/2018	Juros 4,66% a.a. + t.adm. 0,75% a.a.	694	5.919	38.471	45.084	844	6.185	46.387	53.416	80.194
Eletrobras - Eximbank	YEN	06/04/2018	Juros 1,92% a.a. + t.adm. 2% a.a.	2.125	31.033	201.711	234.870	2.289	28.474	213.546	244.309	374.540
Subtotal moeda estrangeira				2.820	36.952	240.182	279.954	3.133	34.659	259.933	297.725	454.734
Moeda Nacional												
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% t. adm.	116	32.222	1.407.389	1.439.727	1.750	451.536	362.730	816.016	468.435
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + t.adm. 1,5 a 2% a.a.	2	23.714	159.481	183.197	303	30.552	193.145	224.000	249.724
Subtotal				118	55.936	1.566.870	1.622.924	2.053	482.088	555.875	1.040.016	718.159
Instituições Financeiras												
BNDES	TJLP	15/07/2026	TJLP + 1.91% a.a	3.091	58.522	853.447	915.060	12.012	21.766	814.064	847.842	642.987
BNDES	TJLP	15/05/2018	TJLP + 2.18% a.a	202	3.744	54.506	58.452	-	-	-	-	-
BNDES	TJLP	15/12/2025	TJLP + 3% a.a	-	-	100.384	100.384	-	-	-	-	-
BNDES	TJLP	15/01/2016	TJLP + 4.5% a.a	1.030	45.542	185.960	232.532	1.232	45.542	231.502	278.276	323.632
BNDES	TJLP	09/2027	TJLP + 2.49 a 2.95% a.a	-	12.206	768.980	781.186	-	-	621.340	621.340	-
BNDES	TJLP	30/04/2011	TJLP + 2.8% a.a	-	86.802	-	86.802	-	-	-	-	-
BNDES	TJLP	2024 a 2034	TJLP + 2.4 a 3.8% a.a	-	-	2.052.951	2.052.951	-	-	868.618	868.618	-
BNDES	TJLP	12/2025	TJLP + 2.75% a.a	7.088	-	90.421	97.509	-	6.370	92.398	98.768	63.153
BNDES	TJLP	2027	TJLP + 2.28% a.a	-	21.573	270.101	291.674	-	-	268.830	268.930	-
Banco do Brasil – CCB	CDI	10 a 12/2011	104,9% a 105% CDI	1.244	70.180	-	71.424	1.007	-	70.180	71.187	71.738
Banco do Brasil	CDI	10/2012	103% a 104,9% CDI	3.816	-	183.000	186.816	3.079	-	183.000	186.079	187.755
Banco Pactual – CCB	CDI	11 a 12/2011	104.9% CDI	484	42.470	-	42.954	377	-	42.470	42.847	43.045
CEF	CDI	25/07/2012	103.9% CDI	9.004	-	191.972	200.976	7.268	-	191.972	199.240	203.365
BASA	CDI	15/02/2013	101.9% CDI	17.008	-	193.000	210.008	16.147	-	193.000	209.147	205.365
BASA			Juros 10% a.a	-	-	203.505	203.505	-	-	79.948	79.948	-
Banco do Espírito Santo	CDI	15/02/2011	CDI + 4% a.a	-	56.728	-	56.728	-	10.552	-	10.552	-
Outros				-	1.469	26.626	28.095	-	1.383	29.718	31.101	87.795
Subtotal				42.967	399.236	5.174.853	5.532.231	41.122	85.613	3.687.140	3.813.875	1.828.836
Subtotal moeda nacional				43.085	455.172	6.741.723	7.155.155	43.175	567.701	4.243.015	4.853.891	2.546.995
Fornecedores												
EPE		05/06/2009		-	-	-	-	-	-	-	-	18.896
Eletronuclear		09/09/2009		-	-	-	-	-	-	-	-	5.238
Subtotal				-	-	-	-	-	-	-	-	24.134
Total				45.905	492.124	6.981.905	7.435.109	46.308	602.360	4.502.948	5.151.616	3.025.863

As principais informações dos Empréstimos e Financiamentos (individuais) de FURNAS, em moeda estrangeira e nacional são:

											R\$ Mil	
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total	
					Circul.	Não Circul.			Circul.			Não Circul.
Moeda Estrangeira												
Eletrobras – BID	US\$	06/04/2018	Juros 4,66% a.a. + t.adm. 0,75% a.a.	694	5.919	38.471	45.084	844	6.185	46.387	53.416	80.194
Eletrobras - Eximbank	YEN	06/04/2018	Juros 1,92% a.a. + t.adm. 2% a.a.	2.125	31.033	201.711	234.870	2.289	28.474	213.546	244.309	374.540
Subtotal moeda estrangeira				2.820	36.952	240.182	279.954	3.133	34.659	259.933	297.725	454.734
Moeda Nacional												
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% t.adm.	116	32.222	1.407.389	1.439.727	1.750	451.536	362.730	816.016	468.435
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + t.adm. 1,5 a 2% a.a.	2	23.714	159.481	183.197	303	30.552	193.145	224.000	249.724
Subtotal				118	55.936	1.566.870	1.622.924	2.053	482.088	555.875	1.040.016	718.159
Instituições Financeiras												
BNDES	TJLP	15/07/2026	TJLP + 1,91% a.a	3.091	58.522	853.447	915.060	12.012	21.766	814.064	847.842	642.987
BNDES	TJLP	15/05/2018	TJLP + 2,18% a.a	202	3.744	54.506	58.452	-	-	-	-	-
BNDES	TJLP	15/12/2025	TJLP + 3% a.a	-	-	100.384	100.384	-	-	-	-	-
Banco do Brasil – CCB	CDI	10 a 12/2011	104% a 105% CDI	1.244	70.180	-	71.424	1.007	-	70.180	71.187	71.738
Banco do Brasil	CDI	10/2012	103% a 104% CDI	3.816	-	183.000	186.816	3.079	-	183.000	186.079	187.755
Banco Pactual – CCB	CDI	11 a 12/2011	104% CDI	484	42.470	-	42.954	377	-	42.470	42.847	43.045
CEF	CDI	25/07/2012	103,9% CDI	9.004	-	191.972	200.976	7.268	-	191.972	199.240	203.366
BASA	CDI	15/02/2013	101,9% CDI	17.008	-	193.000	210.008	16.147	-	193.000	209.147	205.365
Subtotal				34.849	174.916	1.576.309	1.786.074	39.890	21.766	1.494.686	1.556.342	1.354.256
Fornecedores												
EPE		05/06/2009		-	-	-	-	-	-	-	-	18.896
Eletronuclear		09/09/2009		-	-	-	-	-	-	-	-	5.238
Subtotal				-	-	-	-	-	-	-	-	24.134
Subtotal moeda nacional				34.967	230.852	3.143.179	3.143.179	41.943	503.854	2.050.561	2.596.358	2.096.549
Total				37.787	267.804	3.383.361	3.688.952	45.076	538.513	2.310.494	2.894.083	2.551.283

## **Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos:**

### **23.1. Eletrobras – A Empresa Detém Contratos como Especificado Abaixo:**

23.1.1. Moeda Estrangeira – Com o objetivo de financiar obras do Projeto de Interligação Norte – Sul (LT Samambaia – Serra da Mesa; LT Serra da Mesa – Gurupi; LT Gurupi – Miracema); SE Gurupi e ampliação das SE Samambaia e Serra da Mesa, a Empresa obteve em 1998 junto à Eletrobras, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do *Export-Import Bank of Japan* (Eximbank), dois financiamentos, ECR 258 e ECR 261, respectivamente, equivalentes a US\$ 257.619 mil com as seguintes características:

- a) Prestações semestrais, consecutivas e iguais vencendo a primeira em 04 de abril de 2002 e a última em 04 de abril de 2018;
- b) Taxas de juros sobre saldos devedores diários, determinadas e pagas semestralmente, sendo que para o período de abril a outubro de 2010 a taxa de juros é de 4,66% a.a. para recursos do BID e de 1,92% a.a., em média, para recursos do Eximbank.
- c) Taxa de administração de 2% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre os saldos devedores, vencível a partir da assinatura dos contratos e paga nas mesmas datas dos vencimentos dos juros.

#### 23.1.2. Moeda Nacional:

23.1.2.1. Com a finalidade de expansão do sistema e suprimento de capital de giro, FURNAS detém 3 contratos de financiamentos com vencimentos finais em 30 de março de 2018 (ECF 1713), 30 de dezembro de 2018 (ECF 2506) e 30 de dezembro de 2021 (ECF 2882), com as principais premissas a seguir:

- a) parcelas mensais com o primeiro vencimento entre 30 de abril de 2003 e 30 de janeiro de 2012 e o último entre 30 de março de 2018 e 30 de dezembro de 2021;
- b) taxas de juros com vencimentos mensais, aplicadas *pro rata temporis* sobre os saldos devedores corrigidos, tendo as taxas fixas um intervalo de 5 a 7,5% a.a. e as variáveis vinculadas à Taxa de Financiamento de Longo Prazo da Eletrobras (TFE) correspondente a 6% a.a.;
- c) taxas de administração de 1 a 2% a.a. calculadas *pro rata temporis* sobre os saldos devedores corrigidos, a partir da data das assinaturas dos contratos;
- d) reajuste do saldo devedor do contrato será efetuado anualmente, de acordo com a legislação vigente, com data de aniversário em 30 de dezembro de cada ano, com base na variação *pro rata temporis* do IPCA, calculado pelo IBGE.

23.1.2.2. Contrato de Financiamento aberto com recursos da RGR para cobertura financeira dos custos diretos da execução de obras de ampliação das SE Macaé e Viana (ECF 2717), dos quais são excluídos os valores correspondentes aos custos indiretos, firmado em 30 de dezembro de 2008 com as principais premissas:

- a) o período de carência será de 24 meses contados a partir de 30 de dezembro de 2008 até 30 de dezembro de 2010;
- b) o saldo devedor será amortizado em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas com a primeira vencendo em 30 de janeiro de 2011 e a última em 30 de dezembro de 2015;
- b) taxa de juros de 5% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, com vencimento mensal e incorporada ao saldo devedor durante o período de carência;
- c) taxa de administração de 2% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente a partir de 30 de dezembro de 2008.

23.1.2.3 Contrato de Financiamento aberto com recursos da RGR para cobertura financeira de até 75% do custo global do Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Goiânia, no Estado de Goiás, a ser aplicado em custos diretos, excetuando-se materiais em estoque, mão-de-obra e transporte próprios. Foram firmados 2 contratos em 23 de abril de 2004 (ECF 2309) e 03 de julho de 2008 (ECF 2695), com as seguintes condições:

- a) o período de carência será de 24 meses contados a partir de 29 de dezembro de 2005 até 30 de dezembro de 2007 e de 7 meses contados a partir de 30 de março de 2009 até 30 de outubro de 2009, respectivamente;
- b) o saldo devedor será amortizado em 36 e 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas com as primeiras vencendo em 30 de janeiro de 2008 e 30 de novembro de 2009 e as últimas em 30 de dezembro de 2010, data em que foi integralmente quitado, e 30 de outubro de 2014;
- c) taxa de juros de 5% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, com vencimento mensal e incorporada ao saldo devedor durante o período de carência;
- d) taxa de administração de 1,5% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente.

23.1.2.4. Contrato de Financiamento aberto com recursos da RGR para cobertura financeira de até 75% do custo global do Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Jataí, no Estado de Goiás, a ser aplicado em custos diretos, excetuando-se materiais em estoque, mão-de-obra e transporte próprios (ECF 2815). O contrato foi firmado em 27 de maio de 2010, com as seguintes condições:

- a) o período de carência será de 15 meses contados a partir de 30 de dezembro de 2010 até 29 de fevereiro de 2012;
- b) o saldo devedor será amortizado em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas com a primeira vencendo em 30 de março de 2012 e a última em 28 de fevereiro de 2017;
- c) taxa de juros de 5% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, com vencimento mensal e incorporada ao saldo devedor durante o período de carência;
- d) taxa de administração de 1,5% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente.

23.1.2.5. Com a finalidade de manutenção do equilíbrio financeiro de FURNAS referente ao ano de 2009, foram abertos 2 contratos de financiamentos com vencimentos em 30 de junho de 2010 (ECF 2776) e 10 de dezembro de 2010 (ECF 2822). Na data dos respectivos vencimentos, os contratos foram aditados com as seguintes condições

- a) o período de carência será de 180 e 120 dias, respectivamente, contados a partir de 22 de dezembro de 2009 e 30 de agosto de 2010;
- b) o saldo devedor será amortizado em 240 parcelas mensais, com as primeiras vencendo em 30 de julho de 2010 e 30 de janeiro de 2011 e as últimas em 30 de junho e 30 de dezembro de 2030, respectivamente;
- c) taxa de juros calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido baseada na taxa selic acrescido de *spread* de 0,5% a.a, será incorporada ao saldo devedor durante o período de carência. A partir do fim da carência os juros serão pagos mensalmente segundo a Taxa de Financiamento de Longo Prazo da Eletrobras (TFE) correspondente a 6% a.a, calculados *pro rata temporis* sobre o novo saldo devedor corrigido. A TFE poderá ser reavaliada semestralmente, a critério da Eletrobras;
- d) taxa de administração de 1% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente, a partir de 30 de julho de 2010;
- e) reajuste do saldo devedor será efetuado anualmente, de acordo com a legislação vigente, com data de aniversário em 30 de junho de 2010, com base na variação *pro rata temporis* do IPCA, calculado pelo IBGE.

23.1.2.6. Contrato de Confissão e Repactuação de Dívida (ECF 2801) vigente entre as partes, no valor de R\$ 598.805 mil, referente ao saldo remanescente dos financiamentos com recursos ordinários relativos a renegociação de quatro contratos (ECF 1713-PARC, ECF 2624, ECF 2676 e ECF 2752), com as seguintes condições:

- a) o saldo devedor será amortizado em 240 parcelas mensais, com a primeira vencendo no dia 30 do mês subsequente à data de assinatura e a última em 30 de novembro de 2029;
- b) taxa de juros com vencimentos mensais calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido baseada na TFE correspondente a 6% a.a. A TFE poderá ser reavaliada semestralmente, a critério da Eletrobras;
- c) taxa de administração de 1% a.a. calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido, vencível mensalmente;
- d) reajuste do saldo devedor será efetuado anualmente, de acordo com a legislação vigente, na data de aniversário em 30 de novembro de cada ano, com base na variação *pro rata temporis* do IPCA, calculado pelo IBGE.

## **23.2. Instituições Financeiras**

### **23.2.1. BNDES – A dívida refere-se aos Contratos de Abertura de Crédito conforme descrito abaixo:**

23.2.1.1. BNDES-Simplício – Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, assinado em 10 de março de 2008, no valor de R\$ 1.034.410 mil, com vencimento final em 15 de julho de 2026, destinado à implantação da UHE Simplício, localizada no rio Paraíba do Sul, com as seguintes cláusulas financeiras:

- a) sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,91% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- b) o principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, sendo o vencimento da primeira em 15 de agosto de 2010 e da última em 15 de julho de 2026.

O referido contrato possui obrigações por parte da Empresa, entre elas a de manutenção de índice de capitalização mínimo de 30%. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.1.2. BNDES-Baguari – Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, assinado em 24 de junho de 2010, no valor de R\$ 60.153 mil, dividido em dois subcréditos: A) no valor de R\$ 59.022 mil com vencimento final em 15 de julho de 2026 e B) no valor de R\$ 1.131 mil com vencimento final em 15 de maio de 2018, destinado à capital de giro para aporte de FURNAS na SPE Baguari Energia S.A. Até a presente data foi liberado integralmente o subcrédito A, em 13 de julho de 2010, e R\$ 765 mil referente ao subcrédito B, em 22 de dezembro de 2010. O referido contrato tem as seguintes cláusulas financeiras:

- a) não há carência para o subcrédito A e o subcrédito B terá carência até o dia 15 de junho de 2011 contados a partir da data de liberação do crédito;
- b) o saldo devedor será amortizado em 192 e 83 parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações ainda não vencidas, com as primeiras vencendo em 15 de agosto de 2010 e 15 de julho de 2011;
- c) sobre o principal de dívida do subcrédito A incidirão juros de 2,18% a.a. acima da TJLP, e sobre o subcrédito B incidirá a TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- d) para ambos os subcréditos, quando a TJLP for superior a 6% a.a., o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência deste contrato e no vencimento ou liquidação.

O referido contrato possui obrigações por parte da Empresa, entre elas a de manutenção de índice de capitalização mínimo de 30%. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.1.3. BNDES-Batalha – Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, assinado em 31 de agosto de 2010, no valor total de R\$ 224.000 mil, dividido em dois subcréditos: A) no valor de R\$ 9.514 mil destinados a implantação do sistema de transmissão em 138 kV, circuito duplo, com cerca de 75 Km de extensão, associado à UHE Batalha localizada na bacia hidrográfica do Paraná, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG) e B) no valor de R\$ 214.486 mil destinados aos demais itens financiáveis à implantação da UHE Batalha, ambos com vencimento final em 15 de dezembro de 2025. Até a presente data foi liberado o valor de R\$ 100.000 mil referente ao subcrédito B. O referido contrato tem as seguintes cláusulas financeiras:

- a) o saldo devedor deste contrato (subcréditos A e B) será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações ainda não vencidas, com a primeira vencendo em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de dezembro de 2025;
- b) sobre o principal da dívida (subcréditos A e B) incidirão juros de 3% a.a acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- c) quando a TJLP for superior a 6% a.a, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência deste contrato e no vencimento ou liquidação.

O referido contrato possui obrigações por parte da Empresa, entre elas a de manutenção de índice de capitalização mínimo de 30%. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.2. Banco do Brasil S.A. – Refere-se a duas modalidades, abaixo descritas:

23.2.2.1. CCB – Cédulas de Créditos Bancários no valor total de R\$ 70.180 mil, tendo como emitente FURNAS, credor o Banco do Brasil S.A., e firmado conforme os dispositivos da Lei nº 10.931/2004.

R\$ Mil			
<b>Cédula</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>	<b>Assinado em</b>
CCB 001	14.10.2011	12.190	26.10.2006
CCB 002	14.10.2011	3.550	30.10.2006
CCB 003	14.10.2011	7.030	31.10.2006
CCB 004	14.10.2011	3.700	01.11.2006
CCB 005	04.11.2011	3.300	06.11.2006
CCB 006	04.11.2011	17.600	16.11.2006
CCB 008	04.11.2011	10.580	30.11.2006
CCB 012	05.12.2011	12.230	26.12.2006
<b>Total</b>		<b>70.180</b>	

Juros: CDI extragrupo, apurada pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) e vencíveis semestralmente.

23.2.2.2. Contrato de Abertura de Crédito Fixo, até o valor de R\$ 104.000 mil, firmado em 12 de março de 2007.

Sobre os saldos devedores incidirão encargos financeiros correspondentes a 104,15% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Referidos encargos serão debitados mensalmente e exigidos integralmente em 25 de outubro de cada ano, até o seu vencimento final em 25 de outubro de 2012.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, porém até 31 de dezembro de 2010 a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.2.3. Contrato de Abertura de Crédito Fixo, até o valor de R\$ 79.000 mil, firmado em 08 de outubro de 2007.

Sobre os saldos devedores incidirão encargos financeiros correspondentes à 103,2 % e da taxa média dos CDI. Referidos encargos serão debitados mensalmente e exigidos integralmente em 15 de outubro de cada ano, até o seu vencimento final em 15 de outubro de 2012.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, porém até 31 de dezembro de 2010 a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.3. Banco Pactual S.A. – Refere-se a Cédulas de Créditos Bancários no valor total de R\$ 42.470 mil, tendo como emitente FURNAS, credor o Banco Pactual S.A. e firmado de acordo com os dispositivos da Lei nº 10.931/2004.

R\$ Mil			
<b>Cédula</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>	<b>Assinado em</b>
CCB 007	04.11.2011	12.200	27.11.2006
CCB 009	04.11.2011	3.700	01.12.2006
CCB 010	05.12.2011	3.180	05.12.2006
CCB 011	05.12.2011	16.360	15.12.2006
CCB 013	05.12.2011	7.030	28.12.2006
<b>Total</b>		<b>42.470</b>	

Juros: CDI extragrupo, apurada pela CETIP e vencíveis semestralmente.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, porém até 31 de dezembro de 2010 a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

23.2.4. CEF – Instrumento Contratual de Financiamento mediante Abertura de Crédito, firmado em 19 de junho de 2007 entre FURNAS e Caixa Econômica Federal, no valor até R\$ 192.000 mil, com vencimento final em 25 de julho de 2012 e juros de 103,90% da taxa média diária dos CDI.

Os juros serão debitados mensalmente e exigidos integralmente nas seguintes datas: 25 de julho de 2008, 27 de julho de 2009, 26 de julho de 2010, 25 de julho de 2011 e 25 de julho de 2012.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, porém até 31 de dezembro de 2010 a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.



23.2.5. BASA – Contrato de abertura de crédito até R\$ 193.000 mil, firmado em 12 de fevereiro de 2008, a ser pago em parcela única em 15 de fevereiro de 2013. Sobre os saldos devedores incidirão encargos correspondentes a 101,9999% da taxa média diária dos CDI. Os referidos encargos financeiros, calculados por dias úteis, serão mensalmente, a cada data-base, acrescidos aos saldos devedores e seus pagamentos exigidos anual e integralmente, nas seguintes datas: 16 de fevereiro de 2009, 17 de fevereiro de 2010, 15 de fevereiro de 2011, 15 de fevereiro de 2012 e 15 de fevereiro de 2013.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, porém até 31 de dezembro de 2010 a Empresa não havia descumprido nenhuma de suas obrigações contratuais.

### Composição dos Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda e Indexador:

Moeda / Indexador	Individual								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	\$ mil	R\$ mil	%	\$ mil	R\$ mil	%	\$ mil	R\$ mil	%
Moeda estrangeira									
US\$	27.058	45.084	1,2	30.678	53.417	1,9	34.315	80.194	3,1
Yen	11.457.073	234.870	6,4	12.988.888	244.308	8,4	14.517.054	374.540	14,7
		279.954	7,6		297.725	10,3		454.734	17,8
Moeda nacional									
CDI		712.177	19,3		708.499	24,5		711.269	27,9
Selic		-	-		813.625	28,1		490.299	19,2
IPCA		1.439.728	39,0		-	-		-	-
TJLP		1.073.896	29,1		847.842	29,3		642.987	25,2
		3.225.801	87,4		2.369.966	81,9		1.844.555	72,3
Não Indexado		183.197	5,0		226.392	7,8		251.994	9,9
		3.408.998	92,4		2.596.358	89,7		2.096.549	82,2
<b>Total</b>		<b>3.688.952</b>	<b>100,0</b>		<b>2.894.083</b>	<b>100,0</b>		<b>2.551.283</b>	<b>100,0</b>
Moeda / Indexador	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%
Moeda estrangeira									
US\$	27,058	45.084	0,6	30,678	53.417	1,0	34,315	80.194	2,7
Yen	11.457.073	234.870	3,1	12.988.888	244.308	4,6	14.517.054	374.540	12,4
		279.954	3,7		297.725	5,6		454.734	15,1
Moeda nacional									
CDI		768.905	10,2		719.051	13,6		711.269	23,5
Selic		-	-		813.625	15,3		490.299	16,2
IPCA		1.439.728	19,1		-	-		-	-
TJLP		4.624.110	61,5		2.992.226	59,3		1.102.686	36,4
		6.832.743	90,9		4.524.902	88,2		2.304.254	76,1
Não Indexado		407.239	5,4		328.989	6,2		266.875	8,8
		7.239.982	96,3		4.853.891	94,4		2.571.129	84,9
<b>Total</b>		<b>7.519.936</b>	<b>100,0</b>		<b>5.151.616</b>	<b>100,0</b>		<b>3.025.863</b>	<b>100,0</b>

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

	Variação Anual (%)	
	2010	2009
US\$	(4,31)	(25,49)
Yen	8,99	(27,10)
IPCA	5,91	4,31

O saldo do principal dos empréstimos e financiamentos não circulantes de R\$ 3.383.361 mil (R\$ 2.310.494 mil em 2009), tem seus vencimentos assim programados:

				R\$ Mil
Vencimento	Individual			2009
	2010			
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	
2011	-	-	-	412.716
2012	529.467	36.952	566.419	582.969
2013	351.532	36.952	388.484	335.488
2014	162.659	36.952	199.611	143.185
2015	166.582	36.952	203.534	125.637
2016	167.358	36.952	204.310	113.367
Após 2016	1.765.581	55.422	1.821.003	597.132
Total	3.143.179	240.182	3.383.361	2.310.494

### Mutação dos Empréstimos e Financiamentos:

Descritivo	Individual			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>221.570</b>	<b>1.874.979</b>	<b>52.199</b>	<b>402.535</b>
Ingressos / capitalização	274.036	355.943	-	-
Encargos	199.498	-	16.063	-
Variação monetária e cambial	4	763	(13.658)	(103.791)
Transferências para o circulante	192.084	(192.084)	38.811	(38.811)
Transferências entre contas	(14.058)	10.960	-	-
Amortizações / capitalização	(327.337)	-	(55.624)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>545.797</b>	<b>2.050.561</b>	<b>37.792</b>	<b>259.933</b>
Ingressos / capitalização	217.014	578.354	-	-
Encargos	228.248	-	12.407	-
Variação monetária e cambial	-	47.738	-	18.229
Transferências para o circulante	252.232	(252.232)	37.980	(37.980)
Transferências entre contas	(724.382)	718.758	-	-
Amortizações / capitalização	(253.089)	-	(48.407)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>265.820</b>	<b>3.143.179</b>	<b>39.772</b>	<b>240.182</b>

## NOTA 24 – OUTRAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS

### Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

FURNAS, baseada na legislação civil em vigor, efetuou operações de cessão de créditos de sua titularidade, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos.

Foram criados dois fundos de Investimentos (FURNAS I e FURNAS II) com as seguintes características:

Características	FURNAS I	FURNAS II
Data de Constituição	27.09.2004	25.05.2005
Banco	Santander	Santander (líder), BB Investimentos, Itaú e Votorantim
Administrador do Fundo	Santander	BEM DTVM S.A.
Fator de atualização	Taxa Selic	Taxa Selic
Taxa de desconto	1,38% a.a.	1,80% a.a.

Ambas as cessões foram efetuadas com a coobrigação de FURNAS pelo pagamento dos direitos creditórios, nos termos do artigo 296 do Código Civil Brasileiro, sendo firmados instrumentos particulares de contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças.

As obrigações constituídas pelas captações de recursos mediante cessão de créditos, foram integralmente quitadas em maio de 2010.

Abaixo demonstramos a mutação das cessões de créditos:

	R\$ Mil	
	Individual e Consolidado	
	2010	2009
Saldo inicial	71.671	311.907
Variações monetárias	1.435	14.960
Amortizações	(73.106)	(255.196)
Saldo final	-	71.671
Circulante	-	71.671
Não circulante	-	-

## NOTA 25 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### 25.1. Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, Patrocinadora.

Em 09 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real

Grandeza ao Plano CD, o que possibilitou a adesão, a partir de 01 de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a FRG administra dois Planos de Benefícios: um na modalidade BD e outro na modalidade CD.

No período compreendido entre 01 de junho de 2002 e 31 de agosto de 2002, foi oferecida aos participantes do Plano BD, a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela SPC: um Plano Saldado, aprovado em abril de 2001, e o Plano CD, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldados e CD ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos, somente poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (a) menos (b) menos (c), onde:

- a) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2,0% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 249,10);
- b) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- c) Contribuição Complementar, igual a um percentual calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

As contribuições normais de FURNAS à FRG para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 76.217 mil (R\$ 83.788 mil em 2009) e as do Plano CD atingiram R\$ 14.196 mil (R\$ 13.124 mil em 2009).

A posição dos participantes de FURNAS nos Planos BD e CD estão abaixo demonstrados:

<b>5.1 - DADOS POPULACIONAIS</b>	<b>2010</b>		<b>2009</b>	
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano CD</b>	<b>Plano BD</b>	<b>Plano CD</b>
<b>1. Participantes Ativos</b>				
1.1. Participantes - nº	2.760	2.058	2.772	1.955
1.2. Idade Média	53,1	42,3	52,1	41,6
1.3. Serviço Creditado (total)	27,3	5,8	26,3	5,1
1.4. Tempo para Aposentadoria	6,8	18,3	6,9	18,3
1.5 Salário Médio em R\$	10.047	6.714	9.760	6.223
<b>2. Aposentados</b>				
2.1. Participantes Aposentados - nº	5.166	2	5.257	2
2.2. Idade Média	65,8	55,5	64,9	54,6
2.3. Benefício Médio em R\$	5.203	743	4.838	1.217
<b>3. Pensionistas</b>				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.771	12	1.107	10
3.2. Idade Média	65,8	47,8	62,5	45,9
3.3. Benefício Médio em R\$	1.387	1.517	1.286	1.497
<b>População Total</b>	<b>9.697</b>	<b>2.072</b>	<b>9.136</b>	<b>1.967</b>

#### 25.1.1. Termos de Compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no artigo 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, em 14 de dezembro de 2000, a Empresa celebrou com a Fundação um Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças, no valor de R\$ 619.743 mil (base 31 de dezembro de 1999), consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001, compromissos da Patrocinadora estabelecidos no Estatuto e no Regulamento do programa previdenciário, preponderantemente relativos a tempos de serviços anteriores à inscrição dos participantes na FRG. O saldo do reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 363.979 mil (R\$ 479.124 mil em 2009), dos quais R\$ 176.840 mil (R\$ 150.756 mil em 2009) classificados no passivo circulante.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de BD e atendendo à determinação da SPC, a FRG firmou com FURNAS o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348 mil, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por FURNAS, em 31.12.2010, monta a R\$ 249.151 mil (R\$ 274.210 mil em 2009), dos quais R\$ 45.159 mil (R\$ 40.448 mil em 2009) classificados no passivo circulante.

Os contratos com a FRG têm o seguinte perfil de longo prazo:

	R\$ Mil
<b>Vencimento</b>	<b>Individual e Consolidado</b>
2012	233.770
2013	49.429
2014	52.395
2015	55.537
<b>Total</b>	<b>391.131</b>

## **25.2. Outros Benefícios Pós-emprego**

### **25.2.1. Seguro de Vida**

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

### **25.2.2. Seguro-saúde**

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos em 2010, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

## **25.3. Deliberação CVM 600/2009**

A Administração da Empresa decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do “corredor” e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram e em “Outros Resultados Abrangentes”, de acordo com as orientações CPC 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS 19 do *International Accounting Standards*.

Os registros contábeis e as notas explicativas decorrentes dos cálculos atuariais na forma da Deliberação CVM nº 600/2010, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Os impactos dessa mudança estão refletidos nas demonstrações contábeis da Empresa do exercício de 2010 a partir do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, bem como nas suas notas explicativas. Os valores e as informações inseridas na presente nota já consideram os impactos acima descritos:

### 25.3.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

<b>HIPÓTESES ECONÔMICAS</b>	
Taxa anual de juro atuarial real	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,5%
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100%
<b>HIPÓTESES ATUARIAIS</b>	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light f
% de casados na data de aposentadoria	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

### 25.3.2. Planos de Benefícios em 31 de Dezembro

R\$ Mil

2010						2009					2008				
Descritivo	Plano BD	Plano CD	Saúde	Seguro	Total	Plano BD	Plano CD	Saúde	Seguro	Total	Plano BD	Plano CD	Saúde	Seguro	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>															
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício (a)	6.030.532	142.500	86.464	23.844	6.283.340	5.617.023	93.618	50.483	47.833	5.808.957	5.352.706	6.041	-	-	5.358.747
Custo do serviço (b)	54.487	394	4.264	-	59.145	51.110	29.828	-	-	80.938	50.893	1.333	-	-	52.226
Custos dos juros (c)	589.541	736	8.686	2.395	601.358	594.993	12.532	-	-	607.525	531.830	562	-	-	532.392
Benefícios pagos/adiantados	(368.706)	(1.165)	(3.455)	-	(373.326)	(349.147)	(695)	-	(2.450)	(352.292)	(328.227)	(1.123)	-	-	(329.350)
Aquisição de cotas – Plano CD	-	40.745	-	-	40.745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais (e)	116.307	-	42.315	(18.661)	139.961	116.553	7.217	35.981	(21.539)	138.212	9.820	(419)	50.483	47.833	107.717
<b>Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício (f) = (a) + (b) + (c) + (d) +</b>	<b>6.422.161</b>	<b>183.210</b>	<b>138.274</b>	<b>7.578</b>	<b>6.751.223</b>	<b>6.030.532</b>	<b>142.500</b>	<b>86.464</b>	<b>23.844</b>	<b>6.283.340</b>	<b>5.617.022</b>	<b>6.394</b>	<b>50.483</b>	<b>47.833</b>	<b>5.721.732</b>
<b>Alterações nos ativos financeiros</b>															
Valor justo dos ativos no início do exercício (g)	6.259.445	142.500	-	-	6.401.945	5.193.499	93.618	-	-	5.287.117	5.041.895	3.497	-	-	5.045.392
Retorno esperado dos investimentos (h)	582.892	-	-	-	582.892	508.534	12.532	-	-	521.066	550.662	366	-	-	551.028
Contribuições patronais (i)	76.217	14.196	-	-	90.413	83.788	13.124	-	-	96.912	256.472	777	-	-	257.249
Contribuições de participantes (j)	61.026	18.090	-	-	79.116	67.100	16.704	-	-	83.804	-	-	-	-	-
Benefícios pagos/adiantados (k)	(368.706)	(1.165)	-	-	(369.871)	(349.147)	(695)	-	-	(349.842)	(328.227)	(1.123)	-	-	(329.350)
Ganhos ou (perdas) atuariais (l)	1.005.790	-	-	-	1.005.790	755.671	7.217	-	-	762.888	(327.304)	1.809	-	-	(325.495)
Compensação de quotas (m)	-	53.680	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício (n) = (g) + (h) + (i) + (j) + (k) + (l) + (m)	7.616.664	227.301	-	-	7.843.965	6.259.445	142.500	-	-	6.401.945	5.193.498	5.326	-	-	5.198.824
<b>Estado de cobertura no final do exercício (o) = (n) – (f)</b>	<b>1.194.503</b>	<b>44.091</b>	<b>(138.274)</b>	<b>(7.578)</b>	<b>1.092.742</b>	<b>228.913</b>	<b>-</b>	<b>(86.464)</b>	<b>(23.844)</b>	<b>118.605</b>	<b>(423.524)</b>	<b>(1.068)</b>	<b>(50.483)</b>	<b>(47.833)</b>	<b>522.908</b>
Quotas a compensar – plano CD	-	(44.091)	-	-	(44.091)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida contratada entre patrocinador e plano	613.130	-	-	-	613.130	753.334	-	-	-	753.334	931.046	-	-	-	(931.046)
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	(1.194.503)	-	-	-	(1.194.503)	(228.913)	-	-	-	(228.913)	-	-	-	-	-
<b>Obrigações reconhecidas no final do exercício</b>	<b>613.130</b>	<b>-</b>	<b>138.274</b>	<b>7.578</b>	<b>758.982</b>	<b>753.334</b>	<b>-</b>	<b>86.464</b>	<b>23.844</b>	<b>863.642</b>	<b>931.046</b>	<b>-</b>	<b>50.483</b>	<b>47.833</b>	<b>1.029.362</b>
<b>Custo Periódico Líquido (resultado)</b>															
Custo do serviço líquido	(6.539)	17.696	(4.264)	-	6.893	(15.989)	13.124	-	-	(2.865)	-	-	-	-	-
Custo dos juros	589.541	(736)	(8.686)	(2.395)	577.724	594.993	12.532	-	-	607.525	-	-	-	-	-
Retorno esperado dos ativos financeiros	(582.892)	-	-	-	(582.892)	(508.534)	(12.532)	-	-	(521.066)	-	-	-	-	-
Redução dos benefícios	-	-	3.455	-	3.455	-	-	-	2.450	2.450	-	-	-	-	-
<b>Total do Custo Periódico Líquido</b>	<b>110</b>	<b>16.960</b>	<b>(9.495)</b>	<b>(2.395)</b>	<b>5.180</b>	<b>70.470</b>	<b>13.124</b>	<b>-</b>	<b>2.450</b>	<b>86.044</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



R\$ Mil

DESCRIPTIVO	Individual				Total
	Plano BD	Plano CD	Saúde	Seguro	
<b>Passivo (Ativo) no início do exercício em 2009</b>	<b>931.046</b>	<b>-</b>	<b>50.483</b>	<b>47.833</b>	<b>1.029.362</b>
Custo periódico líquido	70.470	13.124	-	(2.450)	81.144
Contribuições patronais	(83.788)	(13.124)	-	-	(96.912)
Reconhecimento dos (ganhos) ou perdas do exercício	(639.119)	-	35.981	(21.539)	(624.677)
Ajustes – complemento contrato da dívida	474.725	-	-	-	474.725
<b>Passivo total no final do exercício de 2009</b>	<b>753.334</b>	<b>-</b>	<b>86.464</b>	<b>23.844</b>	<b>863.642</b>
<b>Passivo (Ativo) no início do exercício de 2010</b>	<b>753.334</b>	<b>-</b>	<b>86.464</b>	<b>23.844</b>	<b>863.642</b>
Custo periódico líquido	110	(16.960)	9.495	2.395	(4.960)
Contribuições patronais	(76.217)	(14.196)	-	-	(90.413)
Reconhecimento dos (ganhos) ou perdas do exercício	(889.482)	-	42.315	(18.661)	(865.828)
Compensação de quotas - Plano CD	-	31.156	-	-	31.156
Ajustes – complemento contrato da dívida	825.385	-	-	-	825.385
<b>Passivo total no final do exercício de 2010</b>	<b>613.130</b>	<b>-</b>	<b>138.274</b>	<b>7.578</b>	<b>758.982</b>

## 25.3.2.1. Resumo da Movimentação

R\$ Mil			
<b>Obrigações registradas no Balanço Patrimonial</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Programa Previdenciário	613.130	753.334	931.046
Programa de Saúde	138.274	86.464	50.483
Programa de Seguro	7.578	23.844	47.833
<b>Total</b>	<b>758.982</b>	<b>863.642</b>	<b>1.029.362</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Programa Previdenciário	236.505	57.030	-
Programa de Saúde	147.768	86.464	50.483
Programa de Seguro	7.524	21.394	47.833
<b>Total</b>	<b>391.797</b>	<b>164.888</b>	<b>98.316</b>
<b>Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	
Ganhos (perdas) atuariais do exercício			
Programa Previdenciário	(179.475)	(57.030)	
Programa de Saúde	(61.305)	(35.980)	
Programa de Seguro	13.871	26.438	
<b>Total</b>	<b>(226.909)</b>	<b>(66.572)</b>	
<b>Receitas ( despesas) reconhecidas no resultado</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	
Programa Previdenciário	(110)	(70.470)	
Programa de Saúde	9.495	-	
Programa de Seguro	2.395	(2.450)	
<b>Total</b>	<b>11.780</b>	<b>(72.920)</b>	

## NOTA 26 – TRIBUTOS

### a) Impostos e Contribuições a Pagar:

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Parcelamento Especial – Paes (a.1)	730.617	808.864	798.414	730.617	808.864	798.415
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	19.423	4.175	15.560	27.088	8.429	21.504
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9.512	1.503	5.601	12.242	3.042	7.741
Imposto de Renda Retido na Fonte	26.136	27.642	80	27.336	27.642	80
PASEP/COFINS	5.577	1.712	19.650	21.931	5.264	20.352
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.146	12.272	4.558	6.177	12.273	4.558
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	32.428	26.996	25.236	32.524	27.340	25.236
Impostos retidos – Lei nº 10.833	21.706	20.397	16.596	21.706	20.397	16.596
ICMS/ISS	10.987	8.997	8.521	11.664	12.250	8.525
Outros	819	120	71	929	198	88
<b>Total</b>	<b>863.351</b>	<b>912.678</b>	<b>894.288</b>	<b>892.214</b>	<b>925.699</b>	<b>903.095</b>
Circulante	230.150	198.974	178.391	244.043	209.718	187.198
Não circulante	633.201	713.704	715.897	648.171	715.981	715.897

#### a.1) Parcelamento Especial – Paes (Lei nº 10.684/2003)

Em 01 de março de 2000, a Empresa formalizou a opção ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) com o objetivo de regularizar os débitos, junto à União, relativos ao Pasep e Cofins decorrentes, principalmente, da decisão desfavorável do julgamento, por parte da Secretaria da Receita Federal, do auto de infração, emitido em 30 de abril de 1999, relativo a fatos geradores do período de 1994 a 1998.

Contudo, em 30 de maio de 2003 por meio da Lei nº 10.684, o Governo Federal instituiu o Paes, que se destinava a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Desta forma, em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2010, está assim discriminado:

R\$ Mil	
	<b>Individual</b>
<b>Débito total consolidado incluído no Paes em 31.07.2003</b>	<b>968.789</b>
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2008	(582.183)
Atualização monetária até 31.12.2008	430.130
Crédito ILL Compensado	(7.872)
<b>Saldo total em 31.12.2009 (102 parcelas)</b>	<b>808.864</b>
Valor dos pagamentos efetuados no exercício de 2010	(108.821)
Atualização monetária no exercício de 2010	30.574
<b>Saldo total em 31.12.2010 (102 parcelas)</b>	<b>730.617</b>
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2010 (12 parcelas)	97.416
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2010 (90 parcelas)	633.201

b) Apropriação das Despesas de IRPJ e CSLL no Resultado

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstrados:

R\$ Mil				
Descritivo	31/12/2010			
	Individual		Consolidado	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro antes do IR e CSLL	968.940	968.940	976.996	976.996
Encargo total do IRPJ e CSLL	(242.235)	(87.205)	(244.249)	(87.930)
Efeito das adições permanentes e temporárias	(165.873)	(59.713)	(167.630)	(64.021)
Efeito das exclusões	184.956	65.636	189.755	67.340
Subtotal	(223.152)	(81.282)	(222.124)	(84.611)
Constituição (reversão) de créditos tributários	(21.312)	(7.673)	(25.545)	(9.195)
Efeito líquido no resultado	(244.464)	(88.955)	(247.669)	(93.806)
<b>Valor total de IR/CSLL no resultado</b>	<b>(333.419)</b>		<b>(341.475)</b>	

R\$ Mil				
Descritivo	31/12/2009			
	Individual		Consolidado	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro antes do IR e CSLL pelo societário	277.334	277.334	285.187	285.187
Encargo total do IRPJ e CSLL	(69.334)	(24.960)	(71.297)	(25.667)
Efeito das adições permanentes e temporárias	(381.496)	(137.337)	(383.241)	(137.965)
Efeito das exclusões	225.517	97.100	232.720	103.053
Subtotal	(225.313)	(65.197)	(221.818)	(60.579)
Constituição (reversão) de créditos tributários	153.953	55.424	153.763	55.354
Efeito líquido no resultado	(71.360)	(9.773)	(68.055)	(5.225)
<b>Valor total de IR/CSLL no resultado</b>	<b>(81.133)</b>		<b>(73.280)</b>	

As adições e exclusões referem-se, basicamente, à constituição e reversão de provisões.

## NOTA 27 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Folha de pagamento	39.993	33.865	30.655	39.993	33.865	30.655
Provisão de férias	33.162	36.834	31.150	34.163	37.598	31.467
Provisão de gratificação de férias	24.871	18.096	15.262	24.871	18.417	15.262
Provisão para contribuição FRG	6.463	7.265	6.223	6.463	7.265	6.223
INSS sobre provisão de férias	14.067	15.820	13.367	14.766	15.820	13.526
FGTS sobre provisão de férias	4.643	4.669	3.945	4.643	4.669	3.945
Adicional Senai sobre provisão de férias	116	110	93	116	110	93
Honorários/encargos dos administradores	234	-	-	234	-	-
Sebrae sobre provisão de férias	261	-	-	261	-	-
Provisão de verba indenizatória	-	40.835	-	-	40.835	-
Outros	-	-	-	743	349	195
<b>Total Circulante</b>	<b>123.810</b>	<b>157.494</b>	<b>100.695</b>	<b>126.253</b>	<b>158.928</b>	<b>101.366</b>

## NOTA 28 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	4.113	4.416	27.916	2.269	4.416	27.916
Ministério de Minas e Energia	2.057	2.208	14.814	1.134	2.208	14.813
Pesquisa e Desenvolvimento – projetos próprios	150.266	120.369	11.623	153.072	120.369	11.624
<b>Total</b>	<b>156.435</b>	<b>126.993</b>	<b>54.353</b>	<b>156.475</b>	<b>126.993</b>	<b>54.353</b>
Circulante	6.170	6.624	42.730	6.209	6.624	42.730
Não circulante	150.266	120.369	11.623	150.266	120.369	11.623

Nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, observado o seguinte:

I – 40% para o FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991;

II – 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e

III – 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

O montante apresentado de recursos próprios, em 2008, está líquido dos desembolsos efetuados.

Conforme o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2011 as empresas não poderão acumular na conta de projetos próprios de P&D, montante superior ao investimento obrigatório dos últimos dois anos.

## NOTA 29 – PROVISÃO PARA RISCOS COM AÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Empresa é parte envolvida em ações fiscais, trabalhistas e cíveis discutidas tanto na esfera administrativa como na judicial, que são amparadas por depósitos judiciais quando aplicável. As provisões para os riscos decorrentes destes processos são estimados e atualizados pela Administração, amparada pela opinião da Consultoria Jurídica da Empresa e de seus consultores legais externos. Para todos os processos julgados como perda provável são constituídas provisões cujo montante discriminado por tipo de risco, está listado abaixo:

Descritivo	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não Circulante						
Trabalhistas	268.901	230.551	204.841	268.908	230.555	204.841
Tributárias	94.645	89.318	83.424	94.645	89.318	83.424
Cíveis e outras (FURNAS)	194.185	158.523	121.982	194.185	158.523	121.982
Outros (Autuação Ibama – Mesa)	-	-	-	3.003	3.003	3.003
Outros (Retiro Baixo)	-	-	-	-	-	1.075
Outros (Chapecoense)	-	-	-	70	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>557.731</b>	<b>478.392</b>	<b>410.247</b>	<b>560.811</b>	<b>481.399</b>	<b>414.325</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	557.731	478.392	410.247	560.811	481.399	414.325

a) Provisão para riscos com ações trabalhistas – os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (a) adicional de periculosidade e insalubridade, (b) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria. Do saldo provisionado, destacam-se os seguintes processos:

a.1) Data-base dos engenheiros – o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R\$ 32.267 mil para a probabilidade de perda provável;

a.2) Periculosidade – diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico;

a.3) Complemento de aposentadoria – refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos.

b) Provisão para riscos com ações fiscais (tributárias) – a principal ação registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra FURNAS em 03 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil (R\$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepueram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil para R\$ 241.441 mil.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 80.842 mil, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de junho de 1996 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 165.795 mil refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

c) Provisão para riscos com ações cíveis e outras – as ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória. Do total provisionado neste grupo, vale mencionar:

c.1) ação de cobrança movida pela AES Tietê no valor estimado de R\$ 51.104 mil. FURNAS efetuou depósito no mesmo valor do qual foi liberado, pelo juízo para saque da AES, o valor de R\$ 46.458 mil. O saldo remanescente ainda está em discussão e a probabilidade perda é provável;

c.2) ação movida pela Tractebel no valor estimado de R\$ 81.542 mil cujo objeto é correção monetária de contratos iniciais cujas faturas foram liquidadas após vencimento. Probabilidade de perda provável.

Do saldo consolidado, os principais valores provisionados são elencados como segue:

a) Auto de infração lavrado contra Madeira Energia S.A.

Auto de infração lavrado pelo Instituto de Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 23 de dezembro de 2008, cujo objeto é a imposição de multa à investida *“por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho, Rondônia.”*

Em 13 de janeiro de 2009, a Madeira Energia S.A. apresentou defesa administrativa que se encontra sob análise da Superintendência do Ibama. De acordo com os advogados da investida, a expectativa é de perda possível em relação ao mérito da autuação e de perda remota em relação aos agravantes de penalidade citados no referido auto.

Em face da avaliação dos advogados em relação às chances de perda da questão, a administração da investida julgou procedente provisionar integralmente o valor do auto no montante de R\$ 7.700 mil – dos quais cabe a FURNAS, a parcela de R\$ 3.003 mil – até o pronunciamento final da autoridade competente e o consequente trânsito em julgado administrativo da decisão.

Como a defesa administrativa está sob avaliação do Ibama (RO), a referida provisão originalmente registrada no circulante foi reclassificada para o não circulante.

b) Chapecoense S.A.

Esta investida é parte de processos judiciais perante tribunais e instâncias, de natureza cível e trabalhista. A administração da investida, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

c) Retiro Baixo S.A.

O valor provisionado por esta investida refere-se a uma ação de desapropriação de moradores nas imediações da Usina Retiro Baixo.

O quadro abaixo apresenta as mutações das provisões para demandas judiciais:

Descritivo	R\$ mil	
	Individual	Consolidado
<b>Saldo em 01.01.2009</b>	<b>410.247</b>	<b>414.325</b>
Constituição de provisões	161.063	161.063
Pagamentos	(7.176)	(8.247)
Reversão de provisões	(90.395)	(90.395)
Atualização monetária	4.653	4.653
<b>Saldo em 31.12.2009</b>	<b>478.392</b>	<b>481.399</b>
Constituição de provisões	125.797	125.797
Reversão de provisões	(46.458)	(46.458)
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	<b>557.731</b>	<b>560.811</b>

Em face das causas relacionadas acima, cujos valores foram provisionados, cabe mencionar as principais ações com probabilidade de perda possível como segue:

De FURNAS:

a) Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal ajuizou uma ação contra a Associação dos Pescadores Esportivos do Estado de Goiás (Apego), em que FURNAS é citada com responsabilidade solidária, cujo objeto consiste na pretensão ajuizada pela Apego para anulação dos efeitos da Licença de Operação (LO) concedida para o empreendimento UHE Serra da Mesa, até o cumprimento das condicionantes listadas na petição inicial. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2010, está estimado em R\$ 550.000 mil e os consultores legais de FURNAS avaliam o risco de perda como possível.

b) AES Sul Distribuidora Gaucha de Energia Elétrica S.A.

A AES Sul ajuizou uma ação declaratória contra FURNAS e Aneel cujo objeto é a anulação do despacho nº 288/02, da Aneel, para que o MAE, atual CCEE, procedesse à contabilização e liquidação em seu favor, considerando as regras existentes antes da publicação do citado despacho. Em 31 de dezembro de 2010, o valor atualizado desta causa é estimado em R\$ 113.000 mil, sendo avaliada pelos consultores legais de FURNAS como de risco de perda possível.

Das investidas:

a) Enerpeixe S.A.

Com relação a esta investida é importante destacar que a Enerpeixe S.A. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. No entanto, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, esta investida não possui processos com classificação de risco provável.

Tendo em vista que a investida possui processos de naturezas trabalhista e cível em andamento cuja perda foi estimada como possível e são periodicamente reavaliados, julgou que não há motivação para constituição de provisão em suas demonstrações financeiras. Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, divulga o valor destes processos como segue: a) trabalhistas totalizam R\$ 12 mil (R\$ 78 mil em 2009), sendo julgados em 2ª instância; b) cíveis no valor de R\$ 296 mil (R\$ 296 mil em 2009), julgados em 1ª instância; e c) processos administrativos no montante de R\$ 3.731 mil.

b) Chapecoense S.A.

Esta investida possui ações de risco possível que totalizam o montante de R\$ 68.547 mil e correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas dos reservatórios das usinas da Chapecoense S.A.

Além das ações elencadas, FURNAS possui uma causa em arbitragem com Empresa Produtora de Energia Elétrica Ltda. (EPE-Cuiabá) em que esclarece:

Conforme descrito na Nota 38, a energia gerada pela UTE Mario Covas e vendida a FURNAS pela EPE-Cuiabá tornou-se indisponível dos processos de planejamento e programação efetuados pelo ONS. O montante de energia gerado pela referida usina foi excluído, pela CCEE, dos ativos que deram suporte de lastro e energia para os contratos de FURNAS. Ambas as empresas vêm discutindo o pagamento e montante de indenização em função da interrupção do fornecimento desta energia, no que se refere aos custos pela parada da usina. De acordo com a Consultoria Jurídica de FURNAS, no atual estágio do processo, não há qualquer estimativa sobre o seu desfecho e, por consequência, não foi efetuado qualquer registro nas demonstrações financeiras da Empresa.

Com relação à EPE-Cuiabá, o Despacho Aneel nº 4.332, de 20 de novembro de 2009, determinou ao ONS que considere totalmente indisponível dos processos de planejamento e programação de operação a Usina Termelétrica Mario Covas, bem como que a CCEE exclua a referida usina dos ativos que deram suporte de lastro e energia para os contratos de FURNAS.

## NOTA 30 – DEBÊNTURES

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures Madeira Energia	-	-	-	710.536	631.112	-

O Montante de R\$ 710.536 mil (R\$ 631.112 mil em 2009) refere-se a emissão de 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações pela investida Madeira Energia S.A, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OII, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, Furnas Centrais Elétricas S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A. como interveniente, além da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciária e agente debenturista.

A emissão deste título tem por objetivo captar recursos que serão destinados à capitalização da investida para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado. A dívida é atualizada pelo IPCA acrescida de juros de 6,5% a.a., e possui vencimentos em setembro de 2012 e 2013.



## NOTA 31 – USO DO BEM PÚBLICO

R\$ Mil

Empresas	Consolidado				
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	-	40.335	-	38.668	37.929
Chapecoense Geração S.A.	246.259	-	-	-	-
Enerpeixe S.A.	6.428	73.044	5.314	68.470	75.870
Retiro Baixo Energética S.A.	114	3.389	-	-	-
Serra do Facão Energia S.A.	-	612.482	-	554.009	455.823
Madeira Energia S.A. (MESA)	299	51.289	-	48.240	45.109
<b>Total</b>	<b>253.100</b>	<b>780.539</b>	<b>5.314</b>	<b>709.387</b>	<b>614.731</b>

### Chapecoense Geração S.A.

#### Contrato de Concessão

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel, desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP), o montante de R\$ 504.000 mil (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP originalmente seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreria a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, ou a partir do início da entrega de energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro. Portanto, em outubro de 2010, foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base uma ponderação da variação do IGP-M em 40% e do IPCA em 60%. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.102.358 mil. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 3.511 mil. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 612.136 mil, em 31 de dezembro de 2010.

### Serra do Facão S.A.

O Contrato de Concessão nº 129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Empresa, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público (concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª máquina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato é de R\$ 1.073.000 mil, o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do IGP-M e em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 2.267.134 mil. Os valores vêm sendo pagos, mensalmente, desde julho de 2010, e são contabilizados diretamente no resultado operacional na rubrica Uso do Bem Público (UBP).

A Administração entende que os pagamentos a título de UBP constituem obrigação inserida no contrato de concessão, paga mensalmente enquanto a concessionária estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico. Tem a característica de uma taxa ou encargo setorial, tal como diversos outros, a exemplo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

## NOTA 32 – CREDORES DIVERSOS

Descritivo	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a pagar Serra do Facão (a)	16.246	-	-	16.246	-	-
Outros – empregados	1.872	1.573	-	1.872	1.573	-
Outros – credores (b)	2.059	51.419	11.246	37.196	35.729	11.501
<b>Total</b>	<b>20.177</b>	<b>52.992</b>	<b>11.246</b>	<b>55.314</b>	<b>37.302</b>	<b>11.501</b>
Circulante	10.032	13.927	11.246	15.217	19.219	11.246
Não circulante	9.795	39.065	-	40.097	18.083	255

a) Saldo remanescente de valores a pagar – dos demais sócios que foram assumidos por FURNAS – após reestruturação societária na investida Serra do Facão Energia S.A.

b) Do saldo total consolidado de R\$ 37.196 mil, R\$ 30.047 mil referem-se a aportes de recursos realizados pelos acionistas da investida Serra do Facão Energia S.A. durante o exercício de 2010, em atendimento às solicitações de sua Administração, para desenvolvimento das atividades de construção da Usina Hidroelétrica Serra do Facão, que deverão ser capitalizados dentro do próximo exercício.

## NOTA 33 – OUTROS

Descritivo	R\$ Mil					
	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>1) Taxas regulamentares</b>						
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	45.106	48.975	30.570	45.106	48.975	30.570
Taxa de serviço de energia	1.625	1.246	1.197	1.626	1.246	1.197
Quota da Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	-	241	-	-	241
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	262	-	-	262
Quota para o PROINFA	278	112	-	279	112	-
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	30.747	27.129	20.669	30.748	27.189	20.669
Encargos do consumidor – investidas	-	-	-	10.104	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>77.756</b>	<b>77.462</b>	<b>52.939</b>	<b>87.863</b>	<b>77.523</b>	<b>52.939</b>
<b>2) Outros</b>						
Fundação Real Grandeza	21.204	11.292	8.370	21.204	11.292	8.370
Adiantamentos	6.694	11.692	11.797	6.694	11.692	11.797
Cauções em garantia	1.190	1.612	1.804	39.156	15.538	1.804
Instrumentos financeiros derivativos – Madeira S.A.	-	-	-	-	12.281	-

Descritivo	Individual			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Outros	1.125	1.922	1	7.348	43.091	21.732
Subtotal	30.213	26.518	21.972	74.402	93.894	43.703
<b>Total</b>	<b>107.969</b>	<b>103.980</b>	<b>74.911</b>	<b>161.627</b>	<b>171.417</b>	<b>96.642</b>
<b>Circulante</b>	<b>107.967</b>	<b>103.978</b>	<b>74.910</b>	<b>118.257</b>	<b>119.727</b>	<b>77.352</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>43.370</b>	<b>51.690</b>	<b>19.290</b>

A Reserva Global de Reversão destina-se a prover recursos para os casos de reversão e encampação dos serviços de energia elétrica.

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos destina-se a indenizar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal pela utilização dos territórios em que se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos reservatórios.

### NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

Descritivo	R\$ Mil		
	Quantidade de Ações		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ordinárias	50.827.935	50.710.649	50.710.649
Preferenciais	14.326.037	14.293.398	14.293.398
<b>Total</b>	<b>65.153.972</b>	<b>65.004.047</b>	<b>65.004.047</b>

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) detém 99,54% do Capital Social de FURNAS.

As ações ordinárias são nominativas com direito de voto.

As ações preferenciais são nominativas e sem direito de voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- direito de voto nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto;
- em conformidade com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, segundo a Lei das Sociedades por Ações. Do total de dividendos, destaca-se a parcela destinada às ações preferenciais (dividendo prioritário, mínimo e cumulativo de 10% sobre o capital social) e o restante, até 12% do capital social representado por ações ordinárias, a estas é destinado. Havendo saldo remanescente, ambas as espécies de ações participam em igualdade de condições.

Em 17 de agosto de 2010, foi efetuada a integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$ 31.154 mil, passando o Capital Social de R\$ 6.000.000 mil para R\$ 6.031.154 mil, com respectivo aumento em 149.925 mil na quantidade de ações, sendo 117.286 mil em ações ordinárias e 32.639 mil em ações preferenciais.

#### Composição do Patrimônio Líquido:

Descritivo	R\$ Mil		
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social	6.031.154	6.000.000	6.000.000
Reservas de capital			
Correção monetária do ativo imobilizado	103.637	103.637	103.637
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	2.181.449	2.181.449	2.181.449
Doações e subvenções para investimento – CRC	3.405.297	3.405.297	3.405.297
	5.690.383	5.690.383	5.690.383
Ajuste de avaliação patrimonial – MESA	5.434	(12.281)	-
Reservas de lucros			
Reserva legal	405.809	403.118	403.118
Retenção de lucros	1.131.512	1.131.512	1.131.512
Lucros a realizar	275.649	296.222	425.376
	1.812.970	1.830.852	1.960.006
Ajuste acumulado de conversão em coligada	(337)	(270)	-
Prejuízos acumulados	-	(581.692)	(1.069.313)
Dividendos adicionais propostos	53.783	-	253.720
Outros resultados abrangentes	(258.586)	(108.826)	(64.888)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>13.334.801</b>	<b>12.818.166</b>	<b>12.769.908</b>

A reserva de retenção de lucros é constituída com o objetivo de assegurar recursos para o plano de investimentos da Empresa.

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, na conta de ajustes de avaliação patrimonial serão classificados, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, com base em normas expedidas pela CVM. Assim, FURNAS reconheceu por reflexo, o efeito da avaliação patrimonial oriunda de operação de *hedge* na Madeira Energia S.A.

A reserva de lucros a realizar é decorrente de resultado credor de correção monetária de balanço de exercícios anteriores, sendo que a mesma está sendo realizada, no mínimo, pela depreciação e baixas do ativo imobilizado.

## NOTA 35 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Atendendo aos dispositivos contidos na Lei nº 6.404/1976, alterados pelas Leis nº 10.303/2001 e 11.638/2007, além da MP nº 449/2008, e em conformidade com o Estatuto Social, a Empresa submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, remuneração aos acionistas no montante de R\$ 71.711 mil, sob a forma de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2010, o cálculo da remuneração aos acionistas está demonstrado como segue:

	R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	635.521
Prejuízos acumulados	(581.692)
Reserva legal	(2.691)
Reserva de lucros a realizar – realização	20.573
Lucro líquido ajustado	71.711
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	17.928
Dividendo adicionais propostos	53.783
Dividendo total	71.711
Remuneração bruta por lote de mil ações preferenciais (R\$)	5,41
Remuneração bruta por lote de mil ações ordinárias (R\$)	0,00

Cabe ressaltar que para o exercício de 2009, houve prejuízo na base societária vigente à época, consequentemente não houve distribuição de dividendos.

## NOTA 36 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do IAS 18 e CPC 30 – Receita, demonstramos a seguir a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Empresa na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Empresa deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	R\$ Mil			
	<b>Individual</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Descritivo</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Receita Operacional				
Fornecimento de energia elétrica	200.190	222.372	176.556	242.689
Suprimento de energia elétrica	4.672.286	4.312.745	4.896.980	4.454.427
Energia de curto prazo	29.096	-	30.612	3.568
Receita de O & M	746.750	629.907	748.540	639.456
Remuneração financeira	1.034.543	1.003.325	1.124.829	1.011.909
Receita de construção	246.596	361.932	280.655	376.158
Outras receitas	33.653	38.293	154.786	22.231
	6.963.114	6.568.574	7.412.958	6.750.438
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita	(244.945)	(249.969)	(267.013)	(268.025)
Quota para a reserva global de reversão	(186.369)	(183.276)	(200.130)	(183.594)
Pesquisa e desenvolvimento	(64.792)	(149.028)	(67.086)	(150.451)
Outros encargos do consumidor	(17.356)	(11.832)	(17.356)	(11.832)
	(513.462)	(594.105)	(551.585)	(613.902)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.449.652</b>	<b>5.974.469</b>	<b>6.861.373</b>	<b>6.136.536</b>

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

### NOTA 37 – FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

R\$ Mil				
Descrição	Individual			
	31/12/2010		31/12/2009	
	MWh*	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Suprimento	55.210.872	4.672.286	53.565.931	4.312.745
Energia de curto prazo	-	29.096	-	-
Fornecimento industrial	1.501.060	200.190	1.627.354	222.372
<b>Total</b>	<b>56.711.932</b>	<b>4.901.572</b>	<b>55.193.285</b>	<b>4.535.117</b>

\* Informação não auditada

R\$ Mil				
Descrição	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	MWh*	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Suprimento	55.211.911	4.896.980	53.566.797	4.454.427
Energia de curto prazo	-	30.612	-	3.568
Fornecimento industrial	1.806.702	176.556	1.627.354	242.689
<b>Total</b>	<b>57.018.613</b>	<b>5.104.148</b>	<b>55.194.151</b>	<b>4.700.684</b>

\* Informação não auditada

### NOTA 38 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

R\$ Mil				
Descrição	Individual			
	31/12/2010		31/12/2009	
	MWh*	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Contratos iniciais / bilaterais	16.372.317	2.194.823	12.244.244	2.161.156
Energia de curto prazo	-	390.370	-	168.790
<b>Total</b>	<b>16.372.317</b>	<b>2.585.193</b>	<b>12.244.244</b>	<b>2.329.946</b>

\* Informação não auditada

R\$ Mil				
Descrição	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Contratos iniciais / bilaterais	16.483.728	2.161.604	12.244.244	2.181.747
Energia de curto prazo	-	390.340	-	169.891
<b>Total</b>	<b>16.483.728</b>	<b>2.551.944</b>	<b>12.244.244</b>	<b>2.351.638</b>

\* Informação não auditada

O montante de energia que é disponibilizado para venda pela Empresa é composto pela energia dos seus empreendimentos de geração própria, como também pela energia adquirida mediante contratos firmados com as empresas que se seguem: CPFL Geração S.A. (Semesa), Empresa Produtora de Energia Elétrica Ltda. (EPE-Cuiabá), Eletronuclear, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) e Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman).

Com relação à Empresa Produtora de Energia Elétrica Ltda. (EPE-Cuiabá), o Despacho Aneel nº 4.332, de 20 de novembro de 2009, determinou ao ONS que considere totalmente indisponível dos processos de planejamento e programação de operação a Usina Termelétrica Mario Covas, bem como que a CCEE exclua a referida usina dos ativos que deram suporte de lastro e energia para os contratos de FURNAS. Desta forma, FURNAS não mais comercializa a energia produzida pela EPE Cuiabá.

Especificamente no caso da Eletronuclear, as normas e diretrizes que regulamentam a aquisição de sua energia são estabelecidas pelo Decreto nº 2.655/1998, com a redação dada pelo Decreto nº 4.550, pela Portaria do MME nº 320/2004 e pela Resolução Aneel nº 400/2006. Tais instrumentos legais estabelecem que a totalidade da energia da Eletronuclear (1.475 MW médios) deve ser adquirida por FURNAS, a um preço que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da geradora nuclear.

Por sua vez, o Decreto nº 5.163/2004, no seu segundo artigo, estabeleceu, *in verbis*, que:

*“I - os agentes vendedores deverão apresentar lastro para a venda de energia e potência para garantir cem por cento dos seus contratos.*

*...*

*§1 O lastro para venda de que trata o inciso I do caput será constituído pela garantia física proporcionada por empreendimento de geração própria ou de terceiros, neste caso, mediante contratos de compra de energia ou de potência.”*

Neste sentido, FURNAS contou com a totalidade de seus recursos (empreendimentos próprios e contratos de compra) para participação nos leilões de energia existente, e, de acordo com as regras emanadas dos editais dos leilões, estabeleceu um único preço para a venda da totalidade de sua energia.

Tal preço de venda foi determinado de forma a assegurar uma margem operacional adequada para a Empresa, compatível com a situação vigente no mercado de energia elétrica.

Entretanto, cumpre assinalar que os preços contratuais adotados pela compra de energia da Eletronuclear sofreram um incremento bem acima daquele previsto, quando comparados aos preços de venda de energia praticados após sua participação no 1º leilão de energia existente, ocorrido em dezembro de 2004.

O referido aumento, dada a sua origem, foi um fato extraordinário e imprevisível, alheio ao controle de FURNAS, ocasionando uma redução de sua margem operacional.

Após gestões junto à sua Controladora Eletrobras, à Aneel e ao MME, foi editada, em 09.12.2009, a Lei nº 12.111, estabelecendo que, a partir de 2010, será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por FURNAS, da energia proveniente da Eletronuclear. De acordo com o referido ditame legal, fica autorizada a Eletronuclear a repassar

para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004 atualizada pelo IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme regulamentação.

Desta forma, o impacto referente comercialização da energia proveniente da Eletronuclear terá uma redução significativa, a partir de 2013, quando se dará a realização financeira das diferenças apuradas entre os preços praticados nos contratos de venda de energia no ambiente regulado e os estabelecidos pela Aneel para a Eletronuclear no período de 2010 a 2012.

Em 30.11.2010, a Aneel divulgou a Resolução Homologatória nº 1.091, estabelecendo a tarifa de referência para fins do cálculo do diferencial a ser repassado a FURNAS entre compra e venda de energia da Eletronuclear.

Para o exercício de 2010, foi estabelecida para FURNAS a tarifa de R\$ 115,68/MWh, em contrapartida à tarifa provisória praticada pela Eletronuclear de R\$ 137,66/MWh.

Com base na referida resolução, para o exercício de 2010, FURNAS deveria ser ressarcida, a partir de 2013, do montante de R\$ 267.823 mil. Entretanto, após a edição da Lei 12.111, não ficou estabelecido o rateio do repasse que será efetuado a Eletronuclear pelas concessionárias do serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes.

Desta forma, em função da Eletronuclear e, por consequência, FURNAS não terem condições de identificar individualmente os valores, bem como as respectivas concessionárias distribuidoras de energia responsáveis pelo repasse, não foi efetuado, em ambas as empresas, o registro contábil deste montante.

As Administrações de FURNAS e da Eletronuclear, em conjunto com sua controladora Eletrobras, vem fazendo gestões junto ao MME e à Aneel, visando a edição de uma regulamentação para a Lei 12.111/2009 que estabeleça os agentes de distribuição e energia e respectivos montantes a serem repassados.

Adicionalmente, FURNAS registrou, a título de provisão, o montante de R\$ 25.948 mil, relativo à diferença de tarifa estabelecida provisoriamente para venda de energia da Eletronuclear pela Resolução Homologatória nº 1.091/2010 (R\$ 137,66/MWh) e a estabelecida pela Resolução



Homologatória nº 916, de 08.12.2009 ( R\$ 135,63/MWh), ambas para o período compreendido entre 05 de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010.

A referida legislação ainda encontra-se pendente de regulamentação.

### NOTA 39 – CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.585.193)	(2.329.946)	(2.552.544)	(2.351.638)
Encargos de uso da rede elétrica	(435.092)	(437.366)	(444.971)	(441.125)
Custo de construção - transmissão	(246.596)	(361.932)	(275.865)	(372.701)
Custo de operação				
Pessoal	(844.229)	(848.217)	(851.694)	(851.495)
Material	(41.802)	(54.681)	(90.621)	(54.948)
Serviços de terceiros	(579.897)	(504.509)	(648.469)	( 495.741)
Combustível e água para produção de energia	(6.682)	(436)	(6.682)	(436)
Compensação financeira pela utilização de rec.	(181.935)	(163.786)	(182.269)	(167.431)
Depreciação e amortização	(221.507)	(236.471)	(255.203)	(256.170)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(19.502)	(14.947)	(19.532)	(15.335)
Impostos e taxas	(7.298)	(4.652)	(7.297)	(4.652)
<b>Total</b>	<b>(5.169.733)</b>	<b>(4.956.943)</b>	<b>(5.335.147)</b>	<b>(5.011.672)</b>

### NOTA 40 – DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ Mil	
	Individual	
	31/12/2010	31/12/2009
<b>Despesas Operacionais</b>		
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(125.797)	(161.063)
Reversão de Provisões Operacionais		
Títulos Diversos	14.130	-
RTE	18.663	-
Fundação Real Grandeza	76.107	-
Contingências	46.458	90.395
<b>Subtotal</b>	<b>155.358</b>	<b>90.395</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(68.941)	(124.033)
Provisão Atuarial – Benefícios pós-emprego	11.780	(72.920)
Participações nos Resultados	(105.338)	(76.849)
Doações	(23.439)	(17.681)
Outras Despesas		
Arrendamento e Aluguéis	(54.521)	(43.657)
Seguros	(25.170)	(135.618)
Recuperação de Despesas	10.768	19.105

	<b>Individual</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Reembolso Médico-Hospitalar e Odontológico	(13.223)	(10.959)
Gastos Diversos com Serviços Prestados	(482)	(2.242)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(8.321)	(6.552)
Despesas com estagiários	(5.385)	(5.527)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência, auxílio-doença suplementação	(12.032)	(7.049)
Diferencial Alíquotas ICMS	(8.252)	(7.623)
Indenizações Perdas e Danos	(47.612)	(15.527)
Gastos Ambientais	(157)	-
Custas Judiciais	(11.412)	(1.018)
Consumo Próprio de Energia	-	(10.352)
Diversas Despesas	(3.193)	(34.248)
<b>Subtotal</b>	<b>(178.992)</b>	<b>(250.915)</b>
Outras Despesas Investidas		
UBP Serra do Facão Energia	-	-
Custos dos Bens Construídos e Serviços Prestados – Transenergia Renovável	-	-
UBP Chapecoense	-	-
Diversas Investidas	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(335.369)</b>	<b>(613.006)</b>

Os valores contabilizados nesta rubrica no consolidado também contêm as despesas com Uso do Bem Público (USB) das empresas investidas.

#### NOTA 41 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	R\$ Mil			
	<b>Individual</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Outras Receitas</b>				
Ganhos na alienação de bens e direitos	942	602	942	797
Outras	1	3	2	3
<b>Outras Despesas</b>				
Perdas na desativação de bens e direitos	(1.087)	(443)	(1.087)	(443)
Perdas na alienação de bens e direitos	(615)	(1.941)	(626)	(1.942)
Provisões não operacionais	(12.502)	(68.649)	(12.502)	(68.649)
(-) Reversão de provisões não operacionais	321.416	-	321.416	-
Doações e contribuições não vinculadas	(4.573)	-	(4.573)	-
Outras	(40.336)	(6.130)	(45.354)	(6.130)
<b>Total</b>	<b>263.246</b>	<b>(76.558)</b>	<b>258.217</b>	<b>(76.364)</b>

Registram-se neste grupo todas as receitas e despesas que não se decorrentes das atividades normais (operacionais) da Empresa.

Conforme Nota 19, a Empresa reverteu, em 31.12.2010, parte da provisão constituída relativa ao teste de recuperabilidade de seus ativos.

## NOTA 42 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

R\$ Mil

Descritivo	Individual		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Receita Financeira</b>				
Renda de aplicações financeiras	29.742	34.275	37.242	57.033
Variação monetária e juros – créditos de energia	147.875	65.445	147.875	65.445
Variação monetária e acréscimo moratório - energia	4.213	24.501	4.241	24.501
Variação monetária e juros – empréstimos e financ.	3.288	8.730	3.751	8.730
Direito de ressarcimento do gerador – atualização	1.208	2.785	1.208	2.785
Outras variações cambiais e monetárias ativas	15.462	17.324	15.462	2.601
Outras receitas financeiras	12.301	27.945	18.425	29.955
	<b>214.089</b>	<b>181.005</b>	<b>228.204</b>	<b>191.050</b>
<b>Despesa Financeira</b>				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(169.563)	(158.090)	(250.568)	(191.084)
Encargos financeiros sobre outras obrigações	(30.574)	(110.371)	(30.574)	(110.371)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(68.337)	102.487	(68.337)	102.014
Variação monetária e acréscimo moratório – energia comprada	-	72	-	72
Amortização e perdas com participação societária	(43.483)	-	(43.483)	-
Outras variações monetárias passivas	(16.429)	(13.107)	(16.429)	(13.107)
Outras despesas financeiras	(52.946)	(81.683)	(132.854)	(117.287)
	<b>(381.332)</b>	<b>(260.692)</b>	<b>(542.245)</b>	<b>(329.763)</b>
<b>Total</b>	<b>(167.243)</b>	<b>(79.687)</b>	<b>(314.041)</b>	<b>(138.713)</b>

## NOTA 43 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foram de R\$ 28.662,14 e R\$ 1.185,72, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2010, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 30.956,74.

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos.

R\$ Mil

Descritivo	Individual		Consolidado *	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Honorários de Diretoria e Conselheiros	3.700	2.958	6.856	4.688
Salários e encargos sociais **	851	640	1.039	792
Participação nos lucros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.551</b>	<b>3.588</b>	<b>7.895</b>	<b>5.481</b>

\* Não foram informados os valores de remuneração dos administradores das empresas Centroeste de Minas, Chapecoense, Retiro Baixo, Transleste, Goiás Transmissão e MGE Transmissão.

\*\* Com exceção da empresa Serra do Facão Energia, as demais empresas apresentaram as informações relativas a remuneração de seus administradores pelo valor líquido, ou seja, sem a abertura dos valores dos encargos sociais.

## NOTA 44 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 44.1. Empresas do Grupo

													R\$ Mil	
													2010	2009
Saldos	Eletro-Acre	Eletrobras	CGTEE	CHESF	Eletrosul	Eletronorte	Ceron	Ceal	Cepisa	Eletronuclear	Itaipu	Eletropar	Total	Total
Consumidores, concessionárias e permissionárias	44	-	370	13.543	-	9.736	347	9.618	9.777	941	-	-	44.376	45.544
Fornecedores	-	-	-	(4.225)	(3.095)	(4.097)	(2)	-	-	(174.850)	-	-	(186.269)	(341.790)
Empréstimos e financiamentos captados	-	(1.902.878)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.902.878)	(1.337.742)
Contas a receber	-	230	-	30.096	10	75	-	-	-	45.426	21	21.197	97.055	55.009
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(30.096)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.096)	-
Contas a pagar	-	(5.290)	-	-	(15)	-	-	-	(3)	(135.912)	(31)	-	(141.251)	(3.320)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>44</b>	<b>(1.907.938)</b>	<b>370</b>	<b>9.318</b>	<b>(3.100)</b>	<b>5.714</b>	<b>345</b>	<b>9.618</b>	<b>9.774</b>	<b>(264.395)</b>	<b>(10)</b>	<b>21.197</b>	<b>(2.119.063)</b>	<b>(1.582.299)</b>

													R\$ Mil	
													2010	2009
Transações	Eletro-Acre	Eletrobras	CGT	CHESF	Eletrosul	Eletronorte	Ceron	Ceal	Cepisa	Eletronuclear	Itaipu	Eletropar	Total	Total
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.782.372)	-	-	(1.782.372)	(1.677.069)
Venda de Energia	-	-	-	2.212	-	-	-	70.648	75.328	-	-	-	149.288	136.135
Encargos sobre o uso da rede elétrica	-	-	-	(41.112)	(29.298)	(35.284)	-	-	-	-	-	-	(105.694)	(107.345)
Receita de uso da rede elétrica	196	-	3.537	129.233	-	91.705	1.259	4.274	5.656	8.895	-	-	244.755	239.511
Outras receitas	-	7.591	-	210	102	418	-	-	-	1.894	-	-	10.215	-
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101	-	101	-
Despesa financeira	-	(164.865)	-	(2)	(16)	(20)	-	-	-	-	-	-	(164.903)	(572)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>196</b>	<b>(157.274)</b>	<b>3.537</b>	<b>91.641</b>	<b>(29.212)</b>	<b>56.819</b>	<b>1.259</b>	<b>74.922</b>	<b>80.984</b>	<b>(1.771.583)</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>(1.648.610)</b>	<b>(1.409.340)</b>

Em atendimento à Resolução Anel nº 22, de 04.02.1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560/08, de 11.12.2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

## 44.2. Fundação Real Grandeza (FRG) e SPE

R\$ Mil									
Empresa	Ativo					Passivo			
	Contas a Receber	Consumidores e Revendedores	Dividendos a Receber	AFAC	Participação Societária Permanente	2010 Total	Fornecedor	Contas a Pagar	2010 Total
FRG	1.291	-	-	-	-	1.291	-	-	-
SPE									
Enerpeixe	895	452	8.000	-	481.020	490.367	-	-	-
Transleste	-	-	1.021	-	22.745	23.766	(29)	(93)	(122)
Transudeste	20	-	1.971	-	13.497	15.488	(18)	(58)	(76)
Transirapé	-	-	1.578	-	10.327	11.905	(10)	(40)	(50)
Centroeste	370	-	-	17.223	25	17.618	(12)	(40)	(52)
Baguari	-	-	-	82.172	-	82.172	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	50.210	56.626	106.836	-	-	-
Serra Facão Energia	53	-	-	47.677	142.881	190.611	-	(10.059)	(10.059)
Chapecoense	-	-	-	-	279.516	279.516	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	38.928	38.928	-	-	-
Inambari	479	-	-	-	5.660	6.139	-	-	-
Transenergia	12	-	-	-	39.597	39.609	-	-	-
IE Madeira	-	-	-	-	61.573	61.573	-	-	-
Transenergia São	-	-	-	-	4.537	4.537	-	-	-
Transenergia Goiás	-	-	-	-	2.768	2.768	-	-	-
MGE Transmissão	-	-	-	-	8.665	8.665	-	-	-
Goiás Transmissão	-	-	-	-	13.169	13.169	-	-	-
Brasventos Eolo	-	-	-	2.231	-	2.231	-	-	-
Brasventos	-	-	-	3.335	-	3.335	-	-	-
Rei dos Ventos	-	-	-	2.196	-	2.196	-	-	-
Subtotal	1.829	452	12.570	205.044	1.181.534	1.401.429	(69)	(10.290)	(10.359)
<b>Total 2010</b>	<b>3.120</b>	<b>452</b>	<b>12.570</b>	<b>205.044</b>	<b>1.181.534</b>	<b>1.402.720</b>	<b>(69)</b>	<b>(10.290)</b>	<b>(10.359)</b>
<b>Total 2009</b>	<b>162</b>	<b>517</b>	<b>10.880</b>	<b>-</b>	<b>1.112.480</b>	<b>1.124.039</b>	<b>(247)</b>	<b>(39.065)</b>	<b>(39.312)</b>

R\$ Mil											
Empresa	Receita					Despesa					
	Prestação de Sserviços	Uso da Rede elétrica	Financeiras	Outras	2010 Total	Encargos de Uso da Rede Elétrica	Financeiras	Aluguel	Compra de Energia	Serviços de Terceiros	2010 Total
FRG	-	-	-	155	155	-	(98.490)	(133.631)	-	(14.576)	(246.697)
SPE											
Enerpeixe	6.581	4.319	47.321	-	58.221	-	-	-	-	-	-
Transleste	-	-	4.298	-	4.298	(1.010)	-	-	-	-	(1.010)
Transudeste	115	-	2.449	-	2.564	(626)	-	-	-	-	(626)
Transirapé	-	-	1.796	-	1.796	(426)	-	-	-	-	(426)
Centroeste	360	-	-	-	360	(247)	-	-	-	-	(247)
Baguari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	4.431	-	600	-	5.031	-	-	-	-	-	-
Serra Facão	1.578	-	(40.334)	-	(38.756)	-	-	-	(59.690)	-	(59.690)
Chapecoense	-	-	(6.287)	-	(6.287)	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia	-	-	(79.733)	-	(79.733)	-	-	-	-	-	-
Inambari	1.008	-	(1.076)	-	(68)	-	-	-	-	-	-
Transenergia	251	-	(926)	-	(675)	-	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	2.065	-	2.065	-	-	-	-	-	-
Transenergia São	-	-	(50)	-	(50)	-	-	-	-	-	-
Transenergia	-	-	(87)	-	(87)	-	-	-	-	-	-
MGE	-	-	(562)	-	(562)	-	-	-	-	-	-
Goiás	-	-	(1.087)	-	(1.087)	-	-	-	-	-	-
Brasventos Eolo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rei dos Ventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.324	4.319	(71.613)	-	(52.970)	(2.309)	-	-	(59.690)	-	(61.999)
Total 2010	14.324	4.319	(71.613)	155	(52.815)	(2.309)	(98.490)	(133.631)	(59.690)	(14.576)	(308.696)
Total 2009	18.970	4.343	20.698	-	44.011	(2.311)	-	-	-	-	-

## NOTA 45 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 45. Gestão de Recursos

#### 45.1. Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar sua estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2010, a estratégia da Empresa foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 25 % e 35% e uma classificação de crédito de longo prazo acima de AA+(bra). Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	R\$ Mil	
<b>Descritivo</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Encargos de empréstimos e financiamentos	45.905	46.308
Empréstimos e financiamentos	7.474.029	5.105.308
Outras captações	-	71.671
Total de empréstimos (Nota 23)	7.519.934	5.223.287
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(478.504)	(468.329)
Dívida líquida	7.041.430	4.754.958
Total do patrimônio líquido	13.334.801	12.818.166
<b>Total do capital</b>	<b>20.376.231</b>	<b>17.573.124</b>
Índice de alavancagem financeira	34,56%	27,06%

Vale mencionar que o incremento no índice de alavancagem financeira é decorrente principalmente:

- do endividamentos das SPE, principalmente, a Madeira Energia S.A. (MESA), que estão em fase de construção de seus empreendimentos;
- do aumento do endividamento de FURNAS que captou mais em 2010, em função do seu programa de expansão de investimentos.

## 45.2. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

### 45.2.1. Ativos Financeiros Classificados nas Seguintes Categorias:

- caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados a valor de mercado, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde a contas bancárias à vista e fundo fixo de caixa;
- títulos e valores mobiliários: são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável;
- consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização;
- créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização;
- financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do Setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

Abaixo, a composição dos ativos financeiros de FURNAS consolidado:

<b>Descritivo</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	478.504	468.329
Aplicações financeiras (Nota 8)	540.072	356.318
Consumidores e revendedores (Nota 9)	786.404	742.463
Empréstimos concedidos (Nota 10)	13.109	68.382
Créditos renegociados (Nota 11)	745.759	780.105
Título e valores mobiliários (Nota 15)	1.548	1.452
Ativo financeiro indenizável – concessão (Nota 17)	5.146.170	5.159.612
Ativo financeiro – amortização da RAP (Nota 17)	2.210.120	2.574.273
<b>Total</b>	<b>9.921.686</b>	<b>10.150.934</b>



Em 31 de dezembro de 2010, FURNAS mantinha 5 contratos concedidos de empréstimos e refinanciamentos (6 em 31 de dezembro de 2009), totalizando R\$ 758.868 mil (R\$ 848.487 mil em 31 de dezembro de 2009), como segue:

				R\$ Mil			
Moeda	\$ Mil	%	31/12/2010	Moeda	\$ Mil	%	31/12/2009
Real	-	27,23	206.620	Real	-	31,26	265.209
IGP-M	66.120.585	72,77	552.248	IGP-M	66.120.585	68,74	583.278
<b>Total</b>		<b>100,00</b>	<b>758.868</b>	<b>Total</b>		<b>100,00</b>	<b>848.487</b>

Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havia instrumentos financeiros derivativos na carteira de FURNAS. No quadro consolidado, somente existiam referidos instrumentos para sua investida Madeira Energia S.A. (MESA) conforme abaixo demonstrado:

### **Instrumentos Financeiros (Madeira Energia S.A. – Mesa)**

#### **Derivativos**

##### **I. Gerenciamento de Riscos**

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes, principalmente, das variações do IGP-M e da variação cambial do Euro. Os principais riscos que a investida pretende reduzir são sobre o fluxo de caixa, regulando as principais exposições de riscos financeiros oriundos do descasamento de usos e fontes, como: de preço de commodities; de indexadores de preços na composição de ativos e passivos; de escolha de instrumentos de mitigação; e de crédito.

A atividade de gestão de risco é regida por uma Política de Gestão de Riscos (Política) devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade da Diretoria Financeira que é composta por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como Tesouraria, Planejamento Financeiro, Fiscal e Contabilidade. A Política define todas as características das atividades de gestão de risco, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites e critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez.

O objetivo da gestão de riscos é a proteção do fluxo de caixa da Controlada visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos de investimento e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição da Controlada.

A estratégia da Controlada se baseia na utilização de instrumentos financeiros derivativos para a mitigação dos riscos de mercado considerados relevantes. A utilização destes instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições.

A Controlada monitora e avalia seus contratos derivativos periodicamente e ajusta a sua estratégia de acordo com as condições de mercado. A contratação de instrumentos financeiros derivativos é realizada com o intuito de proteção dos ativos e patrimônio dos acionistas e, portanto, não são mantidas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

## II. Exposição a Riscos de Taxas de Câmbio

Parte dos equipamentos que serão utilizados para a montagem da planta da UHE Santo Antônio são adquiridos com base na cotação do Euro. Assim, a flutuação da cotação da moeda frente ao Real expõe a Controlada a um risco de fluxo de caixa.

Descrição	Vencimento		Total
	2011	2012	
Valor Justo	316	122	438
Valor Nominal	8.369	1.396	9.765

## III. Exposição a Riscos de Índices Gerais de Preços

Atualmente a Controlada está exposta ao risco de que uma variação nos Índices Gerais de Preços (IGP-M) cause aumento nos seus investimentos futuros através da correção por indexadores, no pagamento do contrato firmado para a contratação da UHE Santo Antônio.

Para a proteção dos valores que impactam o fluxo de caixa de investimentos, a Administração concluiu que é possível mitigar parte dos riscos de juros incluídos sobre os fluxos de pagamentos através de um *swap* efetuado com uma instituição financeira de primeira linha no Brasil. Para isso, através de modelos estatísticos, verificou-se que o derivativo contratado é altamente correlacionado com a variação do IGP-M. O *swap* de IGP-M foi feito no montante de R\$ 1.200.000, contra taxa pré-fixada de 5,86% ao ano, compreendendo 36 fluxos mensais, iniciando em janeiro de 2010 e com vencimento em dezembro de 2012.

A Controlada classifica este derivativo como “*hedge* de fluxo de caixa” para efeito de contabilização, apresentado o valor justo no ativo ou no passivo e reconhecendo as variações de valor justo dos *hedges* efetivos no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”. Na data de competência de cada fluxo “*hedgeado*”, os respectivos saldos nessa conta são baixados com contrapartida em um ajuste do valor de reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não financeiro, cujo reconhecimento é causado pela transação (*basis adjustment*).

Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo do contrato em aberto apresenta ganho de R\$ 22.354 (31 de dezembro de 2009 – perda de R\$ 31.490), registrada a débito da rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo circulante, tendo como contrapartida a conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e seus efeitos tributários registrados na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Efetuamos os cálculos de efetividade retrospectivos e prospectivos, adotando para os testes prospectivos cenário de choque nas taxas de DI x IGP-M. A seguir demonstramos o impacto financeiro previsto conforme expectativa de desembolso:

Descrição	Vencimento		
	2011	2012	Total
Valor Justo	10.057	12.297	22.354
Valor Nominal	341.178	481.862	823.040

#### IV. Exposição a Riscos de Crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de riscos de crédito residem principalmente, nas contas correntes bancárias, investimentos e instrumentos financeiros derivativos, onde a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira.

Visando gerenciar este risco, a Companhia e sua Controlada mantêm operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agência internacionais como *Fitch Rating*, *Standard & Poor's* e *Moody's Investor* e, devidamente, aprovadas pelo Conselho de Administração, através da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2010, o risco de crédito sobre instrumentos financeiros derivativos em aberto por contraparte é como segue:

Contraparte	31 de dezembro de 2010
Santander	22.354
Deutsche Bank	438
	22.792

#### V. Demonstrativo de Valores dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, o portfólio de derivativos da Controlada pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Índices Gerais de Preços	Un.	Valor de Referência (Nacional)	Valor Justo
		2010	2010
Posição ativa – IGP-M	R\$	823.039	856.377
Posição passiva – 5,86% pré-fixada	R\$	823.039	834.023
Preço futuro do Euro	R\$	9.765	438

Operação	Fator de Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (**)	Cenário Remoto (**)
Swap Posição Ativa – IGP-M	Alta na curva do IGP-M	22.354	8.858	(4.154)
Swap Posição Passiva – Pré-fixada	Queda na curva pré-fixada	22.354	(3.530)	(31.317)
Opção – posição titular compra	Queda no preço do Euro	438	56	

(\*) Para definição do cenário provável foram considerados os dados de mercado em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não existem diferenças com relação ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

(\*\*) Os cenários adversos, possível e remoto para o IGP-M, para a curva de pré-fixado e para o preço do Euro, foram considerados, respectivamente, uma variação de 25% e 50% em relação ao seu nível final na database conforme fator de risco.”

#### 45.2.2. Passivos Financeiros Classificados nas Seguintes Categorias:

- fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado;
- empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras e a *holding* Eletrobras. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os empréstimos e financiamentos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Empresa finalizou o exercício de 2010 com 33 contratos passivos, entre empréstimos e financiamentos, que totalizam R\$ 4.302.082 mil (R\$ 3.647.418 mil em 31 de dezembro de 2009 com 29 contratos passivos), conforme demonstrado a seguir:

Moeda / Indexador	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%
Moeda estrangeira									
US\$	27,058	45.084	0,6	30,678	53.417	1,0	34,315	80.194	2,7
Yen	11.457.073	234.870	3,1	12.988.888	244.308	4,6	14.517.054	374.540	12,4
		279.954	3,7		297.725	5,6		454.734	15,1
Moeda nacional									
CDI		768.905	10,2		719.051	13,6		711.269	23,5
Selic		-	-		813.625	15,3		490.299	16,2
IPCA		1.439.728	19,1		-	-		-	-
TJLP		4.624.110	61,5		2.992.226	59,3		1.102.686	36,4
		6.832.743	90,9		4.524.902	88,2		2.304.254	76,1
Não Indexado		407.239	5,4		328.989	6,2		266.875	8,8
		7.239.982	96,3		4.853.891	94,4		2.571.129	84,9
<b>Total</b>		<b>7.519.936</b>	<b>100,0</b>		<b>5.151.616</b>	<b>100,0</b>		<b>3.025.863</b>	<b>100,0</b>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos de FURNAS consolidado por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descritivo	R\$ Mil				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>312.091</b>	<b>855.953</b>	<b>1.030.137</b>	<b>5.321.755</b>	<b>7.519.936</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	312.091	855.953	1.030.137	5.321.755	7.519.936
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>585.589</b>	<b>548.971</b>	<b>1.279.423</b>	<b>2.739.633</b>	<b>5.151.616</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	585.589	548.971	1.279.423	2.739.633	5.151.616
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-	-

<b>Descritivo</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Garantias financeiras	-	-	-	-	-
<b>Em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>273.769</b>	<b>966.530</b>	<b>1.231.720</b>	<b>553.845</b>	<b>3.025.863</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	273.769	966.530	1.231.720	553.845	3.025.863
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2010, FURNAS consolidado apresentava, principalmente, a seguinte composição de passivo financeiro:

<b>Descritivo</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Fornecedores (Nota 22)	1.026.132	723.764
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	7.519.934	5.151.616
Outras captações (Nota 24)	-	71.671
<b>Total</b>	<b>8.546.066</b>	<b>5.947.051</b>

### **45.3. Gestão de Riscos Financeiros:**

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

#### **45.3.1. Risco de Taxa de Câmbio**

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

De FURNAS consolidado:

a) a investida IE Madeira possui contratos em moedas estrangeiras para aquisição de alumínio e importações de equipamentos. Para a aquisição de alumínio às empresas fornecedoras contrataram o *Hedge da Commodity*, conforme previsto nos contratos celebrados com a IE Madeira;

b) como parte dos equipamentos que serão utilizados na montagem da planta da UHE Santo Antônio são adquiridos com base na cotação do Euro, a flutuação da cotação da moeda frente ao Real expõe a MESA a um risco de fluxo de caixa. (Vide item II, pag. 132).

### 45.3.2. Risco de Taxa de Juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Este risco é oriundo da possibilidade da Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Empresa.

FURNAS não identifica, entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2010, a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

Quanto as suas investidas, cabe destacar:

- a) IE Madeira – as receitas RAP desta investida a serem obtidas a partir da entrada em operação, são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela Aneel, pela variação do IPCA no mês de julho de cada ano, tendo como data de referência inicial 26 de novembro de 2008.
- b) MESA – está exposta ao risco de que uma variação nos IGP-M cause um aumento nos seus investimentos futuros mediante a correção por indexadores, no pagamento do contrato firmado para a contratação da UHE Santo Antônio. (Vide item III, pág. 133)

### 45.3.3. Risco de *Commodities*

A investida IE Madeira para aquisição de alumínio às empresas fornecedoras contrataram o *Hedge da Commodity* que estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

### 45.3.4. Risco de Crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa e suas investidas de controle compartilhado atuam nos mercados de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto, na sua totalidade, por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Quanto a sua investida MESA, vide item IV, pag. 133.

### 45.3.5. Risco de Liquidez

As necessidades de liquidez da Empresa são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

### 45.4. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

A tabela, abaixo, apresenta os ativos e passivos consolidados da Empresa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010:

Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo	540.072			540.072
Títulos patrimoniais	1.548			1.548
Derivativos usados para <i>hedge</i>		8.889		8.889
Créditos refinanciados		758.868		758.868
<b>Total do Ativo</b>	<b>541.620</b>	<b>767.757</b>	<b>-</b>	<b>1.309.377</b>
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	8.230.470	-	8.230.470
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>8.230.470</b>	<b>-</b>	<b>8.230.470</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Empresa é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## NOTA 46 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Vigência		Individual
	Início	Término	R\$ Mil
			Importância Segurada Prêmio
Riscos Operacionais ( <i>All risks</i> ) – FURNAS	26.08.2009	26.02.2011	17.656.210 17.998
Riscos de Engenharia – AHE Simplício	29.06.2007	17.12.2011	691.715 6.509
Riscos de Engenharia – AHE Batalha	03.02.2009	05.12.2011	206.554 4.460
Risco de garantia	28.04.2010	20.10.2011	32.191 200
Risco de garantia	27.01.2009	27.01.2011	8.200 56
Risco de garantia	26.02.2009	26.05.2012	109.500 304
Risco de garantia	26.02.2009	26.07.2013	99.900 377
Risco de garantia	23.04.2009	13.01.2011	26.000 71
Risco de garantia	30.04.2010	18.07.2012	31.000 134



Riscos	Vigência			Individual
			Importância	R\$ Mil
	Início	Término	Segurada	Prêmio
Risco de garantia	01.10.2010	01.10.2011	10.292	55
Risco de garantia	31.07.2010	31.07.2011	3.787	47
Riscos diversos – AHE Simplício	01.08.2008	31.08.2011	97.040	1.883
Responsabilidade Civil – AHE Simplício	01.05.2007	17.12.2011	20.400	990
Responsabilidade Civil – UHE Batalha	01.02.2009	05.12.2011	30.000	1.413
Aeronáutico	07.07.2010	03.01.2011	5.763	76
Transportes Nacional e Internacional:				
a) Aéreo; Interestadual; Internacional/Importação				
Exportação	02.09.2008	31.01.2011	105.823	26
b) Perímetro urbano/Operação isolada	30.01.2009	31.01.2011	13.242	2
Subtotal			19.147.617	34.601
Veículos	18.07.2010	18.07.2011	50 por carro, por RC	145
<b>Total</b>				<b>34.746</b>

**Riscos Operacionais:** cobertura de seguro que abrange a totalidade dos bens pertencentes a uma empresa contra danos materiais de causas internas e externas, além de cobrir também as perdas econômicas decorrentes. Dessa forma, o seguro é elaborado de acordo com a exposição dos riscos e com danos prováveis calculados. Em FURNAS, este seguro abrange cobertura para quebra de máquinas e danos ambientais (despesas de descontaminação decorrentes de vazamento de óleo) e, como bens segurados incluem-se os estoque nos almoxarifados; prédio e conteúdo nos Escritórios; equipamentos elétricos e de telecomunicações nas Estações de Telecomunicações; prédio e conteúdo dos Centros de Operação do Sistema Elétrico; prédio e conteúdo dos laboratórios, além de todos os equipamentos em operação nas UHE e SE; exclui da cobertura de FURNAS: barragens, linhas de transmissão e torres dentre outros previstos na apólice.

**Risco de Garantia:** cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (*Bid Bond*) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (*Performance Bond*) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais; (d) Adiantamentos de Pagamento (*Advanced Payment Bond*) – visa garantir os adiantamentos de pagamentos liberados pelo Contratante, sem a contrapartida imediata de fornecimento, obras e serviços."

**Aeronáutico:** cobertura para prejuízos sofridos pela aeronave de propriedade de FURNAS e se subdivide em: Casco, que trata da aeronave, motores, célula, etc.; e Reta que trata de prejuízos causados a terceiros como passageiros, carga, tripulação, pessoas e bens no solo (este seguro é obrigatório).

**Riscos Diversos** – neste caso específico, cobre os equipamentos móveis e estacionários nos canteiros de obras e/ou locais de trabalho e guarda da UHE Simplício, devidamente indicados na apólice bem como a movimentação entre canteiros ou locais, por autopropulsão ou qualquer meio de transporte adequado.

**Responsabilidade Civil:** cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente. Neste caso, a cobertura é para as obras civis e serviços de instalação e montagem da UHE Simplício.

**Riscos de Engenharia:** este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de Engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Civis em Construção, Quebra de Máquinas (computadores e equipamentos de Informática também estão incluídos), etc. Neste caso, a cobertura é para obras civis e serviços de instalação e montagem da UHE Simplício.

**Transportes Nacionais e Internacionais:** cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal, etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Além dos seguros acima listados, cabe informar que FURNAS é intermediária junto a Mapfre Brasil Seguros nas apólices – com vigência de 30/04/2010 até 30/04/2011, com coparticipação de seus colaboradores – abaixo indicada:

Descritivo	Vida em Grupo	Acidentes Pessoais Coletivo
Segurados	Diretor-presidente, demais diretores e empregados da Empresa	Diretor-presidente, demais diretores e empregados da Empresa, incluídos estagiários e trainandos
Importância segurada	R\$ 1.120.408 mil x taxa média mensal de 0,2761% (por mil)	R\$ 3.377 mil x taxa média mensal de 0,125% (por mil)
Valor do prêmio	R\$ 309.344,90	R\$ 422,10

#### NOTA 47 - PARTICIPAÇÃO EM LEILÕES PÚBLICOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Dando prosseguimento a sua política de expansão, FURNAS tem participado de diversos leilões dos quais foi vitoriosa:

- em 24 de novembro de 2008, através do consórcio Transenergia Renovável (FURNAS - 49%; Delta Construções S/A - 25,50% e Fuad Rassi Engenharia, Indústria e Comércio Ltda - 25,50%), em que arrematou no leilão promovido pela Aneel, um lote para a construção e operação de três linhas de transmissão: Chapadão - Jataí; Barra dos Coqueiros - Quirinópolis e Palmeiras – Edéia; totalizando 635 km entre Goiás e Mato Grosso do Sul.
- Em 26 de novembro de 2008, pelo consórcio Madeira Transmissão, composto por FURNAS (21,5%), Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP (51%) e CHESF (21,5%), em que ganhou a outorga para construir e operar a linha Porto Velho – Araraquara (linhão do Madeira), com 2.375 km de extensão, cortando cinco estados. O valor do deságio foi de 0,21%, o que corresponde à RAP de R\$ 176.249 mil. Esse consórcio também conquistou o lote F do leilão, com RAP de R\$ 151.788 mil, o que corresponde a um deságio de 9,99%. O lote prevê a construção de uma estação retificadora (3.150 MW) e uma inversora (2.950 MW);

- Em 2009, FURNAS intensificou seus estudos estratégicos para os leilões de geração e transmissão, de inventário e viabilidade de novos aproveitamentos. Como consequência, venceu vários lotes ofertados nos dois leilões de transmissão, significando a implementação e incorporação, em parceria ou isoladamente, de aproximadamente 800 km de novas linhas e quatro novas subestações ao seu sistema. As vitórias de FURNAS nestes leilões estão listadas como segue:

LOTE	OBJETO	VENCEDOR
<b>LEILÃO Nº 001/2009</b>		
G	SE Itatiba, 500 kV	Consórcio Concessionária Transenergia São Paulo S.A. composto por: <ul style="list-style-type: none"> <li>FURNAS (49%)</li> <li>J. Malucelli (25,5%)</li> </ul>
K	LT Serra da Mesa - Niquelândia, LT Niquelândia - Barro Alto, ambas de 230 kV	Consórcio Concessionária Transenergia Goiás S.A. composto por: <ul style="list-style-type: none"> <li>FURNAS (49%)</li> <li>J. Malucelli (25,5%)</li> <li>Delta Construções S.A. (25,5%)</li> </ul>
<b>LEILÃO Nº 005/2009</b>		
A	LT Rio Verde Norte - Trindade, circuito duplo, em 500 kV LT Trindade - Xavantes, circuito duplo, em 230 kV LT Trindade - Carajás, circuito simples, em 230 kV SE Trindade, 500/230 kV	Consórcio Goiás - SPE em constituição, composto por: <ul style="list-style-type: none"> <li>FURNAS (49%)</li> <li>J. Malucelli (31%)</li> <li>Engevix (20%)</li> </ul>
G	LT Mesquita - Viana 2, em 500 kV LT Viana 2 - Viana, em 345 kV SE Viana 2, em 500/345 kV	Consórcio MGE - SPE em constituição, composto por: <ul style="list-style-type: none"> <li>FURNAS (49%)</li> <li>J. Malucelli (20%)</li> <li>Engevix (31%)</li> </ul>
E	LT Mascarenhas - Linhares, em 230 kV SE Linhares, 230/138 kV	100% FURNAS

Em 17 de dezembro de 2010, FURNAS por meio do consórcio Teles Pires Energia Eficiente – que é formado por Neoenergia (50,1%), FURNAS (24,5%), Eletrobras Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) –, arrematou a concessão da UHE Teles Pires (MT), de 1.820 MW, com um lance de R\$ 58,36/MWh, com deságio de 33% em relação ao preço de referência, de R\$ 87/MWh.

A UHE Teles Pires poderá ser construída em 46 meses, período esse que engloba desde o início da obra até a operação plena da Usina, conforme o relatório de impacto ambiental do empreendimento. Cabe ressaltar, que esse tempo é recorde para usinas desse porte pois contará com seis turbinas Francis, de 303,33 MW de potência cada, e sendo uma usina, a fio d'água, terá energia firme de 978,6 MW médios, o que permitiria abastecer sozinha uma cidade como o Rio de Janeiro.

Segundo o relatório de impacto ambiental da hidrelétrica, desenvolvido pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) e consórcio Leme/Concremat, o empreendimento terá impactos diretos na vegetação e na fauna onde será construída a Usina. Os danos, porém, serão compensados por meio da constituição de uma área de preservação permanente, no entorno do reservatório, de 152 km².

O projeto situa-se em uma região de baixa ocupação humana. Serão afetados diretamente apenas 23 dos 775 lotes do assentamento São Pedro, do Incra.

O investimento previsto é de cerca de R\$ 3 bilhões e estima-se que no pico das obras, estarão trabalhando 10 mil pessoas no empreendimento.

#### **NOTA 48 – PRINCIPAIS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM TREINAMENTO E BENEFÍCIOS DIVERSOS (NÃO AUDITADO)**

Em 31 de dezembro de 2010, do montante de custos e despesas operacionais consolidados no valor de R\$ 5.716.032 mil (R\$ 5.564.833 mil em 2009), FURNAS possui R\$ 5.399.764 mil (R\$ 5.483.918 em 2009). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais lista os principais:

<b>Descritivo</b>	R\$ Mil	
	<b>Individual</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Remuneração	541.450	490.854
Encargos sociais	222.776	201.903
Auxílio alimentação	49.101	38.695
Convênio assistencial e outros benefícios	47.054	201.612
Previdência privada	16.928	14.627
Saúde	95.339	86.717
Segurança e saúde no trabalho	8.126	8.040
Educação	2.786	2.896
Cultura	1.588	1.986
Capacitação e desenvolvimento profissional	14.165	18.157
Creches ou auxílio creche	9.165	5.673
Provisão gratificação	58.491	57.211
Indenizações trabalhistas (constitucional)	49.652	119.294
(-) transferências para imobilizado em curso *	-	(187.598)
(-) consumo de atividades **	(61.065)	-
Mão de obra contratada	221.628	157.860
Hospedagem e alimentação no País	19.334	23.656
Consultorias	28.056	20.261
Serviço de segurança e vigilância	18.014	18.875
<b>Total</b>	<b>1.342.588</b>	<b>1.280.719</b>

\* Todos os gastos diretos e indiretos que estão relacionados a construção do ativo imobilizado são alocados, em sua totalidade, ao resultado e, então transferidos para o imobilizado.

\*\* Valores transferidos de custo para investimento.

## NOTA 49 - QUESTÕES AMBIENTAIS (NÃO AUDITADA)

FURNAS, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do PAC e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

É tão forte esse comprometimento que se expressa em sua visão: “ser Empresa de excelência no ciclo de energia elétrica contribuindo para o bem-estar da sociedade, o desenvolvimento tecnológico do País e a conservação do meio ambiente”.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Afim de atender suas metas estratégicas relacionadas às ações de proteção, monitoramento, recuperação ou compensação dos impactos sócio-ambientais e a legislação ambiental vigente, foram feitos investimentos e gastos com projetos e estudos detalhados como seguem:

R\$ Mil			
Descriativo	Individual		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa</b>			
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	22.687	13.882	12.260
2) Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	64	1
<b>Subtotal</b>	<b>22.687</b>	<b>13.946</b>	<b>12.261</b>
<b>B – Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>			
3) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	31.747	26.719	25.864
4) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	348	2.913	3.055
5) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	7.187	3.927	3.568
<b>Subtotal</b>	<b>39.282</b>	<b>33.559</b>	<b>32.487</b>
<b>C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)</b>	<b>61.969</b>	<b>47.505</b>	<b>44.748</b>

Referidos gastos encontram-se registrados nas despesas operacionais.

## NOTA 50 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2011, a Aneel confirmou a multa emitida pela área de fiscalização da Agência pela qual FURNAS é responsabilizada pelo blecaute de 10 de novembro de 2009. Em março de 2010, a área técnica recomendou multa de R\$ R\$ 53.734 mil, mas após análise do recurso da Empresa, a diretoria entendeu que três das não-conformidades deveriam ser agrupadas por se tratarem de problemas similares, relativos à recomposição da carga, o que reduziu a penalidade para R\$ 44.059 mil. Sendo assim, este valor refere-se ao desligamento do sistema, a demora na recomposição da carga, a falhas de manutenção e o descumprimento de procedimento de rede. FURNAS, por entender que não tem responsabilidade sobre o fato, continua a recorrer da sentença proferida.

Em abril de 2011, a *Fitch Ratings* elevou o *rating* de FURNAS, como segue: a) IDR (*Issuer Default Ratings* – *ratings* de probabilidade de inadimplência do emissor) em Moeda Estrangeira elevado para “BBB”, de “BBB-”; b) IDR em Moeda Local elevado para “BBB”, de “BBB-”; e c) *Rating* Nacional de Longo Prazo elevado para “AAA (bra)”, de “AA+(bra)”. Vale ressaltar, que a perspectiva destes *ratings* é estável.

### DIRETORIA EXECUTIVA

Flavio Decat de Moura  
Diretor-Presidente

Cesar Ribeiro Zani  
Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia

Luís Fernando Paroli Santos  
Diretor de Gestão Corporativa

Luiz Henrique Hamann  
Diretor Financeiro

Márcio Antônio Arantes Porto  
Diretor de Construção

Mário Márcio Rogar  
Diretor de Engenharia

José Luiz Oliveira de Aguiar  
Superintendente de Contabilidade e de Controle  
CRC – RJ 026.157/O-5 – Contador

Milton Ronaldo Uryn  
Departamento de Contabilidade  
CRC – RJ 053.486/O-0 – Contador

**16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

**16.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL**

<b>QUADRO B.4.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL</b>				
<b>UJ COMO INVESTIDA</b>				
<b>Denominação completa</b>				
FURNAS Centrais Elétricas S.A.				
<b>Ações Ordinárias (%)</b>				
	<b>ACIONISTAS</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Governo</b>	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	77,870459	77,870459	77,871286
	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)	0,117805	0,117805	0,117534
	Fundos de Pensão			
	Fundação de Seguridade Social – Ceres	0,022411	0,022411	0,022359
	<b>% Governo</b>	<b>78,010675</b>	<b>78,010675</b>	<b>78,011179</b>
<b>Free Float</b>	Pessoas Físicas	0,000824	0,000824	0,000822
	Pessoas Jurídicas	0,000027	0,000027	0,000027
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	<b>% Free Float</b>	<b>0,000851</b>	<b>0,000851</b>	<b>0,000849</b>
<b>Subtotal Ordinárias (%)</b>		<b>78,011526</b>	<b>78,011526</b>	<b>78,012028</b>
<b>Ações Preferenciais (%)</b>				
	<b>ACIONISTAS</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Governo</b>	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	21,672840	21,672840	21,673053
	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)	0,146378	0,146378	0,146042
	Fundos de Pensão			
	Fundação de Seguridade Social – Ceres	0,022412	0,022412	0,022360
	<b>% Governo</b>	<b>21,841630</b>	<b>21,841630</b>	<b>21,841455</b>
<b>Free Float</b>	Pessoas Físicas	0,043310	0,042818	0,042868
	Pessoas Jurídicas	0,103534	0,104026	0,103649
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	<b>% Free Float</b>	<b>0,146844</b>	<b>0,146844</b>	<b>0,146517</b>
<b>Subtotal Preferenciais (%)</b>		<b>21,988474</b>	<b>21,988474</b>	<b>21,987972</b>
<b>Total</b>		<b>100,000000</b>	<b>100,000000</b>	<b>100,000000</b>

## 16.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

QUADRO B.4.2. INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES				
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010				
Denominação completa				
FURNAS Centrais Elétricas S.A.				
Ações Ordinárias (% de Participação)				
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	
Geração				
Enerpeixe S.A.	40	40	40	
Retiro Baixo Energética S.A.	49	49	49	
Baguari Energia S.A. *	-	30,61	30,61	
Serra do Facão Energia S.A.	30,20	30,20	30,20	
Chapecoense Geração S.A. **	40	40	40	
Madeira Energia S.A. ***	-	39	39	
Consórcio Teles Pires	-	-	-	
Inambari Geração de Energia S.A.	-	19,60	19,60	
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	24,50	
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	-	24,50	
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	24,50	
Transmissão				
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	25	25	25	
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	24,50	24,50	24,50	
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	24	24	24	
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	49	49	49	
Transenergia Renovável S.A.	-	49	49	
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	24,50	24,50	
Transenergia São Paulo S.A.	-	49	49	
Transenergia Goiás S.A.	-	-	49	
Goiás Transmissão S.A.	-	-	49	
MGE Transmissão S.A.	-	-	49	
Consórcio Caldas Novas	-	-	-	
Ações Preferenciais (% de Participação)				
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	
Serra do Facão Energia S.A.	19,30	19,30	19,30	

\* FURNAS possui 30,6% da SPE Baguari Energia S.A. que detém 49% da SPE Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.

\*\* SPE Chapecoense Geração S.A. possui 100% de participação na SPE Foz do Chapecó Energia S.A.

\*\*\* SPE Madeira Energia S.A. possui 100% da SPE Santo Antônio Energia S.A.



17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

17.1. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **Furnas Centrais Elétricas S.A.**

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2010**

Furnas\_De210.docx  
Guilherme Valle / Alexandre Figueiredo

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em conjunto ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Furnas Centrais Elétricas S.A.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão de nosso relatório com data de 24 de março de 2010, sem ressalvas. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade e, portanto, nosso parecer àquela data estava fundamentado em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade dos auditores independentes das investidas Enerpeixe S.A., Chapecoense Geração S.A. e Interligação Elétrica do Madeira S.A., avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O valor desses investimentos e os lucros por eles produzidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos montantes de R\$ 744.901 mil e R\$ 48.410 mil, respectivamente, estão fundamentados exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.

Furnas Centrais Elétricas S.A.

**Auditoria dos valores correspondentes  
ao balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas estão sendo apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 6 de março de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 6.2.1 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas em 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG 070614/O-5 “S” RJ

Sergio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/O-4 “S” RJ

**C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA**

**18. PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

**18.1. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL E PATROCÍNIOS**

**Publicidade Institucional**

**Contrato nº 16.236 – McCann Erickson Publicidade Ltda.**

Vigência do Contrato: 28 de janeiro de 2006 a 28 de janeiro de 2010

Valor do Contrato: R\$ 40 Milhões

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Campeonato Carioca 2010	Janeiro de 2010	452.905,16		Institucional
Revista Menorah	15/01/2010 a 31/01/2010	15.098,28		Institucional
Gazeta de Cuiabá	15/01/2010 a 25/01/2010	303.853,67		Institucional
Revista Menorah	15/01/2010 a 31/01/2010		528,85	Institucional
UHE Simplício interior	18/01/2010 a 29/01/2010	7.758,06		Institucional
Institucional Minas Gerais	28/01/2010 a 31/01/2010	24.445,34		Institucional
Projeto Casa Brasil - JB - 4º Prêmio Brasil Meio Ambiente	01/01/2010 a 31/01/2010	411.283,11		Institucional
Revista JB Ecológico	20/01/2010 a 31/01/2010		369,95	Institucional
Jornal do Brasil	20/01/2010 a 31/01/2010		1.908,90	Institucional
Jornal Gazeta de Cuiabá	15/01/2010 a 31/01/2010		1.332,45	Institucional
Edital Cultural Eletrobras	27/01/2010 a 28/01/2010	59.321,52		Institucional
Filme Criançinhas - Condecine + Beta	28/01/2010 a 28/01/2010		3.170,00	Institucional
<b>Total</b>		<b>1.274.665,14</b>	<b>7.310,15</b>	
<b>Total (Mídia+Produção)</b>			<b>1.281.975,29</b>	

**Contrato 8000000976 – Arcos Propaganda Ltda.**

Vigência do Contrato: 12 de fevereiro de 2010 a 12 de fevereiro de 2012

Valor do Contrato: R\$ 40 Milhões

Campanha	Período de Veiculação	Mídia (R\$)	Produção (R\$)	Item PAC
Revista Rio Samba e Carnaval	14/02/2010 a 14/03/2010	438.957,00		Institucional
Ventarolas do Samba	13/02/2010 a 13/03/2010	23.750,00		Institucional
Rádio Cultura - Carnaval 2010	13/02/2010 a 15/03/2010	8.645,00		Institucional
Campeonato Carioca	01/02/2010 a 30/04/2010	1.830.893,20		Institucional

<b>Campanha</b>	<b>Período de Veiculação</b>	<b>Mídia (R\$)</b>	<b>Produção (R\$)</b>	<b>Item PAC</b>
Rádio Cultura - Rádio Serviço	01/03/2010 a 30/06/2010	30.054,96		Institucional
Revista Fola 20 - Burle Marx	08/03/2010 a 30/06/2010	10.687,50		Institucional
Guia Fone Fácil	10/03/2010 a 30/06/2010	3.721,67		Institucional
Revista Menorah	19/02/2010 a 01/07/2010	76.294,50		Institucional
Criação / Finalização Anúncio Guia Fone Fácil	19/02/2010 a 24/02/2010		2.480,50	Institucional
Rádio Transamérica	11/03/2010 a 30/06/2010	44.071,36		Institucional
Anúncio Institucional Rio	08/03/2010 a 10/03/2010		7.501,67	Institucional
Spot Institucional Rádio	08/03/2010 a 10/03/2010		6.053,00	Institucional
Rádio Itatiaia	08/03/2010 a 28/02/2011	932.527,82		Institucional
Produção Finalização Anúncio Folha 20	09/03/2010 a 12/03/2010		2.480,50	Institucional
Produção Finalização Anúncio Revista Menorah	19/02/2010 a 24/02/2010		755,50	Institucional
Revista Ritmos e Manifestações Culturais	25/03/2010 a 25/06/2010	21.196,88		Institucional
Paineis <i>Backlight</i>	17/03/2010 a 31/01/2011	337.289,16		Institucional
Rádio Tropical	15/03/2010 a 30/06/2010	68.353,79		Institucional
Revista Viva a Música	01/04/2010 a 30/06/2010	46.155,75		Institucional
Copa Real de Futebol Amador 2010 - MG	13/03/2010 a 30/06/2010	32.656,25		Institucional
Rádio Campos Difusora	22/03/2010 a 30/06/2010	63.108,50		Institucional
Rádio Manchete	22/03/2010 a 30/06/2010	163.270,80		Institucional
Produção Anúncio Revista Ritmos e Manifestações	16/03/2010 a 18/03/2010		1.251,00	Institucional
Produção Anúncio Revista Viva a Música	16/03/2010 a 17/03/2010		528,50	Institucional
Jornal Voz de Ibiúna	22/03/2010 a 30/03/2010	1.710,00		Institucional
Jornal Voz da Cidade	01/04/2010 a 30/06/2010	25.032,05		Institucional
JB Ecológico	22/03/2010 a 31/12/2010	100.229,09		Institucional
Folha do Interior	01/04/2010 a 30/06/2010	27.778,95		Institucional
Rádio Melodia	01/04/2010 a 31/12/2010	149.625,00		Institucional
Produção Revista Folha 20	18/03/2010 a 19/03/2010		755,50	Institucional
Produção Refação <i>Spot</i> Institucional	18/03/2010 a 19/03/2010		900,00	Institucional
Produção Revista Ritmos e Manifestações	24/03/2010 a 24/03/2010		528,50	Institucional
Produção Revista Viva Música	24/03/2010 a 24/03/2010		528,50	Institucional
Produção Revista FURNAS	24/03/2010 a 24/03/2010		528,50	Institucional
Produção Jornal Voz de Ibiúna	23/03/2010 a 23/03/2010		634,50	Institucional
Produção JB Ecológico	24/03/2010 a 24/03/2010		634,50	Institucional
Produção Rádio Tropical	18/03/2010 a 19/03/2010		7.518,00	Institucional
Produção Rádio Itatiaia	24/03/2010 a 24/03/2010		417,67	Institucional
Rádio Sucesso	01/04/2010 a 30/06/2010	58.353,75		Institucional
Rádio Caledônia	01/04/2010 a 30/06/2010	56.408,63		Institucional
Rádio Comércio	01/05/2010 a 31/12/2010	76.002,47		Institucional
Rádio Diário FM	01/04/2010 a 31/12/2010	53.437,50		Institucional
Programa Jogo do Poder	01/04/2010 a 30/06/2010	116.659,34		Institucional

<b>Campanha</b>	<b>Período de Veiculação</b>	<b>Mídia (R\$)</b>	<b>Produção (R\$)</b>	<b>Item PAC</b>
Programa Balanço Esportivo	01/04/2010 a 30/06/2010	114.000,00		Institucional
Programa Deles e Delas	01/04/2010 a 31/12/2010	85.500,00		Institucional
Rádio Litoral	01/04/2010 a 30/06/2010	56.179,20		Institucional
Programa Dário de Paula	01/04/2010 a 31/12/2010	130.872,00		Institucional
Produção Revista Menorah	30/03/2010 a 31/03/2010		755,50	Institucional
Produção Banner Revista Viva Música	30/03/2010 a 31/03/2010		4.303,00	Institucional
Programa Onda Verde - Band FM / Tupi AM	01/04/2010 a 31/12/2010	133.328,70		Institucional
Produção Jornal Folha do Interior	29/03/2010 a 30/03/2010		634,50	Institucional
Revista Techno News	15/04/2010 a 31/05/2010	11.875,00		Institucional
Filme Institucional Eletrobras	31/03/2010 a 05/04/2010		25.230,00	Institucional
Produção Jornal Voz da Cidade	05/04/2010 a 08/04/2010		634,50	Institucional
Produção Revista Tecno News	06/04/2010 a 09/04/2010		528,50	Institucional
Show Padre Fábio de Melo	01/04/2010 a 31/05/2010	53.577,10		Institucional
Produção Institucional Eletrobras Vinheta 5'	09/04/2010 a 09/04/2010		3.400,00	Institucional
Produção Cópia Filme Eletrobras - Fábio de Melo	09/04/2010 a 12/04/2010		250,00	Institucional
Rádio 88 FM	01/05/2010 a 31/12/2010	96.181,80		Institucional
JB - Edição de Aniversário	26/04/2010 a 26/04/2010	73.066,40		Institucional
Produção Anúncio Jornal do Brasil	05/04/2010 a 08/04/2010		634,50	Institucional
Aniversário Usina Itumbiara	30/04/2010 a 06/05/2010	5.575,61		Institucional
Produção Aniversário de Itumbiara	22/04/2010 a 23/04/2010		2.924,00	Institucional
Produção Anúncio VII Simpósio Peq. e Médias Hidrelétricas	26/04/2010 a 27/04/2010		528,50	Institucional
Rádio Cultura - Rádio Serviço / Tarde	01/05/2010 a 30/06/2010	16.697,20		Institucional
Menorah na TV - Revista Menorah	01/05/2010 a 31/12/2010	56.927,04		Institucional
Setorial News Energia	28/05/2010 a 31/12/2010	24.225,00		Institucional
Produção Revista A Rede	04/05/2010 a 05/05/2010		528,50	Institucional
Rádio Comércio	01/05/2010 a 31/12/2010	76.644,48		Institucional
Jornal Adesguiano	15/05/2010 a 15/06/2010	6.457,39		Institucional
Jornal Adesguiano Produção	07/05/2010 a 10/05/2010		634,50	Institucional
Cópia Filme Eletrobras TV Menorah	12/05/2010 a 13/05/2010		300,00	Institucional
Produção <i>Backlight</i>	24/05/2010 a 25/05/2010		71.677,50	Institucional
Projeto Maringá Passo a Passo	17/05/2010 a 30/06/2010	14.250,00		Institucional
Revista Terra da Gente	01/06/2010 a 30/06/2010	6.840,00		Institucional
Produção Revista Anefac	17/05/2010 a 18/05/2010		528,50	Institucional
Criação Anúncio Meio Ambiente	17/05/2010 a 19/05/2010		5.650,26	Institucional
Produção Banners Setorial News e Menorah	14/05/2010 a 17/05/2010		1.500,00	Institucional
Produção Anúncio Terra da Gente	20/05/2010 a 21/05/2010		1.251,00	Institucional
Usina de Simplício	01/06/2010 a 30/06/2010	73.123,64		Institucional
Produção Anúncio Simplício	28/05/2010 a 31/05/2010		3.601,50	Institucional
JB - Matriz Energética	01/06/2010 a 20/06/2010	338.483,73		Institucional

<b>Campanha</b>	<b>Período de Veiculação</b>	<b>Mídia (R\$)</b>	<b>Produção (R\$)</b>	<b>Item PAC</b>
Produção Revista FURNAS	26/05/2010 a 26/05/2010		528,50	Institucional
Produção Revista Menorah	04/06/2010 a 04/06/2010		793,00	Institucional
Prêmio Ouro Azul	01/06/2010 a 31/12/2010	755.570,15		Institucional
Produção Anúncio JB - Matriz Energética	09/06/2010 a 09/06/2010		2.137,50	Institucional
Super Noticias e O Tempo - Sólida	20/06/2010 a 30/06/2010	334.840,50		Institucional
Site Anna Ramalho	01/11/2010 a 31/12/2010	28.500,00		Institucional
Produção Jornal Super Notícias e O Tempo	18/06/2010 a 18/06/2010		666,00	Institucional
Produção de Conteúdo	07/05/2010 a 15/07/2010		96.552,00	Institucional
Produção de Boletins Institucionais - <i>Podcasts</i>	19/07/2010 a 29/07/2010		98.658,00	Institucional
Pesquisa de Opinião	25/08/2010 a 13/10/2010		99.900,00	Institucional
Produção de Boletins Institucionais	06/09/2010 a 17/09/2010		99.144,00	Institucional
FURNAS JB FM - Ouvindo o Planeta	01/11/2010 a 31/12/2010	98.652,74		Institucional
Mapa GTD Brasil 2010	01/11/2010 a 30/10/2011	18.574,40		Institucional
Morar Mais por Menos - Curitiba	01/11/2010 a 31/12/2010	68.030,74		Institucional
Renovação Spot Institucional	04/10/2010 a 11/10/2010		2.400,00	Institucional
Renovação Uso de Imagem Anúncio Institucional Rio	04/10/2010 a 08/10/2010		2.300,00	Institucional
Produção de Boletins Institucionais - <i>Podcasts</i>	11/10/2010 a 22/10/2010		99.144,00	Institucional
Finalização Anúncio Catálogo Morar mais por Menos	18/10/2010 a 18/10/2010		793,00	Institucional
Revista Pole Position	01/11/2010 a 30/11/2010	130.815,00		Institucional
Radio Cultura	01/11/2010 a 31/12/2010	19.535,71		Institucional
Revista Ecológico - Prêmio Hugo Werneck	01/11/2010 a 31/12/2010	35.158,66		Institucional
Produção Revista Pole Position - Guia GP de F1	29/10/2010 a 29/10/2010		6.604,00	Institucional
Produção Revista Pole Position - Guia GP de F1	28/10/2010 a 29/10/2010		555,00	Institucional
Produção Banner Meio Ambiente	03/11/2010 a 04/11/2010		3.227,50	Institucional
Revista Imagem	01/11/2010 a 30/11/2010	14.549,25		Institucional
Revista Viva a Música	01/12/2010 a 31/12/2010	15.385,25		Institucional
Jornal Adesguiano	01/11/2010 a 30/11/2010	6.457,39		Institucional
Revista Terra da Gente	05/12/2010 a 04/01/2011	6.840,00		Institucional
Revista Mogi News	01/12/2010 a 31/12/2010	5.624,24		Institucional
Revista Potencialidades	26/11/2010 a 31/12/2010	66.688,24		Institucional
Renovação Filme Institucional	10/11/2010 a 12/11/2010		15.900,00	Institucional
Especial Norte Fluminense	01/11/2010 a 30/11/2010	11.598,90		Institucional
Especial Vale do Paraíba	01/11/2010 a 30/11/2010	11.292,04		Institucional
Rádio Manchete	17/11/2010 a 16/01/2011	142.614,00		Institucional
Rádio Mix FM Além Paraíba	01/11/2010 a 31/12/2010	19.379,47		Institucional
Adaptação Banner Rev. Ecológico (Hugo Werneck) e Imagem	19/11/2010 a 22/11/2010		500,00	Institucional
Adaptação Banner Viva a Música	19/11/2010 a 22/11/2010		250,00	Institucional



<b>Campanha</b>	<b>Período de Veiculação</b>	<b>Mídia (R\$)</b>	<b>Produção (R\$)</b>	<b>Item PAC</b>
Projeto Leio e Escrevo meu Futuro - Correio Braziliense	01/11/2010 a 31/12/2010	297.864,85		Institucional
Finalização Anúncio Revista Imagem	22/11/2010 a 22/11/2010		793,00	Institucional
Produção Revista Ecológico	22/11/2010 a 22/11/2010		1.348,00	Institucional
TV Rio Sul	20/12/2010 a 25/12/2010	1.900,00		Institucional
TV Alterosa - Projeto Natal para Todos	17/11/2010 a 16/01/2011	109.250,00		Institucional
Programa Balanço Esportivo	01/12/2011 a 31/12/2011	38.000,00		Institucional
TV Record News	01/11/2010 a 30/12/2010	66.422,81		Institucional
Especial Vale do Paraíba	25/11/2010 a 26/11/2010		666,00	Institucional
Revista Mogi News	25/11/2010 a 26/11/2010		555,00	Institucional
Projeto Leio e Escrevo - Correio Braz.	24/11/2010 a 26/11/2010		2.125,00	Institucional
Produção Revista Eletrobrás	25/11/2010 a 26/11/2010		555,00	Institucional
Produção Especial Norte Fluminense	23/11/2010 a 23/11/2010		954,00	Institucional
Produção Banner Sites Uai e Setorial News	30/11/2010 a 02/12/2010		1.000,00	Institucional
Revista JB Ecológico - Evento Cenários 2011	29/11/2010 a 31/12/2010	358.516,61		Institucional
JB FM - Ouvindo o Planeta	01/01/2011 a 31/01/2011	49.326,38		Institucional
Finalização Anúncios Projeto Potencialidades	01/12/2010 a 02/12/2010		1.887,00	Institucional
Produção Anúncio Energia Limpa e Renovável	26/11/2010 a 30/11/2010		2.604,00	Institucional
Revista Viva a Música - Jan.	31/12/2010 a 31/01/2011	15.385,25		Institucional
Revista Imagem - Dez	30/12/2010 a 30/01/2011	14.549,25		Institucional
Isto é	20/12/2010 a 31/12/2010	81.708,07		Institucional
Produção Fotos Campanha Institucional	09/12/2010 a 15/12/2010		41.200,00	Institucional
Geração Cópia Filme Institucional	11/12/2010 a 11/12/2010		300,00	Institucional
Hotsite Campanha Ação	15/12/2010 a 20/12/2010		20.832,00	Institucional
Spot Campanha Ação	15/12/2010 a 20/12/2010		26.631,00	Institucional
Finalização Anúncio Revista Isto É	10/12/2010 a 13/12/2010		1.110,00	Institucional
Adaptação Banner Setorial News	10/12/2010 a 14/10/2010		300,00	Institucional
Totens Melucci	01/12/2010 a 16/12/2010		64.316,00	Institucional
Totens Melucci – Inserção de Mais 1 Lâmina	01/12/2010 a 16/12/2010		22.539,90	Institucional
Revista Ritmos e Manifestações Populares	01/12/2010 a 09/02/2011	27.906,25		Institucional
Geração Cópia Filme para TV Rio Sul	17/12/2010 a 17/12/2010		250,00	Institucional
Produção Envelopamento Trem - Campanha Ação	22/12/2010 a 23/12/2010		39.000,00	Institucional
Produção Geração Cópias TV - Campanha Ação	15/12/2010 a 17/12/2010		23.780,00	Institucional
Produção Painéis Rodoviários - Campanha Ação	22/12/2010 a 23/12/2010		24.946,56	Institucional
Produção Painéis e Adesivos Metrô - Campanha Ação	15/12/2010 a 20/12/2010		22.680,00	Institucional
Produção Painéis e Adesivos Metrô II - Campanha Ação	15/12/2010 a 20/12/2010		12.425,60	Institucional
Produção Painéis e Adesivos Trem - Campanha Ação	22/12/2010 a 23/12/2010		67.568,00	Institucional
Produção Anúncios Jornal Campanha Ação e Finalizações	21/12/2010 a 24/12/2010		16.077,00	Institucional
Produção Trilha e Locução do Filme - Campanha Ação	06/12/2010 a 15/12/2010		35.000,00	Institucional

<b>Campanha</b>	<b>Período de Veiculação</b>	<b>Mídia (R\$)</b>	<b>Produção (R\$)</b>	<b>Item PAC</b>
Produção <i>Podcasts</i>	21/12/2010 a 24/12/2010		6.342,96	Institucional
Tecnologia Produção Inserção <i>Podcasts</i>	20/12/2010 a 22/12/2010		99.576,75	Institucional
Cachê Apresentador - Balanço Geral Record	27/12/2010 a 30/12/2010		132.689,66	Institucional
Copia Filme Institucional para Balanço Geral	28/12/2010 a 30/12/2010		2.500,00	Institucional
<b>Total Arcos</b>		<b>9.021.611,36</b>	<b>1.361.596,53</b>	
<b>Total MCCann</b>		<b>1.274.665,14</b>	<b>7.310,15</b>	
<b>Total Geral Arcos / MCCann (Mídia + Produção)</b>			<b>11.665.183,12</b>	

## Publicidade Legal

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – nº PE.DAGG.O.0009.2010	A Gazeta	21/05/2010	1.152,00
Comunicado – Leilão Eólica	A Tarde	31/03/2010	1.326,00
Comunicado – Leilão Eólica	A Tarde	01/04/2010	1.326,00
Comunicado – Leilão Eólica	A Tarde	04/04/2010	1.657,50
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	A Tarde	08/04/2010	1.105,00
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros - 27/04/2010	A Tarde	14/04/2010	1.326,00
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	A Tarde	28/04/2010	1.326,00
Aviso Concessão de Licença Prévia	A Tribuna	11/01/2010	727,60
Aviso Concessão de Licença de Instalação	A Tribuna	19/01/2010	727,60
Aviso de Concessão de Licença de Operação – nº GCA / SAIA / nº 404 / 2009 / Classe II	A Tribuna	29/01/2010	727,60
Comunicado – Leilão Eólica	A Tribuna	31/03/2010	873,12
Comunicado – Leilão Eólica	A Tribuna	01/04/2010	873,12
Comunicado – Leilão Eólica	A Tribuna	04/04/2010	1.665,66
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	A Tribuna	08/04/2010	727,60
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	A Tribuna	14/04/2010	873,12
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	A Tribuna	28/04/2010	873,12
Aviso de Concessão de Licença de Operação	A Tribuna	28/07/2010	800,36
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0012.2009	Brasil Econômico	12/01/2010	2.160,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0358.2009	Brasil Econômico	13/01/2010	1.800,00
Aviso de Licitação – Pregão nº PE.DAQ.G.0403.2009	Brasil Econômico	28/01/2010	2.160,00
Aviso de Licitação – Pregão nº PE.DAQ.G.0450.2009	Brasil Econômico	28/01/2010	2.160,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0236.2009	Brasil Econômico	03/02/2010	2.160,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0432.2009	Brasil Econômico	08/02/2010	2.160,00
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0012/2009	Brasil Econômico	10/02/2010	1.800,00
Aviso de Licitação – nº PE.DRC.O.0001.2010	Brasil Econômico	12/02/2010	2.160,00
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0012.2009	Brasil Econômico	01/03/2010	2.160,00
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Brasil Econômico	30/03/2010	14.040,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0004.2010	Brasil Econômico	12/04/2010	2.520,00

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – nº PE.DRC.O.0010.2010	Brasil Econômico	12/04/2010	2.520,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0006.2010	Brasil Econômico	27/04/2010	2.520,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0005.2010	Brasil Econômico	27/04/2010	2.520,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0186.2009	Brasil Econômico	04/01/2010	2.160,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0358.2009	Brasil Econômico	05/01/2010	2.160,00
Aviso de Edital – nº TP.APR.C.001.2010	Correio Braziliense	26/01/2010	1.374,48
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.002.2010	Correio Braziliense	11/03/2010	1.603,56
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.003.2010	Correio Braziliense	12/03/2010	1.603,56
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.001.2010	Correio Braziliense	29/03/2010	1.832,64
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Correio Braziliense	30/03/2010	41.886,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.005.2010	Correio Braziliense	27/04/2010	1.832,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.004.2010	Correio Braziliense	27/04/2010	1.832,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.006.2010	Correio Braziliense	28/04/2010	1.832,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.007.2010	Correio Braziliense	29/04/2010	1.603,56
Aviso de Edital – nº CO.APR.C.002.2010	Correio Braziliense	10/05/2010	1.374,48
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Correio Braziliense	26/05/2010	1.603,56
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Correio Braziliense	25/05/2010	1.603,56
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Correio Braziliense	24/05/2010	1.603,56
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.010.2010	Correio Braziliense	27/05/2010	1.832,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.011.2010	Correio Braziliense	28/05/2010	1.832,64
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Correio Braziliense	07/06/2010	1.603,56
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Correio Braziliense	08/06/2010	1.603,56
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Correio Braziliense	09/06/2010	1.603,56
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente de Fontes Eólicas	Correio Braziliense	17/06/2010	1.603,56
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente de Fontes Eólicas	Correio Braziliense	18/06/2010	1.603,56
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente de Fontes Eólicas	Correio Braziliense	20/06/2010	2.415,00
Leilão de Energia Proveniente de Fonte Eólica – Prazo Prorrogado	Correio Braziliense	23/06/2010	1.832,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.012.2010	Correio Braziliense	20/07/2010	1.603,56
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PED.DRB.O.008.2010	Correio Braziliense	26/07/2010	1.603,56
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.009.2010	Correio Braziliense	30/07/2010	1.603,56
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Correio Braziliense	25/10/2010	1.374,48
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Correio Braziliense	26/10/2010	1.374,48
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Correio Braziliense	27/10/2010	1.374,48
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Correio Braziliense	10/11/2010	1.374,48
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Correio Braziliense	11/11/2010	1.374,48
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Correio Braziliense	12/11/2010	1.374,48
Edital de Notificação – BSI do Brasil Ltda	Correio Braziliense	26/12/2010	2.070,00
Edital de Notificação – BSI do Brasil Ltda	Correio Braziliense	27/12/2010	1.374,48
Edital de Notificação – BSI do Brasil Ltda	Correio Braziliense	28/12/2010	1.374,48

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – nº PE.DSUC.G.0074.2010	Correio Popular	12/07/2010	1.617,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.027.2009	Diário da Franca	07/01/2010	313,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.001.2010	Diário da Franca	12/03/2010	313,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.004.2010	Diário da Franca	09/04/2010	268,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.005.2010	Diário da Franca	23/04/2010	268,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.006.2010	Diário da Franca	27/04/2010	313,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.007.2010	Diário da Franca	04/05/2010	274,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.012.2010	Diário da Franca	27/05/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0011.2010	Diário da Franca	01/06/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.013.2010	Diário da Franca	29/06/2010	274,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0018.2010	Diário da Franca	03/08/2010	274,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº E.DRM.O.0014.2010	Diário da Franca	05/08/2010	274,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº CO.DRM.O.0001.2010	Diário da Franca	05/08/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0022.2010	Diário da Franca	20/08/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0021.2010	Diário da Franca	24/08/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0019.2010	Diário da Franca	31/08/2010	274,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0023.2010	Diário da Franca	09/09/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0029.2010	Diário da Franca	09/11/2010	235,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0025.2010	Diário da Franca	25/11/2010	198,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0031.2010	Diário da Franca	25/11/2010	198,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0032.2010	Diário da Franca	03/12/2010	231,84
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0030.2010	Diário da Franca	07/12/2010	198,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0027.2010	Diário da Franca	07/12/2010	198,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0033.2010	Diário da Franca	08/12/2010	231,84
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0034.2010	Diário da Franca	21/12/2010	198,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.008.2010	Diário da Manhã	26/07/2010	927,15
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.009.2010	Diário da Manhã	30/07/2010	927,15
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.014.2010	Diário da Manhã	26/10/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº E.DRB.O.0.15.2010	Diário da Manhã	26/10/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.020.2010	Diário da Manhã	29/11/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.019.2010	Diário da Manhã	29/11/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.017.2010	Diário da Manhã	14/12/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.016.2010	Diário da Manhã	15/12/2010	770,70
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.018.2010	Diário da Manhã	29/12/2010	770,70
Aviso de Licitação – nº CO.ADA.G.0001.2010	Diário de Região	12/05/2010	732,60
Aviso de Licitação – nº CO.ADA.G.0001.2010	Diário de Região	25/05/2010	732,60
Aviso de Licitação – nº CO.ADA.G.0001.2010	Diário de Região	01/06/2010	732,60
Edital p/ Conhecimento de Terceiros – Vicente Ferreira dos Santos	Diário de São Paulo	17/05/2010	2.558,16
Edital p/ Conhecimento de Terceiros – Vicente Ferreira dos Santos	Diário de São Paulo	18/05/2010	2.558,16
Edital p/ Conhecimento – Salvacap – Participações e Administração	Diário de São Paulo	09/06/2010	3.488,40

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Edital p/ Conhecimento – Salvacap – Participações e Administração	Diário de São Paulo	10/06/2010	3.488,40
Edital p/ Conhecimento – Serra do Feital S.A. Agro-Pastoril	Diário de São Paulo	09/06/2010	3.488,40
Edital p/ Conhecimento – Serra do Feital S.A. Agro-Pastoril	Diário de São Paulo	10/06/2010	3.488,40
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Marcelo Carren	Diário de São Paulo	13/07/2010	2.790,72
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Marcelo Carren	Diário de São Paulo	23/07/2010	2.790,72
Comunicado – Leilão Eólica	Diário Fortaleza	31/03/2010	1.690,68
Comunicado – Leilão Eólica	Diário Fortaleza	01/04/2010	1.690,68
Comunicado – Leilão Eólica	Diário Fortaleza	04/04/2010	1.988,53
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Diário Fortaleza	08/04/2010	1.547,60
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	Diário Fortaleza	14/04/2010	1.857,12
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Diário Fortaleza	28/04/2010	1.857,12
Aviso de Requerimento de Licença de Instalação	Diário Poupular	15/04/2010	400,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.027.2009	Estado de Minas	07/01/2010	1.209,04
Aviso de Edital nº TP.APR.C.001.2010	Estado de Minas	26/01/2010	1.036,32
Aviso Concessão de Licença Ambiental Prévia	Estado de Minas	03/03/2010	1.209,04
Aviso de Requerimento de Licença Ambiental de Instalação	Estado de Minas	08/03/2010	1.036,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.002.2010	Estado de Minas	11/03/2010	1.209,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.003.2010	Estado de Minas	12/03/2010	1.209,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.001.2010	Estado de Minas	12/03/2010	1.209,04
Aviso de Concessão de Licença de Instalação	Estado de Minas	24/03/2010	1.029,12
Aviso de Concessão de Licença de Operação – São João Batista do Glória e Outros	Estado de Minas	26/03/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.001.2010	Estado de Minas	29/03/2010	1.372,16
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Estado de Minas	30/03/2010	18.470,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.004.2010	Estado de Minas	09/04/2010	1.029,12
Balanço – Exercício 2009 – Resumido	Estado de Minas	20/04/2010	14.407,68
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.005.2010	Estado de Minas	23/04/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.005.2010	Estado de Minas	27/04/2010	1.372,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.004.2010	Estado de Minas	27/04/2010	1.372,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.006.2010	Estado de Minas	27/04/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.006.2010	Estado de Minas	28/04/2010	1.372,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.007.2010	Estado de Minas	29/04/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.007.2010	Estado de Minas	03/05/2010	1.200,64
Aviso de Edital – nº CO.APR.C.002.2010	Estado de Minas	10/05/2010	1.029,12
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Estado de Minas	24/05/2010	1.200,64
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Estado de Minas	25/05/2010	1.200,64
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Estado de Minas	26/05/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.012.2010	Estado de Minas	27/05/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.010.2010	Estado de Minas	27/05/2010	1.372,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.011.2010	Estado de Minas	28/05/2010	1.372,16

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0011.2010	Estado de Minas	31/05/2010	1.029,12
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Estado de Minas	07/06/2010	1.200,64
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Estado de Minas	08/06/2010	1.200,64
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Estado de Minas	09/06/2010	1.200,64
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente Fontes Eólicas	Estado de Minas	20/06/2010	1.576,96
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente Fontes Eólicas	Estado de Minas	18/06/2010	1.200,64
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente Fontes Eólicas	Estado de Minas	17/06/2010	1.200,64
Leilão de Energia Proveniente de Fonte Eólica – Prazo Prorrogado	Estado de Minas	23/06/2010	1.372,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.013.2010	Estado de Minas	29/06/2010	1.200,64
Aviso de Concessão de Licença de Instalação	Estado de Minas	21/07/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PED.DRB.O.008.2010	Estado de Minas	26/07/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.009.2010	Estado de Minas	30/07/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0018.2010	Estado de Minas	02/08/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0014.2010	Estado de Minas	05/08/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº CO.DRM.O.0001.2010	Estado de Minas	05/08/2010	1.029,12
Edital - Convocação de Audiência Pública	Estado de Minas	16/08/2010	1.543,68
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0022.2010	Estado de Minas	20/08/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0021.2010	Estado de Minas	23/08/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0019.2010	Estado de Minas	31/08/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.013.2010	Estado de Minas	08/09/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0023.2010	Estado de Minas	09/09/2010	1.029,12
Aviso de Edital – Tomada de Preços – nº TP.Centroeste.003.2010	Estado de Minas	08/10/2010	1.715,20
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Estado de Minas	25/10/2010	1.029,12
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Estado de Minas	26/10/2010	1.029,12
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Estado de Minas	27/10/2010	1.029,12
Aviso de Requerimento de Licença de Operação	Estado de Minas	21/10/2010	857,6
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.014.2010	Estado de Minas	26/10/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.0.15.2010	Estado de Minas	26/10/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DAGG.O.0013.2010	Estado de Minas	29/10/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0029.2010	Estado de Minas	09/11/2010	1.029,12
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Estado de Minas	10/11/2010	1.029,12
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Estado de Minas	11/11/2010	1.029,12
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Estado de Minas	12/11/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0025.2010	Estado de Minas	25/11/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0031.2010	Estado de Minas	25/11/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.020.2010	Estado de Minas	29/11/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.019.2010	Estado de Minas	29/11/2010	1.200,64
Aviso de Edital – Tomada de Preços nº TP.Centroeste.002.2010	Estado de Minas	02/12/2010	1.715,20

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0032.2010	Estado de Minas	03/12/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0030.2010	Estado de Minas	06/12/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0027.2010	Estado de Minas	06/12/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0033.2010	Estado de Minas	08/12/2010	1.200,64
Aviso de Retificação – Tomada de Preços TP.Centroeste.002.2010	Estado de Minas	08/12/2010	1.200,64
Aviso de Edital – Tomada de Preços nº TP.Centroeste.001.2010	Estado de Minas	13/12/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.017.2010	Estado de Minas	14/12/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.016.2010	Estado de Minas	16/12/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0034.2010	Estado de Minas	20/12/2010	1.029,12
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.018.2010	Estado de Minas	29/12/2010	1.200,64
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.027.2009	Folha da Manhã	07/01/2010	405,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.001.2010	Folha da Manhã	12/03/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.004.2010	Folha da Manhã	09/04/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.005.2010	Folha da Manhã	23/04/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.006.2010	Folha da Manhã	27/04/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.007.2010	Folha da Manhã	04/05/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.012.2010	Folha da Manhã	27/05/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0011.2010	Folha da Manhã	01/06/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.013.2010	Folha da Manhã	29/06/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0018.2010	Folha da Manhã	03/08/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0014.2010	Folha da Manhã	05/08/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº CO.DRM.O.0001.2010	Folha da Manhã	05/08/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0022.2010	Folha da Manhã	20/08/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0021.2010	Folha da Manhã	24/08/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0019.2010	Folha da Manhã	31/08/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0023.2010	Folha da Manhã	09/09/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0029.2010	Folha da Manhã	09/11/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0025.2010	Folha da Manhã	25/11/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0031.2010	Folha da Manhã	25/11/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0032.2010	Folha da Manhã	03/12/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0030.2010	Folha da Manhã	07/12/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0027.2010	Folha da Manhã	07/12/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0033.2010	Folha da Manhã	08/12/2010	252,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0034.2010	Folha da Manhã	21/12/2010	216,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRQ.O.0001.2010	Folha de São Paulo	11/03/2010	7.625,94
Aviso De Licitação – nº TP.EM.O.001.2010	Folha de São Paulo	19/03/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.001.2010	Folha de São Paulo	29/03/2010	8.715,36
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Folha de São Paulo	30/03/2010	126.828,00
Comunicado – Leilão Eólica	Folha de São Paulo	31/03/2010	6.536,52
Comunicado – Leilão Eólica	Folha de São Paulo	01/04/2010	6.536,52

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Comunicado – Leilão Eólica	Folha de São Paulo	04/04/2010	8.168,64
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Folha de São Paulo	08/04/2010	5.447,10
Edital – Décia Milano de Barros e Outros	Folha de São Paulo	09/04/2010	26.146,08
Edital – Décia Milano de Barros e Outros	Folha de São Paulo	12/04/2010	26.146,08
Edital de Intimação – Wilma Cláudio Giriboni e Outros	Folha de São Paulo	12/04/2010	17.430,72
Edital de Intimação – Wilma Cláudio Giriboni e Outros	Folha de São Paulo	09/04/2010	17.430,72
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.004.2010	Folha de São Paulo	09/04/2010	6.536,52
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	Folha de São Paulo	14/04/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.005.2010	Folha de São Paulo	23/04/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico	Folha de São Paulo	27/04/2010	7.625,94
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Folha de São Paulo	28/04/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – nº PE.DSUC.G.0045.2010	Folha de São Paulo	30/04/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.007.2010	Folha de São Paulo	03/05/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – nº PE.DRQ.O.0003.2010	Folha de São Paulo	05/05/2010	7.625,94
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Folha de São Paulo	26/05/2010	7.625,94
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Folha de São Paulo	25/05/2010	7.625,94
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Folha de São Paulo	24/05/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.012.2010	Folha de São Paulo	27/05/2010	6.536,52
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Folha de São Paulo	07/06/2010	7.625,94
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Folha de São Paulo	08/06/2010	7.625,94
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Folha de São Paulo	09/06/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – nº CO.EM.O.001.2010	Folha de São Paulo	02/06/2010	6.536,52
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia	Folha de São Paulo	20/06/2010	9.530,08
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia	Folha de São Paulo	18/06/2010	7.625,94
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia	Folha de São Paulo	17/06/2010	7.625,94
Leilão de Energia Proveniente de Fonte Eólica – Prazo Prorrogado	Folha de São Paulo	23/06/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.013.2010	Folha de São Paulo	29/06/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – nº CO.EM.O.002.2010	Folha de São Paulo	08/07/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – nº PE.DSUC.G.0074.2010	Folha de São Paulo	12/07/2010	7.625,94
Aviso de Alteração – nº CO.EM.O.001.2010	Folha de São Paulo	13/07/2010	9.804,78
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PED.DRB.O.008.2010	Folha de São Paulo	26/07/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.009.2010	Folha de São Paulo	30/07/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Folha de São Paulo	04/08/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº EM.O.00002.2010	Folha de São Paulo	17/08/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0022.2010	Folha de São Paulo	20/08/2010	6.536,52
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Folha de São Paulo	20/08/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0021.2010	Folha de São Paulo	23/08/2010	6.536,52
Comunicado – Adiamento – Concorrência nº CO.EM.O.002.2010	Folha de São Paulo	24/08/2010	6.536,52
Aviso de Alteração – nº CO.EM.O.0002.2010	Folha de São Paulo	27/08/2010	10.894,20
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Folha de São Paulo	01/09/2010	5.447,10



<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.013.2010	Folha de São Paulo	08/09/2010	7.625,94
Aviso de Edital – Tomada de Preços – nº TP.Centroeste.003.2010	Folha de São Paulo	08/10/2010	10.894,20
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Folha de São Paulo	27/10/2010	6.536,52
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Folha de São Paulo	26/10/2010	6.536,52
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	Folha de São Paulo	25/10/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.014.2010	Folha de São Paulo	26/10/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº E.DRB.O.0.15.2010	Folha de São Paulo	26/10/2010	7.625,94
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Folha de São Paulo	10/11/2010	6.536,52
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Folha de São Paulo	11/11/2010	6.536,52
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	Folha de São Paulo	12/11/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.020.2010	Folha de São Paulo	29/11/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.019.2010	Folha de São Paulo	29/11/2010	7.625,94
Aviso de Edital – Tomada de Preços nº TP.Centroeste.002.2010	Folha de São Paulo	02/12/2010	10.894,20
Aviso de Licitação – nº TP.EM.O.003.2010	Folha de São Paulo	03/12/2010	7.625,94
Aviso de Retificação – Tomada de Preços TP.Centroeste.002.2010	Folha de São Paulo	08/12/2010	7.625,94
Aviso de Edital – Tomada de Preços nº TP.Centroeste.001.2010	Folha de São Paulo	13/12/2010	6.536,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.017.2010	Folha de São Paulo	14/12/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.016.2010	Folha de São Paulo	15/12/2010	7.625,94
Aviso de Alteração – nº TP.EM.O.003.2010	Folha de São Paulo	22/12/2010	8.715,36
Aviso de Licitação – nº TP.EM.O.006.2010	Folha de São Paulo	27/12/2010	7.625,94
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.018.2010	Folha de São Paulo	29/12/2010	7.625,94
Aviso de Concessão de Licença de Instalação nº 693/2010	Gazeta do Povo	30/04/2010	1.142,40
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Gazeta do Povo	24/05/2010	1.332,80
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Gazeta do Povo	25/05/2010	1.332,80
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	Gazeta do Povo	26/05/2010	1.332,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Gazeta do Povo	07/06/2010	1.332,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Gazeta do Povo	08/06/2010	1.332,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	Gazeta do Povo	09/06/2010	1.332,80
Auditoria Ambiental Compulsória – SE Foz do Iguaçu	Gazeta do Povo	01/12/2010	882,0
Auditoria Ambiental Compulsória – Ivaiporã	Gazeta do Povo	01/12/2010	882,00
Aviso de Requerimento de Renovação de Licença de Operação	Gazeta do Povo	30/12/2010	882,0
Aviso de Licitação – nº PE.DRT.O.0008.2009	Jornal Bom Dia	25/02/2010	784,00
Aviso de Licitação – nº PE.DRT.O.0001.2010	Jornal Bom Dia	26/05/2010	560,00
Aviso de Licitação – nº PE.DRT.O.0009.2009	Jornal Bom Dia	23/06/2010	490,00
Aviso de Licitação – nº PE.DRT.O.0002.2010	Jornal Bom Dia	08/11/2010	466,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.027.2009	Jornal da Mantiqueira	07/01/2010	315,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.001.2010	Jornal da Mantiqueira	12/03/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.004.2010	Jornal da Mantiqueira	09/04/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.005.2010	Jornal da Mantiqueira	23/04/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.006.2010	Jornal da Mantiqueira	27/04/2010	184,80

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.007.2010	Jornal da Mantiqueira	04/05/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.012.2010	Jornal da Mantiqueira	27/05/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0011.2010	Jornal da Mantiqueira	01/06/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.013.2010	Jornal da Mantiqueira	29/06/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0018.2010	Jornal da Mantiqueira	03/08/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0014.2010	Jornal da Mantiqueira	05/08/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº CO.DRM.O.0001.2010	Jornal da Mantiqueira	05/08/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0022.2010	Jornal da Mantiqueira	20/08/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0021.2010	Jornal da Mantiqueira	24/08/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0019.2010	Jornal da Mantiqueira	31/08/2010	184,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0023.2010	Jornal da Mantiqueira	09/09/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0029.2010	Jornal da Mantiqueira	09/11/2010	158,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0025.2010	Jornal da Mantiqueira	25/11/2010	134,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0031.2010	Jornal da Mantiqueira	25/11/2010	134,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0032.2010	Jornal da Mantiqueira	03/12/2010	156,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0030.2010	Jornal da Mantiqueira	07/12/2010	134,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0027.2010	Jornal da Mantiqueira	07/12/2010	134,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0033.2010	Jornal da Mantiqueira	08/12/2010	156,52
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0034.2010	Jornal da Mantiqueira	21/12/2010	134,16
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Oswaldo Marques	Jornal da Tarde	10/02/2010	729,30
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Oswaldo Marques	Jornal da Tarde	09/02/2010	729,30
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – João Cucharuk e Outros	Jornal da Tarde	08/02/2010	1.234,20
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – João Cucharuk e Outros	Jornal da Tarde	09/02/2010	1.234,20
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – João Benedito	Jornal da Tarde	08/02/2010	729,30
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – João Benedito	Jornal da Tarde	09/02/2010	729,30
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Antonieta Cintra	Jornal da Tarde	22/09/2010	992,20
Edital p/ Conhecimento de 3º Interessados – Antonieta Cintra	Jornal da Tarde	28/09/2010	665,50
Edital – Ação de Desapropriação – Ewaldo Brandão	Jornal da Tarde	22/09/2010	1.082,40
Edital – Ação de Desapropriação – Ewaldo Brandão	Jornal da Tarde	28/09/2010	726,00
Edital para Conhecimento de Terceiros – Felício Simão	Jornal da Tarde	22/09/2010	1.353,00
Edital para Conhecimento de Terceiros – Felício Simão	Jornal da Tarde	28/09/2010	907,50
Edital – Ação de Desapropriação – Silvino Lopes	Jornal da Tarde	28/09/2010	605,00
Edital – Ação de Desapropriação – Silvino Lopes	Jornal da Tarde	29/09/2010	902,00
Edital para Conhecimento – Luiz Arnaldo Pereira Mayer e Outros	Jornal da Tarde	01/12/2010	1.353,00
Edital para Conhecimento – Luiz Arnaldo Pereira Mayer e Outros	Jornal da Tarde	02/12/2010	907,50
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.013.2010	Jornal de Brasília	08/09/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.014.2010	Jornal de Brasília	26/10/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.0.15.2010	Jornal de Brasília	26/10/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.020.2010	Jornal de Brasília	29/11/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.019.2010	Jornal de Brasília	29/11/2010	672,00

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.017.2010	Jornal de Brasília	14/12/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.016.2010	Jornal de Brasília	15/12/2010	672,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.018.2010	Jornal de Brasília	29/12/2010	672,00
Aviso de Licitação – PE.DAQ.G.0403.2009	Jornal do Brasil	06/01/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0380.2009	Jornal do Brasil	06/01/2010	2.256,80
Aviso de Cadastramento – Fornecedores Nacionais e Estrangeiros	Jornal do Brasil	10/01/2010	3.735,20
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0403.2009	Jornal do Brasil	12/01/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0030.2009	Jornal do Brasil	13/01/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº P.DAQ.G.0027.2010	Jornal do Brasil	14/01/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.030.2009	Jornal do Brasil	14/01/2010	2.708,16
Aviso de Retificação – nº TP.DAQ.G.027.2009	Jornal do Brasil	14/01/2010	2.256,80
Aviso de Edital – nº TP.APR.C.001.2010	Jornal do Brasil	26/01/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0029.2009	Jornal do Brasil	27/01/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0418.2009	Jornal do Brasil	29/01/2010	2.708,16
Aviso de Cancelamento – Licitação nº PE.DAQ.G.0403.2009	Jornal do Brasil	29/01/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0457.2009	Jornal do Brasil	01/02/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0026.2009	Jornal do Brasil	05/02/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0029.2009	Jornal do Brasil	05/02/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0001.2010	Jornal do Brasil	08/02/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0457.2009	Jornal do Brasil	11/02/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0405.2009	Jornal do Brasil	23/02/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.00004.2010	Jornal do Brasil	03/03/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº TP.EM.O.001.2010	Jornal do Brasil	19/03/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0010.2010	Jornal do Brasil	25/03/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00001.2010	Jornal do Brasil	25/03/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00002.2010	Jornal do Brasil	25/03/2010	3.159,52
Aviso aos Acionistas	Jornal do Brasil	31/03/2010	2.708,16
Aviso aos Acionistas	Jornal do Brasil	01/04/2010	2.708,16
Aviso aos Acionistas	Jornal do Brasil	02/04/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0030.2009	Jornal do Brasil	29/03/2010	2.256,80
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Jornal do Brasil	30/03/2010	64.995,84
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0034.2010	Jornal do Brasil	31/03/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00012.2010	Jornal do Brasil	05/04/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0008.2010	Jornal do Brasil	01/04/2010	3.610,88
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0005.2010	Jornal do Brasil	01/04/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0010.2010	Jornal do Brasil	09/04/2010	2.708,16
Balanço – Exercício 2009	Jornal do Brasil	20/04/2010	1.250.000,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0007.2010	Jornal do Brasil	09/04/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0009.2010	Jornal do Brasil	09/04/2010	3.159,52
Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária	Jornal do Brasil	19/04/2010	4.513,60

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária	Jornal do Brasil	20/04/2010	4.513,60
Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária	Jornal do Brasil	21/04/2010	4.513,60
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0009.2010	Jornal do Brasil	20/04/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00010.2010	Jornal do Brasil	05/05/2010	3.159,52
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0010.2010	Jornal do Brasil	10/05/2010	2.256,80
Aviso de Edital – nº CO.APR.C.002.2010	Jornal do Brasil	10/05/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0009.2010	Jornal do Brasil	19/05/2010	2.256,80
Aviso de Edital – nº PE.DRN.O.005.2010	Jornal do Brasil	20/05/2010	3.610,88
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0003.2010	Jornal do Brasil	24/05/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.00009.2010	Jornal do Brasil	25/05/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0001.2010	Jornal do Brasil	25/05/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0013.2010	Jornal do Brasil	27/05/2010	3.159,52
Aviso de Alteração nº TP.DAQ.G.0018.2009	Jornal do Brasil	28/05/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00053.2010	Jornal do Brasil	28/05/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00014.2010	Jornal do Brasil	31/05/2010	3.159,52
Aviso de Retificação – nº PE.DRC.O.00014.2010	Jornal do Brasil	01/06/2010	2.708,16
Concessão de Licença – Licença de Operação nº IN 001838	Jornal do Brasil	01/06/2010	2.256,80
Aviso de Licitação – nº CO.EM.O.001.2010	Jornal do Brasil	02/06/2010	2.708,16
Ata da Assembléia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril	Jornal do Brasil	07/06/2010	36.108,80
Aviso de Alteração – nº PR.DAQ.G.0001.2010	Jornal do Brasil	10/06/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.00053.2010	Jornal do Brasil	15/06/2010	2.256,80
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0016.2010	Jornal do Brasil	15/06/2010	2.256,80
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0006.2010	Jornal do Brasil	18/06/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.00053.2010	Jornal do Brasil	28/06/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº CO.EM.O.002.2010	Jornal do Brasil	08/07/2010	3.159,52
Aviso de Alteração – nº CO.EM.O.001.2010	Jornal do Brasil	13/07/2010	4.062,24
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0013.2010 – Concorrência Nacional	Jornal do Brasil	21/07/2010	2.708,16
Aviso de Concessão de Licença de Instalação	Jornal do Brasil	21/07/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00003.2010	Jornal do Brasil	30/07/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Jornal do Brasil	04/08/2010	3.159,52
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0110.2010	Jornal do Brasil	05/08/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0014.2010	Jornal do Brasil	12/08/2010	3.610,88
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0004.2010	Jornal do Brasil	12/08/2010	2.708,16
Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº EM.O.00002.2010	Jornal do Brasil	17/08/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Jornal do Brasil	20/08/2010	2.256,80
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0013.2010	Jornal do Brasil	23/08/2010	2.256,80
Comunicado – Adiamento – Concorrência nº CO.EM.O.002.2010	Jornal do Brasil	24/08/2010	2.708,16
Aviso de Alteração – nº CO.EM.O.0002.2010	Jornal do Brasil	27/08/2010	4.513,60
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	Jornal do Brasil	31/08/2010	3.610,88
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	Jornal do Brasil	01/09/2010	3.610,88

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	Jornal do Brasil	02/09/2010	3.610,88
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0013.2010	Jornal do Brasil	31/08/2010	2.256,80
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0444.2009	Jornal do Brasil	04/01/2010	2.297,10
Edital de Convocação – Acionistas – AGE	Jornal do Brasil Online	14/10/2010	13.500,00
Edital de Convocação – Acionistas – AGE	Jornal do Brasil Online	15/10/2010	13.500,00
Edital de Convocação – Acionistas – AGE	Jornal do Brasil Online	16/10/2010	13.500,00
Aviso aos Acionistas – AGE de 10/09/2010	Jornal do Brasil Online	18/11/2010	4.500,00
Comunicado – Leilão Eólica	Jornal do Commercio (PE)	31/03/2010	1.856,40
Comunicado – Leilão Eólica	Jornal do Commercio (PE)	01/04/2010	1.856,40
Comunicado – Leilão Eólica	Jornal do Commercio (PE)	04/04/2010	2.386,80
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Jornal do Commercio (PE)	08/04/2010	1.547,00
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	Jornal do Commercio (PE)	14/04/2010	1.856,40
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Jornal do Commercio (PE)	28/04/2010	1.856,40
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0405.2009	Jornal do Commercio (RJ)	07/01/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0389.2009	Jornal do Commercio (RJ)	19/01/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0405.2009	Jornal do Commercio (RJ)	21/01/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0405.2009	Jornal do Commercio (RJ)	25/01/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0359.2009	Jornal do Commercio (RJ)	03/02/2010	1.215,00
Auditoria Ambiental – Usina Termelétrica de Campos	Jornal do Commercio (RJ)	18/02/2010	1.017,00
Auditoria Ambiental – Usina Termelétrica de Santa Cruz	Jornal do Commercio (RJ)	18/02/2010	1.017,00
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0359.2009	Jornal do Commercio (RJ)	03/03/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0004.2010	Jornal do Commercio (RJ)	11/03/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0001.2010	Jornal do Commercio (RJ)	17/03/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0026.2009	Jornal do Commercio (RJ)	13/04/2010	1.417,50
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0001.2010	Jornal do Commercio (RJ)	15/04/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0002.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/04/2010	1.215,00
Edital de Intimação – Franz João Haasis – Espólio	Jornal do Commercio (RJ)	19/04/2010	1.864,50
Edital de Intimação – Franz João Haasis – Espólio	Jornal do Commercio (RJ)	20/04/2010	1.864,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00018.2010	Jornal do Commercio (RJ)	06/05/2010	1.620,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0008.2010	Jornal do Commercio (RJ)	06/05/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00013.2010	Jornal do Commercio (RJ)	07/05/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0032.2009	Jornal do Commercio (RJ)	11/05/2010	1.620,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0016.2010	Jornal do Commercio (RJ)	13/05/2010	1.417,50
Aviso de Edital – nº PE.DRN.O.005.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/05/2010	1.620,00
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0032.2010	Jornal do Commercio (RJ)	09/06/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0012.2009	Jornal do Commercio (RJ)	17/06/2010	1.923,75
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0032.2009	Jornal do Commercio (RJ)	18/06/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0049.2010	Jornal do Commercio (RJ)	30/06/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0012.2010	Jornal do Commercio (RJ)	07/07/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0049.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/07/2010	1.215,00

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00089.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/07/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0037.2010	Jornal do Commercio (RJ)	26/07/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0049.2010 (nº Licitação 313280)	Jornal do Commercio (RJ)	26/07/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0419.2010	Jornal do Commercio (RJ)	28/07/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0018.2010	Jornal do Commercio (RJ)	03/08/2010	1.923,75
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0083.2010	Jornal do Commercio (RJ)	04/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0075.2010	Jornal do Commercio (RJ)	09/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00100.2010	Jornal do Commercio (RJ)	09/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0020.2010	Jornal do Commercio (RJ)	06/08/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0087.2010	Jornal do Commercio (RJ)	09/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00123.2010	Jornal do Commercio (RJ)	10/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0049.2010	Jornal do Commercio (RJ)	12/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0113.2010	Jornal do Commercio (RJ)	11/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0083.2010	Jornal do Commercio (RJ)	13/08/2010	1.215,00
Aviso de Edital – nº PE.USFL.O.0002.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/08/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0112.2010	Jornal do Commercio (RJ)	18/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0114.2010	Jornal do Commercio (RJ)	17/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.075.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00097.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.00014.2010	Jornal do Commercio (RJ)	19/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.087.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/08/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00119.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0113.2010	Jornal do Commercio (RJ)	24/08/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0029.2010	Jornal do Commercio (RJ)	01/09/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0014.2010	Jornal do Commercio (RJ)	01/09/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00139.2010 -	Jornal do Commercio (RJ)	13/09/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0005.2010	Jornal do Commercio (RJ)	14/09/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0091.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/09/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0081.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/09/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0155.2010	Jornal do Commercio (RJ)	17/09/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00137.2010	Jornal do Commercio (RJ)	21/09/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00149.2010	Jornal do Commercio (RJ)	23/09/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0025.2010	Jornal do Commercio (RJ)	05/10/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00121.2010	Jornal do Commercio (RJ)	05/10/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00168.2010	Jornal do Commercio (RJ)	05/10/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00156.2010	Jornal do Commercio (RJ)	06/10/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00165.2010	Jornal do Commercio (RJ)	06/10/2010	1.215,00
Edital nº EDT.0023.000029-9/2010 – Irene Ferreira Tavares e Outros	Jornal do Commercio (RJ)	19/10/2010	1.864,50
Edital nº EDT.0023.000029-9/2010 – Irene Ferreira Tavares e Outros	Jornal do Commercio (RJ)	20/10/2010	1.864,50
Edital nº EDT.0023.000028-4/2010 – Amorim Gomes de Pinho	Jornal do Commercio (RJ)	20/10/2010	1.695,00

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Edital nº EDT.0023.000028-4/2010 – Amorim Gomes de Pinho	Jornal do Commercio (RJ)	19/10/2010	1.695,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00142.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/10/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00186.2010	Jornal do Commercio (RJ)	19/10/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0023.2010	Jornal do Commercio (RJ)	21/10/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0006.2010	Jornal do Commercio (RJ)	19/10/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0156.2010	Jornal do Commercio (RJ)	21/10/2010	1.215,00
Aviso de Edital - nº PE.DRN.O.0013.2010	Jornal do Commercio (RJ)	26/10/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0031.2010	Jornal do Commercio (RJ)	27/10/2010	1.620,00
Aviso de Alteração – nº PE.DRN.O.0013.2010	Jornal do Commercio (RJ)	11/11/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0032.2010	Jornal do Commercio (RJ)	12/11/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TQ.DAQ.G.0024.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/11/2010	1.620,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0020.2010	Jornal do Commercio (RJ)	18/11/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0024.2010	Jornal do Commercio (RJ)	19/11/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0033.2010	Jornal do Commercio (RJ)	29/11/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0028/2010	Jornal do Commercio (RJ)	29/11/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0028.2010	Jornal do Commercio (RJ)	30/11/2010	1.417,50
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.00081.2010	Jornal do Commercio (RJ)	07/12/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0202.2010	Jornal do Commercio (RJ)	10/12/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0024.2010	Jornal do Commercio (RJ)	13/12/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00167.2010	Jornal do Commercio (RJ)	13/12/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00033.2010	Jornal do Commercio (RJ)	15/12/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.00028.2010	Jornal do Commercio (RJ)	15/12/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº TP-DAQ.G.0023.2010	Jornal do Commercio (RJ)	15/12/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0032.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/12/2010	1.215,00
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0031.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/12/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.00034.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/12/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0215.2010	Jornal do Commercio (RJ)	16/12/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.0202.2010	Jornal do Commercio (RJ)	20/12/2010	1.215,00
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0024.2010	Jornal do Commercio (RJ)	22/12/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0023.2010	Jornal do Commercio (RJ)	23/12/2010	1.012,50
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0028.2010	Jornal do Commercio (RJ)	27/12/2010	1.012,50
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0036.2010	Jornal do Commercio (RJ)	30/12/2010	1.417,50
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.002.2010	Jornal do Tocantins	11/03/2010	470,05
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.003.2010	Jornal do Tocantins	12/03/2010	470,05
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.001.2010	Jornal do Tocantins	30/03/2010	537,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.005.2010	Jornal do Tocantins	27/04/2010	537,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.004.2010	Jornal do Tocantins	27/04/2010	537,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.006.2010	Jornal do Tocantins	28/04/2010	537,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.007.2010	Jornal do Tocantins	29/04/2010	470,05
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.010.2010	Jornal do Tocantins	27/05/2010	347,60

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.011.2010	Jornal do Tocantins	28/05/2010	347,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.012.2010	Jornal do Tocantins	20/07/2010	442,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.008.2010	Jornal do Tocantins	27/07/2010	442,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.009.2010	Jornal do Tocantins	30/07/2010	442,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.013.2010	Jornal do Tocantins	07/09/2010	442,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.014.2010	Jornal do Tocantins	26/10/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.0.15.2010	Jornal do Tocantins	26/10/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.020.2010	Jornal do Tocantins	30/11/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.0.19.2010	Jornal do Tocantins	30/11/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.017.2010	Jornal do Tocantins	14/12/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.016.2010	Jornal do Tocantins	15/12/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.018.2010	Jornal do Tocantins	29/12/2010	621,60
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0003.2010	Jornal Maré	28/05/2010	468,00
Aviso de Edital – nº PE.DRL.O.00002.2010	Mogi News	25/02/2010	604,80
Aviso de Licitação – nº PE.DRL.O.0004.2010	Mogi News	20/08/2010	552,96
Aviso de Concessão de Licença Ambiental de Instalação – nº 105	Mogi News	03/12/2010	518,40
Extrato de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	O Debate Diário de Macaé	31/12/2010	275,31
Auditoria Ambiental – Usina Termelétrica de Campos	O Dia	18/02/2010	1.092,00
Auditoria Ambiental – Usina Termelétrica de Santa Cruz	O Dia	18/02/2010	1.092,00
Aviso de Requerimento de Licença Ambiental Prévia	O Dia	03/03/2011	1.274,00
Aviso de Requerimento de Licença Ambiental de Instalação	O Dia	08/03/2010	1.092,00
Aviso de Concessão de Licença de Instalação	O Dia	24/03/2010	1.092,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0006.2010	O Dia	18/06/2010	1.092,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0012.2010	O Dia	24/09/2010	1.274,00
Aviso de Edital - Tomada de Preços – nº TP.Centroeste.003.2010	O Dia	08/10/2010	1.820,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00179.2010	O Dia	22/10/2010	1.092,00
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0017.2010	O Dia	21/10/2010	1.274,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRR.O.0013.2010	O Dia	25/10/2010	1.092,00
Aviso de Edital – nº PE.DRN.O.0013.2010	O Dia	26/10/2010	1.274,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00134.2010	O Dia	05/11/2010	1.092,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0179.2010	O Dia	08/11/2010	1.092,00
Aviso de Alteração – nº PE.DRN.O.0013.2010	O Dia	11/11/2010	1.092,00
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00147.2010	O Dia	16/11/2010	1.092,00
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0134.2010	O Dia	19/11/2010	1.092,00
Aviso de Edital - Tomada de Preços – nº TP.Centroeste.002.2010	O Dia	02/12/2010	1.820,00
Aviso de Licitação – nº TP.EM.O.003.2010	O Dia	02/12/2010	1.274,00
Aviso de Retificação – Tomada de Preços TP.Centroeste.002.2010	O Dia	08/12/2010	1.274,00
Aviso de Edital - Tomada de Preços – nº TP.Centroeste.001.2010	O Dia	13/12/2010	1.092,00
Aviso de Alteração – nº TP.EM.O.003.2010	O Dia	22/12/2010	1.456,00
Aviso de Licitação – nº TP.EM.O.006.2010	O Dia	27/12/2010	1.274,00



<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.027.2009	O Estado de São Paulo	07/01/2010	2.018,52
Aviso de Edital – nº TP.APR.C.001.2010	O Estado de São Paulo	26/01/2010	7.024,32
Aviso de Concessão de Autorização de Supressão de Vegetação	O Estado de São Paulo	22/02/2010	7.024,32
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	O Estado de São Paulo	30/03/2010	105.768,00
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.005.2010	O Estado de São Paulo	27/04/2010	9.365,76
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.004.2010	O Estado de São Paulo	27/04/2010	9.365,76
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.006.2010	O Estado de São Paulo	28/04/2010	9.365,76
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.007.2010	O Estado de São Paulo	29/04/2010	8.195,04
Aviso de Edital – nº CO.APR.C.002.2010	O Estado de São Paulo	10/05/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.010.2010	O Estado de São Paulo	27/05/2010	9.365,76
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.011.2010	O Estado de São Paulo	28/05/2010	9.365,76
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0011.2010	O Estado de São Paulo	31/05/2010	7.024,32
Edital de Conhecimento – Ação de Desapropriação	O Estado de São Paulo	15/06/2010	12.877,92
Edital de Conhecimento – Ação de Desapropriação	O Estado de São Paulo	16/06/2010	12.877,92
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0018.2010	O Estado de São Paulo	02/08/2010	8.195,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0014.2010	O Estado de São Paulo	05/08/2010	8.195,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº CO.DRM.O.0001.2010	O Estado de São Paulo	05/08/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0019.2010	O Estado de São Paulo	31/08/2010	8.195,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0023.2010	O Estado de São Paulo	09/09/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0029.2010	O Estado de São Paulo	09/11/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0025.2010	O Estado de São Paulo	25/11/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0031.2010	O Estado de São Paulo	25/11/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0032.2010	O Estado de São Paulo	03/12/2010	8.195,04
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0030.2010	O Estado de São Paulo	06/12/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0027.2010	O Estado de São Paulo	06/12/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0033.2010	O Estado de São Paulo	08/12/2010	8.195,04
Licença Ambiental de Instalação nº 105812 – 345 kV Tijuco Preto	O Estado de São Paulo	10/12/2010	7.024,32
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRM.O.0034.2010	O Estado de São Paulo	20/12/2010	7.024,32
Extrato de Instrumento Contratual – nº TP.DAQ.G.0024.2009	O Globo	22/02/2010	4.512,00
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	O Globo	30/03/2010	137.046,00
Comunicado – Leilão Eólica	O Globo	31/03/2010	4.512,00
Comunicado – Leilão Eólica	O Globo	01/04/2010	4.512,00
Comunicado – Leilão Eólica	O Globo	4/4/2010	7.488,00
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	O Globo	08/04/2010	3.760,00
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	O Globo	14/04/2010	4.004,40
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica Fontes Eólicas	O Globo	28/04/2010	4.004,40
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G0010.2010	O Globo	05/05/2010	4.671,80
Aviso de Alteração – Licitação nº CO.DAQ.G.0010.2010	O Globo	14/05/2010	3.337,00
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	O Globo	24/05/2010	4.671,80
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	O Globo	25/05/2010	4.671,80

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Chamada Pública – Dia 16/06/2010	O Globo	26/05/2010	4.671,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	O Globo	07/06/2010	4.671,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	O Globo	08/06/2010	4.671,80
Chamada Pública – UTE Santa Cruz	O Globo	09/06/2010	4.671,80
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0010.2010	O Globo	09/06/2010	3.337,00
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente	O Globo	17/06/2010	4.671,80
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente	O Globo	18/06/2010	4.671,80
Comunicado Chamada Pública – Leilão de Energia Proveniente	O Globo	20/06/2010	7.753,20
Leilão de Energia Proveniente de Fonte Eólica – Prazo Prorrogado	O Globo	23/06/2010	5.339,20
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0010.2010	O Globo	30/06/2010	3.337,00
Aviso de Edital – nº PE.USFL.O.0002.2010	O Globo	16/08/2010	4.671,80
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	O Globo	31/08/2010	5.339,20
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	O Globo	01/09/2010	5.339,20
Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária 10/09	O Globo	02/09/2010	5.339,20
Edital de Convocação Acionistas – AGE	O Globo	16/10/2010	12.626,64
Edital de Convocação Acionistas – AGE	O Globo	15/10/2010	12.013,20
Edital de Convocação Acionistas – AGE	O Globo	14/10/2010	12.013,20
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Globo	25/10/2010	4.004,40
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Globo	26/10/2010	4.004,40
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Globo	27/10/2010	4.004,40
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Globo	10/11/2010	4.004,40
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Globo	11/11/2010	4.004,40
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Globo	12/11/2010	4.004,40
Aviso aos Acionistas – AGE de 10/09/2010	O Globo	18/11/2010	3.337,00
Aviso aos Acionistas – AGE de 22/10/2010	O Globo	23/11/2010	12.680,60
Aviso aos Acionistas – AGE de 22/10/2010	O Globo	26/11/2010	12.680,60
Aviso aos Acionistas – AGE de 22/10/2010	O Globo	29/11/2010	12.680,60
Ata da AGE Realizada em 22/10/2010	O Globo	25/11/2010	44.048,40
Aviso de Licitação – nº CO.ADA.G.0001.2010	O Granadeiro	11/06/2010	324,00
Aviso de Solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação	O Popular	12/01/2010	787,95
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.002.2010	O Popular	11/03/2010	1.191,19
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.003.2010	O Popular	12/03/2010	1.191,19
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.001.2010	O Popular	29/03/2010	1.361,36
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.005.2010	O Popular	27/04/2010	1.361,36
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.004.2010	O Popular	27/04/2010	1.361,36
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.006.2010	O Popular	28/04/2010	1.361,36
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.007.2010	O Popular	29/04/2010	865,20
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.010.2010	O Popular	27/05/2010	988,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.011.2010	O Popular	28/05/2010	988,80
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.012.2010	O Popular	20/07/2010	840,84

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRB.O.013.2010	O Popular	08/09/2010	1.051,05
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Popular	27/10/2010	900,90
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Popular	26/10/2010	900,90
Comunicado – Leilão de Transmissão – Edital 008/2010	O Popular	25/10/2010	900,90
Aviso de Licitação – nº PE.DAGG.O.0014.2010	O Popular	29/10/2010	900,90
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Popular	10/11/2010	900,90
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Popular	11/11/2010	900,90
Comunicado – UHE Bacia do Rio Teles Pires	O Popular	12/11/2010	900,90
Aviso de Concessão de Licença de Operação – São João Batista do Glória e Outros	O Tempo	26/03/2010	1.489,60
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio 105,9	28/08/2010	84,00
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio 105,9	01/09/2010	168,00
Recolocação da BR 393	Rádio 107 FM	14/04/2010	3.360,00
Construção UHE Simplício	Rádio 107 FM	26/05/2010	840,00
Construção UHE Simplício	Rádio 107 FM	01/06/2010	3.360,00
Recolocação da BR 393	Rádio 87.7 FM –Tutti-Frutt	14/04/2010	984,48
Construção UHE Simplício	Rádio 87.7 FM –Tutti-Frutt	26/05/2010	352,50
Construção UHE Simplício	Rádio 87.7 FM –Tutti-Frutt	01/06/2010	1.410,00
Construção UHE Simplício	Rádio Antena 1	26/05/2010	987,00
Construção UHE Simplício	Rádio Antena 1	01/06/2010	3.948,00
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Radio Castelo Branco	28/08/2010	662,40
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Radio Castelo Branco	01/09/2010	1.324,80
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Clube AM	28/08/2010	40,80
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Clube AM	01/09/2010	81,60
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Clube FM	28/08/2010	77,40
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Clube FM	01/09/2010	154,80
Recolocação da BR 393	Rádio Cultura FM	14/04/2010	1.164,58
Construção UHE Simplício	Rádio Cultura AM	26/05/2010	585,00
Construção UHE Simplício	Rádio Cultura AM	01/06/2010	2.340,00
Recolocação da BR 393	Rádio Jovem Pan FM	14/04/2010	5.376,00
Recolocação da BR 393	Rádio Juventude FM	14/04/2010	2.923,20
Construção UHE Simplício	Rádio Juventude FM	26/05/2010	783,00
Construção UHE Simplício	Rádio Juventude FM	01/06/2010	3.132,00
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Máxima FM	28/08/2010	319,20
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Máxima FM	01/09/2010	638,40
Recolocação da BR 393	Rádio Transamérica	14/04/2010	846,72
Construção UHE Simplício	Rádio Transamérica	26/05/2010	360,00
Construção UHE Simplício	Rádio Transamérica	01/06/2010	1.440,00
Recolocação da BR 393	Rádio Três Rios 1150 AM	14/04/2010	2.822,40
Construção UHE Simplício	Rádio Três Rios 1150 AM	26/05/2010	840,42
Construção UHE Simplício	Rádio Três Rios 1150 AM	01/06/2010	3.361,68

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Vale FM	28/08/2010	72,00
Audiência Pública Conselho de Política Ambiental (Copam)	Rádio Vale FM	01/09/2010	144,00
Edital de Convocação de Audiência – Eia / Rima – Bom Despacho 3	Super Notícia	05/09/2010	2.247,75
Comunicado – Leilão Eólica	Tribuna do Norte	31/03/2010	585,60
Comunicado – Leilão Eólica	Tribuna do Norte	01/04/2010	585,60
Comunicado – Leilão Eólica	Tribuna do Norte	04/04/2010	748,80
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Tribuna do Norte	08/04/2010	488,00
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	Tribuna do Norte	14/04/2010	585,60
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Tribuna do Norte	28/04/2010	585,60
Nota de Esclarecimento sobre Relatório da Aneel	Valor Econômico	30/03/2010	45.205,29
Pregão Eletrônico – nº PE.DRC.O.011.2010	Valor Econômico	10/05/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0011.2010	Valor Econômico	07/05/2010	2.346,24
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0002.2010	Valor Econômico	07/05/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº PR.DAQ.G.0003.2010	Valor Econômico	07/05/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0015.2010	Valor Econômico	25/05/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00057.2010	Valor Econômico	09/06/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0016.2009	Valor Econômico	09/06/2010	2.052,96
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0011.2010	Valor Econômico	09/06/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00035.2010	Valor Econômico	09/06/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº CO.DAQ.G.0015.2010	Valor Econômico	16/06/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0016.2010	Valor Econômico	17/06/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0057.2010	Valor Econômico	22/06/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0011.2010 – 22/07/2010	Valor Econômico	24/06/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.0057.2010	Valor Econômico	14/07/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0120.2010	Valor Econômico	23/07/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0015.2009	Valor Econômico	23/07/2010	2.052,96
Aviso de Alteração – Pregão Eletrônico nº PE.DAQ.G.00057.2010	Valor Econômico	28/07/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00018.2010	Valor Econômico	27/08/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00016.2010	Valor Econômico	27/08/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00015.2010	Valor Econômico	30/08/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00017.2010	Valor Econômico	30/08/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.0081.2010	Valor Econômico	02/09/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00122.2010	Valor Econômico	03/09/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00124.2010	Valor Econômico	03/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0025.2010	Valor Econômico	15/09/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.022.2010	Valor Econômico	17/09/2010	2.346,24
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.00020.2010	Valor Econômico	20/09/2010	2.346,24
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00084.2010	Valor Econômico	20/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00141.2010	Valor Econômico	20/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00160.2010	Valor Econômico	20/09/2010	1.759,68

<b>Título da Publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Data da Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00125.2010	Valor Econômico	20/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº PE.DAQ.G.00126.2010	Valor Econômico	22/09/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0021.2010	Valor Econômico	22/09/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0160.2010	Valor Econômico	22/09/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0022.2010	Valor Econômico	23/09/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0019.2010	Valor Econômico	23/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0021.2010	Valor Econômico	28/09/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0024.2010	Valor Econômico	28/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0022.2010	Valor Econômico	28/09/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0023.2010	Valor Econômico	28/09/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0084.2010	Valor Econômico	28/09/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.026.2010	Valor Econômico	29/09/2010	2.346,24
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0022.2010	Valor Econômico	05/10/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0141.2010	Valor Econômico	01/10/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0125.2010	Valor Econômico	01/10/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – nº TP.DAQ.G.0027.2010	Valor Econômico	05/10/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0018.2010	Valor Econômico	08/10/2010	2.052,96
Aviso de Licitação – nº CO.DAQ.G.0027.2010	Valor Econômico	08/10/2010	2.052,96
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0126.2010	Valor Econômico	08/10/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0026.2010	Valor Econômico	08/11/2010	1.759,68
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0027.2010	Valor Econômico	08/11/2010	2.052,96
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0022.2010	Valor Econômico	10/11/2010	1.466,40
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº PE.DRC.O.0025.2010	Valor Econômico	26/11/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0084.2010	Valor Econômico	08/12/2010	1.759,68
Aviso de Alteração – nº TP.DAQ.G.0022.2010	Valor Econômico	10/12/2010	1.466,40
Aviso de Alteração – nº PE.DAQ.G.0084.2010	Valor Econômico	21/12/2010	1.759,68
Comunicado – Leilão Eólica	Zero Hora	31/03/2010	1.178,22
Comunicado – Leilão Eólica	Zero Hora	01/04/2010	1.178,22
Comunicado – Leilão Eólica	Zero Hora	04/04/2010	1.655,64
Comunicado – Parceiros Privados – Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Zero Hora	08/04/2010	981,85
Comunicado – Prorrogação – Seleção de Parceiros – 27/04/2010	Zero Hora	14/04/2010	1.178,22
Comunicado – Projetos de Geração de Energia Elétrica de Fontes Eólicas	Zero Hora	28/04/2010	1.178,22
<b>Total</b>			<b>3.800.088,50</b>

## Patrocínios

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio a Evento	9000000052	Recursos financeiros para realização do Primeiro Encontro dos Profissionais Intérpretes de Libras do Estado do Rio de Janeiro.	09/02/2010	09/02/2010	09/03/2010	1.940,00	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado do Rio	1.940,00
Patrocínio a Evento	9000000269	Recursos financeiros para apoio a realização da XIV Semana Acadêmica de Engenharia de Alimentos	29/04/2010	29/04/2010	29/05/2010	5.000,00	Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica (UFRRJ)	5.000,00
Patrocínio a Evento	9000000270	Patrocínio para o X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas	29/04/2010	29/04/2010	29/05/2010	50.000,00	Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica (UFRRJ)	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000271	Patrocínio para o Seminário Internacional - Caminhos e Desafios para a Qualidade - Construir o Futuro Baseado na Ética e na Confiança	30/04/2010	30/04/2010	29/05/2010	39.415,00	Comitê Brasileiro da Qualidade - ABNT/CB-25	39.415,00
Patrocínio a Evento	9000000276	Patrocínio para a 3ª Edição do Fórum Capixaba de Energia que tem como objetivo principal discutir a política energética, a participação do Estado do Espírito Santo na geração futura de energia elétrica, utilizando gás natural e a força dos ventos	14/05/2010	14/05/2010	30/06/2010	35.000,00	Multieventos Organização e Gestão de Eventos Ltda.	35.000,00
Patrocínio a Evento	9000000279	Patrocínio para o Evento Ambiental 2010 - Sustentabilidade Empresarial no Brasil: Modelos e Tendências que tem o objetivo de discutir, no ambiente acadêmico e científico, o conceito de sustentabilidade a partir da visão das empresas do agronegócio brasileiro e das geradoras de energia	20/05/2010	20/05/2010	20/06/2010	35.000,00	Instituto Brasil de Estudos, Pesquisas e Gestão Estratégica de Competências	35.000,00
Patrocínio a Evento	9000000286	7º Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas	18/06/2010	18/06/2010	18/07/2010	30.000,00	GSC Eventos Especiais Ltda.	30.000,00

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio a Evento	9000000287	7º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética e Expo Eficiência	18/06/2010	18/06/2010	18/07/2010	40.000,00	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia	40.000,00
Patrocínio a Evento	9000000288	27º Congresso Mineiro de Municípios, que consolida o conceito de gestão pública em pauta permanente, criando agenda sobre o tema e envolvendo municípios, prefeitos e agentes políticos para melhoria da gestão municipal. O tema foi "Gestão e Tecnologia"	22/06/2010	22/06/2010	22/07/2010	50.000,00	Associação Mineira de Municípios	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000290	VII Simpósio sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas que reúne profissionais relacionados ao setor de energia interessados na difusão de assuntos institucionais, estudos ambientais, projeto, construção e operação de usinas, fabricantes e montadoras de equipamentos eletromecânicos, demais profissionais e estudantes	28/06/2010	28/06/2010	28/07/2010	60.000,00	Comitê Brasileiro de Barragens	60.000,00
Patrocínio a Evento	9000000292	VI <i>Workspot</i> que trata de temas técnicos relativos a transformadores de potência e reatores <i>shunt</i> , envolvendo empresas de energia elétrica, fabricantes, centro de pesquisas e universidades	30/06/2010	30/06/2010	30/07/2010	50.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil)	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000301	IV Simpósio de Suprimento e Logística das Empresas do Setor Elétrico (Supre)	09/07/2010	09/07/2010	09/08/2010	30.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge)	30.000,00
Patrocínio a Evento	9000000302	6º Semana de Cultura e Cidadania da PUC Goiás, destinado a materializar o acesso da população de baixa renda a inúmeros serviços, atividades culturais e espaços formativos	30/06/2010	30/06/2010	30/07/2010	5.000,00	Sociedade Goiana de Cultura / Universidade Católica de Goiás	5.000,00

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio a Evento	9000000307	33º Congresso Internacional da <i>International Association for Energy Economics</i> (IAEE) que constitui-se no principal fórum global de discussão sobre economia da energia	04/08/2010	04/08/2010	04/09/2010	15.000,00	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)	15.000,00
Patrocínio a Evento	9000000308	52º Congresso Brasileiro do Concreto	05/08/2010	05/08/2010	05/09/2010	60.000,00	Instituto Brasileiro do Concreto	60.000,00
Patrocínio a Evento	9000000310	14º edição do evento <i>International Conference on Atmospheric Electricity</i> (ICAE) a ser realizado em 2011	19/08/2010	19/08/2010	19/09/2010	100.000,00	Fundação de Ciência Aplicações e Tecnologia Espaciais	100.000,00
Patrocínio a Evento	9000000313	3º Encontro de Auditores de Sistema de Gestão	01/09/2010	01/09/2010	01/10/2010	25.000,00	Associação Brasileira de Ensaaios Não Destrutivos e Inspeção	25.000,00
Patrocínio a Evento	9000000314	XI Seminário Nacional de Telecomunicações	01/09/2010	01/09/2010	01/10/2010	40.000,00	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações	40.000,00
Patrocínio a Evento	9000000315	XV Congresso Nacional das Profissões Liberais (Conad) que tem como tema central "Gestão de Talentos Pessoais"	01/09/2010	01/09/2010	01/10/2010	50.000,00	Associação Goiana de Administração	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000317	5º Circuito de Tecnologia da Informação & Profissões com objetivo de alargar as fronteiras do conhecimento para adequá-las às ferramentas e tecnologias presentes no mundo do trabalho e fornecer orientação profissional e mercadológica sobre as profissões	21/09/2010	21/09/2010	21/10/2010	14.915,50	Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac)	14.915,50
Patrocínio a Evento	9000000319	XXVI Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Enconsel)	29/09/2010	29/09/2010	29/10/2010	120.000,00	Nova Podium de Eventos e Turismo Ltda.	120.000,00
Patrocínio a Evento	9000000330	XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia (Cbmet)	28/10/2010	28/10/2010	28/11/2010	5.000,00	Sociedade Brasileira de Meteorologia	5.000,00



<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio a Evento	9000000333	<i>International Conference on Grounding and Earthing (Ground' 2010)</i> e <i>4th International Conference on Lightning Physics and Effects</i> destacando-se as atividades: palestras, sessões técnicas específicas, incluindo sessão sobre Sistemas de Detecção de Raios com apresentação sobre a Brasildat e exposição técnica/comercial, onde diversas empresas apresentam seus produtos e promovem divulgação	03/11/2010	03/11/2010	03/12/2010	50.000,00	Sociedade Brasileira de Proteção Elétrica (SB-RAI)	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000336	27º Congresso Interamericano de Relações Públicas para debater o papel dos profissionais de relações públicas no relacionamento com os governos e comunidades para a preservação e sustentabilidade do meio ambiente, exercitando formas de como contribuir nesse processo	10/11/2010	10/11/2010	10/12/2010	50.000,00	Associação Brasileira de Relações Públicas, Seção Distrito Federal	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000340	6º Seminário Nacional de Transportes das <i>Utilities</i> (Senatrans)	22/11/2010	22/11/2010	22/12/2010	50.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge)	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000348	XI Encontro para Debates de Assuntos de Operação (EDAO) para promoção de temas atuais e perspectiva para a operação do SIN e suas instalações, bem como a troca de experiências e a integração entre as empresas participantes	07/12/2010	07/12/2010	07/01/2011	60.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil)	60.000,00
Patrocínio a Evento	9000000349	X Seminário Técnico de Proteção e Controle (STPC) para expandir a discussão das questões de proteção e controle dos sistemas inteligentes de energia elétrica, incluindo a geração, transmissão e distribuição, e experiências de Pesquisa & Desenvolvimento	07/12/2010	07/12/2010	07/01/2011	50.000,00	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil)	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000350	VIII Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas com foco nas questões de recuperação ambiental decorrentes das atividades de mineração, estradas, grandes barragens, geração de energia, empreendimentos industriais, reflorestamentos, urbanização e agropecuária	06/12/2010	06/12/2010	06/12/2010	10.000,00	Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná	10.000,00

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio a Evento	9000000351	Seminário <i>Green Economy Coalition</i> - Diálogos Nacionais: Seminário "Rumo à Rio+20", em nível mundial. Coalizão lançada em 2009 por iniciativa do Programa das Nações Unidas	06/12/2010	06/12/2010	06/01/2011	35.000,00	<i>Vitae Civilis</i> para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz	35.000,00
Patrocínio a Evento	9000000355	Cerimônia do Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão	14/12/2010	14/12/2010	14/01/2011	15.000,00	Instituto Paulista de Excelência da Gestão	15.000,00
Patrocínio Cultural	9000000038	Divulgação do espetáculo teatral "O Amante", comédia escrita em 1963 por Harold Pinter	14/01/2010	14/01/2010	31/12/2010	160.000,00	Imagem Essencial Produções Culturais Ltda.	160.000,00
Patrocínio Cultural	9000000040	Natal no Campus, projeto criado em 2005 pela reitoria da Universidade Federal de Itajubá para abrir as portas para a comunidade, sempre ao final do ano, por ocasião das festas natalinas. O objetivo é criar festival contando com apresentação de orquestra sinfônica, grupos de dança, grupos de teatro, apresentações musicais, apresentações de grupos corais, oficinas de criação artística, para um grande público	14/01/2010	14/01/2010	31/12/2010	80.000,00	Mapema Produções e Eventos Ltda.	80.000,00
Patrocínio Cultural	9000000148	Memória Viva, projeto para contar a história do Brasil contemporâneo, a partir da visão dos trabalhadores dos diferentes segmentos que formam a sociedade brasileira, em especial dos aposentados que atuaram no setor por mais de 30 anos, por meio de uma publicação. O livro resgata, por meio de entrevistas com ex-empregados aposentados, pesquisas e imagens, as histórias e universo desses trabalhadores	25/02/2010	25/02/2010	16/02/2011	50.000,00	Arquitetura, Restauração e Arte Ltda. (Restarq)	50.000,00
Patrocínio Cultural	9000000318	40 Anos Festival Nacional da Cultura (Fenac) que contempla cinema, teatro, dança, poesia, artes plásticas, músicas nas ruas, além de oficinas culturais	24/09/2010	24/09/2010	24/10/2010	200.000,00	Fenac Promoções e Eventos Ltda.	200.000,00

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio Cultural	9000000326	Produção do curta “A Montanha, o Menino e o Divino” que conta a história de Chiquinho, criança que tem grande fardo na vida, vive com seu avô Aquino, que sofre com problemas da idade.	07/10/2010	07/10/2010	28/02/2011	200.000,00	Madial Filmes Publicidade e Marketing Ltda.	200.000,00
Patrocínio Cultural	9000000328	Realização de 5 shows de música e 5 <i>workshops</i> nas cidades do RJ e SP	25/10/2010	25/10/2010	30/03/2011	150.000,00	Send Music Produções Artísticas Ltda.	150.000,00
Patrocínio Cultural	9000000332	Publicação de livro ilustrado sobre a história e memória do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com cuidadoso tratamento formal e de conteúdo, revelando desde os detalhes de sua construção e de sua programação artística até os dias atuais	29/10/2010	29/10/2010	31/01/2011	164.939,00	Jauá Empreendimentos Culturais Ltda.	164.939,00
Patrocínio Cultural	9000000334	Projeto Inhotim em Cena	05/10/2010	05/10/2010	06/12/2010	236.020,00	Instituto Cultural Inhotim	236.020,00
Patrocínio Cultural	9000000341	Concerto Instrumental de Harmônica de Boca e Gravação de CD em comemoração aos 75 anos de Maurício Einhorn	24/11/2010	24/11/2010	30/01/2011	69.690,00	Maurício Einhorn	69.690,00
Patrocínio Cultural	9000000342	Equipar espaço disponibilizado pela Instituição para apresentações teatrais, e realizar oficinas de Artes Cênicas e Música, no Bairro Parque Fluminense, Município de Duque de Caxias (RJ), de julho de 2009 a julho de 2010, voltada para a população de baixa renda. As oficinas são direcionadas ao público jovem (12 a 18 anos), com apresentações ao término	30/11/2010	30/11/2010	30/11/2011	100.000,00	Associação Beneficente Adilson Moreira Theodoro	100.000,00

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio Cultural	9000000325	Festival com exibição de filmes que contribuam para o desenvolvimento do curta-metragem quanto à sua linguagem, formato específico e forma de produção. Tem como objetivo promover a consolidação de uma política de ação cultural regular que, além de valorizar a criação audiovisual, visa atualizar permanentemente o registro do patrimônio artístico de nosso País representado pela produção de filmes de curta-metragem	13/10/2010	13/10/2010	13/11/2010	70.600,00	Associação Cultural Kinoforum	70.600,00
Patrocínio Cultural	9000000329	Promover o Circuito de Encontro de Bandas de Música, de janeiro/2010 a junho/2011, em 8 cidades brasileiras: Araponga, Carangola, Caratinga e Leopoldina, em Minas Gerais; Bom Jesus do Itabapoana e Raposo, no Rio de Janeiro; e Alegre e Guaçuí, no Espírito Santo	25/10/2010	25/10/2010	26/03/2011	150.000,00	Niza Delácio Drumond Albuquerque	65.000,00
Patrocínio Cultural	9000000331	Utilização do bem imaterial "Folia de Reis" em Presidente Olegário (MG) como instrumento de promoção e desenvolvimento social, cultural e turístico municipal. Além da salvaguarda do bem imaterial, pretende-se trabalhar, simultaneamente, a vinculação dessa cidade com a folia de Reis, por meio da criação de marca, desenvolvimento de plano de mídia e publicação de revista para educação patrimonial, confeccionados a partir do conhecimento acumulado registrado	29/10/2010	29/10/2010	29/11/2010	141.924,56	Estilo Nacional Ltda. EPP	141.924,56
Patrocínio Cultural	9000000337	Encenar a peça "Lições de Motim" do dramaturgo goiano Hugo Zorzetti e promover temporada de 20 apresentações em Goiânia em Pirenópolis (GO)	21/10/2010	21/10/2010	21/04/2011	75.075,50	Anthropos Companhia de Arte	75.075,50

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objeto do Patrocínio</b>	<b>Data Assinatura</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor do Patrocínio (R\$)</b>	<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Valor Transferido em 2010 (R\$)</b>
Patrocínio Cultural	9000000338	Evento acontece no Rio de Janeiro de 08 a 17 de Novembro com participação de cineastas de outros estados brasileiros, de países africanos e latino americanos, além de representantes Governo brasileiro e do consulado da França, parceiro há 4 anos. Realiza 4 oficinas e avaliação final, 4 dias de Seminário “Cinema”, sessões com filmes curtas, médias e longas metragem com a temática afro descendente. Registra o seminário e as entrevistas na produção de vídeo	21/10/2010	21/10/2010	21/12/2010	100.000,00	Associação de Cultura e Meio Ambiente	100.000,00
Patrocínio Cultural	9000000343	Longa metragem de ficção que conta a história de jovem casal apaixonado que, ao se mudar para Lisboa, começa a escrever romance cujos protagonistas são representação deles mesmos vivendo circunstâncias ficcionais	29/11/2010	29/11/2010	31/12/2011	600.000,00	Meios de Produção e Comunicação Ltda.	360.000,00
Patrocínio Cultural	9000000344	Patrimônio Imaterial - Realiza oficinas de canto, construção, culinária típica e informática, para resgatar a cultura negra fora e dentro do País	27/10/2010	27/10/2010	27/11/2011	109.230,00	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem	109.230,00
Patrocínio Cultural	9000000346	Realizar pesquisa dos ritmos da música brasileira, por 16 estados, ao longo de 18 meses, com o intuito de tornar o conteúdo acessível à sociedade. O resultado da pesquisa será editado na forma de Anais e CD-Rom, disponíveis para consulta em bibliotecas públicas, universidades de música e de comunicação. A distribuição será gratuita	17/11/2010	17/11/2010	17/09/2011	250.000,00	Edição Musicais Moleque Ltda.	150.000,00
<b>Total</b>		<b>48</b>				<b>4.088.749,56</b>		<b>3.663.749,56</b>

## **19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

### **19.1. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UJ**

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2010, é de 10% da remuneração média mensal (excluídos os benefícios) percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292/1996, o que correspondeu, em dezembro de 2010, a R\$ 3.095,67.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva foi fixada pelo Conselho de Administração, em montante que resultou R\$ 30.956,74 (de abril a dezembro de 2010), não computados os benefícios (seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio-refeição, participação nos lucros e resultados e auxílio-moradia).

Valores em R\$ 1,00

**QUADRO C.12.1. REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

**Conselho de Administração**

Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Luiz Paulo Fernandez Conde	15/08/2007		2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	6.191,34	39.801,48
Carlos Nadalutti Filho	03/10/2008	14/03/2011	2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	6.191,34	39.801,48
Alexandre Meira da Rosa	15/08/2007	01/08/2010	2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67						21.227,46
Pedro Carlos Hosken Vieira	22/07/2008	02/04/2010	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26									11.793,04
Armando Casado de Araujo	02/04/2010					3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	6.191,34	30.956,70
Francisco Romario Wojcicki	25/04/2008		2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	6.191,34	39.801,48
Vladimir Muskatirovic	30/04/2010					2.992,48	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	6.191,34	30.853,51
Flavio Decat de Moura	19/08/2009	02/04/2010	2.948,26	2.948,26	2.948,26	2.948,26									11.793,04
Carlos Augusto Vidotto	12/11/2010												3.095,67	3.095,67	6.191,34

**Conselho Fiscal**

Nome do Conselheiro(a) (Titular - T / Suplente - S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Armando Casado de Araujo (T)	19/08/2009		2.948,26	2.948,26	2.948,26										8.844,78
João Vicente. Amato Torres (S)															
Marisete Fátima Dadald Pereira (T)	25/04/2008		2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	36.705,81
Ronaldo Sérgio M. Lourenço (S)															
Antonio de Pádua Ferreira Passos (T)	25/04/2008		2.948,26	2.948,26	2.948,26	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	36.705,81
Israel da Silva (S)															
Sônia Regina Jung (T)	30/04/2010					3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	3.095,67	27.861,03

**QUADRO C.12.2. SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Identificação do Órgão Diretoria Executiva			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
<b>Número de Membros:</b>	9	7	6
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>2.666.865,52</b>	<b>2.666.865,52</b>	<b>2.666.865,52</b>
a) salário ou pró-labore	2.057.572,37	2.306.912,92	2.462.129,38
b) benefícios diretos e indiretos			
- tíquete refeição	29.969,00	33.875,00	33.277,50
- auxílio creche/Reembolso educacional	-	21.050,00	27.715,60
- auxílio moradia	14.400,00	21.600,00	21.600,00
- auxílio transporte	2.459,11	2.459,11	-
- auxílio funeral	3.652,50	3.652,50	-
- ajuda custo transferência pela nomeação	112.744,00	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros			
- férias	69.815,42	170.530,69	122.143,04
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>264.121,95</b>	<b>323.395,86</b>	<b>293.115,56</b>
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	264.121,95	323.395,86	293.115,56
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>2.554.734,35</b>	<b>2.883.476,08</b>	<b>2.959.981,08</b>
<b>IV – Benefícios Pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	56.372,00	-	-
<b>VI – Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-

Identificação do Órgão Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
<b>Número de Membros:</b>	5	4	4
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>107.883,57</b>	<b>115.485,88</b>	<b>116.322,99</b>
a) salário ou pró-labore	107.883,57	115.485,88	116.322,99
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-



c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>107.883,57</b>	<b>115.485,88</b>	<b>110.117,43</b>
<b>IV – Benefícios Pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-

**Identificação do Órgão  
Conselho de Administração**

Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
<b>Número de Membros:</b>	10	7	9
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>189.015,70</b>	<b>227.630,40</b>	<b>232.219,53</b>
a) salário ou pró-labore	189.015,70	227.630,40	232.219,53
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>189.015,70</b>	<b>227.630,40</b>	<b>232.219,53</b>
<b>IV – Benefícios Pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-

**20. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**

**20.1. UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

---

**Identificação da Entidade**

**a) Nome:**

Real Grandeza

**b) Razão Social:**

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

**c) CNPJ:**

34.269.803/0001-68

---

**d) Demonstrativo Anual**

**1. Valor total da folha de pagamento bruta dos empregados participantes**

R\$ 1.007.811 mil \*

\* Informação contábil.

**2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes**

<b>Plano</b>	<b>Valor (R\$ Mil)</b>
Benefício Definido (BD)	61.026
Contribuição Definida (CD)	18.090
<b>Total</b>	<b>79.116</b>

**3. Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora**

<b>Plano</b>	<b>Valor (R\$ Mil)</b>
Benefício Definido (BD)	76.217
Contribuição Definida (CD)	14.196
<b>Total</b>	<b>90.413</b>

**4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora**

**Cobertura de despesas administrativas à FRG**

<b>Plano</b>	<b>Valor</b>
Benefício Definido (BD)	24.041.483,09
Contribuição Definida (CD)	4.164.468,77
<b>Total</b>	<b>28.205.951,86</b>

**5. Discriminação da Razão ou Motivo do Repasse de Recursos que Não Sejam Contribuições**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$ Mil)</b>
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	613.130
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	30.561
Custeio Administrativo	39.228
<b>Total</b>	<b>682.919</b>

---

## 6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

## 7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

A Secretaria de Previdência Complementar não existe mais. Até o momento, não houve manifestação oficial.

## 8. Avaliação da Política de Investimento da Entidade Fechada de Previdência Complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional

### Política de Investimentos da FRG em 31.12.2010

#### Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação %	
		Plano	Total
Renda Fixa	6.300.917.437	76,79	73,27
Renda Variável	1.447.284.283	17,64	16,83
Imóveis	200.445.993	2,44	2,33
Empréstimos a participantes	257.073.128	3,13	2,99
<b>Total do Plano BD</b>	<b>8.205.720.781</b>	<b>100,0</b>	<b>95,42</b>

#### Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação %	
		Plano	Total
Renda Fixa	163.448.306	71,84	1,90
Renda Variável	40.929.531	17,99	0,48
Empréstimos a participantes	23.138.617	10,17	0,27
<b>Total do Plano CD</b>	<b>227.516.454</b>	<b>100,0</b>	<b>2,65</b>

#### Fundos Assistenciais

Segmento	Valor (R\$)	Participação %	
		Plano	Total
Renda Fixa	118.800.586	99,75	1,38
Empréstimos a participantes	300.544	0,25	0,00
<b>Total dos Fundos Assistenciais</b>	<b>119.101.130</b>	<b>100,0</b>	<b>1,38</b>

#### Programa Administrativo

Segmento	Valor (R\$)	Participação %	
		Plano	Total
Renda Fixa	46.863.330	100,00	0,54
<b>Total do Programa Administrativo</b>	<b>46.863.330</b>	<b>100,00</b>	<b>0,54</b>

## Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade do Plano BD da Real Grandeza atingiu, em 2010, 18,01% que, comparada com a inflação acumulada de 6,47% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real de 10,84%, equivalente a 4,57% acima da meta atuarial (INPC + 6% ao ano). O Plano BD, responsável por 95% dos recursos investidos, alcançou esta rentabilidade devido a estratégia de aplicar em Títulos do Governo Federal indexados à inflação, com vencimento até 2045, diante da expectativa de que as taxas de juros de

---

longo prazo no Brasil, atualmente, em cerca de 6% ao ano, possam convergir para um patamar em torno de 4%, como observado em outros países emergentes.

No Plano CD, a rentabilidade calculada pela variação da cota, atingiu, no mesmo período, o percentual de 16,31 que, comparada com a inflação acumulada de 11,31% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade líquida de inflação, de 1,44%, abaixo da meta atuarial (IGP-DI + 6%). Com a aceleração inflacionária do IGP-DI e o desempenho pouco atrativo do mercado de ações não foi possível alcançar a meta de investimentos estabelecida no ano de 2010.

Com relação aos Fundos Assistenciais compostos por recursos do plano de saúde gerido pela Real Grandeza, os investimentos tiveram rentabilidade de 10,77%, superior a variação de 9,78% apresentada por sua meta de investimentos (taxa Selic).

Quanto ao Programa Administrativo, a rentabilidade do investimento ficou 0,2% abaixo da meta de investimentos da taxa Selic.

<b>Discriminação</b>	<b>Rentabilidade de Investimento (%)</b>	<b>Meta de Rentabilidade Exigida (%)</b>
Plano BD	18,01	12,85 *
Plano CD	16,31	17,98 **
Fundos Assistenciais	21,60	9,78 ***
Programa Administrativo	9,56	9,78 ***

\* INPC + 6% a.a.

\*\* IGP – DI + 6% a.a.

\*\*\* Selic

---

e) Conclusões Contidas no Parecer da Auditoria Independente



Tel.: +55 (21) 3534-7500  
Fax: +55 (21) 2221-1395  
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes  
Rua 7 de Setembro, 71  
15º e 21º andares - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
20.050-005

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, participantes e patrocinadoras da  
Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **OPINIÃO**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

## **ÊNFASE**

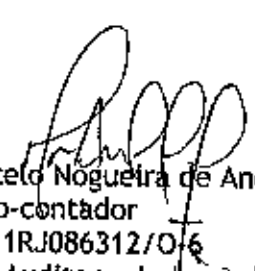
Conforme mencionado na nota 10, em agosto de 2007 a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/007/ESRJ emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, resultante do exame do período compreendido entre janeiro de 2002 a fevereiro de 2007 e abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido e ao PLAMES. O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do PLAMES. No entanto, a Fundação elaborou uma manifestação contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando a elucidar a equipe de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando assim, evitar os citados aumentos. Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Ofício nº 176/ERRJ/PREVIC, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

Com relação ao Plano BD, o Conselho Deliberativo, levando em consideração as exigências da PREVIC, os princípios de equilíbrio financeiro atuarial do plano e outros aspectos identificados pelo grupo designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano, aprovou por meio da RC nº 001/172 um novo plano de custeio definido em regulamento, em que as principais alterações são: (a) eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal, (b) Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as Patrocinadoras do plano e a REAL GRANDEZA e (c) Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para os assistidos. Como não foram concluídas todas as obrigações para implantação do novo plano de custeio, procedeu-se ao encerramento do exercício mantendo-se inalterado o plano de custeio do Plano BD. Caso o plano proposto pudesse ter sido aplicado, o superávit acumulado de R\$1.275.407 mil seria reduzido para R\$940.498 mil.

## **OUTROS ASSUNTOS**

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao Item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011



Marcelo Nogueira de Andrade  
Sócio-contador  
CRC 1RJ086312/O-6  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

## f) Conclusões do Último Estudo Atuarial

Real Grandeza - Plano CD

# Parecer Atuarial

Avaliamos atuarialmente o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial em 31/12/2010 e propor um plano de custeio para o período de abril/2011 a março do ano seguinte.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

## Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 30/9/2010. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Informamos que a base de dados contempla aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear
- 2,82% para representar o impacto do PCR - novo plano de carreira e remuneração para os participantes da Patrocinadora Furnas

## Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2010 e 2009 foram:

<u>Hipótese</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de Mortalidade Geral	RP2000 Geracional <sup>1</sup>	AT83 <sup>1</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled <sup>1</sup>	RP2000 Disabled <sup>1</sup>
Tábua de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1 <sup>1</sup>	Wyatt 85 Class 1 <sup>1</sup>
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Desligamento	T-1 Service Table	T-1 Service Table
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.

<sup>1</sup> Tábuas específicas por sexo.



<u>Hipótese</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aposentadoria <sup>1</sup>	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 2,5% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 1,5% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 7/1/2011 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 14/2/2011. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 8/12/2010 (Furnas) e 17/11/2010 (Real Grandeza).

As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Aderência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2010, o qual indicou como aderentes as tábuas de entrada em invalidez e mortalidade de inválidos, já adotadas para o Plano, e inconclusivo para as tábuas de mortalidade geral e rotatividade. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Nesta avaliação, a tábua de mortalidade geral foi alterada para a RP-2000 Geracional. Dentre as razões técnicas para utilização da RP-2000, destacamos:

- Única tábua construída exclusivamente a partir de dados de fundos de pensão;
- Possibilidade de projeção de tendências futuras e mortalidade
- Experiência mais recente do que a de tábuas como a UP-94 e a GAM-94

A utilização de escalas de projeção de melhoria anual na sobrevivência de participantes, vem sendo disseminada na comunidade internacional de atuária. No Brasil, a Norma Atuarial nº1 do Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e o Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão recomendam que as hipóteses atuariais incorporem antecipadamente tendências futuras de aumento da expectativa de vida no mundo, inclusive no Brasil.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziram resultados diferentes.

### Características do Plano

O Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza é um plano essencialmente de Contribuição Definida na fase de capitalização, tendo, porém, o Benefício Mínimo e Saldo Projetado em caso de morte e invalidez que caracterizam uma parcela de benefício definido neste plano. Além disso, há a opção de renda vitalícia para os participantes assistidos. Assim, o plano está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

<sup>1</sup> Para participantes na 2º elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

## Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 233.092.890,96, posicionada em 31/12/2010. A parcela correspondente aos benefícios de risco dos benefícios a conceder é de R\$ 11.121.925,06 e a parcela de risco dos benefícios concedidos totaliza R\$ 2.098.279,00. O custo dos benefícios de risco para 2011 equivale a 0,23% do total dos Salários de Contribuição.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2010 estão detalhadas no quadro a seguir:

<b>231100000000</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>233.092.890,96</b>
<b>231101000000</b>	<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>3.661.249,45</b>
231101010000	Contribuição Definida	882.403,45
231101010100	Saldo de Contas dos Assistidos	882.403,45
231101020000	Benefício Definido Estruturados em Regime de Capitalização	2.778.846,00
231101020100	Valor Atual Benefícios Futuros Programados - Assistidos	680.567,00
231101020200	Valor Atual Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.098.279,00
	Aposentadoria por Invalidez	93.350,00
	Pensão	2.004.929,00
<b>231102000000</b>	<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>229.431.641,51</b>
231102010000	Contribuição Definida	218.309.716,45
231102010100	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	90.663.211,76
231102010200	Saldo de Contas - Parcela Participantes	127.646.504,69
231102020000	Benefício Definido	11.121.925,06
231102020000	Benefício Definido - Regime de Capitalização Programados	0,00
231102020000	Benefício Definido - Regime de Capitalização Não Programado	11.121.925,06
	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	14.711.155,00
	Aposentadoria por Invalidez	10.251.151,00
	Pensão	4.460.004,00
	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.589.229,94)
<b>231103000000</b>	<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>0,00</b>
231103010000	Serviço Passado	0,00
231103020000	Déficit Equacionado	0,00
231103030000	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<b>231200000000</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
231201000000	Resultados Realizados	0,00
231201010000	Superávit Técnico Acumulado	0,00
231201010100	Reserva de Contingência	0,00
231201010200	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
231201020000	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
<b>232000000000</b>	<b>Fundos</b>	<b>9.677.568,25</b>
232100000000	Fundos Previdenciais	0,00
232200000000	Fundos Administrativos	9.165.104,83
232300000000	Fundos dos Investimentos	512.463,42

A alteração da tábua de mortalidade geral para a RP2000 Geracional, levou a uma redução de 17% em relação à obrigação total da parcela de Benefício Definido do Plano, explicada principalmente pela redução dos pagamentos esperados do benefício por morte, resultante de uma menor mortalidade gerada pela alteração da tábua.

### Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2010:

	Valores em R\$ 1,00
	31/12/2010
Ativo Total	243.340.637,73
Exigível Operacional	(570.178,52)
Exigível Contingencial	0,00
Fundos	(9.677.568,25)
Ativo Líquido Previdencial	233.092.890,96

O Ativo Líquido Previdencial do Plano corresponde à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um equilíbrio atuarial.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

### Plano de Custeio

O plano de custeio vigorará de abril/2011 a março/2012.

#### Segmento Contribuição Definida:

O Plano Anual de Custeio, de acordo com a Seção 5 do Regulamento do Plano, prevê as seguintes contribuições:

- Contribuição básica de Participante, correspondentes a 2,0% do seu Salário de Contribuição mais um percentual, à sua escolha, entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu Salário de Contribuição excedente a 7 Unidades de Referência (URs).
- Contribuição voluntária de Participante, limitadas a 10,0%, desde que efetue contribuições básicas.
- Contribuição esporádica de Participante, em valor não inferior a 3 URs, nem superior a 5 vezes seu salário de contribuição.
- Contribuição regular da Patrocinadora, equivalente à Contribuição básica de Participante, descontando-se a Contribuição específica e a Contribuição complementar da Patrocinadora.
- Contribuição complementar da Patrocinadora, destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

O valor da UR em 31/12/2010 é R\$ 260,02.

A contribuição complementar, de 11,11% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,90% da Folha de Salários Reais de Contribuição.

No exercício de 2010, com base no cadastro de setembro/2010 informado pela Fundação Real Grandeza, observou-se uma contribuição média de 13,84% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras e contribuição básica dos participantes.

#### Segmento Benefício Definido:

Para 2011, o desconto da contribuição específica será de 0,23%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano.

#### **Dívidas Contratadas**

Não identificamos, no balancete do Plano de Contribuição Definida, nenhuma dívida contratada com as patrocinadoras do Plano.

#### **Provisões Matemáticas a Constituir**

Não há registro de provisões matemáticas a constituir para o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza.

#### **Rentabilidade do Plano**

A rentabilidade do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2010 o percentual de 16,08% que, comparada com a inflação acumulada de 11,31% (IGPDI-FGV), resultou na taxa de rentabilidade no exercício, líquida de inflação, de 1,62% abaixo da meta atuarial.

#### **Alteração Regulamentar**

Não houve alteração Regulamentar para o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza.

#### **Conclusão**

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

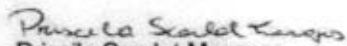
Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas.

Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

  
Luiz Alberto Garcia Alvernaz  
MIBA nº 551

  
Sátyro Florentino Teixeira Neto  
MIBA nº 1.158

  
Priscila Scarlet Marques  
MIBA nº 2.054

N:\RealGrandeza\Ref\Projetos\Val\2010\Parecer\CD\PCD FRG - Parecer 2010.doc

## Parecer Atuarial

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial em 31/12/2010 e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2011.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

### Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 30/9/2010. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Informamos que a base de dados contempla aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear
- 2,82% para representar o impacto do PCR - novo plano de carreira e remuneração para os participantes da Patrocinadora Furnas

### Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2010 e 2009 foram:

<u>Hipótese</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de Mortalidade Geral	RP2000 Geracional <sup>1</sup>	AT83 <sup>2</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled <sup>2</sup>	RP2000 Disabled <sup>2</sup>
Tábua de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1 <sup>2</sup>	Wyatt 85 Class 1 <sup>2</sup>
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Desligamento	T-1 Service Table, - 20%	T-1 Service Table, - 20%
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.

<sup>1</sup> Tábua específica por sexo, escala AA, ano base 2000.

<sup>2</sup> Tábuas específicas por sexo.



<u>Hipótese</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aposentadoria	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade <sup>1</sup>	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade <sup>1</sup>
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC - IBGE <sup>2</sup>	INPC - IBGE <sup>2</sup>

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 7/1/2011 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 14/02/2011. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 08/12/2010 (Furnas) e 03/01/2011 e 11/01/2011 (Eletronuclear).

As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Aderência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2010, o qual indicou como aderentes as tábuas de entrada em invalidez e mortalidade de inválidos, já adotadas para o Plano, e inconclusivo para as tábuas de mortalidade geral e rotatividade. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Nesta avaliação, a tábua de mortalidade geral foi alterada para a RP-2000 Geracional. Dentre as razões técnicas para utilização da RP-2000, destacamos:

- Única tábua construída exclusivamente a partir de dados de fundos de pensão;
- Possibilidade de projeção de tendências futuras e mortalidade
- Experiência mais recente do que a de tábuas como a UP-94 e a GAM-94

A utilização de escalas de projeção de melhoria anual na sobrevivência de participantes, vem sendo disseminada na comunidade internacional de atuária. No Brasil, a Norma Atuária nº1 do Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e o Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão recomendam que as hipóteses atuariais incorporem antecipadamente tendências futuras de aumento da expectativa de vida no mundo, inclusive no Brasil.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziram resultados diferentes.

<sup>1</sup> Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

<sup>2</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## Características do Plano

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza está estruturado na modalidade benefício definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005. Para esta avaliação, utilizamos a proposta de alteração regulamentar encaminhada à então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que já contém as adaptações aos Institutos e todas as normas e atos normativos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 9/7/2004.

Em julho/2005, o Conselho Deliberativo aprovou o fechamento do plano a novas adesões, sem saldá-lo.

## Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 9,05% sobre o total de Salários Reais de Contribuição dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios e Provisões Matemáticas no valor de R\$ 7.475.201.408,00, ambos calculados atuarialmente e posicionados em 31/12/2010.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2010 estão detalhadas no quadro a seguir:

<b>231100000000</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>7.475.201.408,00</b>
<b>231101000000</b>	<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>4.177.391.156,00</b>
231101010000	<i>Contribuição Definida</i>	0,00
231101020000	<i>Benefício Definido Estruturados em Regime de Capitalização</i>	4.177.391.156,00
231101020100	Valor Atual Benefícios Futuros Programados - Assistidos	3.872.878.460,00
	Valor Presente Benefícios Futuros	4.172.767.230,00
	Valor Presente Contribuições Futuras de Assistidos	(299.888.770,00)
231101020200	Valor Atual Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	304.512.696,00
	Valor Presente Benefícios Futuros	307.650.328,00
	Valor Presente Contribuições Futuras de Assistidos	(3.137.632,00)
<b>231102000000</b>	<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>3.297.810.252,00</b>
231102010000	<i>Contribuição Definida</i>	0,00
	<i>Benefício Definido</i>	3.297.810.252,00
231102020000	<i>BD Estruturados em Regime de Capitalização Programados</i>	3.218.994.564,00
231102020100	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.543.937.484,00
	Valor Presente Benefícios Futuros	3.879.381.089,00
	Valor Presente Contribuições Futuras de Assistidos	(335.443.605,00)
231102020200	Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(201.464.611,00)
231102020300	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(123.478.309,00)
231102030000	<i>BD Estruturados em Regime de Capitalização Não Programado</i>	78.815.688,00
231102030100	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	85.334.582,00
	Valor Presente Benefícios Futuros	90.365.429,00
	Valor Presente Contribuições Futuras de Assistidos	(5.030.847,00)
231102030200	Valor Atual das Contribuições Futuras dos(s) Patrocinador(es)	(4.041.714,00)
231102030300	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.477.180,00)
231102040000	<i>BD Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura</i>	0,00



231102050000	BD Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
<b>231103000000</b>	<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>0,00</b>
231103010000	Serviço Passado	0,00
231103020000	Déficit Equacionado	0,00
231103030000	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<b>231200000000</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>1.275.407.373,10</b>
231201000000	Resultados Realizados	1.275.407.373,10
231201010000	Superávit Técnico Acumulado	1.275.407.373,10
231201010100	Reserva de Contingência	1.275.407.373,10
231201010200	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
231201020000	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
<b>232000000000</b>	<b>Fundos</b>	<b>81.591.011,78</b>
232100000000	Fundos Previdenciais	0,00
232101000000	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
232102000000	Revisão de Plano	0,00
232103000000	Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
232200000000	Fundos Administrativos	42.204.928,04
232300000000	Fundos dos Investimentos	39.386.083,74

Os resultados apresentados acima refletem o plano de custeio vigente.

A alteração da tábua de mortalidade geral da AT-83 para a RP2000 Geracional, levou a um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 106.254.318,00, equivalente a 1,4%.

### Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefício Definido é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2010:

	Valores em R\$ 1,00
Ativo Total	8.972.528.891,11
Exigível Operacional	(16.991.255,39)
Exigível Contingencial	(123.337.842,84)
Fundos	(81.591.011,78)
Ativo Líquido Previdencial	8.750.608.781,10

O Ativo Líquido Previdencial do Plano é superior à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um superávit atuarial de R\$ 1.275.407.373,10.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

### Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo de 2007, 2008 e 2009, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2010.

### Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item anterior, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2011 estão descritos abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

<i>Faixa Salarial/Benefício</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial/benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

- Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos	
Contribuição específica criada para adaptação à Lei 6.435/77:	2,85%
Contribuição específica criada para eliminação de déficit passado:	2,24%

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,01%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos, além de contribuições adicionais de 5,09%.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 21,11%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 6,76%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de setembro de 2010, a contribuição média de assistidos é de 7,44% em relação à folha de benefícios do Plano.

### Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo, através da RC nº 001/172, aprovou um novo plano de custeio adequando as taxas de contribuição ao custo do plano proporcionando uma redução nas contribuições definidas no regulamento do plano, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar. Entretanto, as patrocinadoras ainda devem se pronunciar sobre o assunto e, posteriormente, o processo de alteração regulamentar será enviado para análise e aprovação do DEST e da

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, leva em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-actuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo;
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza;
- Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para Participantes Assistidos.

Assim, os percentuais a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo por meio da RC Nº 001/149, de 16/02/2009, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela PREVIC, serão definidos em faixas salariais e de benefício, conforme descrito abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos

<i>Faixa Salarial</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial</i>
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	8,30%

- Contribuição de Participantes Assistidos

<i>Faixa Benefício da FRG</i>	<i>Taxa sobre a parcela de benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	0,75%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,50%
Acima de 1 Teto Previdência Social	4,15%

- Contribuição das Patrocinadoras  
Contribuição paritária à dos Participantes Ativos e Assistidos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,305% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 10,61%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 4,37%. As patrocinadoras passarão a contribuir com valor equivalente.

Destacamos ainda que a patrocinadora Furnas pagará uma contribuição mensal de R\$ 876.325,28 por 86 meses e a Eletronuclear R\$ 263.372,16 pelo mesmo prazo, reajustada de acordo com o índice INPC - IBGE, relativa à dívida a ser contratada resultante da contribuição amortizante de 5,09%, cuja

obrigação financeira total representa, em 31/12/2010, R\$ 79.929.088,00 sendo R\$ 61.458.312,00 referentes a Furnas e R\$ 18.470.776,00 relativos à Eletronuclear.

O Plano de Custeio acima descrito foi desenvolvido com base na Avaliação Atuarial de 2010, realizada com o cadastro de setembro do mesmo ano.

Caso o plano de custeio proposto pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 9,32% e o resultado seria superavitário em R\$ 940.498.059,86.

O Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo entrará em vigor tão logo seja concluído o processo de alteração regulamentar necessário para sua implementação.

### **Dívidas Contratadas**

O balancete do Plano de Benefício Definido encerrado em 31/12/2010 registrava dívidas contratadas de R\$ 696.457.137,41 com as patrocinadoras do Plano, equivalente a 8,04% do Ativo Líquido Previdencial.

### **Provisões Matemáticas a Constituir**

Não há registro de Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2010 para o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza.

### **Fundo Previdencial**

Com a implantação do Plano de Custeio Proposto, será criado um Fundo de Oscilação de Riscos, cuja função será suavizar eventuais alterações no plano de custeio.

O Fundo irá acumular a diferença entre a contribuição média e o custo normal do plano, atuarialmente calculado, dado o método de financiamento adotado neste plano. Para 2011, de acordo com os resultados da Avaliação, a constituição mensal seria de 1,29% dos salários de participação.

Eventualmente, caso o custo normal do plano supere a contribuição média, os recursos do fundo poderão ser utilizados para minimizar ou eliminar a necessidade de aumento de contribuição.

### **Rentabilidade do Plano**

A rentabilidade do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno, atingiu 14,65% no exercício de 2010 que, comparada com a inflação acumulada de 6,47% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real no exercício de 7,68%, equivalente a 1,59% acima da meta atuarial.

### **Alteração Regulamentar**

Não foram efetuadas alterações regulamentares em 2010 no Plano Definido da Fundação Real Grandeza.

### **Conclusão**

O custeio previsto para o início de 2011 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-actuarial, demonstrado pela reserva de contingência constituída de R\$ 1.275.407.373,10 e pela contínua manutenção do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

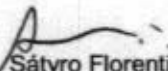
Conforme consta neste parecer, um novo plano de custeio foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e está sendo discutido entre a Fundação Real Grandeza e as patrocinadoras, considerando alguns itens recomendados pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e preservando, acima de tudo, o equilíbrio financeiro-actuarial do plano. Contudo, para que as novas taxas de contribuições possam ser efetivamente praticadas, é necessária a aprovação da alteração regulamentar correspondente pelas patrocinadoras, DEST e PREVIC.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões actuariais aqui contidas.

Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

  
Luiz Alberto Garcia Alvernaz  
MIBA nº 551

  
Sátyro Florentino Teixeira Neto  
MIBA nº 1158

  
Viviam Microni Macedo Alves  
MIBA nº 1982

N:\RealGrandeza\Ret\Projetos\Val\2010\Parecer\BD\IPBD FRG - Parecer 2010.doc

**II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.**

Com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, não houve ações de fiscalização no exercício.